

**MARCOS LOURENÇO DE AMORIM**

**O “*SEGUNDO ELDORADO*” BRASILEIRO**

Navegação fluvial e sociedade no território do ouro.

De Ararituaba a Cuiabá (1719-1838)

## FICHA CATALOGRÁFICA

**Amorim, Marcos Lourenço de**

O “*SEGUNDO ELDORADO*” *BRASILEIRO* Navegação fluvial e sociedade no território do ouro. De Ararituaba a Cuiabá (1719-1838) / Marcos Lourenço de Amorim – Dourados, MS: UFMS, Campus de Dourados, 2004.

232p.

1. História Regional, Mato Grosso do Sul – Dourados

Monções — I. Título.

**MARCOS LOURENÇO DE AMORIM**

**O “*SEGUNDO ELDORADO*” BRASILEIRO**

Navegação fluvial e sociedade no território do ouro.

De Araritaguaba a Cuiabá (1719-1838)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Dourados, para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Maria do Carmo Brazil

Dourados – 2004

**MARCOS LOURENÇO DE AMORIM**

**O “*SEGUNDO ELDORADO*” BRASILEIRO**

Navegação fluvial e sociedade no território do ouro.

De Ararituaba a Cuiabá (1719-1838)

COMISSÃO JULGADORA

DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE

Presidente e orientador \_\_\_\_\_

2 ° Examinador \_\_\_\_\_

3 ° Examinador \_\_\_\_\_

Dourados, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

**DADOS CURRICULARES**  
**MARCOS LOURENÇO AMORIM**

NASCIMENTO 12/03/1965 PALMARES – PE

**FILIAÇÃO:**

FRANCISCO LOURENÇO DE AMORIM

MARIA JOVENTINA DE AMORIM

- 1986-1990    Curso de Graduação em História.  
Faculdade de Formação de Professores da mata Sul – FAMASUL.  
Palmares PE.
- 1998-1999    Curso de Pós-Graduação Lato-sensu em Métodos e Técnicas de Ensino.  
Universidade para o Desenvolvimento do Estado e Região do Pantanal -  
UNIDERP. Campo Grande MS.
- 2003-2004    Curso de Pós-Graduação em História, nível de Mestrado, no Campus de  
Dourados Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS.

À Dona Lia, minha mãe e eficacíssima alfabetizadora, ainda que semi-analfabeta,  
Ao meu pai, Seu Francisco, eterno artesão, meu violonista predileto,  
À minha amada Nen, junto com o Gesiel, a Áquila e o Tiago, nossos queridos filhos,  
Ao povo coxinense, hospitaleiro, generoso e apaixonado por sua história.

## AGRADECIMENTOS

Ao Deus que tudo provê e ao seu filho Jesus Cristo, o realizador de sonhos impossíveis.

A todos os que me apoiaram com as suas orações e súplicas.

À querida Nen, por seu amor de esposa e dedicação incondicional.

Aos meus filhos Gesiel, Áquila e Tiago, por tudo o que eles representam na minha vida.

À professora Dr<sup>a</sup>. Maria do Carmo Brazil, por acreditar em mim e pelos cuidados tão especiais na orientação.

Aos professor Dr. Paulo Roberto Cimó Queiroz e professor Dr. Paulo Marcos Esselin, membros da Banca de Qualificação.

Ao professor Cláudio Vasconcelos, por sua idoneidade e placidez junto à Coordenação do Programa de Pós-Graduação em História da UFMS.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em História da UFMS: Cláudio Vasconcelos, Paulo Cimó, Jérri Marin, João Carlos, Jorge Eremites, Osvaldo Zorzato e Marina Wenceslau.

À risonha e imutável Thaís, secretária gentil e prestativa do Mestrado em História no CEUD.

Aos meus colegas do Curso de Mestrado.

Ao Dr. Osvaldo Mochi Júnior e ao amigo Anacleto Sobrinho, por acreditarem na Educação e investirem nos sonhos.

À professora Msc. Ana Paula Squinelo, Diretora do Campus da Universidade Federal em Coxim.

À José Francisco De Paula Filho, Coordenador do COINTA.

Ao Erasmo da ProArt, ao Jefferson de JP Informática e ao Sidnei da Central Cópias, leais companheiros dessa jornada.

À professora Célia Mourão, pela correção ortográfica e a professora Roseny Lemos Moreno, pela tradução.

Ao pastor Espedito Coelho em Coxim e Pastor Marcos de Assis em Dourados, pela acolhida de irmão.

Ao pessoal do Arquivo Público de Mato Grosso, em especial à Eliane e a Luzinete, pela dedicação e gentis exceções nos horários de utilização do Arquivo.

Ao pessoal do NDIHR/UFMT, pela atenção e bom atendimento na utilização e reprodução dos microfilmes.

Ao Pessoal do Arquivo Público do Estado de São Paulo, a Vanessa e ao Douglas pelo empenho pessoal.

À Sr<sup>a</sup> Maria Itália do Instituto de Estudos Brasileiros IEB/USP por seu atendimento gentil e ao pessoal do setor de reprografia pela eficácia e pronto atendimento.

Aos amigos queridos, ilustres anônimos que toleraram a minha ausência e me apoiaram em todos os momentos.

# SUMÁRIO

<b>LISTA DE FIGURAS .....</b>	<b>08</b>
<b>LISTA DE TABELAS .....</b>	<b>08</b>
<b>RESUMO .....</b>	<b>09</b>
<b>ABSTRACT .....</b>	<b>10</b>
<b>APRESENTAÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>PARTE I:AS MONÇÕES CUIABANAS COMO OBJETO HISTÓRICO.....</b>	<b>24</b>
<b>Capítulo 1 Historiografia e fontes coloniais .....</b>	<b>26</b>
<b>Capítulo 2 Os esforços de Affonso Taunay .....</b>	<b>39</b>
<b>Capítulo 3 A contribuição de Sérgio Buarque de Holanda .....</b>	<b>43</b>
<b>PARTE II:VIA ANFÍBIA DE PENETRAÇÃO.....</b>	<b>47</b>
<b>Capítulo 1. Vias fluviais: “nos fastos da conquista ocidental”.....</b>	<b>49</b>
<b>Capítulo 2. Índios! Ouro!Pedras! .....</b>	<b>56</b>
<b>Capítulo 3. Navegação fluvial e o rush pelas águas .....</b>	<b>60</b>
<b>PARTE III: UMA SOCIEDADE MOVEDIÇA NA ROTA DO OURO.....</b>	<b>88</b>
<b>Capítulo 1. Entre feras e sertões.....</b>	<b>90</b>
- Florestas e campos .....	108
- Tipos humanos, moradores da mata .....	110
<b>Capítulo 2.Os pousos e varadouros .....</b>	<b>119</b>
<b>Capítulo 3.Os arraiais monçoeiros.....</b>	<b>144</b>
- A fazenda Camapuã .....	157
- O Arraial de Beliago .....	173
- Os últimos <i>mareantes</i> de Porto Feliz .....	183
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>191</b>
<b>FONTES.....</b>	<b>194</b>
<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>209</b>
<b>5. ANEXOS.....</b>	<b>214</b>



## LISTA DE FIGURAS

1	Carga das canoas de uma Monção em Porto Feliz .....	36
2	Partida de uma Monção de Porto Feliz .....	53
3	Mapa “ <i>Rotas sertanistas</i> ” atualizado a partir de georreferenciamento .....	64
3	Porto Feliz Desenho de.....	65
4	Derrubada de um tucuri para a confecção de uma canoa.....	68
5	Confecção da canoa.....	70
6	Canoa “Chimbó”.....	73
7	“Varadouro” no Salto Augusto.....	74
8	Descida em uma corredeira.....	76
9	“Chimbó e “Perova encalhados. Desenho de Hércules Florence .....	79
10	Partida de Monção – Segundo Estudo .....	85
11	Cabaça para criação de Abelhas Jataí .....	105
12	Negra em Camapuã .....	113
13	Parada em São Florêncio.....	122
14	Pouso da Represa Grande.....	123
15	Transporte de um maleitoso em rede.....	132
16	Bênção das canoas de uma monção pelo vigário de Porto Feliz .....	136
17	Índio Paiaguá .....	141
18	Piroga tripulada por índios Apiacás .....	143
19	Vista de Camapuã (1826) .....	160
20	MONJOLO .....	168
21	Batelão feito em migalhas .....	180

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Trechos dos rios navegados pelos monçoeiros, segundo a rota traçada por Holanda (1945), porém estimada por georreferenciamento .....	62
Tabela 2 – Trechos dos rios navegados pelos monçoeiros, segundo a rota traçada por Holanda (1945), com cálculos feitos por Lacerda e Almeida citado por Taunay (1975) .....	62
Tabela 3 - preços víveres cobrados em diferentes pontos da rota monçoeira .....	115

## RESUMO

Esse trabalho trata do intenso movimento migratório ocorrido entre Ararituaba e Cuiabá, através de expedições fluviais. Este movimento, conhecido como monções do sul, ou monções paulistas, decorreu das descobertas auríferas do rio Cuiabá, na primeira década do século XVIII pelo sertanista Pascoal Moreira Cabral. As monções são entendidas como uma continuação das bandeiras paulistas dos séculos XVI e XVII que avançaram nos caminhos do interior da América portuguesa e permitiram o reconhecimento dos sertões mineiros traçando a rota que levou à descoberta do *ouro das Gerais*, na última década do século XVII, e, em 1719, aos achados do Coxipó-mirim trazendo a lume o segundo *Eldorado* brasileiro.

Discute a trajetória de luta pela conquista do espaço físico brasileiro e sobre o papel das expedições fluviais do século XVIII, vislumbrando as lutas sociais travadas no passado colonial dando início para a trajetória de construção do Brasil.

O tema foi desenvolvido em três partes, patenteando, com base nos estudos de Afonso Taunay e de Sérgio Buarque de Holanda, o significado dos achados auríferos e do movimento monçoeiro para a sociedade colonial. O trabalho tenta mostrar a transfiguração dos *descendentes* dos silvícolas em mineradores e a emergência de uma sociedade, *sui generis*, *movediça* que, entre feras e sertões, abriu matas, ergueu taperas, construiu arraiais, galgou penhascos, enfrentou cachoeiras, corredeiras e varadouros, lutou contra a selva e enfrentou a ira dos índios. Dessa jornada monçoeira participaram remadores, índios trilhadores, proeiros, cozinheiros, comerciantes, agentes oficiais e, sobretudo, os escravos que *mourejaram com cancalha nas costas*. Enfim, esta dissertação sustenta a tese da contribuição das monções para o desenvolvimento econômico do mercado interno e para a comunicação de Mato Grosso com os centros de decisões políticas da Colônia, bem como o relevante papel desse movimento migratório na ampliação territorial da América portuguesa, a ocupação do extremo oeste brasileiro e a projeção de Mato Grosso na história do Brasil.

## ABSTRACT

This assignment is about the intense migratory movement which happened between Ararituaba and Cuiabá through fluvial expeditions. This movement known as “Monções do Sul” or “Monções paulistas” is fruit of the finding of gold in the River Cuiabá in the first decade of the 18<sup>th</sup> century by the explorer Pascoal Moreira Cabral. The “monções” understood as a continuation of another movement called “Bandeiras Paulistas”, which dates back to the centuries 16<sup>th</sup> and 17<sup>th</sup>. This movement is responsible for the exploration of the Portuguese America as well as typical areas called “sertões mineiros”, setting the shores of the river Coxipó-Mirim to the spotlight.

It also deals with all the efforts concerning the property of the Brazilian territory and with the role of the fluvial expeditions in the 18<sup>th</sup> century, focusing the social struggles in the colonial past to build our country.

This theme was developed in three stages, based on the studies of Afonso Taunay and Sérgio Buarque de Holanda. It enlightens the meaning gold had for the colonial society. The assignment tries to show the evolution which occurred to the “monçoeiros” and also the emergence of a society that endured the worst conditions. Rowers, Indians, cooks, merchants, official agents and of course, slaves, who faded away carrying burdens on their shoulders. Cutting a long story short, this assignment is aimed at showing the importance this movement had, contributing to the financial development and to a better communication between the state of Mato Grosso and the most important political center at that time as well as the important role performed by this movement which helped people the East of the Brazilian territory and broaden the limits of the Portuguese América.

## APRESENTAÇÃO

Percorrer os caminhos das monções cuiabanas e acompanhar a trajetória dos monçoeiros de Araritaguba equivale a um mergulho na dinâmica relação entre a memória e história. O desenvolvimento do trabalho sobre o objeto que elegi para pesquisa significou, topologicamente, atravessar cachoeiras e embicar a canoa junto aos barrancos dos rios para o pouso, trilhar os varadouros, hospedar-se nos arraiais ribeirinhos, observar o trabalho dos mareantes, o comportamento de passageiros anônimos e ilustres, viver suas dores, suas lutas e seus sonhos, vivenciar o *ir e vir* cuiabano e tietano, viajar *cem anos*, captando nuances de um gigantesco movimento migratório fluvial, nas terras, hoje brasileiras.

Nessa *viagem* vislumbramos a alma dos monçoeiros através do diálogo com cronistas lusitanos e nativos e na conversa muda com os silenciosos negros escravos, com os índios e pardos dessas comitivas. Foi um desafio instigante, inquietante, porque precisei recuar à Vila de Piratininga e conhecer a Serra do Mar, a pobreza do paulista do século XVII, descobri-los na condição de homens comuns, em busca de um espaço e de sobrevivência; precisei caminhar com os seiscentistas sob as basilares orientações braudelianas. Nesse caminhar constante, entre o passado e o presente foi possível imaginar aspectos da navegação fluvial pelas Canoas Monçoeiras, a transição e mudança do caráter dos fragorosos sertanistas em disciplinados retalhistas de São Paulo. Tentei visualizar uma capitania pontilhada de Vilas, povoada sim, beneficiada com o comércio assimétrico da rota das monções do sul. A reflexão permitiu-me compreender melhor o mapa das comunicações fluviais. Nessa viagem investigativa vi quebrados os resistentes vasos dos mitos da incomunicabilidade, do isolamento, da ausência de um comércio interno na América portuguesa.

De tudo o que efetivamente ficou de mais precioso foi à ampliação do conhecimento histórico sobre a sociedade maleável, transigente em costumes, circunstancialmente aberta ao novo, híbrida, uma sociedade rude, cruel, mas frágil, ante o espaço desconhecido e sombrio, povoado por silvícolas e feras. É uma verdadeira viagem pelas *selvas* da história. Viagem de “*cem anos*” que, não poucas vezes, parecia eu ouvir os estrondos das cachoeiras; antever o embate entre a vida e a morte dos monçoeiros; o encontro destes com os nativos resistentes, com animais peçonhentos e insetos insuportáveis. Homens alucinados, paulistas sonhadores e a figura dos *eldorados* emergiam dessa incitante leitura do passado. O diálogo com documentos amarelados pelo tempo não deixou de vislumbrar a epopéia e a narrativa que,

algumas vezes, não fugiu à trama novelesca de um ambiente rude, mas bucólico, inóspito, porém belo.

O presente texto ficou pronto e fica entregue aos leitores que se dispuserem a conhecer este espaço que, certamente, muitos ainda ignoram. Tentei construir um discurso histórico acessível, não obstante respeitando a atemporalidade das águas e a relatividade das representações do “*real*” expressa na historiografia, nos documentos e fontes coloniais. Arrisquei delinear uma boa *representação* dessas representações disponíveis. Minha escrita, não deixa de ser fruto da sedução que a rota sertaneja exerceu sobre mim e da conseqüente comunhão estabelecida no processo de conhecer, no contágio fatal do historiador com o seu objeto, ainda que dissimulado pelas camisas-de-força ou pela luz tênue e frouxa das teorias e metodologias filtradas. Entretanto se estas considerações forem *desconsideradas* e estas palavras iniciais não se configurarem como um discurso de apresentação esperado, tente ler as páginas seguintes.

## INTRODUÇÃO

*“ Dos três grandes Eldorados brasileiros um apenas decorreu da navegação fluvial: o de Cuiabá com a sua cabeça de escala de Araraitaguaba” (Taunay: 1975, p.14)*

O ofício do historiador impõe *habilidades* e *sensibilidades* para apreciar as forças interativas que norteiam ou reúnem os princípios básicos na compreensão do passado<sup>1</sup>. Atento ao risco de exercer excessivo arbítrio no processo de cognição do passado colonial e de tropeçar nas possíveis armadilhas existentes na aventura de penetrar o sertão, procurei municiar-me de um esforço imaginativo na interpretação dos dados e na análise do farto manancial informativo existente sobre o tema, constituído de documentos, crônicas, relatos e reminiscências, explorando com desvelo seus significados para tentar recuperar aspectos não contemporâneos ao presente. Inspirei-me na obra *Uma vida para a história*, em que Jacques Le Goff, notável historiador francês, fez uma reflexão pertinente capaz de atenuar grande parte dessas preocupações:

...toda história é uma história contemporânea. A atual é, com certeza, o presente vivido, transformado em história, mas é também a indicação de que fazer-se a história do passado se valoriza tornando esse passado atual em relação ao momento em que ele existiu, tal como os homens e mulheres então o viveram e que alguns o escreveram, mas atual também porque suas conseqüências ainda mexem conosco e estão sempre presentes, reinterpretadas à luz do presente<sup>2</sup>.

Estabelecer o contato indireto e longínquo com aqueles que *escreveram* ou *viveram* momentos ímpares do passado e depois mostrar porque “... suas conseqüências ainda mexem conosco” constituem-se numa fascinante tarefa, mas, ao mesmo tempo, num extraordinário desafio. Este é, sobretudo, um exercício que exige o estabelecimento de conexões cautelosas entre as fontes coloniais para detectar a natureza *tênue* dos temas diante da complexidade destas fontes.

Feitas estas considerações elegi como tema central para esta dissertação um dos “*três grandes Eldorados brasileiros*”- a que se refere Affonso de E. Taunay em seus *Relatos Monçoeiros*, aglutinados na obra *História das Bandeiras Paulistas*. Segundo este estudioso, “*dos três grandes Eldorados brasileiros um apenas decorreu da navegação fluvial: o de Cuiabá com a sua cabeça de escala de Araraitaguaba. Ninguém ignora que os das Minas Gerais e Goiás procedem de estradas terrestres*”<sup>3</sup>.

Desde o início do século XVII, as autoridades coloniais, sob expressas instruções régias, dispendo da arrebatada convicção de que havia riquezas minerais no interior da Colônia, estimularam a ação de muitos aventureiros que, munidos de códigos disciplinares e

---

<sup>1</sup> Sergio Buarque de Holanda: *vida e obra*. São Paulo: Secretaria de Estado e Cultura – Arquivo Público de São Paulo/Instituto de Estudos Brasileiros. 1988, p.121.

<sup>2</sup> LE GOFF, *Uma vida para a história: conversações com Marc Heurgon*. Tradução de José Aluysio Reis de Andrade. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1998.

<sup>3</sup> TAUNAY, Affonso de. *Relatos Monçoeiros*. In: *História das Bandeiras Paulistas*. São Paulo: Melhoramentos, 1975, vol. III, p. 14.

equipes constituídas por divisões militares, ouvidores, escrivães, capelães e cartas geográficas ou roteiros bem traçados, se internassem pelo sertão, delineando a trajetória expansionista portuguesa e garantindo o devassamento do território.

De olho no lucro rápido, oriundo da caça ao índio, esta prática limitava-se apenas ao seio das matas. Mas, a difusão da captura dos nativos para o sul e sudoeste da Colônia alcançou as reduções jesuíticas espanholas, erigidas às margens dos rios Paraná, Iguaçu e Paranapanema. Tais missões guardavam, como verdadeiro *front*, os interesses expansionistas da Espanha<sup>4</sup> mediante a conversão e aculturação de um número extraordinário de índios que, ao serem disciplinados e treinados, habilitavam-se ao cultivo agrícola. O expansionismo português nas Américas já buscava, então, muito antes do Tratado de Madri de 1750, a delimitação do território colonial pela noção das *fronteiras naturais*, contrariando os princípios do Tratado de Tordesilhas, chocando-se com as missões jesuíticas espanholas determinando, enfim, os signos da soberania portuguesa”<sup>5</sup>.

A célebre diligência realizada entre 1648 e 1652, capitaneada por Antonio Raposo Tavares, cruzou com sucesso os tributários meridionais muito antes dos primeiros achados auríferos de Mato Grosso e Goiás. Grande conhecedor dos hábitos sertanejos, dos seus perigos e táticas de guerras empregadas pelos nativos, Raposo Tavares, ao embrenhar-se nas áreas internas do Brasil à cata de riquezas, sobretudo, à preagem do gentio, acabou arrasando as missões jesuíticas de *Itatim*. As expedições de Manuel de Campos Bicudo, em 1660 e de Bartolomeu Bueno da Silva, em 1682, também visitaram amiudadas vezes as terras matogrossenses antes do devassamento e da exploração das minas.

Sertanejo, conquistador do gentio dos sertões, Bartolomeu Bueno da Silva, conhecido como *Anhanguera* ou *Diabo Verde*, foi o abridor dos primeiros caminhos para o Brasil central, numa expedição iniciada por volta de 1682, transpondo em Goiás uma montanha que, além de propiciar a conjectura da existência de ouro em seu interior e de pulverizar a imagem do *Eldorado*, alvitrava também a forma dos martírios de Cristo, dando origem ao topônimo *Minas dos Martírios*<sup>6</sup>. Nos *Relatos Sertanistas*, organizados por Afonso de E. Taunay, estão

---

<sup>4</sup> Magnoli, Demétrio. *O Corpo da Pátria – Imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista; Moderna, 1997, p. 247-8.

<sup>5</sup> Brazil, Maria do Carmo. *Rio Paraguai: o mar interno brasileiro*, p.131. São Paulo: FFLCH/USP, 1999. (Tese de Doutorado).

<sup>6</sup>Em “Notícias de Antonio Pires de Campos, dadas por Antonio do Prado Siqueira no ano de 1769”, aparece a representação da Serra dos Martírios descrita pelo sertanista que alcançou os rios cuiabanos em 1718: “...na serra ou pedernais de cristais...do meio dela se eparedam até o alto, tinha por obra da natureza umas semelhanças da Coroa, lança e cravos da paixão de Jesus Cristo, mas tudo tosco...apelidaram a dita serra com o nome – Martírios. Cf. TAUNAY, A. E. *Relatos Sertanistas*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo:USP, 1981. p. 209.



reproduzidas as *Notícias de Antonio Pires de Campos*, datadas de 1769, sobre a imagem *dourada* e viva desse antigo mito alojado nas entranhas dos sertões que, segundo Virgílio Correa Filho, impelia muitos aventureiros às marchas atrevidas, pelos campos dos Parecís, à caça de índios e de ouro.

Nesse sentido, desde a trilha sertaneja aberta por Raposo Tavares, diversos sertanistas e mateiros repisaram solos e singraram rios em busca do índio, do ouro e das pedras, seguindo, sobretudo, a rota histórica Tietê-Paraná-Pardo-Anhanduí-Aquidauana-Miranda-Paraguai<sup>7</sup>.

Já havia, nesse sentido, uma política de localização das jazidas de prata, ouro e pedras preciosas que ganhou expressão durante o reinado de D. Afonso VI (1656-1667) quando este enviou cartas-instrução, solicitando investigações na região de Minas Gerais, conforme lembrou Taunay:

*... em 1664 nomeou Afonso VI governador das minas de São Paulo a Agostinho Barbalho Bezerra a quem muito recomendou o prosseguimento das pesquisas minerais. Escreveu o Rei então a cinco dos mais notáveis paulistas, pedindo-lhes a mais calorosa colaboração com o novo administrador. Dirigiu-se a Fernão Dias Paes, Lourenço Castanho Taques, Fernão de Camargo, Guilherme Pompeu de Almeida e Fernão Pais de Barros<sup>8</sup>.*

Malograda esta tentativa, o Príncipe Regente D. Pedro, sucessor de D. Afonso VI, deu prosseguimento a essa política, entregando a missão ao sertanista Fernão Dias Paes, o *Caçador de Esmeraldas*. Essa bandeira partiu de São Paulo em 1674 e explorou, durante sete anos o espaço desde as cabeceiras do rio das Velhas até a área do Serro Frio. Esse empreendimento também foi infrutífero do ponto de vista econômico. Entretanto, permitiu o reconhecimento dos sertões mineiros, traçando a rota que levou outros sertanistas à descoberta do *ouro das Gerais*, na última década do século XVII, trazendo a lume um dos mais cobiçados *Eldorados* brasileiros.

Os documentos contidos nos *Relatos Sertanistas*, de Taunay, evidenciam que as expedições sertanistas, além de franquear entradas e saídas do sertão brasileiro, permitiram que outras diligências, sobretudo, aquela integrada por Manoel Borba Gato e Garcia Rodrigues Paes, genro e filho de Fernão Dias Paes, respectivamente, fizessem as primeiras descobertas auríferas de Minas Gerais. Hermes Vieira, ao analisar os quase dois séculos de buscas colossais dos sertanistas pelos *miríficos Eldorados*, patenteou, com base em Taunay, o significado dos achados auríferos para a sociedade colonial: os *descedores* dos silvícolas

---

<sup>7</sup> BRAZIL, 1999. *op. cit.*

<sup>8</sup> TAUNAY, Afonso de. *op. cit.*, 1975, p. 141.

transfiguraram-se em mineradores; ultramarinos e paulistas transformaram-se nos povoadores dos Cataguases, depois território das Minas do Ouro de São Paulo, *o primeiro Eldorado Brasileiro*<sup>9</sup>.

Foi assim que diversas bandeiras perscrutaram o interior mineiro, revelando o ouro de Sabará, Itaberaba, Caeté e Rio das Mortes<sup>10</sup>. É possível, segundo as observações de Taunay, que Minas Gerais tenha sido mais um dos *Eldorados* favorecido pelas incursões fluviais, considerando-se a fácil navegação pelo rio São Francisco e rio das Velhas, muito antes da primeira metade do século XVIII. Entretanto, as jazidas sabarenses, nas mãos dos povoadores do norte do Brasil, eram acessadas, preferencialmente, pela confluência do Sabará e Guaicuí<sup>11</sup>.

A descoberta das *minas dos Gerais* instigou a ambição pelo ouro e atingiu aventureiros de toda parte da Colônia, inclusive do Reino. Esse fenômeno, verdadeiro *rush* rumo a selva brasileira, não passou despercebido a Antonil em *Cultura e Opulência do Brasil*:

... a sede insaciável do ouro estimulou a tantos a deixarem suas terras e a meterem-se por caminhos tão ásperos como são os das minas, que dificultosamente se poderá dar conta do número das pessoas que atualmente lá estão...a cada ano, vem nas frotas quantidades de portugueses e de estrangeiros para passarem às minas...<sup>12</sup>

A *corrida do ouro* gerou violenta disputa pelas jazidas entre mineradores paulistas e os administradores portugueses vistos como *forasteiros*, explicada pela ausência de uma efetiva regulamentação político-administrativa da Metrópole. Esse conflito conhecido como *Guerra dos Emboabas*, além de estimular a Coroa a criar a Capitania de São Paulo e das *Minas de Ouro*, levou os paulistas, despojados da cata ao ouro mineiro, a perscrutar a rota que assiduamente percorriam em busca do índio, só que, doravante atentos a qualquer pista que os levassem à descoberta de novos *Eldorados*.

Com esse propósito, os paulistas enfrentaram as missões jesuíticas espanholas, estabeleceram rotas, descobriram minas. Praticamente toda a iniciativa destinada à prospecção, lançou muitos aventureiros para os confins do sertão, criando as circunstâncias para a ocupação e o povoamento de Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás. Foi nesse quadro que, ao longo do ano de 1718, Antônio Pires de Campos, filho do sertanista Manuel de

<sup>9</sup> VIEIRA, Hermes. *Bandeiras e escravagismo no Brasil*. São Paulo: Secretaria da Cultura, Esporte e Turismo/Imprensa Oficial do Estado/Governo Abreu Sodré, 1968, p. 47.

<sup>10</sup> Cf. TAUNAY, Afonso de E. *Notícias dos primeiros descobridores das primeiras minas de ouro pertencentes a Estas Minas Gerais – Pessoas mais assinaladas nestas empresas e dos mais memoráveis casos acontecidos dês dos seus princípios. Relatos Sertanistas*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo:USP, 1981. (Coletânea, introdução e notas de Afonso de E. Taunay), p.23-62.

<sup>11</sup> *Ibidem*.

<sup>12</sup> ANDREONI, João Antonio (Antonil). *Cultura e Opulência do Brasil*. Introdução e vocabulário de Alice P. Canabrava. 2ª edição, São Paulo:Nacional, p. 263-4.

Campos Bicudo e seus companheiros, galgaram serranias, transpuseram ribeiros e percorreram os vastos sertões da capitania de São Paulo e de Minas Gerais à caça de índios. Vencidas as veredas e os rios, sobretudo o Cuiabá, fundaram a capela e o arraial de São Gonçalo, levando a cabo esta etapa da expedição. Em seguida desceram o rio Cuiabá e participaram oficialmente a grata notícia sobre os novos caminhos, o que levou inúmeros sertanistas a também percorrerem as imensas baías e corixos do rio Paraguai.

A esse respeito, Felipe José Nogueira Coelho<sup>13</sup> asseverou em suas *Memórias Cronológicas* que, em 1719, a bandeira apresadora de Pascoal Moreira Cabral, dirigindo-se para a região do rio Cuiabá com o mesmo objetivo de Antônio Pires de Campos, acabou encontrando, no leito do rio Coxipó-Mirim, afluente do Cuiabá, o manancial aurífero do único dos “três grandes Eldorados brasileiros” decorrente da navegação fluvial.

O achado do *placer* cuiabano<sup>14</sup> pelo bandeirante Pascoal Moreira Cabral nas águas de um dos tributários do Cuiabá e todo o movimento migratório que se seguiu na região, certamente, tiveram uma amplitude maior que a mera cobiça pelo ouro e pedras preciosas; e transcendem os simples interesses comerciais. O exercício heurístico ajuda a sustentar a explicação de que a apropriação do movimento monçoeiro pelas políticas colonizadoras da metrópole foi um fenômeno essencial no processo de ampliação das terras coloniais para além do meridiano de Tordesilhas.

Como já foi referido, em 1719, *o segundo Eldorado Brasileiro* foi revelado em Cuiabá por Pascoal Moreira Cabral. Quanto ao ouro goiano, só em 1725, depois de três anos de busca sem sucesso na área da serra dos *Martírios*, a bandeira comandada por Bartolomeu Bueno da Silva, o segundo *Anhangüera*, ao percorrer o sítio dos Ferreiros, no rio Vermelho e no Ribeirão das Cabrinhas, quatro léguas da atual Goiás, viu “*o ouro pintar abundante no fundo das bateias*”<sup>15</sup>. Descobria-se ali o *terceiro Eldorado Brasileiro*. Estava cumprida a missão do *Anhangüera* que reconhecia a paragem próxima dos cinco ribeiros em que os martírios esculpidos numa pedra alta foram vistos pela primeira vez.

---

<sup>13</sup> COELHO, Felipe José Nogueira. “*Memórias Cronológica da Capitania de Mato Grosso, principalmente da Provedoria da Fazenda Real e Intendência*”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, 1972, vol 13.

<sup>14</sup> TAUNAY, Afonso de E. *Os primeiros anos de Cuiabá e Mato Grosso*. In: *História das Bandeiras Paulistas*. *op.cit.*, v. 2, p.25.

<sup>15</sup> Cf. FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. *Bandeiras e bandeirantes de São Paulo*. São Paulo, 1964.

Esse fascinante *desfile de Eldorados*<sup>16</sup> também foi vislumbrado em *Visões do Paraíso*. Em frases lapidares sobre o chamado *ciclos* de exploração econômica no Brasil, Sergio Buarque de Holanda explicou que “a *procissão dos milagres...[havia] de continuar assim através de todo o período colonial*”<sup>17</sup>. Minhas preocupações, nesta acepção, gravitam em torno do movimento de conquista e colonização portuguesa, quando Cuiabá aflorou na história brasileira como “*remate de ouro do ciclo da caça ao índio*”<sup>18</sup> estimulando a navegação fluvial e a formação de uma sociedade *sui generis* no espaço que ficou conhecido como *o território do ouro*.

Procuro refletir as representações geradas, ao longo do século XVIII, sobre o espaço geográfico onde se configurou o território da capitania de Mato Grosso e como elas podem ajudar a rastrear as marcas do processo colonizador. Busco, sobremaneira, interpretar os nexos entre natureza, valores culturais, memória, interesses, tradições, migrações e navegação bem como os significados de que se revestiram essas noções para os colonizadores e aventureiros no processo de penetração e conquista das terras incógnitas do interior brasileiro. Ao abarcar, nessa linha interpretativa, o período que envolve o início do século XVIII e as três décadas do XIX (1719-1838), procurei compor os aspectos da organização da vida material no sertão a partir de uma proposição que se desdobra em tópicos dinâmicos, dotados de distintos ritmos históricos e temporais, em que a vida, a paisagem, a sociedade, a cultura, as conquistas, a mobilidade dos homens e as resistências se encontram, se interpenetram, transformando-se nos elementos-chave do objeto deste estudo. Optei por essa baliza temporal, considerando os seguintes aspectos: a) o ano de 1719, quando Pascoal Moreira Cabral divulgou as notícias das jazidas encontradas próximas ao Cuiabá, deflagrou o movimento migratório do planalto paulista àqueles rincões e o ano de 1838 foi apontado por Holanda como fim do período monçoeiro. A dinâmica da pesquisa comprovou a hipótese de que interesses oficiais de ordem estratégica, política e econômica, associados aos interesses de iniciativa privada com objetivos claramente comerciais, se conjugaram na exploração de um

---

<sup>16</sup> Queiroz, Suely Robles Reis de. Ao mestre com carinho. ( Depoimento feito em 13-8-1986 durante a Semana Sergio Buarque de Holanda/ Unicamp). In: Nogueira, Arlinda Rocha et. al. (orgs). *Sergio Buarque de Holanda: vida e obra*. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura/Arquivo Publico do Estado de São Paulo; Universidade de São Paulo/Instituto de Estudos Brasileiros, 1988, p. 79.

<sup>17</sup> HOLANDA, Sergio Buarque de Holanda. *Visão do Paraíso*. São Paulo:Livraria José Olympo, 1959, p. 323.

<sup>18</sup> CORREA FILHO, Virgilio. *Considerações acerca do Paraguai, via fluvial de navegação para Cuiabá, no centro da América do Sul (Memória n º 5, 2 º seção)*. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro/Instituto Panamericano de Geografia e História*. Assembléia Inaugural (1932-1933), v.II. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1934.

sistema de comunicação que estabeleceu não somente o abastecimento da população e o escoamento do ouro do centro oeste brasileiro, mas também a ocupação dessa região colonial.

Considerando que os caminhos percorridos a pé pelos bandeirantes do século XVII, pelo interior do continente, aos poucos foram substituídos pelos caminhos fluviais, ensejando o surgimento dos arraiais sertanejos, pretendo analisar o povoado fluvial, como um espaço dinâmico, porém, identificado durante muitos anos, pela existência de miseráveis aldeias, simples entreposto localizado estrategicamente em planaltos, para proteger dos piratas que devastavam os ribeirinhos e dos índios bravios que habitavam as matas. Para Taunay, parecia inútil recordar que as monções cuiabanas

*...tinham que superar pavorosos obstáculos, nos rios encacheirados, atravessar, em percurso de milhares de quilômetros, terras inóspitas habitadas por nações belicosíssimas, índios que com a mais notável bravura e a mais justa das pertinácias defendiam os seus chãos<sup>19</sup>.*

Gêneros e instrumentos de trabalhos eram escoados dos arraiais monçoeiros para os sitiamentos da redondeza, os quais se organizavam sob qualquer tipo de ameaça. Percebemos que existe uma produção do discurso do *grande vazão* – sertão associado à idéia de deserto, lugar ermo, à margem da civilização – em que o território é tratado como apenas objeto da conquista, desconsiderando o papel das populações locais. Os índios, nesses discursos são tratados como obstáculos tenazes para o avanço da conquista. Escravos, trilhadores e outros grupos subalternos ou tornam-se figuras invisíveis, ou não passam de vítimas passivas dos caçadores de escravos ou do processo de expansão. Na verdade, a reprodução desses discursos tem promovido a “*expulsão dos índios, dos “negros” e das pessoas comuns, em geral das áreas ocupadas pelas elite.*”<sup>20</sup>.

Penso que este esforço interpretativo pode contribuir para o avanço dos estudos históricos sobre a trajetória de luta pela conquista do espaço físico brasileiro e sobre o papel das expedições fluviais do século XVIII. É um trabalho que demanda a sensibilidade em relação ao espaço, ao homem e ao tempo, enfim, a compreensão de que o “*ritmo de mudança brasileira é lento, secular...e [que] ainda não se completou*”<sup>21</sup>. Reconheço o relevante papel da historiografia brasileira na compreensão da diversidade social, das particularidades, enfim,

<sup>19</sup> TAUNAY, *op.cit*, 1975, p. 112. (v.2).

<sup>20</sup> FUNARI, Pedro Paulo. *Desaparecimento e emergência dos grupos subordinados na arqueologia brasileira*. Revista Horizontes Antropológicos. Porto Alegre, ano 8, n. 18, p. 131/153,- dez./2002.

<sup>21</sup> REIS, João Carlos. *As Identidades do Brasil – de Varnhagen a FHC*. 6ª edição. Rio de Janeiro: FGV, 2003, 140.

das identidades do Brasil, considerando que “só a história permite compreender singularidades”<sup>22</sup>.

Tais especificidades já haviam sido observadas por Taunay em sua *História das Bandeiras Paulistas*: “...as espantosas jornadas fluviais do Paredão de Araraitaguaba a Cuiabá não encontram similares em outra região do globo”<sup>23</sup>. Com base na produção historiográfica disponível, propus -me refletir sobre a exploração de um espaço natural que permitiu o deslocamento de inúmeras comitivas, através dos rios de São Paulo e Mato Grosso, nos séculos XVIII e XIX, incidindo diretamente na economia, na vida social e na dilatação do território brasileiro. O movimento monçoeiro, magistralmente tratado por Sergio Buarque de Holanda e Afonso Taunay, é uma dessas singularidades que só a História pode prestar contas mediante sua incessante reescrita.

Ciente da importância das lutas sociais travadas no passado colonial para a trajetória de construção do Brasil, desenvolvi o tema em três partes que, segundo os pressupostos desta pesquisa, ajudam a explicar parte do processo de ocupação do interior brasileiro .

Na primeira parte: *Monções Cuiabanas como objeto histórico*, é indispensável uma reflexão sobre a valiosa produção historiográfica que privilegiou o espaço –vívido, específico, único<sup>24</sup> – por onde transitaram as expedições monçoeiras. Da extraordinária literatura sobre a rota monçoeira e seu sentido histórico, *História das Bandeiras Paulistas*<sup>25</sup> de Afonso Taunay, e *Monções*<sup>26</sup> de Sérgio Buarque de Holanda representam as obras fundadoras, portanto, substanciais para a reflexão historiográfica sobre esse *colossal percurso aquático* realizado pelas expedições, ligando as capitanias de São Paulo e Mato Grosso, nos séculos XVIII e XIX<sup>27</sup>.

A segunda parte foi elaborada com o objetivo de identificar o antigo roteiro, envolvendo os rios Tietê, Grande (Paraná), Pardo, com travessia por terra pelo varadouro de Camapuã e os rios Coxim, Taquari, Paraguai, Porrudos<sup>28</sup> e Cuiabá, como uma verdadeira via

---

<sup>22</sup> *Ibidem*,

<sup>23</sup> Taunay. *op. cit.*, 1975, p. 112. (v.2)

<sup>24</sup> Reis, João Carlos. *As Identidades do Brasil – de Varnhagen a FHC*. 6ª edição. Rio de Janeiro: FGV, 2003, 140

<sup>25</sup> Os seis primeiros tomos foram publicados entre 1924 e 1930.

<sup>26</sup> Publicado originalmente em 1945 em tiragem reduzida.

<sup>27</sup> Taunay, Afonso. *As distâncias do percurso monçoeiro. Depoimentos diversos*. In: *História das Bandeiras Paulistas*. São Paulo: Melhoramentos, 1975, p. 139.

<sup>28</sup> Nome que no período colonial dava-se ao rio São Lourenço, e ainda hoje se dá a sua parte superior. Cf. LEVERGER, João Augusto Manoel. (Barão de Melgaço). *Apontamentos para o Dicionário Chorográfico da Província de Mato Grosso*. Rio de Janeiro: *Revista do Instituto Histórico Brasileiro*, 1882. (Trabalho apresentado em sessão do *Instituto Histórico* pelo tenente-general H.de Beaurepaire Rohan, a quem foi remetido pelo coronel Cesário Corrêa do Couto, genro do autor).

anfíbia de penetração. O movimento das expedições fluviais por essa via garantiu, segundo as hipóteses deste trabalho, a ampliação territorial da colônia portuguesa, a ocupação e o povoamento do extremo oeste brasileiro e projetou Mato Grosso na história do Brasil.

Impõe-se, nesses capítulos, uma reflexão sobre o papel dos rios nos *fastos da conquista ocidental* brasileira. As rotas, a unidade física e os aspectos geo-históricos do objeto que elegi para estudo, serão também analisados, considerando as orientações braudelianas, sobretudo, as permanências e as lentas transformações políticas, econômicas e sociais.

Como parte desses capítulos, procurei tecer algumas considerações sobre as peças preciosas do expansionismo luso descritas por Taunay, nas páginas episódicas de *Índios! Ouro, Pedras!* Por muito tempo o apresamento de índios e a busca de metais preciosos equacionaram os interesses sertanistas. Entretanto, as várias expedições preadoras de índios em Mato Grosso e Goiás, antecederam as descobertas auríferas, conforme observou Virgílio Corrêa Filho, ao discorrer sobre *As Raias de Mato Grosso*:

*Não obstante as expedições de Nuflo Chaves, Raposo Tavares, Luiz Pedroso, que lhe teriam cruzado os tributários meridionais, consoante reza a tradição, o vale do Guaporé permanecia ainda virgem de contato com os civilizados quando se povoou Cuiabá<sup>29</sup>.*

Na terceira parte pretendo oferecer um quadro representativo da vida material dos homens que, por razões ímpares, enfrentaram verdadeiros desafios ou viveram *entre feras e sertões*, apostando nas potencialidades de um espaço que, por muito tempo, ligou *Ararituaba a Cuiabá*. Nesse sentido, apesar de interesses adversos, os sertanistas paulistas devastaram e ocuparam inúmeros locais estratégicos. Para dar suporte a esta parte, que trata essencialmente de um elemento natural, procurei seguir as orientações basilares de Braudel (1984), Simon Shama (1996) e Keith Thomas (1996) que, em suas práticas discursivas e métodos de abordagens, oferecem contribuições substanciais para o estudo da paisagem, enquanto objeto histórico. Estas obras conferem os *laços* entre o tempo e o espaço e infundem a lembrança de que as serras, as planícies, os mares, as matas e os rios são comungados entre si pela ação dos homens.

O trabalho desenvolvido nas principais instituições de pesquisa revelou o valor inestimável dos acervos do Arquivo Público de Mato Grosso e do Núcleo de Documentação, Informação e História Regional da Universidade Federal de Mato Grosso (NDIHR/UFMT),

---

<sup>29</sup> CORREA FILHO, Virgílio. “Devassamento do Distrito Guaporeano”. In: *As Raias de Mato Grosso -Fronteira Ocidental*. Cuiabá: secção de obras do Estado de São Paulo, jan/1925, p. 7.

onde estão reunidos documentos ultramarinos, correspondências entre agentes metropolitanos e coloniais, além de informes e papéis avulsos sobre as expedições fluviais do século XVIII. A partir do contato com os amarelados e esburacados *papiros* originais, de quase trezentos anos, e da consulta aos famigerados microfimes, onde os mais estranhos calígrafos do Reino deixaram as marcas da colonização, passei a valorizar mais os núcleos de documentação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, organizados com zelo por alunos e professores da área de História, entre os quais destaco o Centro de Documentação de História Regional, de Dourados, e o Núcleo de Documentação e Estudos Regionais, de Corumbá.

Não posso deixar de registrar o acesso que tive aos documentos do Arquivo Público do Estado de São Paulo, do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB), do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Instituto Luiz de Albuquerque e da Biblioteca Pública Municipal de Corumbá. Destes órgãos pude coletar boa parte dos dados utilizados para esta dissertação. Dentre os textos referenciais ao trabalho destaco os Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, os Anais do Museu Paulista, os Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo, os Documentos Eclesiásticos referentes a Itu e Porto Feliz, além das Revistas do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso e do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Nos Arquivos e Museus de Porto Feliz (SP) busquei dados sobre as partidas das monções e outros registros oficiais disponíveis.



# PARTE I

*AS MONÇÕES CUIABANAS COMO OBJETO HISTÓRICO*

## CAPÍTULO 1

### Historiografia e fontes coloniais

Por muito tempo a historiografia clássica interpretou a história do Brasil colonial sob a influência europeia. Mesmo com os esforços de Francisco Adolfo Varnhagen em *História Geral do Brasil* publicada em 1854-1857<sup>30</sup> perpassa explicações fundadas no projeto do conquistador português. Entretanto, essa visão europeizada, há muito tempo, já vem recebendo críticas de importantes historiadores como Capistrano de Abreu, José Honório Rodrigues, Nilo Odália, Alice Canabrava, entre outros.

Perdura, no entanto, o entendimento de que a produção de gêneros tropicais da Colônia viabilizava a acumulação primitiva de capital para países do velho continente e que a Colônia não passava de uma região exportadora, com as suas unidades produtivas voltadas para o mercado externo dispendo, apenas, de um *minúsculo* mercado interno, de baixíssima produtividade<sup>31</sup>. Desta forma, essa corrente historiográfica entende o movimento bandeirista e monçoeiro articulado aos mecanismos do sistema colonial, ou seja, ao desenvolvimento do capitalismo na Europa, fundado na expansão marítima dos séculos XV e XVI. Essa questão pode ser observada na *práxis* intelectual de Caio Prado Júnior, em sua obra *História Econômica do Brasil*<sup>32</sup>, como, também na obra *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*, escrita por Fernando Antônio Novaes<sup>33</sup>.

Segundo Prado Júnior, toda vez que o historiador for ao cerne do processo de formação do Brasil colonial poderá ver que, na realidade, o “*sentido da colonização*” era fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros e depois, ouro, diamantes, algodão e em seguida café para o comércio europeu. Nesse direcionamento, voltada para fora do Brasil, a produção para atender a demanda interna era negligenciada ou, via de regra proibida. Foi, com base nesse projeto de colonização que foram organizadas a sociedade e a economia brasileira. Nesse sentido, segundo as considerações do referido autor, a Metrópole dispunha tanto da estrutura como das atividades da colônia. O europeu vinha com o fito de especular, realizar negócios, recrutar a mão-de-obra que precisava - ou o indígena cativo ou os negros importados para atender aos seus propósitos<sup>34</sup>.

---

<sup>30</sup> ABREU, J. Capistrano de - *Capítulos de história colonial, 1500-1800 & Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil*. 5ª ed.- revista, prefaciada e anotada pôr José Honório Rodrigues. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1963.

<sup>31</sup> NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1996, 4ª Edição. p 109.

<sup>32</sup> PRADO JUNIOR, Caio - *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

<sup>33</sup> NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1996, 4ª Edição.

<sup>34</sup>PRADO JUNIOR *op. cit.*, p. 31-32.

Corroborar essa compreensão Celso Furtado na obra *Formação econômica do Brasil*, em cuja análise dá ênfase aos ritmos próprios da economia colonial, que segundo ele, estava atrelada às economias européias, portanto, dependente delas, por isso *não constituía um sistema autônomo, sendo simples prolongamento de outros maiores*.<sup>35</sup>

Todavia, os estudos do historiador Alcir Lenharo<sup>36</sup>, sobretudo em seu livro *Crise e Mudança na Frente Oeste de Colonização* e as reflexões de João Luis Ribeiro Fragoso,<sup>37</sup> em *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*, interpretam a América lusitana a partir de uma reavaliação da dinâmica do mercado interno e o papel das intrincadas redes de comércio com formas singulares de acumulação de capital próprio, que cobria vastas regiões no interior da América portuguesa com boa parte da população envolvida em atividades econômicas ligadas ao abastecimento interno.

Fragoso, ao criticar o viés historiográfico desenvolvido por Prado Junior e Fernando Novaes, afirma que “*ao lado da agroexportação, e mesmo servindo-se de seu pano de fundo, surgem áreas ligadas ao abastecimento interno da colônia (...) desse modo incrementa-se o desenvolvimento do mercado interno*”.

Das postulações de Fernando Novais mais convincente é aquela em que ele admite a exploração da metrópole sobre a colônia como uma inclinação dominante, mas não exclusiva, o que não permite obsessão com as relações externas nem o desprezo pelas articulações internas e, portanto, os ângulos de abordagem não são excludentes<sup>38</sup>. A partir desse pressuposto discutiremos neste trabalho, a história das monções, mostrando que existiam relações com os mecanismos metropolitanos de dominação política e econômica, mas sem perder de vista o caráter único e singular da sociedade colonial brasileira.

---

<sup>35</sup> FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo. Companhia Editora nacional. P. 55-57.

<sup>36</sup> LENHARO, Alcir. *Crise e Mudança na Frente Oeste de Colonização*. Cuiabá. UFMT, Imprensa da Universidade, PROEDI, 1982;

<sup>37</sup> FRAGOSO, João Luis Ribeiro. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Arquivo nacional, 1992.

<sup>38</sup> NOVAIS, Fernando. Condições de privacidade na Colônia. (coord.). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo. Companhia das Letras, 1997. v. 1 p. 458.

## 1.1 A Produção historiográfica sobre o movimento monçoeiro.

Estudos historiográficos têm apresentado concepções distintas sobre o movimento monçoeiro. Grande parte das crônicas e da historiografia sobre a Capitania de São Paulo foi gerada a partir das construções feitas no século XVIII por Pedro Taques e Frei Gaspar da Madre de Deus<sup>39</sup>. À esteira destes, vieram outras versões, com ligeiras revisões, representadas por Marcelino Cleto Pereira, Manoel Cardoso de Abreu, Roque de Oliveira Barbosa<sup>40</sup> mostrando que os paulistas, ao embrenhar-se nos sertões em busca de riqueza deram início ao fenômeno migratório, conhecido como monções, provocando conseqüências trágicas e calamitosas para São Paulo. As descobertas das jazidas de Mato Grosso e Goiás, nessa visão, resultaram no entranhado empobrecimento na Capitania de São Vicente.

Cronistas, escritores e eruditos de outras regiões, sobretudo de Mato Grosso, corroboraram essa visão ao registrar os fastos e os aspectos históricos de sua região. Um exemplo reside na crônica dos acontecimentos ocorridos em Mato Grosso entre 1719 e 1775, escrita pelo advogado José Barbosa de Sá intitulada “*Relação das Povoações do Cuiabá e Mato Grosso e seus princípios até aos presentes tempos*”. Neste documento Barbosa Sá narrou o fluxo de paulistas, não só mineradores, mas também, comerciantes, agentes oficiais, representantes reinóis e aventureiros oriundos de outras minas.

O viés historiográfico que viu as migrações monçoeiras como causa do despovoamento de São Paulo foi timbrado em Ellis Júnior, Alcântara Machado, Taunay e uma plêiade numerosa de autores. Embora tenham ressaltado aspectos capazes de explicar o aparecimento do ouro e suas conseqüências na história do Brasil, via de regra, afirmaram o bandeirismo como um fator disseminador da crise econômica da região de onde partiam essas expedições. Para Ellis Júnior o XVIII foi um século perdido, onde a economia paulista dormiu o “*o sono letárgico dos catalépticos*”<sup>41</sup>; Taunay frisou o abandono da lavoura e pecuária de

---

<sup>39</sup> LEME, Pedro Taques de Almeida Paes – *Notícias das Minas de São Paulo e dos Sertões da mesma Capitania*. Introdução e notas de Afonso de E, Taunay. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980. MADRE DE DEUS, Frei Gaspar. *Memórias para a História da Capitania de São Vicente*, prefácio de Mário Guimarães Ferri. Belo Horizonte: Itatiaia. São Paulo: Edusp, 1975.

<sup>40</sup> CLETO, Marcelino Pereira. *Dissertação a respeito da Capitania de São Paulo, sua decadência e modo de reconhecê-la*. Escrita em 25 de outubro de 1782. In: *Roteiros e Notícias de São Paulo Colonial*. Introdução de Ernani da Silva Bruno. São Paulo: Governo do Estado, 1977. ( Coleção Paulística, v. 1). BARBOSA Roque de Oliveira. Da América Meridional, escritas no ano de 1792. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, 5:22-36, 1886.

<sup>41</sup> ELLIS JÚNIOR, Alfredo. *Os primeiros troncos paulistas*. São Paulo: Editora Nacional. Brasília, Instituto nacional do Livro, 1976. p. 118-120.

lucro limitado, mas sem grandes riscos no planalto piratiningano em troca da aventura desvairada nas minas auríferas e pela miragem dos falsos lucros do ouro:

*os moradores [de São Paulo] se precipitaram para a região fabulosa, em ondas contínuas, que em pouco tempo transformaram o arraial sertanejo em Vila paulista, com a mesma organização administrativa, os mesmos hábitos e costumes [grifo nosso].*<sup>42</sup>

O conceito de decadência econômica nesses autores se atrela às análises de despovoamento da Capitania Paulista. Para Taunay, o movimento migratório além de ter empobrecido São Paulo fez também exaurir os membros da sua elite em direção às minas opulentas<sup>43</sup>. Ocorre que, conforme observou Kátia Abud, “a nobreza dos paulistas não tinha títulos – os barões paulistas só surgiram mais tarde”, no século XIX. A historiadora lembra que

*“os princípios do liberalismo que chegavam tenuamente no Brasil começavam a quebrar a formação estamental da sociedade, a força do dinheiro impunha, ao lado de uma nobreza européia, que aqui se instalava. Nobreza de sangue, que ia se ampliando com a nobreza de títulos distribuídos pelo monarca português sediado nas terras do novo mundo”*<sup>44</sup>.

Desde o século XIX, viajantes como Saint-Hilaire já relacionavam o êxodo de homens de todas as idades e de todas as condições, rumo às Minas Gerais, ao Cuiabá e as minas de Goiás. Conclui o viajante francês que a falta de braços para a lavoura fez ficar as terras sem cultivo e nos campos, os rebanhos sem ter quem cuidasse do gado<sup>45</sup>. Para outros autores como Paulo Prado, o século das monções foi um período de total estagnação econômica que levou a Capitania ao estado de indigência, até o início do XIX. Para esse autor, o século das monções foi um período de decadência instaurado por força do ciclo do ouro e conseqüentemente das migrações bandeirantes e monçoeiras, marca o fim do período de grandeza de São Paulo, iniciado com a colonização; a região só escaparia dessa pobreza no ciclo econômico do café<sup>46</sup>.

Por sua vez Alcântara Machado, no clássico *Vida e Morte do Bandeirante*, se propôs a contestar e pôr abaixo a figura tradicional do bandeirante e as teses sobre as riquezas dos paulistas no século XVII, compostas por autores como Pedro Taques de Almeida Paes Leme, em sua *Nobiliarquia paulistana histórica e genealógica*. Postulações como estas davam aos

<sup>42</sup> TAUNAY, Alfredo E. *História das Bandeiras Paulistas*. Tomo 10. Edição Museu Paulista. Imprensa oficial do Estado de São Paulo, São Paulo, 1949. p. 47.

<sup>43</sup> TAUNAY, Alfredo E. *História da Vila de São Paulo no século XVIII*. In Anais do Museu Paulista, Tomo 5, 1931. p. 30.

<sup>44</sup> ABUD, Kátia Maria. *Autoridade e riqueza. Contribuição para o estudo da sociedade paulistana na segunda metade do século XVIII*. Dissertação de Mestrado. São Paulo, FFLCH/USP, 1978. p. 105.

<sup>45</sup> SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem à província de São Paulo*. Belo Horizonte. Ed. Itatiaia. São Paulo. Ed. Universidade de São Paulo. 1976, p. 37-44.

<sup>46</sup> PRADO, Paulo. *Paulística. História de São Paulo*. Rio de Janeiro. Ariel Editora Ltda, 1934.

bandeirantes a condição de personagens unificadores, enevoados por uma *aura mítica* geradora de uma contraposição entre um *ethos*<sup>47</sup> dinâmico e conquistador, próprio do homem paulista e um *ethos* arcaizante que predominaria nos demais recantos do país na figura do homem sertanejo.

Alcântara Machado sustentou a tese da pobreza de São Paulo, depois de analisar cerca de 400 inventários *post-mortem* que abrangeu os anos de 1578 a 1700. Sua conclusão é cabal: em apenas 20 testamentos, havia indícios de riqueza. Para este autor, durante o bandeirismo e pelo menos até o período inicial da mineração (1700), o planalto piratiningano não dava mostras de riqueza<sup>48</sup>. A contribuição de Alcântara Machado em *Vida e Morte do Bandeirante* é inestimável, porque, nessa obra, o autor mostra a forma como estes homens viveram, evidenciando aspectos valiosos para o entendimento do cotidiano bandeirante<sup>49</sup>.

Outros caminhos metodológicos de abordagem indicam que as áreas mineradoras dinamizaram a economia paulista e, mesmo entre os autores que tentaram demonstrar os fatores econômicos negativos, trazidos pela mineração, são ambíguos em seus discursos. O próprio Taunay ressaltou que desde o ocaso do bandeirismo no século XVII, o piratiningano já tendia ao conforto advindo de uma vida sedentária e da acumulação de riquezas<sup>50</sup>.

John Monteiro sustentou que a produção paulista, no início do XVIII, estava fundada em um sistema escravista organizado para o comércio e, que essa produção, era negociada com as vilas vizinhas e com outras Capitânicas através do Porto de Santos<sup>51</sup>. A descoberta das lavras em Minas Gerais, no final do XVII, e, em Cuiabá, no primeiro quartel do século XVIII, acentuou essa tendência e possibilitou o aparecimento de uma elite paulistana, associada à região de embarque das monções, ligada à produção agro-pastoril que dispunha de sesmarias no interior ou sítios na região do embarque para as minas do Cuiabá. Filhos da tradicional elite paulista se tornaram comerciantes de gêneros alimentícios, gado e escravos para abastecer a região das minas. Para Ilana Blaj,

... as amplas possibilidades para o comércio descortinadas com o abastecimento das áreas mineratórias ...[traziam] consigo, principalmente a partir da terceira década

<sup>47</sup> Aquilo que é característico e predominante nas atitudes e sentimentos dos indivíduos de um povo, grupo ou comunidade, e que marca suas realizações ou manifestações culturais. Dicionário Aurélio Buarque de Holanda – Eletrônico.

<sup>48</sup> MACHADO, Alcântara. *Vida e morte do Bandeirante*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia. São Paulo. Edusp, 1980. p. 38.

<sup>49</sup> MACHADO, Alcântara. 1980. *op.cit.*, p. 41.

<sup>50</sup> TAUNAY, Afonso E. *História da cidade de São Paulo*. São Paulo, Melhoramentos, s/d. p. 96.

<sup>51</sup> MONTEIRO, John Manuel. Distribuição da riqueza e as origens da pobreza rural em São Paulo. Século XVIII. In *Revista Estudos Econômicos*. São Paulo. V. 19, esse trabalho aborda a sociedade e economia paulista do final do XVII já tendente a um sistema escravista de unidades produtoras voltadas para o comércio.



*do século XVIII, um grande afluxo de comerciantes portugueses que, estabelecendo-se em São Paulo, .... [enriqueceram e tentaram] galgar os degraus da ascensão social, ambicionando serem reconhecidos como “homens bons”*<sup>52</sup>

Seguindo as considerações de Blaj, a possibilidade dos negócios com as minas despertou até mesmo o interesse de comerciantes portugueses para esse nicho de mercado.

Análises historiográficas mais recentes, ao abordar a economia paulista no século XVIII, apontam para mudanças provocadas pelas relações comerciais com as minas e as possibilidades dos negócios ligados à rota das monções. Na visão de Elizabeth Darwiche Rabello, em *As Elites na sociedade paulista da segunda metade do século XVIII*, essa conjuntura econômica fez aparecer uma nova casta de comerciantes que, embora não participassem das camadas superiores, formaram um *estrato médio* na sociedade paulistana<sup>53</sup>. Para Kátia Abud, na obra intitulada *Autoridade e riqueza. Contribuição para o estudo da sociedade paulistana na segunda metade do século XVIII*, comerciantes paulistas, sobretudo, aqueles recém-chegados da Europa e com posses adquiridas em função do mercado das minas, chegaram a incomodar a velha elite de São Paulo na disputa pelo poder político, concorrendo aos cargos em funções burocráticas da administração pública, nos quadros militares e até no Senado da Câmara. Esse jogo político forçou os antigos “trancos paulistas” a se aproximarem da nobreza latifundiária, para se fortalecerem contra os comerciantes enriquecidos que não tinham o beneplácito e os atributos da ascendência nobre<sup>54</sup>. As questões que envolvem os comerciantes e a elite política de São Paulo formam um capítulo à parte na história econômica do século XVIII e, foge dos propósitos deste trabalho, discutir o dilema da historiografia, estratificando os comerciantes nas camadas médias ou na cúpula das elites dirigentes de São Paulo. Entretanto, vem a propósito lembrar que esses estudos corroboram a dinâmica do movimento monçoeiro nas estruturas econômicas e na sedimentação de uma elite dirigente na capitania de São Paulo.

Outros aspectos importantes observados por Buarque de Holanda e ratificados por estudos atuais<sup>55</sup> foram os problemas de abastecimento no planalto paulista, a carestia dos gêneros de primeirasnecessidade provocados pela tendência da produção em buscar mercado

<sup>52</sup> BLAJ, Ilana. 1998. *op.cit.*, p.281-296

<sup>53</sup> RABELLO, Elizabeth Darwiche. *As Elites na sociedade paulista da segunda metade do século XVIII* São Paulo, Safady, 1980.

<sup>54</sup> ABUD, Kátia Maria. *Autoridade e riqueza. Contribuição para o estudo da sociedade paulistana na segunda metade do século XVIII*. Dissertação de Mestrado. São Paulo, FFLCH/USP, 1978.

<sup>55</sup> Cf. NOGUEIRA, Arlinda Rocha et. al. (orgs). *Sergio Buarque de Holanda: vida e obra*. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura/Arquivo Publico do Estado de São Paulo; Universidade de São Paulo/Instituto de Estudos Brasileiros, 1988.

onde se conseguisse melhor preço. Em sua análise sobre os *Movimentos da população de São Paulo no século XVIII*<sup>56</sup>, publicada em 1966, Buarque de Holanda já dissecava o “*mito do despovoamento e crise econômica de São Paulo provocados pela mineração*” e mostrava, ainda, que não havia razão para acreditar em resultados catastróficos para São Paulo porque “*passados os primeiros transtornos, puderam as terras paulistas atingir certo grau de prosperidade*”<sup>57</sup>. Pelas observações do autor, a economia mineratória propiciou um volume de negócios nunca vistos antes na região Planaltina: “... *efetivamente não há notícia, em época anterior, da presença nas mesmas terras de tão expressivo elenco de homens de cabedal que puderam, em transações semelhantes, aumentar e consolidar seus bens de fortuna*”<sup>58</sup>. Como se quisesse dar prova a esses argumentos, o autor cita alguns nomes da nobiliarquia paulista como Pedro Taques de Almeida, cujo descendente José de Góis e Moraes que chegou a negociar a compra de toda a Capitania de São Vicente, só não fechando o negócio por causa da intervenção da coroa<sup>59</sup>.

Se retornarmos aos registros de Joseph Barbosa de Sá, o cronista dos primórdios da colonização de Cuiabá e Mato Grosso, já se observa que a permutação, a troca, a compra e a venda de produtos essenciais à sobrevivência do mineiro, pelo menos no auge da exploração do ouro, representou um enorme fluxo de negócios, dado que alguns milhares de migrantes se estabeleceram nas minas “*como se fora à terra da promessa ou o paraíso encoberto*”<sup>60</sup>. Toda essa gente assentada, até plantarem as roças e colherem seus frutos, não tinham outra solução senão a de comprar dos retalhistas monçoeiros, os mantimentos necessários à sobrevivência. Mesmo depois de acomodados na terra, por envidarem os mineiros, todos os esforços para procurar as composições auríferas, socavar o ouro, guardar as minas, poucos braços sobravam para lavoura de subsistência, o que demandou uma crescente necessidade de gêneros alimentícios, além de ferramentas e outros utensílios para a manutenção dos trabalhos auríferos. Toda essa gama de produto era oriunda de outros locais, mas, pelo menos, na primeira metade do século XVIII, a principal via de comércio foram os rios navegados pelas monções paulistas, com saída de Ararituaba.

---

<sup>56</sup> BUARQUE DE HOLANDA, “Movimentos da população em São Paulo no século XVIII”. In Revista do I.E.B. nº 1, São Paulo, 1966.

<sup>57</sup> Sergio Buarque de Holanda refere-se aos transtornos causados pelo escoamento da população paulista rumo as minas nas bandeiras e nas canoas monçoeiras, a carestia de gêneros essenciais agravada nas primeiras décadas do século XVIII, o contingente feminino e de inválidos superior ao do elemento masculino. BUARQUE DE HOLANDA, 1966. *op.cit.*, p. 106.

<sup>58</sup> *Ibidem*, p. 106.

<sup>59</sup> *Ibidem*.

<sup>60</sup> BARBOSA DE SÁ. *op.cit.*, p. 12. Ver também LEVERGER, Augusto. *Apontamentos cronológicos da Província de Mato Grosso*. Rio de Janeiro: R.I.H.G.B. v. 205. 1949. p. 215

A busca de novas jazidas, provocada pela diminuição das oitavas de ouro recolhidas, fazia os mineiros abandonarem as lavras e migrarem para outros veios auríferos, quando não obtinham o sucesso esperado retornavam ao lugar de origem. A relação entre comerciantes e mineiros era tão intrínseca que os comerciantes se movimentavam junto aos mineiros nessa mobilidade pendular, evidenciada na reclamação do 3º Governador da Capitania de Mato Grosso (1769-1772) Luiz Pinto de Souza Coutinho transcrita a seguir:

*“... a maior parte das pessoas não têm estabelecimento sólido; quase todos aqueles homens de negócios, que os interesses do comércio atraem a esta capital, são uma espécie de viajantes, que raras vezes se fixão em seu domicílio e que de ordinário, não expirão outra cousa mais, do que a recompensa de algum zuaro momentâneo para transportarem fora daqui seus cabedais.”<sup>61</sup>*

A relação entre mineiros e comerciantes, longe de ser harmônica, foi marcada por pendengas judiciais, reclamações de preços exorbitantes cobrados pelos comerciantes, dívidas não pagas por parte dos mineiros e impostos altos cobrados pelo fisco. *“em fins do século XVIII, um alqueire de sal, que no Rio de Janeiro custa 2\$200 , chega a Mato Grosso por 30\$940. E houve ocasião em que um prato de sal era vendido a seis oitavas de ouro”<sup>62</sup>*. Também contribuía para inflacionar esses preços, os constantes calotes por parte dos mineiros, impossibilitados de fazer os pagamentos pela negativa das minas em lhe oferecer o *vil metal*, por alguma doença ou em virtude do vaguear pelas lavras. Essa situação agravou a situação de miséria das minas, porque se sentindo prejudicados os comerciantes cobravam juros altos conforme a *“Notícia da situação de Mato Grosso e Cuyabá: estado de uma e outras Minas e novos Descobrimientos de Ouro e Diamantes”*, por José Gonçalves da Fonseca:

*Quase todos fazem suas compras para pagar com o ouro que ainda há de se extrair. E como o ouro não vem, correm os juros e todos vivem com suas fazendas empenhadas. Por um escravo que compram, nota alguém, dois não chegam para pagar<sup>63</sup>.*

Nessas relações comerciais outros prejuízos eram causados pela circulação do ouro em pó, adulterados com outras substâncias. Tanto os pesos como as medidas podiam ser falsificados: *“...assim é que, em alguns casos se falsificam os pesos, em outros, as balanças, em outros finalmente, o próprio ouro, que quase nunca vem limpo às mãos do traficante, mas*

<sup>61</sup> Relatório de Luiz Pinto de Souza Coutinho a Martinho de Melo e Castro em Maio de 1770. A.H.U./NDRIHR/UFMT. Mf. 216 documento 2483.

<sup>62</sup> “Notícia da situação de Mato Grosso e Cuyabá: estado de uma e outras Minas e novos Descobrimientos de Ouro e Diamantes, por José Gonçalves da Fonseca”, RIHGB, VOL. XXIX, 1ª PARTE, p. 356-357..

<sup>63</sup> *Ibidem*.

*em geral de mistura com esmeril, areia amarela, limalha de latão e terra*”<sup>64</sup>. A narrativa do erudito escritor Joseph Barbosa de Sá é talhada por ressentimentos contra a desmedida ganância portuguesa na cobrança de impostos e tributos, causadora das “... *lágrimas dos miseráveis que entregavam as fazendas por não terem com que pagarem os direitos delas e outros a quem tomavam os escravos pela labutação dos quintos...*”<sup>65</sup>. Seu ressentimento contra a coroa aparece ao narrar sobre o provedor Sebastião Fernandes do Rego que teria, na falta de 7 arrobas de ouro, remetido chumbo em igual peso para Portugal como pagamento do quinto: “ *quem fez a versão do ouro em chumbo não foi mão humana, mas sim a da Divina Justiça...*”<sup>66</sup>.

Mas toda essa dificuldade não é considerada por Buarque de Holanda como fator de prejuízo final para os comerciantes. Mesmo nesse ambiente, onde se coabitava com a violência cotidiana de uma natureza inóspita, dos conflitos com o indígena, as doenças epidêmicas e as turras dos mineiros, os monçoeiros “*mais habilidosos ainda conseguem vencer e acumular cabedais. Destes, sobretudo a partir de meados do século XVIII, quando já está mais regularizado o tráfego fluvial*”<sup>67</sup>.

Além dos produtos comestíveis, as roupas, os panos de algodão, ferramentas e utensílios negociados com as minas, através dos caminhos líquidos, acrescentavam-se ainda o comércio terrestre de gado vacum e cavalar no período das monções que faziam crescer os lucros dos comerciantes. Mesmo a contrapelo, Manoel Cardoso de Abreu em seu *Divertimento Admirável*, ao tentar mostrar a miséria paulista no século XVIII, acabou mostrando que inúmeras cidades paulistas complementavam sua receita com o excedente de sua produção, vendido aos passageiros das monções. Uma parte desses comerciantes ia a “... *viamão buscar tropas de animais cavalares ou vacuns para venderem, não só aos moradores*

---

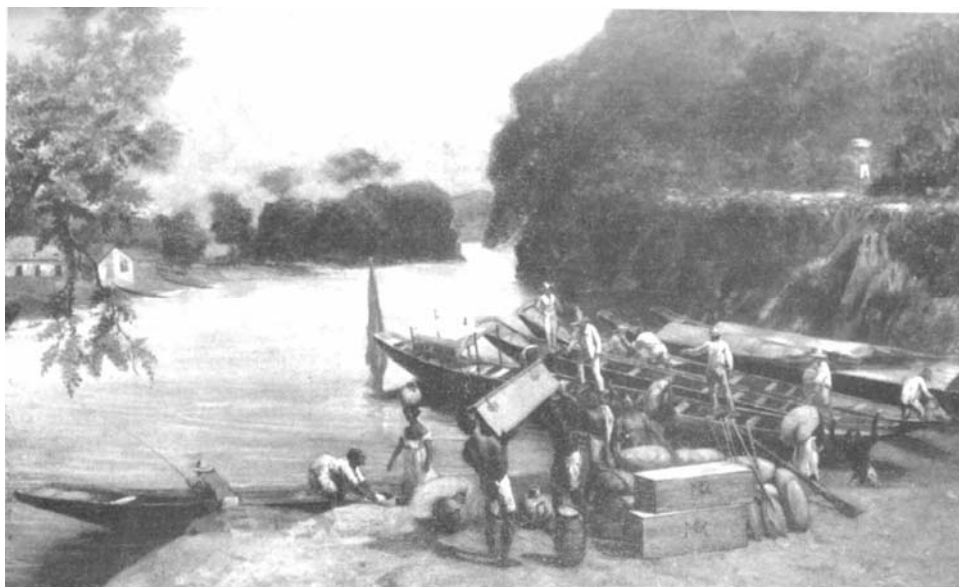
<sup>64</sup> BUARQUE DE HOLANDA, 1976. *op.cit.*, p. 116.

<sup>65</sup> Sá, Joseph Barbosa de. *Op. Cit.*, p.24.

<sup>66</sup> *Ibid.*

<sup>67</sup> BUARQUE DE HOLANDA, 1976. *op.cit.*, p. 117.

FIGURA 1



Carga das canoas de uma Monção em Porto Feliz – Ap de Hércules Florence –  
Óleo de Oscar Pereira da Silva - (Galeria do Museu paulista).

Fonte: TAUNAY, Afonso d'Escragnolle. *Relatos Monçoeiros*; São Paulo, Itatiaia, 1981. p. 150.

da mesma cidade e seu continente como também aos andantes de Minas Gerais”. Manoel Cardoso de Abreu constatou ainda que:

“... os moradores da Vila de Santos ...[eram] os mais abastados em razão de ser este o porto do mar onde desembarcam as fazendas que vem do Rio de Janeiro para a Capitania e Minas do Cuiabá e Mato Grosso (...) os moradores das vilas de Parnaíba e Itu e freguesia de Araçariguama, que estão na estrada que vai desta cidade para o porto de Cuiabá, vivem de fábricas de açúcar, de criar seus animais cavalares e vacuns e de panos de algodão e por isso são os mais remediados, como também os da freguesia de Ararituaba pela razão de ser porto do comércio das ditas minas do Cuiabá<sup>68</sup>.”

Entre os estudos sobre o mercado interno colonial e suas relações com a história das Minas Gerais, encontra-se o estudo desenvolvido por Mafalda Zemella em suas tese de doutoramento intitulada “*O abastecimento interno da Capitania das Minas Gerais no século XVII*”. Embora considerado um trabalho basilar na discussão historiográfica do abastecimento interno, sua autora insiste na tese do despovoamento<sup>69</sup> de São Paulo e defende, com ênfase, a formação de uma intrincada rede comercial em que os comerciantes iam e vinham nessa rota das monções, levavam os seus produtos para a região mineira e voltavam às regiões fornecedoras para, *recarregados*, voltarem aqueles mercados consumidores.

Esse *ir e vir* de tropeiros, mercadores, boiadeiros os tornavam distintos dos mineiros que abandonavam suas casas e seus bens, pensando somente na viagem de ida e no estabelecimento nas lavras auríferas. Zemella mostra, ainda, as dificuldades nas regiões produtoras em suprir plenamente o ávido mercado das Minas Gerais e aponta como sendo esta a principal causa da carestia geral nas vilas envolvidas nesse tipo de negócio. Para tanto, os negociantes precisavam dispor de *...boiadas, toucinho, aguardente, açúcar, panos, calçados, drogas e remédios, trigo, algodão, enxadas, almocrafes e artigos importados como o sal, armas, azeite, aguardente*<sup>70</sup>.

O que procurei deixar claro, no processo de investigação deste trabalho, foi que as monções movimentaram a economia paulista nas primeiras décadas do XVIII. Procurei ratificar a tese da existência de um mercado interno fluente que acenava, com veemência, para a contribuição do mercado mineratório e na formação das elites paulistas. Nesse conjunto, o movimento monçoeiro foi o instrumento de ligação das transações comerciais, do fortalecimento das finanças, da circulação e gestão do dinheiro e de outros recursos líquidos

<sup>68</sup> ABREU, Manoel Cardoso de Abreu. *Divertimento Admirável para os historiadores observarem as máquinas do mundo reconhecidas nos sertões da navegação das minas do Cuiabá e Mato Grosso*. Cuiabá IHGMT Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, 2002 (Publicações avulsas).

<sup>69</sup> <sup>69</sup> ZEMELLA, Mafalda P. *O Abastecimento da Capitania das Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: Hucitec/Edusp 1990. p 45.

<sup>70</sup> *Ibidem*.

da Capitania de São Vicente, mesmo que em detrimento da região, onde se formaria a Capitania de Mato Grosso<sup>71</sup>. Essas análises historiográficas ajudaram a combater os mitos do despovoamento de São Paulo e de empobrecimento dessa capitania em função do ciclo bandeirante e monçoeiro, criados pela historiografia clássica.

---

<sup>71</sup> LENHARO, Alcir. *op.cit.*

## CAPÍTULO 2

### Os esforços de Taunay



Afonso d'Escragnolle Taunay, considerado como um dos mais proficientes escritores do seu tempo (1876-1958). Foi professor, ensaísta, biógrafo, romancista, tradutor e lexicógrafo. Foi um técnico de vasta erudição, historiador incansável e produtivo, escritor de instigante imaginação. Sobre o período colonial brasileiro e sobre a literatura, a ciência e a arte no Brasil, Taunay deixou em volumes, mais de cem obras, quase mil artigos em jornais e revistas e a série enorme dos *Documentos Históricos* da Biblioteca Nacional. Foi chamado por José Honório Rodrigues de “o maior trabalhador da historiografia brasileira”<sup>72</sup>; TAUNAY foi também um museólogo pioneiro que teve sua obra materializada em monumentos e instituições como o *Museu Paulista* e o *Museu Republicano*.

Em 1944, a consagração estrangeira e o reconhecimento internacional do seu trabalho já eram prementes, sobretudo, quando foi eleito membro honorário da American Historical Association juntamente com os historiadores Rafael Altamira y Crevea, Pierre Caron, Johann Huizinga, Albert Pollard, George Macaulay Trevelyan e Domingo Amanátegui y Solar. Segundo seus biógrafos, não se tratava de uma distinção comum, a American Historical Association era uma instituição muito exigente na escolha de seus membros e a eleição era feita por nomes da mais alta reputação na historiografia universal.

A historiografia brasileira, antes de Taunay, povoou o litoral; seu foco estava na ocupação da costa e por isso deixava na sombra todo o povoamento do interior da América portuguesa, portanto, o hercúleo esforço historiográfico de Taunay, corresponde a uma renovação de toda a temática histórica, porque trouxe a lume uma área não contemplada pelos estudos históricos. Com Taunay a investigação das bandeiras recebeu um impulso capital e o saber histórico se alargou imensamente constituindo-se num processo de abasileiramento da historiografia e de eleição de objetos históricos até então excluídos de abordagens. Mostrou que era preciso rever os caminhos, as monções, a fronteira flutuante, os processos de conquista do sertão e de criação de uma personalidade histórica definitivamente brasileira<sup>73</sup>.

Taunay soube, como ninguém, aproveitar as poucas fontes deixadas por bandeirantes e monçoeiros, agentes históricos que pouco conheciam da historicidade de suas ações e, por isso, deixaram paupérrima herança de registros iconográficos, de crônicas, relatórios e histórias: *nenhum dos grandes sertanistas deixou o relato de suas jornadas de penetração*<sup>74</sup>, por essa razão era necessário, com as peças históricas que sobraram de origem espanhola e

---

<sup>72</sup> RODRIGUES, José Honório. *História e Historiadores do Brasil*. São Paulo: Composto e Impresso nas oficinas da Editora Obelisco para a Editora Fulgor Ltda, 1965.

<sup>73</sup> *Ibidem*, p. 136, 137.

<sup>74</sup> *Ibidem*, p. 137.

brasileira reconstruir quase tudo. Antes de Taunay, poucos historiadores, a exemplo de Washington Luis e Basílio de Magalhães, fizeram incursões historiográficas ao bandeirismo. Coube a Afonso Taunay realizar um gigantesco projeto de pesquisa de 26 anos de trabalho (1924-1950) disciplinado e constante, até apresentar os 11 volumes da *História Geral das Bandeiras Paulistas*, obra considerada uma das maiores revisões factuais da historiografia brasileira e de análise documental. Analisou as bandeiras como movimentos coletivos, grupais e sociais, mostrou o Brasil como um produto real ou seja, com fatos mais reais, mais empíricos, não só como uma criação política, ética ou religiosa.

Taunay ampliou o horizonte historiográfico ao preencher a lacuna da história dos sertões, do interior brasileiro em sua gestação; colecionou e publicou narrativas inéditas que ajudam na composição da escrita histórica dos caminhos sertanistas dos séculos XVII e XVIII.

Quanto aos limites do seu trabalho, pode-se afirmar que, Taunay e intelectuais como Ellis Jr. foram responsáveis pela construção da imagem do pioneiro bandeirante como forma de distinguir as antigas famílias de São Paulo de outros habitantes do Estado, suas publicações contam parte da história dos paulistas em seus primeiros achados auríferos no Brasil e apresenta-os como uma *raça de gigantes*. Seus críticos dizem ainda que lhe faltou teoria, antropologia e que ele narrava mais do que interpretava, descrevia mais do que compreendia. Outra limitação apontada em sua obra foi a ausência da citação das fontes dos documentos transcritos, não havendo identificação do arquivo, o número do documento, a página do livro, o que ainda dificulta muito o trabalho do pesquisador que deseja ler os documentos citados. Contudo, há uma concordância nas opiniões de que essas considerações não ofuscam o brilho extraordinário do trabalho de Taunay. Os registros oficiais e as crônicas contidas em suas obras, envolvem roteiros geográficos, descrições dos recursos naturais, possibilidades de exploração e sobrevivência daqueles que se aventuravam pelos caminhos interiores do Brasil, oferecendo informações singulares e riquíssimas para a composição da história brasileira.

A *História Geral das Bandeiras Paulistas* representa uma fonte essencial para este trabalho. Seria impossível desenvolver essa pesquisa sem a riquíssima contribuição trazida por Taunay. Seus *Relatos Monçoeiros* e *Sertanistas* reunindo os registros oficiais, as notas pitorescas, históricas e curiosas oferecem os testemunhos de viajantes, sobre os costumes e recursos da navegação monçoeira. Em suma, sua obra é imprescindível a qualquer historiador

que tenha como objeto de pesquisa as viagens monçoeiras do século XVIII de Araritaguaba a Cuiabá.

Com o intuito de autenticar a valiosa contribuição de Taunay resolvi apresentar a relação de obras compiladas e comentadas por Taunay que, juntamente com outras fontes, ajudaram a compor o estudo sobre o *Segundo Eldorado* brasileiro.

- *Relação verdadeira da derrota e viagem*, do Capitão General Rodrigo César de Menezes para as minas do Cuiabá, redigida, em 1727, por Gervásio Leite Rabello, secretário do Governo;
- *Notícias Práticas*, do Capitão João António Cabral Camelo, sobre sua viagem às mesmas minas, em 1727, e cuja redação data, segundo Taunay, de 1734;
- *Carta escrita do Cuiabá aos novos pretendentes daquelas minas*, de autor desconhecido, que constitui a *Notícia 8ª Prática* da coleção do jesuíta Diogo Soares, sendo de data posterior a 1728, milésimo a que o cronista faz menção no texto, e anterior a 1748, ano em que faleceu o compilador;
- *Relação de viagem*, do Conde de Azambuja (1751);
- *Diário* do Sargento-mor Teotônio José Juzarte (1769-1771);
- *Carta de um passageiro de monção*, de Diogo de Toledo Lara e Ordenhes (1785).

## CAPÍTULO 3

Contribuição de Sérgio Buarque de Holanda

Uma rápida biografia de Sérgio Buarque de Holanda o apresenta como um dos mais reconhecidos intelectuais brasileiros, cientista social de ampla e rara envergadura. Sua formação como historiador e sociólogo, o levou a atuar como professor em universidades européias e americanas nas décadas de 50 e 60. Foi professor da Cadeira de História da Civilização Brasileira na USP e correspondente de Jornais da Europa. Escreveu vários livros: *Monções* (1945); *Caminhos e Fronteiras* (1957); *Visão do Paraíso* (1959), entre outros. Foi autor do clássico livro *Raízes do Brasil*, publicado em 1936, inaugurando a Coleção *Documentos Brasileiros* da Livraria José Olympo. Foi considerada por José Honório Rodrigues como uma das obras definitivas da historiografia brasileira<sup>75</sup>, onde fez um questionamento cabal: “*Como esperar transformações profundas em país onde eram mantidos os fundamentos tradicionais da situação que se pretendia ultrapassar?*”<sup>76</sup>. Nesta obra analisou os tênues limites entre a história social e a história política, considerando a multiplicidade dos tempos<sup>77</sup>.

Buarque de Holanda trilhou os caminhos das representações mentais e abordou a história brasileira de forma magistral, através da *Visão do Paraíso*, obra publicada em 1959. Acessível e sofisticada ao mesmo tempo, sua abordagem, fundada em pesquisa exaustiva permitiu a síntese da história e literatura brasileira.

Em *Monções* (1945) e nos textos reunidos no livro *Caminhos e Fronteiras* (1957), Sérgio Buarque de Holanda exarou seu interesse na esfera da cultura material: o artefato, a técnica de sobreviver, de caçar, de transportar; nessas obras, mostrou a ligação entre as relações sociais e a aparente insignificância do gesto, do cotidiano no processo de ocupação do território pelo colonizador, apresentou uma concepção avançada da história do Brasil, por isso não supervalorizava a cultura portuguesa.

*Caminhos e Fronteiras e Monções* são obras que reúnem abordagens sobre a transição das caminhadas a pé ao longo dos seiscentos em que os rios eram considerados obstáculos aos viajantes para as navegações fluviais no Brasil colonial, que alcançam o apogeu no século XVIII. Em *Monções*, o cotidiano é revisitado com detalhes riquíssimos: a fabricação das canoas, o trabalho dos pilotos e proeiros, as cargas e mercadorias transportadas, as travessias

---

<sup>75</sup> RODRIGUES, José Honório. *História e Historiadores do Brasil*. São Paulo: Composto e Impresso nas oficinas da Editora Obelisco para a Editora Fulgor Ltda, s/d., p. 27.

<sup>76</sup> BUARQUE DE HOLANDA, *Raízes do Brasil*. São Paulo. Companhia das Letras. 1995. p. 46.

<sup>77</sup> Dias, Maria Odila da Silva. Estilo e Método na obra de Sérgio Buarque de Holanda. In: NOGUEIRA, Arlinda Rocha et. al. (orgs). *Sérgio Buarque de Holanda: vida e obra*. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura/Arquivo Público do Estado de São Paulo; Universidade de São Paulo/Instituto de Estudos Brasileiros, 1988, p.77.

dos varadouros, as dificuldades nas cachoeiras e os ataques de índios. Também aspectos das crenças e superstições dos monçoeiros, como viviam, festejavam, adoeciam e morriam. A obra discorre sobre roupas e culinária das monções, retrata a vida nas minas, os núcleos de povoamento às margens dos *caminhos líquidos* atravessados pelas canoas paulistas e comenta sobre os preços, o abastecimento e a carestia da incipiente economia mato-grossense, oferece ainda indícios das estratégias geopolíticas metropolitanas de ocupação da região. Detalhes que ilustram e dão vida a esse movimento populacional que se converteu em um dos mais fabulosos fenômenos migratórios da história do Brasil.

Através de *Monções*, Sérgio Buarque de Holanda rejeitou as teses ufanistas que ressaltavam o espírito indômito e empreendedor do paulista. A febre ufanista que descreveu os paulistas como se fossem a “*locomotiva da nação*”. Deste livro emanou uma multidão de homens anônimos, empurrados pelas condições materiais de vida para uma migração que nada se relaciona com sua índole ou traço intrínseco de personalidade. Emerge nessa obra a figura do monçoeiro que saía, sobretudo, em busca da sobrevivência. O meio geográfico, a sociedade e a cultura do paulista, a partir das especificidades e condições históricas locais, forjaram o movimento das populações rumo ao Cuiabá.

*Monções* sugere que houve uma improvisação de costumes, a partir da experiência secular do bandeirante e a transfiguração deste, nos tipos humanos como o tropeiro, o proeiro, o monçoeiro, longe dos padrões hierarquizantes de Portugal. Evidencia-se na obra as nuances da transformação dos intrépidos colonos aventureiros nos negociantes retalhistas, submissos às tiranias legais e judiciárias da metrópole. A obra dá alguns traços das relações do comércio com a lavoura e o surto de crescimento em São Paulo no XVIII, que se deduz ser base de novas fortunas e sedimentação das oligarquias paulistas.

Não se pode negar que Buarque de Holanda foi um “*precursor*” da história Cultural no Brasil<sup>78</sup>. Seus textos contemplam a conceituação de tempo braudeliano<sup>79</sup>, para interpretar a

---

<sup>78</sup> Ronaldo Vainfas em “*Domínios da História*” afirma que Gilberto Freire e Sérgio Buarque de Holanda atuaram como “precursores” de uma história cultural no Brasil. CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História : Ensaio de Teoria e Metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p.159.

<sup>79</sup> Maria Odila da Silva Dias afirma que na obra de Buarque de Holanda estão presentes os “*ritmos de tempo especificados por Fernand Braudel: o ritmo da longa duração, quase imóvel, o das relações do homem com o seu meio físico; um ritmo intermediário, correspondendo ao tempo das estruturas sociais, que permite apreender as mudanças nas sociedades, nas economias e por fim, o tempo da história dos eventos, mais rápido e superficial dos atos relativos a história política e a atuação consciente dos indivíduos*” Sérgio Buarque de Holanda: vida e Obra. *op.cit.*,p. 77.

influência da paisagem e sua interpenetração na cultura e na sociedade<sup>80</sup>. Foi por tudo isso que considereei a magnífica produção de Sergio Buarque de Holanda como a *fonte basilar* da presente pesquisa e para outros pesquisadores que se aventurarem a estudar a navegação fluvial e a sociedade brasileira na aurora da história mato-grossense.

---

<sup>80</sup>Para Buarque de Holanda “*é inevitável pensar que o rio, que as longas jornadas fluviais, tiveram uma ação disciplinadora*”<sup>80</sup> sobre os aventureiros homens das monções, Buarque de Holanda, Sérgio. *Monções*. Editora Alfa-Ômega. São Paulo, 1976. p.76.

# PARTE II



## A VIA ANFÍBIA DE PENETRAÇÃO

*“Embora o poder imperial sempre fluísse com os rios, os cursos d’água são os únicos elementos da paisagem que transportam a carga da história”*

Simon Shama, *Paisagem e história*, 1996,p.18

## CAPÍTULO 1:

### VIAS FLUVIAIS: “NOS FASTOS DA CONQUISTA OCIDENTAL”

*"Dir-se-ia que o autor da natureza, formando assim os laços de união entre as várias partes deste imenso Império, quis indicar a seus habitantes que se devem manter sempre unidos". Saint Hilaire (1819).*

Não há como negar o relevante papel dos rios na história das conquistas humanas. É pertinente lembrar que as malhas fluviais exerceram indiscutível influência na orientação dos fluxos migratórios e na expansão política dos povos. Nos movimentos colonizadores é impossível omitir a função de orientação e abastecimento dos rios. Muitos estudiosos chegam a subordinar diretamente o rumo das correntes de expansão aos traçados fluviais. Com relação ao Brasil, a disposição das serras, vales, planícies e depressões no espaço territorial determinaram o traçado dos seus grandes rios e a história de sua colonização. O conjunto orográfico, reunido nos altiplanos centrais, permitiu que muitos rios estendessem as últimas ramificações de suas cabeceiras, facilitando a intercomunicação entre elas, conforme salientou Humberto de Mello Nóbrega em sua obra *História do Rio Tietê* :

*Passa-se, destarte, de uma vertente para outra com transpor apenas uma crista, ou, por vezes, diretamente, de rio para rio, por varadouros e canais. No planalto dos Parecis, divisor de águas das bacias amazônica e platina, a menos de quarenta léguas de Guaporé, jorram dois manadeiros, distanciados de três metros: um dá origem ao rio Alegre, - afluente do Jauru, que vai desaguar no Paraguai; o outro, veio formador do Aguapé, que se lança no Guaporé, tributário do Madeira... o rio Alegre e o Aguapé são navegáveis desde sua nascente e, no ponto em que ambos começam a sê-lo, não estão separados senão por uma tira de terra de 6.470 metros ...a comunicação entre as águas do Amazonas e as do Prata, e, como as águas do Orenoco se comunicam com as do Amazonas, seria bastante rasgar esses 6.000 metros de terra para permitir a um barco a vapor entrar no Orenoco e sair pela embocadura do Prata, depois de ter percorrido, durante 3.000 léguas, o país mais rico e mais fértil do mundo<sup>81</sup>.*

Mas, a notável facilidade de comunicação pelo sistema fluvial foi pouco aproveitada pelos colonizadores, na aurora da História do Brasil. O aproveitamento mais intenso só ocorreu no século XVII, quando desencadeou a conquista sertanista do território, encetada pelos paulistas, a partir do rio Tietê. Taunay, por exemplo, exige que seja reconhecida a peculiaridade deste rio, bem como sua prioridade sobre os demais caminhos fluviais, no alargamento das fronteiras brasileiras:

*...em parte alguma do globo as condições geográficas, demográficas, comerciais, coexistiram esta via anfíbia de milhares de quilômetros de imensos percursos fluviais e pequenas jornadas terrestres: a estrada das monções entre os pontos terminais de Araraitaguaba e Cuiabá.<sup>82</sup>*

As primeiras feitorias, conforme lembrou Mello Nóbrega, foram fundadas na orla do Atlântico e eram servidas por pequenos cursos d'água, sem expressão nenhuma para penetração do continente. Além disso, o porto vicentino era fechado por um paredão serrano, abrupto e sem gargantas, cuja cobertura vegetal era constituída por um emaranhado florestal

<sup>81</sup> NÓBREGA, Humberto de Mello, *História do Rio Tietê*. Ilustrações de Wash Rodrigues; introdução de Leonardo Arroyo. São Paulo. Governo do Estado de São Paulo, 1978, p. 19-22. (Coleção Paulística, vol. VIII).

<sup>82</sup> TAUNAY, 1976, *op. Cit.*, p. 13.

pouco freqüentado pelos colonizadores. Tudo isso impedia o mergulho para o interior da Colônia.

A magnífica rede fluvial brasileira só foi aproveitada a partir do descimento sertanista rumo ao oeste do território. Além do transporte, para o litoral, de silvícolas aprisionados nos sertões para a escravização, os sertanistas lançavam-se Tietê abaixo, rumo ao oeste como faiscadores de ouro. Nem as explorações de reconhecimento da Amazônia, nem as rasas incursões nordestinas foram capazes de desencadear o processo de devassamento do território brasileiro. Em *Cultura e Opulência do Brasil por suas drogas e minas*, Antonil<sup>83</sup> concordava com a avaliação feita pelo Frei Vicente Salvador, no ano de 1620, de que os portugueses eram maus colonizadores pela apatia de “andar arranhando ao longo do mar, como caranguejos”. Mello Nóbrega, ao considerar as observações de Antonil de que os portugueses limitavam-se a ocupar as “*fraldas do mar*”, comentou que, apesar de tudo e por mais paradoxal que possa parecer, São Vicente, o núcleo colonizador que mais tendia à estagnação costeira, “*à atividade risível do caranguejo*”, foi o que mais rápido se projetou na conquista continental: “*Cellula-mater, como bem apregoava seu brasão-de-armas, São Vicente venceu a aspereza da serra, e, atingido o planalto, aí se expandiu, por água e terra, até os confins da colônia, apagando no solo a sombra iníqua da linha tordesilhana*”<sup>84</sup>.

Os paulistas muito se aproveitaram dos rios para suas jornadas pelos sertões, embora os caminhos terrestres tivessem tido maior importância, com exceção no período da conquista de Mato Grosso que se fez por transportes fluviais. Entretanto, “*...mesmo as expedições por terra se guiavam pelos rios e deles se abeiraram, pelo socorro que só as águas doces lhes poderiam propiciar*”<sup>85</sup>. O certo é que as bandeiras em muito se valeram do extraordinário sistema potamográfico paulista apontado para oeste, embora seus rios fossem quase todos encachoeirados, pedregosos e de difícil navegação fluvial. Conforme enfatizou Mello Nóbrega,

*o Tietê, que demandava Mato Grosso e, portanto, às terras castelhanas, também se apresentava encachoeirado a partir de São Paulo até Araraitaguaba e só daí até Avanhandava, com cerca de 180 a 200 quilômetros de via líquida, oferecia facilidade à penetração bandeirante*<sup>86</sup>.

<sup>83</sup> ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas* Rio de Janeiro. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/ Conselho Nacional d Geografia, 1963.

<sup>84</sup> NÓBREGA, Humberto de Mello. *op.cit.*, p. 19-22.

<sup>85</sup> *Ibidem.*

<sup>86</sup> *Ibidem.*

Assim, o Tietê, narrado magistralmente por Humberto Mello Nóbrega "*ora como cenário, ora como comparsa, ora como personagem*", só ao longo do século XX, teve sua identidade bem definida como "*O rio bandeirante*".

Conforme as observações da historiadora Maria do Carmo Brazil, os rios Tietê e Paraguai, enquanto componentes do grande "*tablado geográfico*" em que se movimentaram os antigos bandeirantes e onde se concentraram as principais forças de defesa da nação brasileira, durante o conflito platino, já ganharam historicidade, mas ainda figuram entre os rios brasileiros que ainda precisam ser estudados:

*Se o Tietê possuiu a característica peculiar de "convidar o homem para a vida sertaneja", o Paraguai teve o privilégio de fazer parte de um dos mais importantes complexos hidrográficos do mundo... o rio Paraguai tem profundas ligações históricas com o Tietê. Como parte da grande malha fluvial brasileira, as águas tietanas cumpriram, através da atuação bandeirante, a missão de ligar o litoral do Atlântico ao sertão brasileiro. Os elementos constitutivos do vínculo histórico entre os dois rios aglutinam-se na vocação expansionista do Tietê para o interior brasileiro e no caráter inquieto do Paraguai, "rio que caminha" em terras internacionais para se derramar no mar. O Tietê era como "uma seta apontada para o sertão a indicar caminhos" [Nóbrega, 1978, p. 25]. O Paraguai a meta, uma jóia do Prata, protegida por tribos guerreiras e cobiçada por nações vizinhas<sup>87</sup>.*

Nelson Werneck Sodré, em *Oeste*<sup>88</sup>, ressaltou a geografia local de Piratininga como um verdadeiro convite aos homens ao movimento rumo às entranhas do Brasil, visto que o Tietê corria para o interior, para os sertões. Cassiano Ricardo, autor da *Marcha para o Oeste*<sup>89</sup> lembrou que o rumo tomado pelo Tietê, representava a linguagem misteriosa da natureza, evidenciando que apesar de suas nascentes localizarem-se junto ao litoral, o rio voltava suas costas para mar e rasgava o sertão, convidando o homem a fazer o mesmo. Como *personagem*, lembra Mello Nobrega, o Tietê, "...de um lado, olhava para o oceano, muito próximo, marulhante, que significava contacto e dependência da metrópole....do outro, dominava o sertão. A própria posição geográfica indicava o sentido da nova etapa. É quando começa o ciclo das monções"<sup>90</sup>.

O papel *tieteano*, de relevância ímpar na corrida do ouro cuiabano, é indiscutível. Esta busca desencadeou o intenso movimento monçoeiro, caracterizado por periódicas viagens fluviais, envolvendo moradores com famílias ou não, para se estabelecer em Cuiabá e outras

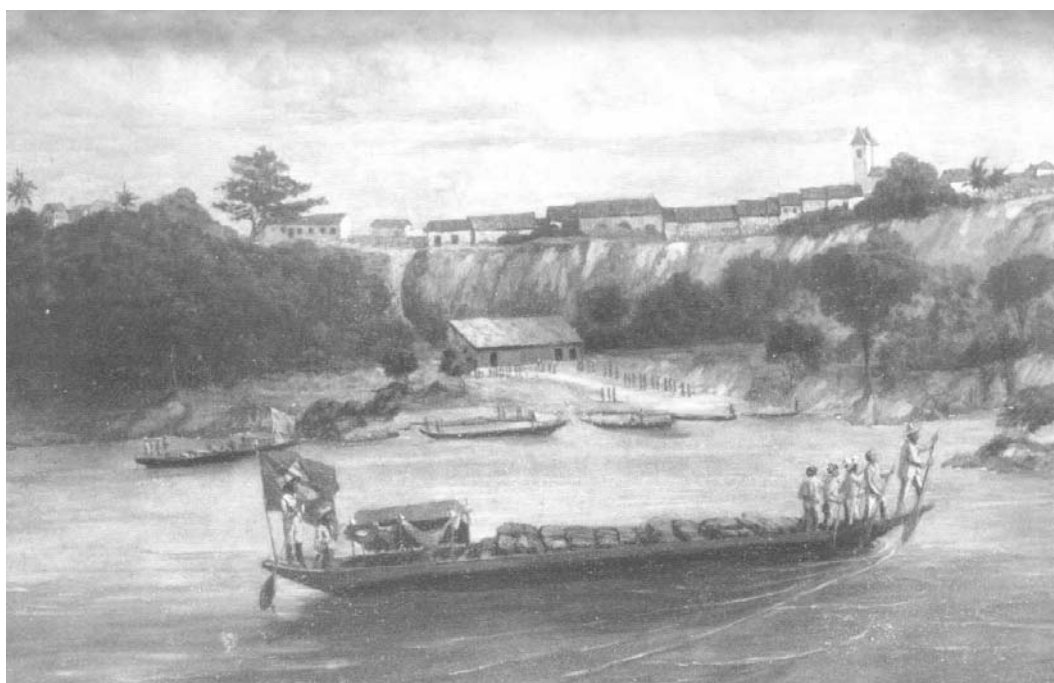
<sup>87</sup> BRAZIL, Maria do Carmo. Rio Paraguai: *O "mar interno brasileiro"* - uma contribuição para o estudo dos caminhos fluviais. São Paulo: FFLCH/USP, 1999, p. 64. (Tese de Doutorado).

<sup>88</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *Oeste* : Ensaio sobre a grande propriedade pastoril : com 8 mapas. São Paulo. Fac-símile da Editora José Olympio, 1941. Arquivo do Estado, 1990.

<sup>89</sup> RICARDO, Cassiano. *Marcha para o Oeste*. Livraria José Olympio Editora, 1940. Coleção Documentos Brasileiros. Vol. I.

<sup>90</sup> NÓBREGA, *op. cit.*, 26.

FIGURA 2



Partida de uma Monção de Porto Feliz – Ap. A. Adriano Taunay óleo de Oscar Pereira da Silva – (Galeria do Museu Paulista).

Fonte: TAUNAY, Afonso d'Escragnolle. *Relatos Monçoeiros*; São Paulo, Itatiaia, 1981. p. 127.

minas descobertas na região. Assim, quando as monções começaram a partir de Nossa Senhora Mãe dos Homens de Araraitaguaba, hoje Porto Feliz, o Tietê passou a representar a “*magnífica via líquida de transporte*” para as minas mato-grossenses.

Com a intensificação do movimento da navegação, gerou-se a necessidade de abastecimento das áreas mineiras de Mato Grosso, onde os faiscadores, mineradores e, até negros escravizados, ocupados na exploração das lavras, negligenciavam o cultivo de subsistência, conforme ressaltou Mello Nóbrega, na seguinte passagem: “... *não cultivavam sequer para o próprio sustento, descuidados da lavoura e do gado, morrendo à mingua, muitas vezes, em meio aos tesouros acumulados, ou pagando pelo alimento de um dia o produto de longas horas de trabalho de almocafres e bateias*”<sup>91</sup>.

Além disso, fatores ambientais como pluviosidade, enchentes e pragas causavam sérios danos às plantações, comprometendo o bom resultado das colheitas<sup>92</sup>. O cronista José Barbosa de Sá, certamente exagerando nas cores, observou e narrou que, em 1725

... o milho que se plantava na terra antes de nascer comiaó os ratos depois de nascido o que escapava dos ratos o destruhiaó os gafanhotos o que chegava a espigar brotava o sabugo sem gram e algum que granava o comiaó os pasaros que era necesario colhelo verde: tudo mais o que plantava na terra<sup>93</sup>.

Portanto, problemas de ordem produtiva e ambiental, as distâncias, as correrias indígenas<sup>94</sup> que atacavam as canoas monçoeiras, as dificuldades de comunicação e transporte e a violenta carga tributária causavam o encarecimento das mercadorias, na região das minas. As autoridades seguiam à risca as determinações da *Ordem Real*, conforme evidencia uma *Carta-Instrução*, datada de 16 de abril de 1729, destinada ao Capitão General Antônio da Silva Pimentel para dar continuidade à cobrança das cargas de secos e molhados e de escravos na Casa de Registros dos Quintos. Em suma, a *Ordem* vinha nos seguintes termos: “*Se deve cobrar o mesmo que se pratica nas minas gerais*”<sup>95</sup>. Os altos preços pagos pelos bens de subsistência nos núcleos mineradores, desatinavam sensivelmente a realidade social. A penúria estendia-se a todos, desde os primeiros aventureiros aos organizadores da empresa colonial na região. Por mais paradoxal que se possa parecer, a miséria acompanhou a riqueza das minas. As embarcações saíam de Araraitaguaba abarrotadas de mercadorias como sal,

<sup>91</sup> NÓBREGA, *op. cit.*, 63.

<sup>92</sup> BRAZIL, Maria do Carmo. *Fronteira Negra Dominação, violência e resistência escrava em Mato Grosso – 1718-1888*. Passo Fundo: Editora da UPF, 2002. p. 63.

<sup>93</sup> BARBOSA DE SÁ, *op. cit.*, p. 18.

<sup>94</sup> ANNAIS DA CAMARA DE CUIABÁ. Livro de registro do Senado da Câmara, ano de 1756, p. 33.

<sup>95</sup> ANNAIS DA CAMARA DE CUIABÁ. ORDEM REAL a Antônio da Silva Caldeiras Pimentel, de 16 de abril de 1729. (APMT, lata A, doc. 10).

artigos de luxo, escravos, aves, eqüinos, muares, gado vacum e voltavam de Cuiabá apinhadas de arcas de grossas ferragens contendo muito ouro, sob o olhar vigilante das escoltas e dos provedores de minas.



**CAPÍTULO 2:*****ÍNDIOS! OURO! PEDRAS!***

No ano de 1926, a Companhia Melhoramentos de São Paulo trouxe a lume a obra *Índios! Ouro! Pedras*, produzida por Afonso Taunay. O volume contém três capítulos dedicados aos sertanistas seiscentistas e aos monçoeiros dos séculos XVII e XVIII. O primeiro capítulo constituiu-se de um esboço biográfico de Antônio Raposo Tavares; o segundo foi dedicado à biografia de Fernão Dias Paes; e o terceiro capítulo, encerra um discurso intitulado "*A glória das monções*" que foi proferido, oportunamente, pelo próprio Taunay, a convite do governo de São Paulo por ocasião da inauguração, em Porto Feliz, do monumento comemorativo das Monções, em 26 de abril de 1920. As considerações realizadas nessa obra foram, mais tarde, inseridas no corpo da *História Geral das Bandeiras Paulistas*. Os comentários de Taunay evidenciam o valor da obra:

*O que neste volume escrevi sobre a personalidade primacial de Antônio Raposo muito pouco representa mesmo do que fácil seria dizer do extraordinário homêrida. Assim aqui ficam as linhas gerais de sua grande biografia num estudo resumido, traçado sob a inspiração da proximidade da inauguração do monumento de Quitaúna, celebrador da glória do formidável afuroador [esmiuçador] da selva americana<sup>96</sup>.*

As matas do Brasil ofereceram, indubitavelmente, o extraordinário testemunho da mistura indissociável da aguda ligação entre a terra e o espaço fluvial, promovida pela intensa mobilidade dos homens. Desde o início do século XVII mateiros audazes ergueram nas selvas os abrigos, as roças e as picadas, dando os primeiros passos para a conquista e organização do espaço oeste brasileiro. Em princípio, o alvo único e exclusivo era descobrir aldeias com o fito de cativar índios. A necessidade de mão-de-obra para o tamanho da terra e criação de rebanhos determinou a busca dos autóctones. Para Cassiano Ricardo a preia ao índio teve uma inspiração da lavoura. Mas, o nomadismo indígena serviu para justificar sua inadequação para a vida agrária<sup>97</sup>. Entretanto, por muito tempo, a atividade monocultora do açúcar empurrou os preadores aos redutos autóctones do litoral, do interior e até aos núcleos jesuíticos das províncias espanholas. Inúmeras expedições escravagistas saíam à preia de nações silvícolas inteiras. Conforme os relatos sertanistas de Taunay

*...com Antonio Raposo Tavares à testa..[partiu a bandeira em 1636] de São Paulo com 150 brancos e 1.500 tupis tomou... a antiga vereda das migrações primitivas, via que até 1773 seria a única a existir como estrada para o Extremo Sul do Brasil...Fez a bandeira em diversas regiões numerosíssimos cativos, que concentrou num campo à margem do Taquari". À época Raposo Tavares contava nesta região, "com o apoio de um preposto, o índio Pirapopi, legítimo pombeiro [negociante ou*

<sup>96</sup>TAUNAY, Afonso de E. *Índios! Ouro! Pedras!* São Paulo: Melhoramentos, 1926.

<sup>97</sup> RICARDO, Cassiano. *O Negro no Bandeirismo Paulista*. In: *Revista do Arquivo Municipal*. São Paulo: Arquivo Municipal de São Paulo, v. 47, 1938.

*emissário que atravessava os sertões comerciando com indígenas] no gênero do de Angola*<sup>98</sup>.

As reduções mais visadas foram as de Guairá, que, muitas vezes, contou com a convivência de algumas autoridades da Província espanhola de Assunção. Um exemplo foi a *colaboração* de D. Luís de Céspedes Y. Xeria com os preadores de índios. Casado com a sobrinha do governador do Rio de Janeiro, utilizava a mão-de-obra indígena nos engenhos fluminenses e ervais mato-grossenses. O apresamento de índios das missões espanholas acentuou-se ainda mais, durante o domínio holandês, na medida em que os braços indígenas tornaram-se mercadorias altamente valorizadas nas áreas açucareiras.

Assim, todas as vezes que estas expedições mergulhavam nos sertões longínquos retornavam para o litoral com as presas preciosas para o colonialismo luso, apesar de Alfredo Ellis Júnior<sup>99</sup> sustentar a tese de que a preagem foi um fenômeno essencialmente econômico e predominantemente “*crioulo*”<sup>100</sup>. Ocorre que toda produção econômica da Colônia era vinculada ao exclusivismo metropolitano português, conforme evidenciou Fernando Antônio Novais ao tratar a questão dos monopólios coloniais<sup>101</sup>.

Embora, nos últimos anos do século XVII, a captura do índio fosse proibida pelas autoridades civis e eclesiásticas, os sertanistas preadores continuaram como grandes fornecedores de peças cativas. Os Campos de Vacaria, banhados, principalmente, pelos rios Brilhante e Vacaria, afluentes do Ivinhema, todos nutridores do Rio Paraná, eram áreas das povoações paraguaias, consideradas excelentes reduções indígenas, onde os apresadores capturavam *levas e levás* de silvícolas domesticados ou não, em atenção à demanda dos engenhos nordestinos.

Portanto, as primeiras expedições sertanejas, sobretudo, durante a primeira metade do século XVII, tinham caráter militar e eram constituídas por homens com propósitos bem definidos: apresar índios a serem utilizados como mão-de-obra nos núcleos de produção colonial. Fatores como a regulamentação do mercado negreiro no Brasil, em 1648, com a reconquista de Angola, a expulsão dos flamengos do Nordeste e o desaquecimento da agro manufatura do açúcar, graças à concorrência antilhana, desestimulou o interesse na mão-de-obra indígena. As condições internas determinaram o enfraquecimento do sertanismo preador,

<sup>98</sup> TAUNAY, Afonso de E. *História das Bandeiras Paulistas*. São Paulo: Melhoramentos, 1975, 60-1.

<sup>99</sup> ELLIS Junior, Alfredo. O Bandeirismo na Economia do Século XVIII. In: *Curso de Bandeirologia*, promovido pelo Departamento Estadual de Informações de São Paulo, então dirigido por Honório de Sylos, 1946.

<sup>100</sup> ELLIS Junior, Alfredo. *O bandeirismo paulista e o recuo do meridiano*. São Paulo: Editora Nacional, 1934.

<sup>101</sup> NOVAIS, Fernando Antônio. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo, Hucitec, 1983.

mas não seu desaparecimento. Muitas expedições seguiram rumo ao interior brasileiro, ameaçando as tribos mato-grossenses e goianas. Algumas delas chegaram a atingir o Peru e a Amazônia, como foi o caso do sertanista Antonio Raposo Tavares que, entre os anos de 1648 e 1652, singrou águas do Paraguai, retornou a Itatim, percorreu os contrafortes andinos e alcançou a Bacia Amazônica.

Aos poucos as diligências sertanejas foram alterando seu objeto de interesse. Passaram a misturar atividades preadoras com a prospecção de ricos metais. Os preadores transformavam-se, paulatinamente, em pesquisadores ou “*rompedores-de-sertão*”, em busca do *índio*, do *ouro* e das *pedras* preciosas. Além disso, a perda do monopólio açucareiro urgiu ao governo brasileiro uma nova fonte de acumulação. Surgiu assim a necessidade de estimular a penetração e prospecção do sertão brasileiro, através de recompensas e honrarias aos sertanistas *afuroador* de minas.

Taunay destaca, também, o valor interpretativo dos movimentos de penetração, sobretudo, o de Fernão Dias Paes, que, segundo Taunay determinou o grande *rush* dos paulistanos aos sertões dos Cataguás [indígena extinto que habitava a região do rio das Velhas] e, com isso, implantou os alicerces para a abertura de uma nova e extraordinária fase econômica baseada no ouro.

### **CAPÍTULO 3.**

### **NAVEGAÇÃO FLUVIAL E O *RUSH* PELAS ÁGUAS.**

O movimento monçoeiro, seja na rota do sul que é tratada neste trabalho, ou na rota do norte é de certa forma, decorrente das descobertas auríferas do Coxipó-mirim e outras jazidas encontradas ao longo dos rios da região, onde se formaria a Capitania de Mato Grosso. Os monçoeiros partiam do porto de Ararituaba, Freguesia de Itu, hoje Porto Feliz, em São Paulo.

O primeiro roteiro das monções paulistas seguia o trajeto: rios Tietê (antigamente conhecido como Anhembi), rio Grande (rio Paraná), rio Anhanduí, rio Pardo, travessia por terra pelos Campos das Vacarias, rio Emboteteu (Miranda), rio Paraguai e rio Cuiabá.

O segundo perfazia o roteiro: rio Tietê, rio Grande (Paraná), rio Pardo, rio Sanguessuga, travessia por terra pelo Varadouro de Camapuã, riacho Camapuã, rio Coxim, rio Taquari, rio Paraguai, rio Porrudos (São Lourenço) e rio Cuiabá.

Esta segunda rota é chamada por Sérgio Buarque de Holanda, de “*estrada definitiva das monções*”, estabelecida por volta de 1720. Um dos motivos que definiu essa rota foi a descoberta do varadouro de Camapuã, que se transformou, no século XVIII, no mais importante entreposto de apoio às monções paulistas.

Segundo os cálculos de Lacerda e Almeida, as distâncias fluviais sulcadas pelas monções atingiam 531 léguas ou sejam 3.504,600 km. Assim se distribuía: 152 no Tietê, 29 no Paraná, 75 no Pardo, 17 no Camapuã, 40 no Coxim, 90 no Taquari, 39 no Paraguai, 25 no Porrudos e 64 no Cuiabá. A este enorme percurso aquático era preciso adicionar os 14 quilômetros do varadouro de Camapuã e os 155 quilômetros que medeiam de S. Paulo a Araraitaguaba. O total da jornada de S. Paulo às minas cuiabanas passava a ser, pois, de 3.664. De Cuiabá às minas guaporeanas mais noventa e três léguas a caminhar (613,800 km)<sup>102</sup>.

No recente ensaio intitulado *Notas Sobre a Rota das Monções* em Sérgio Buarque de Holanda, a Professora Maria do Carmo Brazil, em co-autoria com o Professor Omar Daniel<sup>103</sup> analisaram essas distâncias através do georreferenciamento da prancha apresentada por BUARQUE DE HOLANDA na obra *Monções* (1945).

À medida que a escala permitiu (1:7000000), alguns cálculos das distâncias percorridas pelos monçoeiros foram refeitos, e de certa forma, foi realizada atualização da

---

<sup>102</sup> LACERDA e ALMEIDA, in Taunay Tomo 3 1975, *op. cit.*, p. 59.

<sup>103</sup> BRAZIL, Maria do Carmo e DANIEL, Omar. *Notas Sobre a Rota das Monções em Sergio Buarque de Holanda*. Dourados: CPDO/UFMS, 2004. (Artigo inédito enviado à Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) para publicação).

referida prancha e dos dados fornecidos por TAUNAY. As distâncias mostradas pelos autores foram assim revisadas: na Tabela 1, podem ser observadas as distâncias, utilizando-se o software Spring versão 4.0 do *Instituto de Pesquisas Espaciais* para cada trecho de rio, enquanto, na Tabela 2, estão as distâncias citadas em Afonso Taunay

Tabela 1 – Trechos dos rios navegados pelos monçoeiros, segundo a rota traçada por Holanda (1945), porém estimada por georreferenciamento

Trechos	Distâncias	
	(km)	
R. Tietê(Porto Feliz/Foz do R. Tietê)	620	
R. Paraná(Foz do R. Tietê/Foz do R. Pardo)	155	
R. Pardo(Foz do R. Pardo/Camapuã)	365	
R. Coxim e Taquari(Nascente do R. Coxim/Foz do R. Taquari)	483	
R. Paraguai(Foz do R. Taquari/Foz do R. Cuiabá)	208	
R. Cuiabá(Foz do R. Cuiabá/Cidade de Cuiabá)	387	
Distância de Porto Feliz a Cuiabá por via hídrica	2218	
Distância hipotética à esquerda no varadouro de Camapuã	34	
Distância total de Porto Feliz a Cuiabá	2232	

Tabela 2 – Trechos dos rios navegados pelos monçoeiros, segundo a rota traçada por Holanda (1945), com cálculos feitos por Lacerda e Almeida citado por Taunay (1975).

Trechos	Distâncias	
	Léguas	Km
R. Tietê	152	1003,2
R. Paraná	29	191,4
R. Pardo	75	495
R. Camapuã	17	112,2
R. Coxim	40	264
R. Taquari	90	594
R. Paraguai	39	257,4
R. dos Porrudos	25	165
R. Cuiabá	64	422,4
Distância de Porto Feliz a Cuiabá por via hídrica	531	3504,6
Distância de São Paulo a Cuiabá, incluindo o percursos terrestres dos varadouros de Camapuã (14 km) e São Paulo a Porto Feliz (155 km)	-	3673,6*

\* Taunay apresenta um valor de 3664 km.Tabela 1 e 2. Fonte: Brazil e Daniel: 2004.

Para os autores essa releitura cartográfica, a partir do georreferenciamento, em trabalho consagrado como *Monções*, permitiu a observação mais precisa das distâncias citadas naqueles documentos e a revelação de possíveis erros de cálculos, perfeitamente justificados pelas dificuldades da época para a realização de operações dessa natureza. Um exemplo é o caso da distância navegada no Rio Tietê, citada na Tabela 2, de 1003,2 km. contra o valor aproximado apontado pelo software que dá ao trecho 620 km, conforme as esclarece os autores: “*Uma simples comparação com a distância de Campo Grande a São Paulo nos informa que o valor da Tabela 1 é mais sensato. Estas duas capitais distam entre si por via*

rodoviária 992 km. Como poderia de Porto Feliz à foz do Rio Tietê apresentar valor maior do que este?”<sup>104</sup>.

Todavia, essas considerações parecem não modificar o conceito histórico de dificuldades das vias fluviais nos fastos da conquista ocidental,

*as monções cuiabanas, parece-nos inútil recorda-lo, tinham que superar pavoroso obstáculo, nos rios encachoeirados, atravessar, em percurso de milhares de quilômetros, terras inóspitas habitadas por nações gentias belicosíssimas como os païaguás, guaïcurus e caïapós, índios que com a mais notável bravura e a mais justa das pertinácias defendiam os seus chãos*<sup>105</sup>.

A viagem de São Paulo a Cuiabá durava em torno de cinco meses, mas havia expedições que passavam mais de seis meses nos escabrosos caminhos até a região fronteira daquelas minas. As datas de saídas das monções, portanto, aparecem nos documentos entre os meses de abril a junho. O próprio nome *monção* está relacionado à época mais propícia para viagens fluviais, como tempos bons, ventos e águas favoráveis para a navegação:

*...a monção mais conveniente para as minas do Cuiabá, é a de 20 de maio até dia de Santo Antônio: alguns há que se alargam até o meio de julho (...) mais segura é a de 20 de maio até 13 de junho, tempo em que se deve estar já no rio Grande por não se expor ao risco de ter contra si as correntes dos rios, e suas enchentes nas quais se tem perdido muita gente*<sup>106</sup>.

Toda a preparação para a viagem se completava na Vila de Itu e na Freguesia de Araritaguaba. Além dos gêneros alimentícios para serem consumidos no trajeto, as expedições monçoeiras necessitavam de canoas, remos, tripulantes e outras mercadorias que movimentavam a economia do lugarejo, que se preparava o ano inteiro para o período da saída das monções.

<sup>104</sup> Brazil, Maria do Carmo e Daniel, Omar. *op. cit.*

<sup>105</sup> TAUNAY, 1975. Tomo 3 *op. cit.*, p.25.

<sup>106</sup> Notícia 7ª Prática in TAUNAY, *op. cit.*, p. 153.





FIGURA 4



Porto Feliz Desenho de Hércules Florence.

Fonte: FLORENCE, Hércules. *Viagem Fluvial do Tietê ao Amazonas : 1825 a 1829* com gravuras do Autor. Tradução de Visconde de Taunay. São Paulo, Cultrix, 1977. p.20.

O Porto Geral para o Cuiabá foi razão direta para o desenvolvimento de Ararituaba. Em 1720 foi construída uma capela em devoção a Nossa Senhora da Penha e, no ano de 1728, foi elevado à Freguesia. Teotônio José Juzarte afirma que ambas as margens do rio Tietê estavam povoadas de sítios<sup>107</sup>. Leverger, também no ano de 1830, notou que *desde Porto Feliz até a casa do último morador vêem-se alguns espaços de campo e muitas casas, engenhos e roças dos moradores que estão em pequena distância uns dos outros*<sup>108</sup>. As lavouras desses sítios eram tão essenciais para abastecer as expedições que Rolim de Moura em 1751, mesmo tendo os preparativos da sua viagem na responsabilidade do Juiz de Fora da Vila, Theotônio de Silva Gusmão, teve de esperar em Ararituaba mais de dois meses até que o milho crescesse e por isso ficou na Vila, de meados de maio a cinco de agosto, para colher o milho, fazer a farinha e conseguir feijão e toucinho para alimentar os 190 homens da monção oficial que como destino Cuiabá, onde ele tomaria posse como o primeiro Capitão General de Mato Grosso<sup>109</sup>. Em 1769, Teotônio José Juzarte observou que os moradores de Ararituaba fabricavam canoas para as expedições de Cuiabá e Mato Grosso<sup>110</sup>. A fabricação de canoas, remos e outros apetrechos para a viagem se desenvolveu nas vilas e povoados próximos ao porto *dos cuiabanos*, como também era conhecido o porto de Ararituaba. Ainda em 1826, o caso do movimento monçoeiro, Hércules Florence, contava, *que ia para Porto Feliz, mandar construir canoas e preparar tudo para a viagem de Cuiabá*<sup>111</sup>. Diz ainda que, em três meses, os mestres do estaleiro fluvial de Porto Feliz e seus operários haviam preparado dois canoões com cinco pés de largo (1,65 m), cinquenta de comprimento (16,5m) e três e meio de profundidade (1,155 m), feitos de um só tronco de árvore de carvalho e trabalhado por fora, de fundo chato e pouca curvatura. Embarcações pesadas, muito fortes, ainda assim era comum não resistirem aos choques com as pedras impelidas com a rapidez das águas<sup>112</sup>.

Essas observações sobre “*os mestres do estaleiro fluvial de Porto Feliz e seus operários*” mostram uma atividade organizada remanescente da época áurea das monções.

<sup>107</sup> JUZARTE, in TAUNAY, *op. cit.*, tomo 3 p. 233;

<sup>108</sup> LEVERGER, Augusto. *Derrota da Navegação Interior* da Vila de Porto Feliz na Província de São Paulo à cidade de Cuiabá, Capital da Província de mato Grosso Cuiabá. IHGMT 2002. p. 27.

<sup>109</sup> ROLIM DE MOURA, Antônio. *Relação da Viagem que fez o Conde de Azambuja, D. Antônio Rolim, da Cidade de São Paulo para a Vila de Cuiabá em 1751* (carta endereçada ao Conde de Val de Reis e ao Instituto Histórico Brasileiro, remetida de Lisboa por F.A. de Varnhagem, Visconde de Porto Seguro.) UFMT Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional. D. Antônio Rolim de Moura, Primeiro Conde de Azambuja; Correspondências. Cuiabá, Imprensa Universitária, 1982. p. 6.

<sup>110</sup> JUZARTE, Teotônio José. *Diário da Navegação* (...) in TAUNAY 1975. Tomo 3 *op.cit.*, p. 233.

<sup>111</sup> FLORENCE, 1977. *op. cit.*, p. 17.

<sup>112</sup> FLORENCE, *op. cit.*, p. 19.

Pessoas viviam de fazer remos, canoas e as atividades econômicas da Vila, embora predominantemente agrícolas eram subsidiadas pela fabricação desses apetrechos. As monções provocaram a organização e o desenvolvimento das atividades econômicas dessa região.

Cabe explicar que, as embarcações monçoeiras eram canoas fabricadas com técnica indígena, em geral feitas de um só tronco, de peroba, ximbaúva ou outra árvore de grande diâmetro e que suportasse bem a umidade; o *tipo do canoão monçoeiro adaptado à região amazônica foi apelidado “paulista”, no dizer de José Gonçalves Fonseca. Referia-se a barcos de quatorze e mais metros de comprimento*<sup>113</sup>. Segundo Juzarte mediam cerca de cinquenta a sessenta palmos ou, mais ou menos, 12 metros de comprimento e de largura, cinco a sete palmos ou um metro e meio. O tamanho variava, portanto, de acordo com o diâmetro e comprimento das árvores utilizadas. Na borda, a grossura do casco não excedia duas polegadas (5,5 cm). BUARQUE DE HOLANDA registra que a *“escassez dos paus de canoa e madeiras de construção acentua-se de modo bem sensível durante a aventura trágica do Iguatemy, e a preocupação causada por essa escassez encontra eco em numerosos documentos oficiais do tempo”*<sup>114</sup>. Outro inconveniente para utilizar essas canoas em grande escala *“foi obstado principalmente pelo muito tempo que consumia o trabalho de derrubar, falquejar e escavar certos madeiros”*<sup>115</sup>, por isso havia outras canoas que eram feitas com tábuas.

Taunay ressalta que havia canoões enormes com até quinze metros de comprimento e quase dois metros de boca: *“São agudas para a proa e popa, são à maneira de uma lançadeira de tecelão. Não têm quilha, nem leme, nem navegação à vela”*<sup>116</sup>. Na segunda metade do século XVIII nas monções do norte que navegavam o rio Madeira ou desciam de Vila Bela para Belém, Buarque de Holanda salienta que se utilizavam grandes ubás, construídas com um só tronco, tão grandes que, ao seu lado, as canoas paulistas quase fariam o papel de humildes batelões.<sup>117</sup> As embarcações monçoeiras tinham dois espaços vazios nas suas duas

---

<sup>113</sup> TAUNAY, 1975, *op. cit.*, p.65

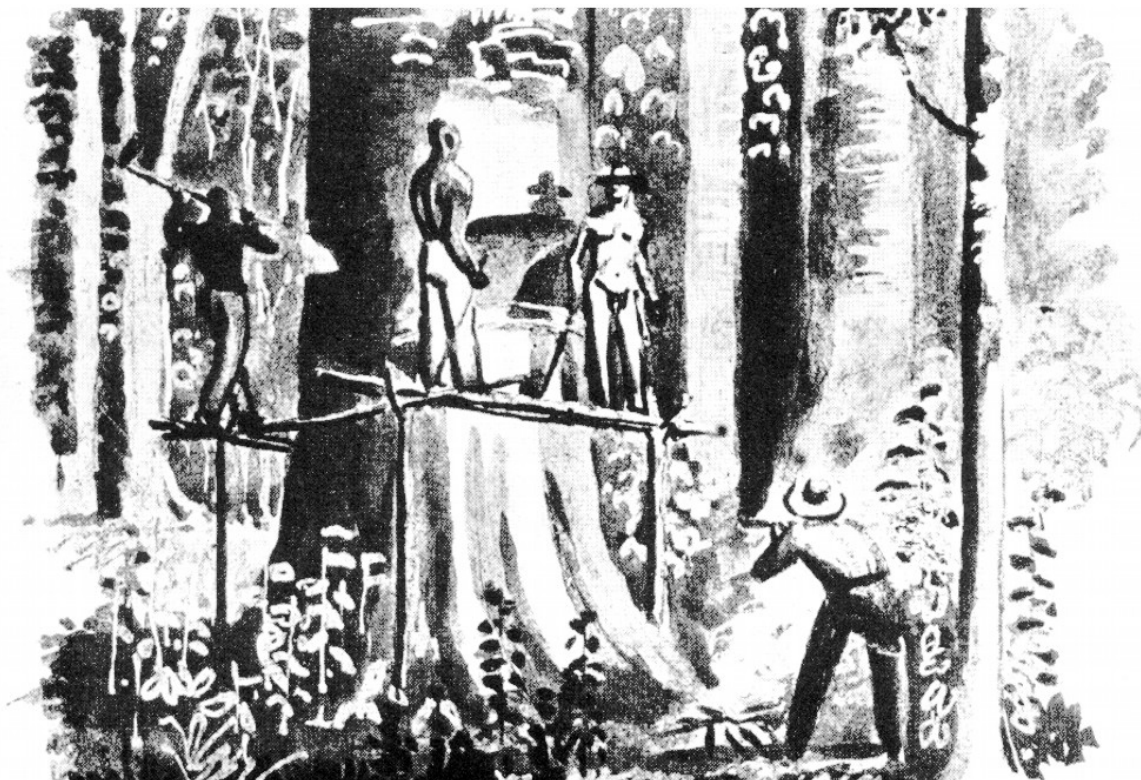
<sup>114</sup> BUARQUE DE HOLANDA, *op. cit.*, p. 38.

<sup>115</sup> *Ibidem*, 32.

<sup>116</sup> *Ibidem*. p. 48, 234.

<sup>117</sup> BUARQUE DE HOLANDA, 1976. *op. cit.*, p. 33.

FIGURA 5



Derrubada de um tucuri para a confecção de uma canoa.

Desenho de Hércules Florence.

Fonte: FLORENCE, Hércules. *Viagem Fluvial do Tietê ao Amazonas : 1825 a 1829* com gravuras do Autor. Tradução de Visconde de Taunay. São Paulo, Cultrix, 1977. p. 270.

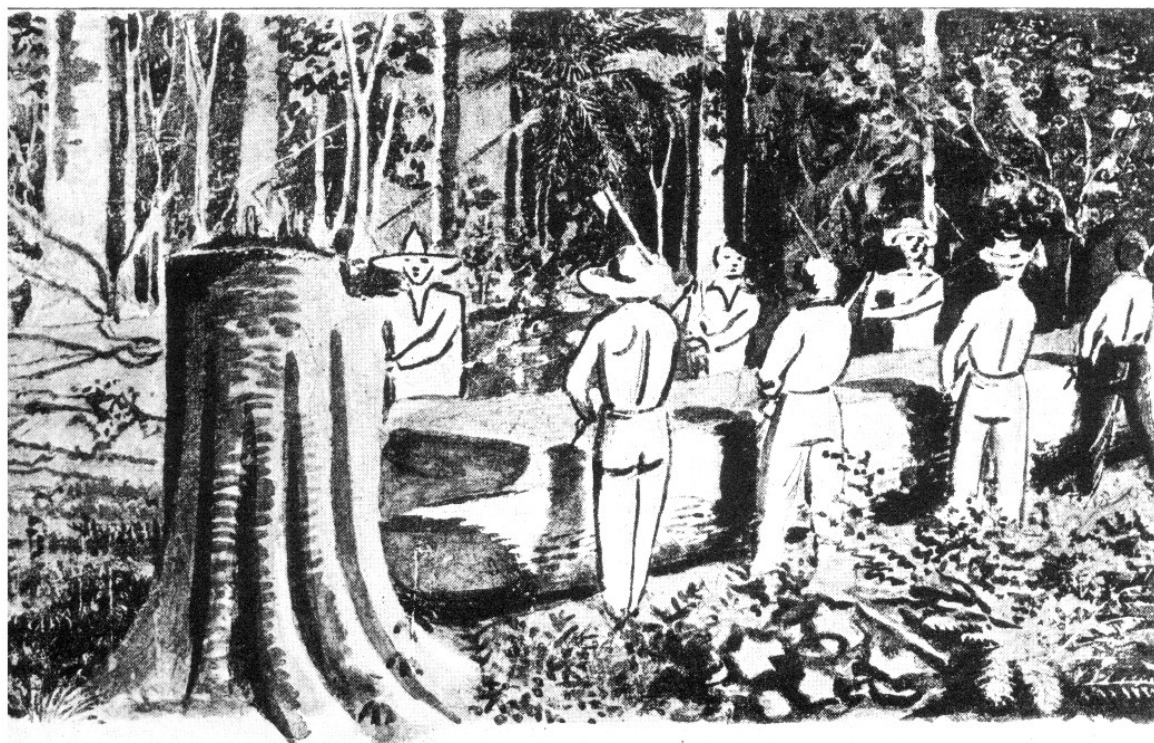
extremidades, na proa que era ocupada pelo piloto e o proeiro, cada um com um grande remo para guiar o barco e junto a eles, cinco ou seis remeiros, todos em pé, distribuídos pelo espaço livre da carga. “*O remo do piloto é maior que os outros, porque com ele governa a canoa. O do proeiro é maior que o dos remeiros porque com ele desvia a lança dos perigos que se lhe oferecem pela proa. Os remos dos remeiros são todos iguais*”<sup>118</sup>. Os passageiros, mal abrigados, se amontoavam na popa. Para se efetivar a navegação, outro importante instrumento eram as varas que tinham suas juntas de ferro, serviam somente para subir rios, quando não se usavam remos. O preço de um casco dessas canoas variava entre setenta e oitenta mil réis. Algumas poucas canoas que seus proprietários tinham mais posses armavam-se uma espécie de toldo feito de baeta vermelha, formada de liage, para proteger da chuva e do sol os passageiros, mas, ainda assim, o apetrecho protetor era pouco usado, devido a dificuldade de navegação nos rios encachoeirados. A regra era os passageiros viajarem sentados por cima das cargas ou no comprimento livre da popa, a céu descoberto. Na ocasião das chuvas se desenvolveu uma maneira de se toldar parte da canoa. Um “telhado” onde se forrava uma lona que protegia principalmente a carga e não deixava a água se acumular dentro da canoa, durante as tempestades. Estava sempre à mão pólvora, bala, machados, foices, enxadas e aras de fogo. José Juzarte descreveu com pormenores importantes essas invenções. Também, os desenhos de Hércules Florence<sup>119</sup> são obras preciosas que dão idéia de como eram essas embarcações. Buarque de Holanda afirma, com base nesses documentos iconográficos, que o critério que presidia a fabricação das canoas monçoeiras era estritamente utilitário: “*no conjunto pouco sugestivo dessas silhuetas sombrias, despidas de qualquer atavio, a nota mais viva é o vermelho da Baeta que servia para as cobertas*”<sup>120</sup>. Dessa observação, conclui o autor sobre a falta de lirismo nos hábitos e na vida social do monçoeiro, reveladas na simplicidade e na falta de nomes pomposos para seus barcos, que não louvavam as mulheres, nem as flores ou os santos, mas simplesmente designava a qualidade da madeira que era construída, nada que denunciasse uma raça de navegadores.

<sup>118</sup> TAUNAY, Tomo 3 *op. cit.*, p. 234

<sup>119</sup> As principais obras iconográficas de Hércules Florence, relativas às monções são: Duas vistas de Porto Feliz; Rio Tietê, perto de Porto Feliz; Canoa em Corredeira; A Canoa Chimbó; Bênção das Canoas em Porto Feliz; Carga das canoas; Pirapora hoje Tietê; Pousada Represa Grande, confluência do Piracicaba e Tietê; A Chimbó e a Peroba encalhada; Saltos do Avahandava e do Cajuru; Rio Pardo, Queimada nos campos; Acampamento no rio Pardo, Salto do Corau; Cachoeira da Canoa Velha; Vista de Camapuã; Povoação de Albuquerque (Corumbá); Encontro com uma monção imperial. Isto sem contar numerosos desenhos relativos a pessoas de Porto Feliz, de todas as classes sociais, índios encontrados pelo caminho, etc. a mais valiosa de suas peças, segundo Taunay é intitulada Bênção das Canoas. Datam todos estes desenhos de 1826 e alguns deles faz parte da Iconografia usada nesse trabalho. Cf. TAUNAY, 1975. Tomo 3 *op. cit.*, p. 47,48.

<sup>120</sup> BUARQUE DE HOLANDA, 1976 *op. cit.*, p. 71

FIGURA 6



Confecção da canoa. Desenho de Hércules Florence.

Fonte: FLORENCE, Hércules. *Viagem Fluvial do Tietê ao Amazonas* : 1825 a 1829 com gravuras do Autor. Tradução de Visconde de Taunay. São Paulo, Cultrix, 1977. p. 272.

Sobre as vestimentas dos monçoeiros, tudo combinava com essa simplicidade rústica, à exceção de algum comerciante abastado que não abria mão do seu robicão solene ou o seu casaco de gola larga, acompanhado de um chapéu de Braga. Os monçoeiros usavam *vestes roceiras de algodão reforçadas quando muito, em tempo de frio, pelo surtum de baeta*. Até mesmo expedições pomposas com a de Rolim de Moura mantinha, por pouco tempo o aparato que servia de fachada para impressionar os mais incautos. Já as expedições comerciais dispensavam qualquer pompa: todos os esforços eram canalizados para o utilitário e mostra a aplicação voluntária de todas as energias no afã de enriquecimento, de domínio e de grandezas.

A navegação era trabalho que necessitava de mão-de-obra especializada, geralmente alocada em Ararituaba e “*nos distritos vizinhos do porto de embarque das monções, [onde] uma grande parte do pessoal disponível tinha de ser absorvida no serviço das canoas*”<sup>121</sup>; no bairro de Potunduva era tanta gente envolvida no tráfego das monções, que *era como se lá existisse uma escola fluvial no meio do sertão bruto*<sup>122</sup>; havia solicitação, inclusive dos próprios capitães-generais que as exigências quanto ao recrutamento militar em lugares como Itu e Ararituaba fossem moderadas, por causa da necessidade de braços para o trabalho nas canoas de viagem às Minas do Cuiabá. Juzarte em seu *Diário de navegação* cita nomes como João Portes de Almeida e João Gonçalves Vieira que moravam nessa Freguesia e exerciam o ofício de piloto, embora no ano de 1818, o Capitão-mor de Porto Feliz tenha chegado a queixar-se de que já não havia ali práticos, pilotos e proeiros para mais de seis ou oito canoas e reclamava dos que serviam no caminho de Cuiabá ao Pará, muitos não pensavam em voltar<sup>123</sup>. Na Expedição de Langsdorff, diz seu ilustre escriba que, estando em Porto Feliz, não teve grande trabalho em contratar gente para as tripulações. “*Consegui um guia, e seu substituto, um piloto e dois ajudantes, três proeiros (homens que vigiam a proa) e 18 remadores*”<sup>124</sup>.

Entre os mareantes havia uma rígida hierarquia de funções, ao sair de Ararituaba, se determinava à função de cada um dos tripulantes e nada se mudava no trajeto. Conta-nos Almeida e Lacerda que nas monções, o piloto ocupava lugar de destaque. *Era quem tinha as chaves do caixão das carnes salgadas e das frasqueiras*<sup>125</sup>. Sob o seu comando a embarcação

<sup>121</sup> *Ibidem*, p. 72 grifo nosso.

<sup>122</sup> TAUNAY, Tomo 3 1975. *op. cit.*, p. 95.

<sup>123</sup> *Ibidem*, p. 68,69.

<sup>124</sup> FLORENCE, 1977. *op. cit.*, p. 19.

<sup>125</sup> TAUNAY, 1975. Tomo 3 *op. cit.*, p. 60.



era dirigida. Era seu o trabalho de tornar as remadas mais ou menos sincronizadas conforme batia, rapidamente, ou não, com o calcanhar no fundo da canoa, definindo o compasso do trabalho dos remadores. A prática das navegações apurava nele, a tal ponto, a capacidade de observação que, pelo simples movimento das águas, podia muitas vezes distinguir onde o rio era mais fundo ou mais raso, onde havia canal ou pedra<sup>126</sup>.

*Punha-se de pé no bico da proa, manejando grande e forte remo para poder auxiliar e fortalecer o efeito do leme e rapidamente desviar o batel dos penedos. E como estes fossem geralmente numerosos de um e outro lado dos canais tornava-se-lhe necessário mudar de lugar ora numa ora noutra borda da canoa. E isto com a maior presteza. Se nestas mudanças acaso escorregasse ou deixasse o barco roçar alguma pedra, embora levemente, ia ter ao rio em risco de o despedaçar a violência das águas sobre os rochedos, ou morrer afogado. Daí a consideração que todos lhe tributavam, a autoridade de que dispunha e o respeito imposto aos companheiros, de onde lhe provinha “toda a chilbança de um vilão obsequiado e respeitado”<sup>127</sup>.*

O piloto era, portanto, quem mais arriscava a vida, um homem que além de ter coragem, precisava possuir força física, conhecimento das técnicas de maréação e dos rios a serem navegados, pois era, principalmente, dele a responsabilidade de guiar a canoa em rios tão encachoeirados que não poucas vezes arrastava a embarcação como um projétil.

Os homens da maréação eram, por isso essenciais para as navegações nos rios do interior do Brasil. Leverger diz que *por muito bom que seja um guia, é raro passar uma cachoeira um pouco dificultosa sem que encalhe alguma canoa; neste caso, como nas varações por terra, em todas as manobras possíveis só fazem uso da força do corpo*<sup>128</sup>; esses homens além de utilizarem varas de ferro como alavancas para desencalhar a canoa, também, na subida de algumas cachoeiras, puxavam as Canoas com uma corrente chamada sirga, ainda, no pior dos casos as canoas era levadas por terra, quando não podiam atravessar as cachoeiras mais perigosas. Outra habilidade que parecia se esperar desses homens, era a de ser bons atiradores, afinal, os combates com os indígenas era uma constante em quase todo o século XVIII e era necessário também caçar, quando possível. Florence registra a ocasião em que, estando a expedição acampada, uma anta foi pressentida quando atravessava o rio e dado o alarma foi perseguida por três canoas. Um piloto acertou a anta com um certo tiro na

<sup>126</sup> BUARQUE DE HOLANDA, 1976 *op. cit.*, p. 77.

<sup>127</sup> TAUNAY, 1975 Tomo 3 *op. cit.*, p. 60.

<sup>128</sup> LEVERGER, Augusto. *Derrota da navegação interior da Vila de Porto Feliz na Província de São Paulo à cidade de Cuiabá, capital da Província de Mato Grosso*. Cuiabá : IHGMT, 2002.

FIGURA 7



6 Canoa "Chimbó". Desenho de Hércules Florence  
Fonte: FLORENCE, Hércules. *Viagem Fluvial do Tietê ao Amazonas : 1825 a 1829 com gravuras do Autor*. Tradução de Visconde de Taunay. São Paulo, Cultrix, 1977. p. 26.

FIGURA 8



“Varadouro” no Salto Augusto. Desenho de Hércules Florence.

Fonte: FLORENCE, Hércules. *Viagem Fluvial do Tietê ao Amazonas : 1825 a 1829* com gravuras do Autor. Tradução de Visconde de Taunay. São Paulo, Cultrix, 1977. p. 262.

cabeça e um dos proeiros mergulhou no rio conseguindo tirar o animal do fundo da corrente<sup>129</sup>. Mas a historiografia tratou de forma ambígua esses personagens. Ao mesmo tempo se afirmou que da *experiência destes homens se deve a segurança relativa que iria alcançar a navegação fluvial em tais paragens*, dizia-se que eram criados na ociosidade, vadios e indisciplinados. Buarque de Holanda afirma que nem mesmo no século das monções, no auge do comércio fluvial do Cuiabá, havia muita gente que quisesse esse tipo de trabalho e diz que principalmente as expedições reúnas quando buscavam esses trabalhadores mais parecia um recrutamento militar<sup>130</sup>. Esse autor chegou a dizer que parecem fazer jus às acusações freqüentes contra eles, em documentos setecentistas, *onde nos são apresentados como criminosos, amotinadores e insubordinados*<sup>131</sup>.

Parece que era prática lhes adiantar 50% dos seus salários antes do embarque e Florence afirma que muitos deles se embriagavam, ou gastavam tudo com mulheres. Diz, ainda, Florence que, *chegados a Cuiabá, em poucos dias dependem o resto do dinheiro, e muitos têm que voltar por terra a pedir esmolas pelo caminho*<sup>132</sup>. É possível que o ilustre desenhista tenha se equivocado sobre esses retornos, dada à constatação em documentos posteriores de que os pilotos e práticos também abandonavam a decadente rota fluvial de Porto Feliz a Cuiabá migrando para a navegação do Madeira e Guaporé.

No registro que o governador Rodrigo César de Meneses enviou ao provedor dos quintos reais, relatando as despesas de sua expedição organizada em 1726, o salário dos nove pilotos relacionados tinha variações bem razoáveis: enquanto um tal de Miguel Cardoso recebeu 115\$000, outros cinco pilotos receberam cada um 100\$000 e outros três receberam cada um apenas 48\$500<sup>133</sup>. A diferença de salários entre os mareantes é explicada na hierarquia dos cargos entre os mareantes: um cálculo feito em 1800, pelo governador Caetano Pinto de Miranda Monte Negro, demonstra as despesas no transporte das fazendas entre Porto Feliz até a Vila de Cuiabá, o documento aponta um salário de 54\$000 para o piloto, de 24\$000 para o proeiro, de 14\$000 para contra-piloto e de 14\$400 até 19\$000 para cada remeiro<sup>134</sup>.

<sup>129</sup> FLORENCE, 1977. *op. cit.*, p. 32,33.

<sup>130</sup> BUARQUE DE HOLANDA, 1976 *op. cit.*, p 71.

<sup>131</sup> *Ibidem*, p. 72.

<sup>132</sup> FLORENCE, 1977. *op. cit.*, p. 33.

<sup>133</sup> Documentos Interessantes para a História e os Costumes de São Paulo. Archivo do Estado de São Paulo, São Paulo, Escola Typográfica Salesiana, 1902. Vol. VII, p. 28-29.

<sup>134</sup> Correspondência entre os Governadores de Mato Grosso e do Pará, sobre um plano de melhorar a navegação e promover o comércio entre as duas capitanias. 30 de agosto de 1800. IHGB, Lata 134, pasta 1, p. 14 e ss.

FIGURA 9



Descida em uma corredeira.

Desenho de Hércules Florence.

Fonte: FLORENCE, Hércules. *Viagem Fluvial do Tietê ao Amazonas : 1825 a 1829 com gravuras do Autor*. Tradução de Visconde de Taunay. São Paulo, Cultrix, 1977. p. 285.

Em 1825, os remeiros recebiam 20 francos ao mês e alguma roupa grosseira. Florence chega a deduzir que os tripulantes viajavam só pelo prazer da aventura<sup>135</sup>, mas ele mesmo se contradiz quando escreveu, que na hora da saída da monção, não queriam deixar os parentes e amigos para se arriscar pelos sertões. Leverger, na viagem que fez de Porto Feliz a Cuiabá em 1830, também anotou que os salários eram de *10 a 20 vinténs para os pilotos e proeiros, meia pataca para o contra-piloto, e 6 a 7 vinténs para os remeiros*<sup>136</sup>. *Infelizmente* O ilustre primeiro tenente da Esquadra Imperial não diz se o salário se refere a jornadas semanais ou mensais; afirma, contudo, que *“é incrível que se achem homens que, por tão mesquinha retribuição, queiram sujeitar-se às fadigas, perigo e mau passadio de semelhante viagem”*<sup>137</sup>. D. Manoel de Flores em correspondência ao Marquês de Valdelírios, em 1756, escreveu que os remadores de proa recebiam uma oitava de ouro em pó, por semana (1\$500 rs.). Os pilotos e os encarregados da carga, estes ganhavam mais. A todos se dava sustento grátis, além de pólvora e chumbo de caça<sup>138</sup>. Escravos negros seminus e sob a guarda de um fiscal faziam os trabalhos mais pesados, em certos casos, era necessário passar por terra, as canoas eram arrastadas com cordas, no que se gastava muito tempo e trabalho. Nas cachoeiras medianas os barcos não precisavam sair do rio, mas era necessário deixá-lo com meia carga e com menos passageiros. *Alguns pilotos mais temerários não hesitavam em tudo arriscar e freqüentemente tudo perdiam*<sup>139</sup>.

Entre esses homens de maré, poucos brancos eram contratados, sendo a maioria dos trabalhadores constituída por pardos e escravos negros. Índios também eram contratados pelos comerciantes monçoeiros, o que não é de estranhar dada à presença deles nas expedições e também por suas habilidades na arte de navegar. A técnica de maré das canoas monçoeiras era indígena, com os remeiros todos em pé, *“nisso principalmente se diferenciavam elas dos coches africanos, em que todos os remadores iam sentados e de preferência junto a proa”*<sup>140</sup>. Rolim de Moura, que considerava a navegação monçoeira uma arte afirmou que para esse ofício o indígena era *muito melhor avença*. A presença do indígena nas expedições monçoeiras chegou a causar problemas entre os negociantes e esses trabalhadores. Esse aspecto foi evidenciado numa *Carta* escrita pelo Secretário de Estado

<sup>135</sup> FLORENCE, 1977. *op. cit.*, p. 33.

<sup>136</sup> LEVERGER, Augusto. 2002. *op. cit.*, p. 23.

<sup>137</sup> *Ibidem*.

<sup>138</sup> D. Manoel de Flores foi o chefe da 3ª Sub-Comissão espanhola demarcadora dos limites luso-espanhóis determinada pelo Tratado de Madrid em 1750 e chefiada na parte Austral do continente pelo Marquês de Valdelírios. in TAUNAY, 1975 *op. cit.*, p.56.

<sup>139</sup> BUARQUE DE HOLANDA, 1976 *op. cit.*, p 78.

<sup>140</sup> *Ibidem*, p. 32.

Francisco Mendonça Furtado, endereçada a Rolim de Moura, onde rogava para que se tratasse das questões dos homens de negócios que, navegando rumo a Cuiabá, não estavam pagando o preço combinado pelo trabalho dos índios, prometiam-lhes ouro e pagavam com panos de algodão<sup>141</sup>. Isso faz crer que era razoável o número de índios remeiros.

Sobre o trabalho nos rios monçoeiros, Taunay escreve que essas tripulações foram certamente vítimas de uma das mais cruéis servidões de que reza a história e que dificilmente houve galés submetidas a mais duros e estafantes serviços<sup>142</sup>. Além disso, a fome, o confronto com o indígena e as relações com um meio hostil faziam com que em muitas ocasiões os tripulantes chegassem até a fugir. Em algumas expedições se montava ronda junto aos pousos para evitar as deserções. “*Havia o cuidado de contar os homens sempre que entrassem ou saíssem das canoas. Quem pretendesse deixar o porto devia esperar que se fizesse o sinal, a fim de acompanhar o guia*”<sup>143</sup>. Contudo, conta-se que muitos remadores untavam o corpo com gordura para não serem agarrados com facilidade ao tentar fugir<sup>144</sup>.

Outro personagem fazia parte desse elenco monçoeiro: “*o mestre da monção*”. Cabia a ele dar as ordens a toda a tripulação e, geralmente, era obedecido com total submissão. Alguns eram extremamente violentos como é o caso de Manuel Portes, que viveu desde pequeno na *carreira do Tietê* e por isso era um admirável conhecedor dos rios da rota. Portes, nos fins do século XVIII, ficou conhecido pelo rigor com que entregava as encomendas e pela absoluta fidelidade em entregar até dinheiro. Esse mameluco “*de prodigiosa energia, hercúleo e violento sobremodo propenso a deixar-se arrebatado pela cólera (...) era exigentíssimo para com o seu pessoal*”<sup>145</sup>, que tremiam de medo quando ele se enfurecia, porque castigava duramente seus subordinados até com a chibata.

A saída das monções do porto de Araritaguaba era sempre um evento, um espetáculo à parte. Podia ser uma saída pomposa, como as expedições oficiais, ou mais simples e barulhentas, como a saída das monções de comércio. Ainda assim os seus cuidados movimentava o vilarejo: uma parte das famílias era afetada com a separação temporária daqueles que seriam os tripulantes, outros se envolviam na venda de canoas, de remos, do

---

<sup>141</sup> Correspondência enviada por Rolim de Moura, em 12/12/1758 ao Secretário de Estado Francisco Mendonça Furtado, menciona que está tratando a questão dos homens de negocio que vêm a Cuiabá e o pagamento do trabalho dos índios. APMT LATA 1750-1758 DOCUMENTO 107.

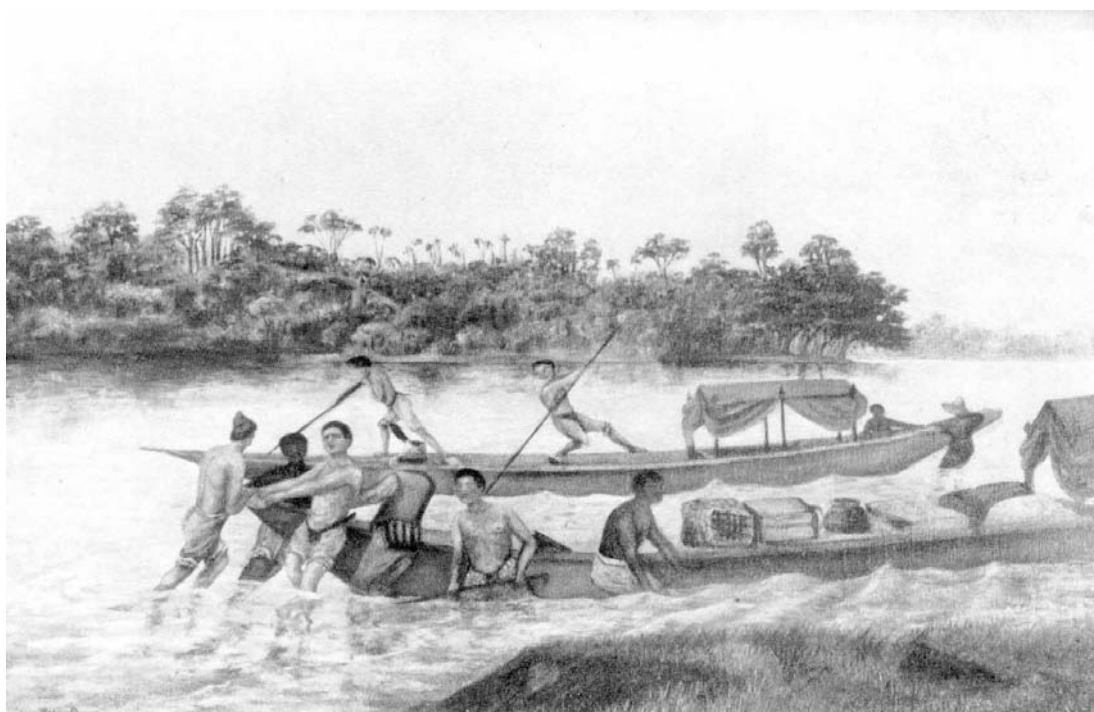
<sup>142</sup> TAUNAY, 1975 Tomo 3 *op. cit.*, p. 71.

<sup>143</sup> BUARQUE DE HOLANDA, 1976 *op. cit.*, p 71.

<sup>144</sup> *Ibidem*.

<sup>145</sup> TAUNAY, 1975. Vol 3 *op. cit.*, p. 95, 96.

FIGURA 10



“Chimbó e “Perova encalhados. Desenho de Hércules Florence.

Fonte: FLORENCE, Hércules. *Viagem Fluvial do Tietê ao Amazonas : 1825 a 1829* com gravuras do Autor. Tradução de Visconde de Taunay. São Paulo, Cultrix, 1977. p. 40.



fruto das suas lavouras e outros gêneros negociados com os monçoeiros. Já vimos que esses viajantes chegavam a ficar até alguns meses em Itu e Ararituaguaba nos preparativos para a longa viagem e certamente se atavam laços de amizade. O certo é que um grande número de pessoas vinha assistir o embarque: *os parentes e amigos se abraçavam, despediam-se uns dos outros...*<sup>146</sup> Notei uma negligência, quase total, nos documentos pesquisados sobre a presença das mulheres nessas expedições, salvo algum relato que as apresentam como um peso ou um *elemento dificultador* ou nos detalhes da iconografia coeva. Não há relato mais pormenorizado de sua presença nessas viagens, senão quando Florence escreve um tanto aborrecido sobre a emoção na saída dessas expedições, por causa do atraso nas despedidas e como esses homens titubeavam em iniciar a viagem. Não é difícil imaginar mães e esposas emocionadas, às margens dos rios, se despedindo dos seus entes que se meteriam nos sertões sem ter a certeza de que retornariam para os seus familiares.

O cronista Barbosa de Sá narrou sobre os muitos comboios que partiram de São Paulo, nos primeiros anos após a descoberta do sertanista Moreira Cabral. Esses primeiros comboios eram formados, em sua maioria, de aventureiros que não tinham conhecimento do trajeto a ser percorrido. Também não tinham noção da quantidade de alimentos que deveriam levar para consumir na viagem, nem sabiam quais os acessórios que poderiam proteger as cargas. Além disso, não dominavam tão habilmente as técnicas de caça e pesca. E para completar, desconheciam as técnicas de mareação e os reais perigos que enfrentariam navegando os rios ou no confronto com as nações indígenas que resistiriam à invasão territorial. As primeiras expedições fracassaram, a ponto de morrerem todos os tripulantes de alguns comboios saídos de São Paulo, no ano de 1720<sup>147</sup>.

A característica aventureira, às vezes ingênua, dos primeiros mineiros é revelada numa correspondência enviada por João Manoel de Mello, de Villa Boa a D. Antonio Rolim de Moura em 21 de junho de 1762:

*Braz Seixo de Brito, hé o mineiro mais infeliz, e teimoso que tem esta Capitania; pois presado de q' sabe os últimos segredos da arte de extrahir ouro, em achando qualquer faisqueira lhe faz custosos serviços, conduzindo lhe agoa de muito longe, desmontando lhe t erras, abrindo taboleiros até a reduzir atalho aberto, gastando muito tempo, e desperdiçando o trabalho de todos os seos negros em tão inútil diligencia, e quando entra a meter a bateya, de sorte se esteoriliza a faisqueira, q' não apparece ouro*<sup>148</sup>.

<sup>146</sup> FLORENCE, 1975. *op. cit.*, p. 22.

<sup>147</sup> BARBOSA DE SÁ, *op. cit.*, p. 12, 13.

<sup>148</sup> APMT Lata 1762 - Doc. 69.

O teor da carta, em uma linguagem bastante pitoresca, mostra que muitos mineradores investiam toda a sua fortuna e esforço no negócio das minas, sem medir conseqüências.

Buarque de Holanda reforça essa idéia de Mello ao afirmar que as primeiras monções para o Cuiabá eram compostas por uma tripulação formada de “*gente fragueira e turbulenta*”<sup>149</sup>, semelhantes aos bandeirantes seiscentistas, gente rude que enfrentava a travessia das cachoeiras, tribos ferozes e toda sorte de problemas de um espaço geográfico hostil, em busca do seu *Eldorado*.

As crônicas narram que entre as dificuldades, a falta de alimentos foi uma regra na maioria absoluta das expedições que singraram as vias fluviais monçoeiras. Em muitas ocasiões, os sertanistas embrenhados no interior do Brasil, pensavam unicamente em um bocado para comer e escapar da morte certa. Conta Barbosa de Sá que, logo depois dos achados auríferos de Pascoal Moreira Cabral, uma multidão saía de São Paulo rumo a Cuiabá e, nessas expedições, a falta de comida foi uma das causas da morte de muita gente. Se os monçoeiros que partiam de São Paulo, já veteranos nessas longas viagens, não tivessem experiência na selva, tendo bons práticos, dominando a arte da caça e pescaria, sendo eficiente em soldar as canoas, sabendo proteger suas cargas das chuvas, conhecendo o mosquiteiro para se proteger dos insetos e tendo gente experiente para navegar, era mais difícil escapar da morte. Nas palavras de Barbosa de Sá:

*“Ouve conboyo em que moreraó todos sem ficar hum vivo achando os vinhaó atras as canoas com as fazendas podres e os corpos mortos pelos barancos dos rios e redutos; e redes aramadas com os donos dentro mortos sem que chegase este anno pessoa alguma em Cuyabá nem outra novidade alguma”*<sup>150</sup>.

Naquele mesmo ano, diz ainda Barbosa de Sá, partiu outra monção de São Paulo chegando em Cuiabá no ano de 1721 com apenas “*alguns*”<sup>151</sup> dos que partiram de São Paulo e entre os de mais nome, estava um José de Sá de Arruda que depois de perder toda a sua carga, vendo morrer muitos dos seus escravos e de seus camaradas, entregou em troca de um pacu, um de seus escravos favoritos, um *mulatinho* que considerava como filho, e somente dessa forma pôde conservar com vida algumas pessoas. Ilustra bem a problemática da fome nas expedições monçoeiras outra dramática narrativa desse mesmo cronista. Relata ele que

<sup>149</sup> BUARQUE DE HOLANDA, *op. cit.*, 1976 p. 76.

<sup>150</sup> BARBOSA DE SÁ, Joseph. *Relação das povoações do Cuiabá e Mato Grosso de seos principios thé os prezentes tempos*. Edições UFMT Cuyabá 1975. p. 13

<sup>151</sup> O grifo do cronista dá a entender que em 1721 a maioria dos que embarcavam no Tietê não escapava as agruras da viagem. Ressalve-se que a fome era apenas uma das causas de morte e com ela o perigo das cachoeiras, a falta de pilotos práticos, os ataques das nações indígenas, as doenças e os ataques de animais selvagens figuravam entre as principais causas do flagelo e dos insucessos dos navegantes monçoeiros.

um moço europeu e pobre, chamado João Lopes (o cronista grafa Ioaó Lopes), agregado de um rico chefe de monção que trazia cinco canoas e muitos escravos, adoeceu por causa da fome e não podia mais remar. Por causa disso o dono do comboio colocou o moço na barranca do rio e disse que ele ficasse ali e entregasse sua alma a Deus porque realmente ia morrer e não podia continuar na comitiva comendo o quinhão daqueles que tinham força para trabalhar. O moço viu seus companheiros seguirem viagem, armou a sua rede e fitando o céu passou um dia e uma noite tendo como alimento a água do rio e suas próprias lágrimas. O cronista continua escrevendo que, no dia seguinte, João escutou um rugido no barranco viu um tamandaogoasú e perto de si um pedaço de pau que a divina providência tinha lhe deixado e com ele matou o animal, arrastou para o barranco e logo juntou um pouco de lenha, fez fogo, chamuscou o animal e com sua faquinha foi trinchando-lhe a carne, assando e comendo, recobrando dessa forma a saúde. Passados sete ou oito dias o moço escutou um barulho no rio e viu que era outra monção que vinha de povoado. Gritou até ser ouvido pelos que vinham naquela expedição e quando as canoas embicaram no barranco do rio, contou sua história e pediu para que lhes levasse para Cuiabá, mas inicialmente lhe foi negado o favor, alegando-se falta de comida para sustentar mais uma pessoa, ao que respondeu o nosso herói que não ia faltar comida, pois, havia muita caça e logo ofereceu os restos do tamanduá que havia matado com um pedaço de pau para os recém-chegados. Estes se animaram e levaram o moço consigo. Depois de navegarem seis ou sete dias, encontraram as cinco canoas do homem que havia deixado João Lopes embicadas no barranco do rio, com o seu dono morto junto a vários escravos. A comitiva levou as canoas e os negros vivos para Cuiabá. Claro que o João chegou “*rijo e valente*” e dali a algum tempo voltou para povoado contando essa estória a todos que encontrava<sup>152</sup>.

Exageros à parte, essa narrativa quase folclórica, de Barbosa de Sá, certamente teria a função de infundir uma moral solidária aos componentes das monções e por outro lado delata as relações de poder dentro dessas comitivas, a ausência de princípios de igualdade e o racionalismo maquiavélico que nesse *rush pelas águas* subordinava tudo à esperança de chegar ao destino e se apossar das riquezas difundidas, a partir das notícias de Antônio Antunes Maciel, em 1719, quando foram enviadas as notícias e as mostras do ouro achado por Pascoal Moreira Cabral, às margens do Coxipó-mirim.

Para a discussão aqui proposta, essa narrativa, além de servir para comprovar o problema da fome nessas rotas fluviais, dá ainda relevo à função dos arraiais que se formaram

---

<sup>152</sup>BARBOSA DE SÁ, *op. cit.*, p. 13, 14.

ao longo do caminho com destaque para a Fazenda de Camapuã, que permaneceu durante grande parte do movimento monçoeiro a servir de entreposto a esses viajantes, fornecendo-lhes víveres.

Longe desses entrepostos, a fome não se restringia aos sertões desabitados ou povoados pelo indígena, mesmo quando encontravam lugares habitados por não-índios, nem sempre se conseguia alimento para comprar, ainda que se pagando três ou quatro vezes o valor usual. Francis Castelnau, líder de expedições científicas francesas ao Brasil, nos meados do século XIX, em *Expedição às regiões centrais da América do sul*, escreve que, em meio a essa viagem, depois de viajar quatro léguas por uma estrada de região montanhosa com uma vegetação *enfesada* e atravessar espessos areões, chegaram ao Engenho Buriti, próximo uns dez dias de Cuiabá, de propriedade da viúva de um certo Joaquim da Silva, que tinha uma boa plantação e criações domésticas. Chegando ali, os homens não pensavam em outra coisa a não ser achar alguma coisa para comer. Diz Castelnau:

*...tínhamos emagrecido incrivelmente sob o peso das fadigas e das privações e era com olhos compridos que contemplávamos os frangos e os patos que pareciam querer nos desafiar no terreiro. Fiz diversas tentativas, a princípio sem resultado, para conseguir que os donos da casa me vendessem algumas coisas indispensáveis<sup>153</sup>.*

Mesmo passado o ciclo do bandeirismo terrestre e depois de formadas as comunidades de não-índios nas minas setecentistas, é notória a dificuldade de abastecimento. Era difícil alimentar até os capitães gerais e seus séqüitos. Taunay registra que Rodrigo César de Meneses, em 1727, reclamava a sua majestade que encontrou

*... imensa carestia nas minas, onde os alqueires de farinha e de feijão se negociavam a trinta mil réis e o de milho a vinte e dois! Custaria o litro de farinha, portanto, quase mil réis, o que se representaria hoje trezentas vezes mais. Situação de verdadeira miséria e esfomeamento<sup>154</sup>.*

Todavia, essa realidade vai se transformando gradativamente com a regularidade do fluxo das monções do sul. A cada comboio que se organizava, mais providências eram tomadas para que a viagem ocorresse com relativa normalidade. Até o caráter do paulista se modificou na travessia desses rios. A navegação monçoeira foi disciplinadora, cerceadora de movimentos, o caminho fluvial e as longas jornadas no minguado espaço da canoa foram fatores importantes para efetivar uma gradativa ruptura no comportamento aventureiro e

<sup>153</sup> CASTELNAU, Francis de la Porte. *Expedição às regiões centrais da América do Sul*. São Paulo: Nacional, 1949. Tomo I, p. 153.

<sup>154</sup> TAUNAY, *op. cit.*, 1975. Tomo 2 p. 59.

alvorçado do bandeirante e deu lugar a um comportamento mais disciplinado, de ânimo menos alvorçado e diferente do mostrado pelo curioso *Braz Seixo de Brito*:

*É inevitável pensar que o rio, que as longas jornadas fluviais, tiveram uma ação disciplinadora e de algum modo amortecedora sobre o ânimo tradicionalmente aventureiro daqueles homens, a própria exigüidade das canoas das monções é um modo de organizar o tumulto, de estimular senão a harmonia, ao menos a momentânea conformidade das aspirações em contrário*<sup>155</sup>.

O paulista seminômade, caçador de índios, cego pelo brilho do ouro, insurgente e de pouca conversa, ao se enquadrar no ciclo das navegações monçoceiras, gradativamente se transformou em gente mais disciplinada, moderada, que conhecendo melhor os percalços das estradas fluviais, soube planejar com mais detalhes as estratégias para sobreviver aos perigos naturais e humanos do percurso. Em *Metais e pedras preciosas* Buarque de Holanda<sup>156</sup> procurou reconstituir a transformação do destemido sertanista em negociante perspicaz, o paulista indômito e salteador descrito por Montoya ou pelo padre Christoval de Arenas. Conforme lembrou Virgílio Corrêa Filho em *História de Mato Grosso*<sup>157</sup> o sertanista se transformou num homem submetido às ordens reais, assimilou, embora tardiamente, muitas normas e valores europeus, em nome do monopólio dos contratos, do arremate de cargos, da isenção de impostos. O paulista do século XVIII passou a ser aquele homem que respeita e que se submete à disciplina:

*O fato é que as monções de povoado já não pertencem à história das bandeiras. [ruptura] Sem renunciar à existência móvel do bandeirante [permanências] os que participam do comércio de Cuiabá e Mato Grosso têm ambições mais disciplinadas (...) Aos freios divinos e naturais, os únicos em realidade que compreendiam muitos dos sertanistas de outrora, acrescentavam-se, cada vez mais poderosas, as tiranias legais e judiciárias, as normas de vida social e política, as imposições freqüentemente caprichosas dos governantes*<sup>158</sup>. (grifo nosso).

<sup>155</sup> BUARQUE DE HOLANDA, 1976. *op. cit.*, p. 76.

<sup>156</sup> BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. “Metais e pedras preciosas”. In *História Geral da Civilização Brasileira – A época Colonial em São Paulo*, Difel, 1968. Tomo I, v. 2, p. 259-310.

<sup>157</sup> CORRÊA FILHO, Virgílio. *História de Mato Grosso. op. cit.*, p. 140-151.

<sup>158</sup> BUARQUE DE HOLANDA. 1976. *op. cit.*, p. 117.

FIGURA 11



10 Partida de Monção – Segundo Estudo – José Ferraz de Almeida Júnior –  
(Pinacoteca do Estado de São Paulo.

Fonte: TAUNAY, Afonso d'Escagnolle. *Relatos Monçoeiros*; São Paulo, Itatiaia, 1981. p. 105.

Como se vê, o monçoeiro está longe de ser aquele paulista afeito aos movimentos de independência da América que aclamava um conterrâneo rei ou um entusiasta pela expulsão dos jesuítas, como queria Alfredo Ellis Júnior, ainda que conservasse fortes vínculos com o bandeirante. Buarque de Holanda descreve o perfil do monçoeiro que participou das expedições comerciais:

*Apenas sua coragem tranqüila e sua aparente indiferença às ameaças, aos perigos e muitas vezes às maiores catástrofes, indicam que não existe uma separação muito nítida entre o ânimo que gerou o movimento das bandeiras e o que inspira às navegações do Cuiabá no decurso do século XVIII<sup>159</sup>.*

As mudanças econômicas forjadas a partir das Minas Gerais, do Cuiabá e das minas dos Goyases transformaram o sertanista aguerrido, na figura de um paulista comerciante, o tropeiro esperto, que em médio prazo, se transformou, em muitos casos, no fazendeiro que tinha um olho voltado para os negócios com a região mineradora e o outro na utilização dos gêneros agrícolas para a exportação<sup>160</sup>. Alguns desses paulistas certamente estão entre os que fizeram fortuna na região mineradora e voltaram para São Paulo, reinvestindo os lucros em negócios no planalto paulista, porém, outros jamais se afastaram dessa Capitania, ainda assim amealharam recursos financeiros mantendo negócios com as minas. Alguns enriqueceram, do contrário, lembra Buarque de Holanda,

*mal se explicaria o fato de por aquele tempo se acharem nela estabelecidos, às vezes de torna-viagem, muitos indivíduos enriquecidos nas lavras, e ainda outros que, sem tirar pé de S. Paulo, Taubaté ou Parnaíba, se fizeram logo abastados, negociando com os arraiais de mineração<sup>161</sup>.*

O conceito de *prática de espaço*, desenvolvido por Michel de Certeau<sup>162</sup>, oferece grande contribuição para o entendimento da ação de indivíduos no espaço. Segundo as orientações deste autor, o espaço surge a partir da ação humana, pela criação ou invenção. O espaço monçoeiro, como já procurei demonstrar, foi animado por um conjunto de movimentos que se desdobraram a partir das circunstâncias e das contingências dos agentes sociais. No processo de construção do novo lugar, alvo e razão da migração, o *praticante do*

<sup>159</sup> *Ibidem*, p. 117.

<sup>160</sup> BLAJ, Ilana. *A trama das tensões: o processo de mercantilização de São Paulo Colonial (1681-1721)* São Paulo, FFLCH – USP, 1995 (Tese de doutoramento).

<sup>161</sup> BUARQUE DE HOLANDA, “*Movimentos da população em São Paulo no século XVIII*”. In Revista do I.B.D. n° 1, São Paulo, 1966. p. 106. [o artigo em questão saiu impresso na revista do I.E.B. de forma errônea, o correto seria “Movimentos da população em São Paulo no século XVII”]. Ver *Sérgio Buarque de Holanda: vida e obra* São Paulo, Secretaria de Estado de Cultura: Arquivo do Estado. Universidade de São Paulo. Instituto de Estudos Brasileiros, 1988. nota (8) p. 85.

<sup>162</sup> CERTEAU, Michel de, *A Invenção do Cotidiano: artes de fazer*. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1996, p. 201-202.

*espaço*, ou seja, o paulista, no início do século XVIII, aproveitou-se das experiências acumuladas pelo bandeirante no convívio com o indígena e o meio sertanejo<sup>163</sup>, mas reafirmou outras formas de convívio trazidas da Península Ibérica e adentrou ao sertão pelos *caminhos líquidos* em busca das minas de ouro, a fim de encontrar o metal ou comerciar com os mineiros, outros se organizaram em Itu, Sorocaba e outras Vilas paulistas, plantando milho, feijão, criando animais, construindo canoas, fabricando remos ou organizando outro negócio que interessasse aos monçoeiros; outros paulistas reivindicaram sesmarias e se estabeleceram ao longo do caminho, às margens dos rios para com a sua lavoura e criações abastecer às expedições<sup>164</sup>.

Essas expedições, compostas principalmente por moradores da Capitania de São Paulo, devassaram esse espaço geográfico em busca do indígena ou do caminho para as minas do Peru. Essa região, na percepção do colonizador era vista como o *sertão*, manchas *desertas*, lugar desconhecido, sem limites, um espaço de formas e tempo múltiplos que, ao ser conhecido e povoado por bandeirantes e monçoeiros se ordenou e passou a ser uma região colonizada, de *fronteira, antemuro da colônia*<sup>165</sup>.

O movimento monçoeiro, entrelaçado ao bandeirismo paulista foi uma continuação das várias bandeiras que, no século XVI e XVII, percorreram os territórios ocidentais e atravessaram a região onde se formaria o Estado do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

---

<sup>163</sup> Maria Odila da Silva Dias afirma que na obra de BUARQUE DE HOLANDA está presente os “*ritmos de tempo*” especificados por Fernand Braudel: *o ritmo da longa duração, quase imóvel, o das relações do homem com o seu meio físico; um ritmo intermediário, correspondendo ao tempo das estruturas sociais, que permite apreender as mudanças nas sociedades, nas economias e por fim, o tempo da história dos eventos, mais rápido e superficial dos atos relativos a história política e a atuação consciente dos indivíduos*” Sérgio Buarque de Holanda: *vida e Obra*. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura: Arquivo do Estado: Universidade de São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros. 1988. p. 77. Ver também RANKE, Leopold von. *Sérgio Buarque de Holanda*. São Paulo, Ática, p. 58,59.

<sup>164</sup> Ver MONTEIRO, John Manuel. *Negros da Terra: Índios e Bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo, Companhia das Letras, 1994; Ver também MARCÍLIO, Maria Luiza em sua tese de doutoramento defendida em 1974, FFLCH – USP denominada *Crescimento Demográfico e evolução agrária paulista – 1770-1836*. (mimeo), MARCÍLIO desenvolveu importante estudo onde mostra o desenvolvimento do comércio paulista articulado ao mercado interno e sua sedimentação comprovada no crescimento populacional paulista de 400% no século XVIII, dentro do período do ciclo das monções.

<sup>165</sup> Parecer do Conselho Ultramarino: Antecedentes do Tratado. Tomo II, Doc. 16, p. 12.



# PARTE III

**UMA *SOCIEDADE MOVEDIÇA* NA ROTA DO OURO**

## CAPÍTULO 1.

### ENTRE FERAS E SERTÕES

A mineração cuiabana fez aflorar a chamada fase monçoeira. Esse fenômeno evolutivo da penetração e disseminação das hordas povoadoras foi estimulado pelos conquistadores de espaço em favor da dilatação territorial brasileira.

Essa história começou, de fato, com a descoberta das minas do Coxipó-mirim, rio tributário do Cuiabá, em 1719, pelo sertanista Pascoal Moreira Cabral, como já foi tratado. O projeto expansionista, associado ao antigo sonho da Metrópole de encontrar metais preciosos, concretizou-se com esses achados auríferos. A esse respeito Taunay fez uma brilhante consideração sobre o papel de Pascoal Moreira Cabral na concretização da velha aspiração metropolitana:

*...como vassalo temente, procurara Pascoal Moreira Cabral arrecadar os quintos régios, desde os primeiros dias da mineração...traçou o histórico dos seus feitos(...) desde 1716 percorria aqueles sertões com cinquenta e seis companheiros brancos, afora escravos e servos, todos sustentados à sua custa exclusiva. Conquistara reinos do gentio, adquirindo muitos deles para o grêmio da Igreja<sup>166</sup>.*

A partir daí, como prolongamento das bandeiras paulistas, originou-se o *ciclo das monções*. Para o historiador e sociólogo Sérgio Buarque de Holanda a expedição de Pascoal Moreira Cabral era, à época, uma empresa apresadora, cujo objetivo era apresar os índios coxiponés e, *“por ela, como pela de Fernando Dias Falcão, é que as monções se entroncam na história das bandeiras e passam a constituir, de certo modo, um prolongamento”<sup>167</sup>*. Para Hermes Vieira a fase dos descimentos foi aberta em meados de 1611, com a expedição preadora de Pero Vaz de Barros, *“por sinal inditosa, se encerra nos últimos anos do século XVII, quando se fechou o primeiro ciclo da preia ao Índio”<sup>168</sup>*.

Foi extraordinária a intensidade do povoamento do espaço das Monções. A maioria das crônicas coevas insiste na rapidez da chegada de forasteiros às minas, oriundos de vários pontos do Brasil, do Império luso e, mesmo, de outras nações européias, apesar das restrições oficiais a respeito dos estrangeiros. Antonil em sua *Cultura e Opulência do Brasil por suas Drogas e Minas*<sup>169</sup> salientou que *“mais de trinta mil almas”* andavam á cata de ouro nas minas. Segundo as avaliações de Taunay

<sup>166</sup> TAUNAY, 1975. *op. cit.*, p. 33. v.2

<sup>167</sup> VIEIRA, Hermes. *Bandeiras e Escravagismo no Brasil*. UFMG - Biblioteca Universitária. Conselho Estadual de Cultura, São Paulo, 1968. p. 46.

<sup>168</sup> Conforme Hermes Vieira os descimentos seriam reabertos um século mais tarde, quando, abolida a legislação pombalina, pela Carta Régia de 1798. Com a justificativa de os índios seriam comparados aos demais súditos da Coroa foram permitidos os "descimentos" pacíficos e conseqüente utilização dos índios "descidos". VIEIRA, Hermes. *Op. cit.*, p. 46.

<sup>169</sup> ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas* Rio de Janeiro. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/ Conselho Nacional d Geografia, 1963.

*as últimas notícias de Cuiabá desvairavam as mais sólidas cabeças. Num mês, haviam Miguel Sutil, e seus escravos e os demais moradores do Arraial de Forquilha conseguido apurar quatrocentas arrobas de ouro! Perto de seis mil quilos de metal, maravilha jamais observada em qualquer outro lugar do Brasil*<sup>170</sup>.

Estas notícias narradas por Pedro Taques ao biografar João Carvalho da Silva, sobrinho de Fernão Dias Paes, incitavam extraordinários *rushs* de imigrantes, apesar das terríveis catástrofes provocadas pelas “*transmigrações infelizes dos sedentos do ouro*”<sup>171</sup>.

Os rios monçoeiros não cessavam de chamar os homens para o movimento e, depois, fixá-los em suas margens, conforme as crônicas de José Barbosa de Sá emigrava todo o mundo: nobres e peões, seculares e eclesiásticos<sup>172</sup>. Este espaço foi acessado por esse contínuo fluxo de gente nova, mas ao preço de um fenômeno cruel, marcado por destruições, pilhagens, massacres, exílios e confrontos sangrentos entre homens. O próprio Pascoal Moreira Cabral, descobridor de *Eldorados*, na diligência de encontrar ouro, prata e pedras, afastou-se por quatro meses da cidade de São Paulo. Nessas campanhas, segundo as observações de Taunay, o sertanista perdeu um filho e quinze dos seus bandeirantes, brancos, além dos escravos mortos e devorados por indígenas<sup>173</sup>. Por ironia ou malogro do destino, é possível que o descobridor do mais rico jazigo aurífero do Brasil tenha morrido na pobreza, no dia 18 de agosto de 1755. Tudo indica que seu testamento não pôde ter sido cumprido por falta de dinheiro, conforme salientou Taunay<sup>174</sup>.

Os migrantes, sobretudo os paulistas, carregaram consigo a cultura e muito dos seus costumes, mas deparavam-se com outros membros dessa nova sociedade composta por índios, mulatos, negros, libertos e mesmo foragidos.

Com relação aos indígenas, abro aqui um grande parêntese para refletir sobre as ações desses atores no longo processo migratório, verificado durante a conquista e que alterou a paisagem interna brasileira. Vale lembrar que as nações indígenas não tiveram uma homogeneidade de ações, reagiram distintamente, de forma pacífica ou agressiva, exerceram o poder ainda que não o possuíssem, mesmo na condição de dominados, desenvolveram forças que se chocaram com as estratégias de dominação ou sutilmente se aliaram a essas forças em busca da sobrevivência<sup>175</sup>. É a partir dessa condição que entendemos a contribuição

<sup>170</sup> TAUNAY, 1975, *op. cit.*, v.2. p. 32.

<sup>171</sup> *Ibidem*.

<sup>172</sup> BARBOSA DE SÁ, *op. Cit.*, p. 12, 15, 16.

<sup>173</sup> TAUNAY, 1975 *op. cit.*, Tomo 2 p. 32.

<sup>174</sup> TAUNAY, 1975. p. 34 v.2

<sup>175</sup> Na tentativa de compreender a forma pela qual se estruturam as relações sociais, sobretudo as relações desiguais de obediência e dominação, Foucault deu uma contribuição inegável em regras ou cautelas metodológicas. Para esse autor, há nas relações de poder, uma pluralidade de correspondência de forças, um

do índio para as expedições bandeirantes e monçoeiras em suas incursões ao interior do território brasileiro, ou seja, mesmo submetido ao aviltamento, o indígena em sua resistência não perdeu a condição de ator social e foi capaz de imprimir derrotas ao colonizador como também, ao longo dos anos, assimilou a cultura estranha e influenciou as práticas do adventício, em um caldeamento de ações, valores e técnicas.

Insisto em ressaltar que essas relações foram assimétricas ao extremo. Resistindo ou se integrando, o indígena sofreu perdas irreparáveis, entretanto, esse prolongado contato interétnico vem construindo a história brasileira até os dias atuais e nos parâmetros temporais desta pesquisa, centrada no século XVIII e no seu objeto primeiro, as *monções de povoado* ou monções do sul, procuro entrelaçar na teia dos fatos da história americana, as ações dos homens que viveram o bandeirismo e o movimento monçoeiro, observando lugares comuns e algumas idéias, além de princípios e estratégias do período monçoeiro herdados dos homens seiscentistas que adentraram aos sertões nos séculos anteriores. Nessa perspectiva, o discurso monçoeiro<sup>176</sup> é visto como uma mistura de pensamentos que se recriaram, a partir da memória do bandeirismo e da cultura autóctone, na explicação de Le Goff,

*... o discurso dos homens, em qualquer tom em que tenha sido pronunciado – o da convicção, o da emoção, o da ênfase – é freqüentemente apenas um amontoado de idéias feitas, de lugares comuns, de velharias intelectuais, o exutório heteróclito de restos de culturas e de mentalidades de diversas origens e de várias épocas*<sup>177</sup>.

O indígena enriqueceu com técnicas e costumes o universo bandeirante nos séculos XVI e XVII, parte dessa herança dos povos nativos, por sua vez foi legada aos monçoeiros. Ainda que estes não tivessem usado na maior parte do tempo, as estradas terrestres, a experiência indígena e bandeirante viabilizou uma relação mais íntima do monçoeiro com o espaço geográfico americano. Embora o neto dos primeiros aventureiros que enfrentaram as corredeiras bravias nos rios do oeste tivesse se sentido como um prisioneiro nos estreitos limites de uma canoa, ele assimilou inúmeras técnicas deixadas pela primeira geração de conquistadores das terras do interior do Brasil. Conhecimentos e técnicas do bandeirante são, via de regra, uma das prerrogativas dos monçoeiros, mesmo quando metamorfoseadas pela situação nova das monções; por sua vez, a contribuição dos indígenas tanto entre aqueles que

---

conjunto de ações que conduzem a outras ações, seguindo-se umas às outras em enfrentamento constante e infindo. O poder induz, incita, seduz, facilita ou dificulta se convertendo em campo aberto de possibilidades distribuído em todo o tecido social traduzido na capacidade de recalcitrar, de se insurgir, de se rebelar e de resistir. Cf. FOUCAULT, Michel. *Por uma genealogia do poder*. Trad. de Roberto Machado. Rio de Janeiro : Graal, 1979.

<sup>176</sup> LE GOFF, Jacques. *História: novos objetos*. Tradução Terezinha Marinho. Rio de Janeiro. Francisco Alves, 1976.

<sup>177</sup> *Ibidem*, p.72.

adentraram o território a pé quanto aos que usaram os rios foi imprescindível. Sem exagero, essa contribuição os eleva à condição de guias e verdadeiros mestres dos sertões<sup>178</sup>. Até mesmo os textos considerados de tendência epopéica e de glorificação dos paulistas<sup>179</sup>. não conseguiram obscurecer essa contribuição: até neles, ainda que de revés, o indígena aparece como elemento fecundo e positivo.

Entre as contribuições do indígena para o êxito do movimento bandeirante se destaca o conhecimento que esses povos tinham dos caminhos. É sabido que as veredas utilizadas pelos sertanistas nos primeiros tempos, em muitos casos, foram as mesmas trilhas que os índios tinham aberto para uso próprio, “*muito caminho pisado mais tarde pelas bandeiras foi aberto e trilhado inicialmente por eles*”<sup>180</sup>. Escondidos, disfarçados e cautelosos os naturais da terra corriam as matas e os sertões americanos em aprazível ou penosa peregrinação. Esses movimentos formavam uma rede de corredores e trilhas toscas e estreitas que entrecruzavam regiões longínquas, muito antes das naus *cabralinas* aportarem na *terra-brasilis*; caminhos rústicos, mas que já existiam antes da chegada do colonizador, foram utilizados pelos bandeirantes; outra questão importante ressalta a dificuldade de locomoção: as trilhas antigas não seguiam rigorosamente um único traçado, principalmente quando deixavam de ser frequentadas por determinado tempo, e acabavam quase desaparecendo, o que fazia cada viagem parecer de certo modo uma exploração nova, exigindo novos cálculos e estratégias; mas o bandeirante sempre contou com a sagacidade do indígena para se locomover nesse *habitat* e utilizou suas estradas,

*...a pouca largura desses caminhos, que se adaptavam particularmente ao sistema de marcha característico dos índios não constituiu sério obstáculo a que fossem mais tarde utilizados pelos adventícios. O que sucedeu em outros lugares da América, onde as picadas abertas pelos naturais da terra serviram mais tarde aos europeus, permitindo sua expansão através do continente, ocorreu igualmente e em maior escala, entre nós*<sup>181</sup>.

São poucas as exceções das trilhas pré-coloniais que facilitavam a caminhada, um exemplo é o famoso caminho do Piabiru ou caminho de São Tomé no Guairá, que tinha oito palmos de largura e chegou a ser comparado com algumas ruas de Lisboa<sup>182</sup>; nesse meio, o selvático, premido pela necessidade de sobrevivência no ambiente agreste, desenvolveu um amplo conjunto de técnicas que abrangia da arte da caça e da coleta de frutos até posturas

<sup>178</sup> BUARQUE DE HOLANDA 1994. *op. cit.*

<sup>179</sup> Refiro-me a autores como Afonso Taunay, Alcântara Machado, Alfredo Elis Júnior, Pedro Taques e outros autores da historiografia bandeirante paulista.

<sup>180</sup> BUARQUE DE HOLANDA 1994. *op. cit.*, p.32.

<sup>181</sup> *Ibidem*, p. 33.

<sup>182</sup> *Ibidem*, p. 19-35.

físicas. Serve como exemplo a sua forma própria de caminhar, onde a planta e os dedos do pé se justapõem totalmente no solo, distribuindo igualmente o peso do caminheiro pelo corpo, fazendo com que as juntas trabalhem igualmente e nenhuma parte sofra maior cansaço; essa forma de caminhar “com os dedos do pé voltados para dentro” também fazia com que os índios economizassem trabalho, porque a ponta do pé encontra menos os galhos dos arbustos rasteiros. Muitas dessas técnicas e recursos que permitiam ao indígena, em suas vagueações, romper grandes distâncias sem maior exaustão, foram transmitidas aos mamelucos, especialmente, aos pioneiros piratininganos que tiveram de adaptar-se aos recursos dos naturais da terra, a fim de sobreviver à adversidade do meio. Ilustra bem essa questão o que se dizia de João Ramalho, um dos precursores da colonização no planalto paulista, que andava nove léguas, antes do jantar<sup>183</sup>.

As intermináveis caminhadas das comunidades nômades como os Tapuia, Pataxó, Tupimaé e dos Cataguá<sup>184</sup>, dos grupos tribais quando saíam de suas aldeias e percorriam a pé longas distâncias para as reuniões de festa ou quando vagueavam, desde meninos, em busca da caça ou coleta, fizeram das populações nativas exímios caminheiros. Essa capacidade e hábito de caminhar, ainda que na maioria das vezes, entre as tribos amigas e sem o aspecto compulsório das caminhadas bandeirantes, deu existência às vias que levavam para o interior do continente e tornou o indígena um profundo conhecedor desses caminhos estreitos, que não permitiam em toda a sua largura mais do que uma pessoa caminhar ao mesmo tempo, mas que de tão utilizados alguns se tornaram rotas regulares, muito tempo antes da chegada do colonizador. Entre as técnicas desenvolvidas pelo bandeirante, a partir do contato<sup>185</sup> com os nativos, está a capacidade de orientação na mata espessa e emaranhada; os adventícios aprenderam a transpor, da maneira mais conveniente e pelos melhores lugares, desde terrenos onde medram árvores silvestres até florestas espessas; cortavam galhos com a mão, à moda dos índios, aqui e ali, enquanto caminhavam e, uma seqüência desses galhos quebrados em geral significava uma pista, uma orientação para a caminhada; quando estavam em mato espesso, davam cortes de machado em troncos grossos de árvores para marcar o caminho; o bandeirante não só assimilou esses sinais do nativo, também usou símbolos católicos: uma pequena cruz de madeira fincada no chão significava que próximo do caminhante havia um

---

<sup>183</sup> *Ibidem*, p. 35.

<sup>184</sup> BARREIROS, Eduardo Canabrava. *Roteiro das Esmeraldas : a bandeira de Fernão Dias Paes*. Rio de Janeiro. José Olympio, 1979.

<sup>185</sup> Segundo a Antropologia contato é o primeiro encontro direto, ou série de encontros, entre indivíduos da sociedade nacional e membros de um grupo indígena até então sem interação com ela. Cf. RIBEIRO, Darcy. *Os Índios e a Civilização: a integração das populações indígenas no Brasil* Petrópolis Vozes, 1986.



lugar de pouso, um teto onde ele poderia descansar<sup>186</sup>. O sertanista, graças ao contato prolongado com a selva e com os nativos, desenvolveu um sensível espírito de observação que não se improvisa, estava continuamente desperto a minudências do caminho e criou um sistema de sinais de comunicação numa espécie de “*rústico alfabeto unicamente acessível a indivíduos educados na existência andeja do sertanista*”.<sup>187</sup>

Os nativos, segundo objetivas conclusões de Buarque de Holanda, tinham uma capacidade excepcional de locomoção, indivíduos com um senso de orientação quase miraculoso, encontravam meios de orientar-se pelo sol, caminhando centenas de léguas, enfrentando caminhos hostis e espessa mataria, sem se perder. À noite marcavam as horas observando estrelas e durante o dia, pela sombra que o polegar deixa na mão; conheciam pegadas de um homem ou bicho e depois de um exame superficial deduziam com coerente precisão, sobre origem, direção e época em que foram produzidas. O bandeirante assimilou muitas dessas técnicas,

*... foi pelos rastros de um abarracamento que Manoel Dias da Silva, correndo pelo ano de 1736 territórios do atual estado de Mato Grosso, conseguiu averiguar não só que ali tinham estado castelhanos e com personagens de alta patente, como determinar com precisão quanto tempo antes tinham deixado o lugar, o número de animais que levavam e o rumo tomado*<sup>188</sup>.

Outro fato que mostra as amalgamações entre a cultura local e a ibérica no bandeirantismo, e que parece revelar a prevalência da técnica e do costume nativo sobre o europeu foi o hábito de andar descalço adquirido por esses forasteiros que, em sua terra natal, tanto prestígio davam aos sapatos, chegando mesmo a identificar o seu uso com *status* de nobreza; na colônia e, sobretudo, fora dos lugares povoados, os sapatos eram considerados supérfluos, ou antes, um estorvo. A exemplo dos índios que, salvo algumas exceções como as do caingangues e xerentes usavam sandálias ou alpargatas para despistar perseguidores e não por ideal estético, o sertanista aprendeu a andar descalço pelos caminhos do interior da Colônia.<sup>189</sup> Esse hábito parece ter influenciado tanto aos sertanistas de São Paulo como também aos padres jesuítas e até autoridades conforme ressaltou Sérgio Buarque de Holanda no seguinte fragmento:

*... o sistema de marcharem a pé e descalços teve ação persistente sobre os hábitos dos sertanistas (...) os primeiros missionários religiosos, sobretudo jesuítas, também*

<sup>186</sup> ROSA, Antônio Joaquim da. *A Cruz de Cedro* (São Roque, 1924), p. 15. Apud. Buarque de Holanda, 1994. p 20.

<sup>187</sup> BUARQUE DE HOLANDA, 2001. *op. cit.*, p. 20.

<sup>188</sup> *Ibidem*, p. 21.

<sup>189</sup> *Ibidem*, p. 29-30.

*dispensariam, muitas vezes qualquer proteção para os pés (...) Cabeza de Vaca fez descalço todo o percurso entre o litoral de Santa Catarina e as margens do rio Paraná*<sup>190</sup>.

Nas caminhadas dos bandeirantes paulistas, em locais onde não precisavam transpor rios, as marchas eram facilitadas por não haver necessidade de se construir pontes ou pinguelas para transpor os obstáculos. Entretanto isso evitava a angústia da sede. Nessas circunstâncias se revela outro domínio que comprova, de forma insofismável o legado indígena ao bandeirante nas duas primeiras centúrias da colonização: a sua destreza no trato com a natureza para conseguir o líquido vital. Plantas providenciais, como o caraguatá, milagrosa bromélia que transforma as suas folhas em pequenos reservatórios de água da chuva e junta uma razoável quantidade, segundo Buarque de Holanda, chegando até um litro ou pouco mais por planta, constituíram-se um valioso recurso nos lugares onde não havia rios ou fontes de água, pois, dessedentavam o caminheiro. As águas dos caraguatás, dos mandacarus, dos cipós, do umari, dos bambus ou das raízes do umbuzeiro eram recursos que ao serem encontrados, podiam socorrer, por alguns dias uma comitiva sedenta, permitindo-lhes a sobrevivência.<sup>191</sup> Nessas circunstâncias, o conhecimento admirável do indígena e seus engenhosos métodos potencializaram a utilização desses recursos. Conforme lembrou Buarque de Holanda, a extraordinária capacidade de observação dos nativos lhes ensinava que a solução para a sede poderia estar relacionada à direção e temperatura do vento, debaixo de um rochedo, ou disfarçada em um tronco de árvore, onde jamais o viajante inexperiente poderia alcançar:

*... um desses tesouros existiu durante muito tempo no Campo dos Parecis, que atravessava a estrada para Vila Boa de Goiás. Num pau de cinco palmos de espessura e ponto exato onde começava a ramar, havia um buraco sempre cheio d'água, ali por meio de canudos de taquara, costumavam refrescar-se os sequiosos. Consumida a água em pouco tempo voltava a encher-se o buraco. Não fosse isso o viajante poderia percorrer em todos os sentidos a vasta planície sem ter onde beber, pelo menos numa extensão de quatro léguas.*<sup>192</sup>

Outras plantas conhecidas pelo indígena, como o umbuzeiro, tinham batatas adocicadas em suas raízes que se desmanchavam na boca dessedentando o viajante. Essas batatas ficavam apartadas cinqüenta, sessenta passos da árvore e o indígena batia no solo com um bastão até localizar, pelo som das pancadas, o local apropriado para cavar; o precioso conhecimento de vegetais como mandacaru, planta cheirosa, de umidade gostosa que

---

<sup>190</sup> *Ibidem*, p. 28,29.

<sup>191</sup> *Ibidem*, p. 36-42.

<sup>192</sup> *Ibidem*, p. 37.

satisfazia a sede e servia ainda de remédio aos enfermos febris ou ainda de algumas espécies de cipós encontrados em abundância nas espessas florestas que deixavam escorrer um líquido fresco, que se não mata totalmente a sede, engana o viajor sequioso, precisavam ser “*cortados a jeito indígena*”, exigia a prática do caboclo e sua presença nessas expedições; ainda os tenros bambus, que dão *água do taquaruçu*, precisavam, via de regra, da experiência indígena para verter o precioso líquido que sustenta a vida. Ainda quando faltavam todas essas provisões ou junto a elas, indígenas e sertanistas observando a conformação do solo, a coloração da terra ou algum indício somente apreendido por um olhar experimentado, descobriam o remoto caminho do olho d’água onde nada indicava sua existência<sup>193</sup>.

Esta retomada à questão da água no espaço natural palmilhado pelo sertanista e às dificuldades para conseguir matar a sede pode levar à seguinte argumentação: os monçoeiros não deviam ter problemas com água potável e não precisariam dessa aprendizagem dos sertanistas, porque viajavam sobre as águas. Embora esta seja uma argumentação de sentido lógico, relatos como o de D. Manoel de Flores ao Marquês de Valdelírios, em 1756, informa que “*ocasiões havia, afirma, em que as tripulações das flotilhas se viam ameaçadas de perecer de sede*”<sup>194</sup>, por considerarem as águas dos rios doentias. Também na documentação portuguesa se podem ver algumas admoestações para o viajante não beber desta ou daquela água, por serem consideradas nocivas à saúde. Mesmo sem tratar de pormenores como a correspondência de Flores, é comum os cronistas portugueses discorrerem sobre as péssimas águas do Paraná, “*barrentas e pestilentas causadoras de sezões*”.<sup>195</sup> As águas do rio Vermelho também causaram tão forte impressão nos monçoeiros com a sua corrente parecendo um rio de sangue que eles nem lavavam suas roupas nas águas desse rio.<sup>196</sup> Mesmo que haja exagero nas palavras de Flores, os testemunhos paralelos mostram existir alguma verdade nelas e o conhecimento sertanista, certamente, foi utilizado pelo monçoeiro em casos onde houvesse necessidade de dessedentar-se com a suposta segurança necessária. Contudo, a ênfase que procuro dar é para o enorme cabedal de conhecimentos legado pelos indígenas e sertanistas aos homens que trilharam os caminhos fluviais do segundo Eldorado brasileiro, no século XVIII, uma herança assimilada gradual e vagarosamente em cada expedição que se organizava, em cada incidente da viagem, nas atitudes, no comportamento do monçoeiro.

---

<sup>193</sup> *Ibidem*, p. 36-42.

<sup>194</sup> TAUNAY, 1975 . *op. ci.,.* Tomo 3, p. 57.

<sup>195</sup> *Ibidem*.

<sup>196</sup> *Ibidem* p. 58.

Os colonos europeus, de um modo geral foram, como já foi visto, mais transigentes do que o indígena e por isso adotaram em larga escala os expedientes e métodos nativos de aproveitamento dos recursos naturais para subsistirem à aspereza do meio, empreenderam excessivo esforço para se adaptarem ao clima tropical e as suas condições materiais. Um momento importante dessa transição foi a adequação do adventício à dieta alimentar dos primitivos moradores do país. Os índios, ao longo dos séculos e milênios, aperfeiçoaram as técnicas para extrair da natureza o máximo dos seus recursos e o europeu, nesse ambiente inóspito à sobrevivência de grupos citadinos, teve que adequar o seu paladar a uma culinária estranha ao seu gosto, para vencer uma das maiores provações a que seriam submetidos: a fome.

Nos locais em que o europeu já tinha se estabelecido e podia contar com a utilização de ferramentas importadas como a enxada, o machado, os anzóis de ferro e também o cultivo de algumas plantas trazidas por eles que serviam para a alimentação, o problema do abastecimento tornava-se menos atroz, visto que eram amenizadas as limitações do ambiente conquistado, entretanto, não escaparam de pragas como a de ratos que destruíam milharais e feijoais, nem dos ataques de nuvens de gafanhotos que lhes obrigavam colher ainda verdes as espigas de milho, o que dificultava a produção de víveres e encarecia o preço dos mantimentos. Em 1725, o cronista José Barboza Sá, com certeza exagerando nas cores, fez o seguinte registro sobre os fatores ambientais que causavam sérios danos às plantações, comprometendo o bom resultado das colheitas, como pluviosidade, enchentes, e pragas<sup>197</sup>:

*... o milho que se plantava na terra antes de nascer comiaó os ratos depois de nascido o que escapava dos ratos o destruhiaó os gafanhotos o que chegava a espigar brotava o sabugo sem gram e algum que granava o comiaó os passaros que era necesario colhelo verde: tudo mais o que plantava na terra<sup>198</sup>.*

No auge do movimento monçoeiro, João Antônio Cabral Camelo ao passar por Camapuã, mostrou-se incomodado ao pagar vinte oitavas pelo alqueire de feijão<sup>199</sup> e dezesseis

<sup>197</sup> Cf. BRAZIL, Maria do Carmo. *Fronteira Negra. Dominação, violência e resistência escrava em Mato Grosso – 1718-1888*. Passo Fundo: Editora da UPF, 2002, p. 63.

<sup>198</sup> SÁ, Joseph Barbosa de. *Relações da Povoações do Cuyabá e Mato-Grosso e seus princípios the os prezentes tempos*. Cuiabá, Edições UFMT, 1975, p. 18.

<sup>199</sup> Alqueire é uma antiga unidade de medida de capacidade para secos, equivalente a quatro quartas, (uma quarta equivale a 9 litros, aproximadamente), ou seja, um alqueire corresponde a 36,27 litros, enquanto que uma “oitava” equivalia no Brasil colonial a 3,586 gramas. Uma oitava também corresponde a uma unidade monetária e moeda, correspondentes a 1.200 réis: Dicionário Aurélio Buarque de Holanda Eletrônico.

e dezoito oitavas o milho<sup>200</sup>. Mas essas dificuldades nem se comparavam ao que sofria, tanto os pioneiros do bandeirismo quanto os tripulantes das monções de povoados, quando se achavam em caminhos dos sertões. Em ambientes desconhecidos e sem as marcas da civilização européia, a situação era bem diferente. “*seu sustento ordinário, além da farinha de guerra, de que não se separavam, ao menos nos primeiros tempo será quase somente o que dá a terra sem a lavragem, como sejam caças e frutas*”<sup>201</sup>.

Sem poder contar com quase nada do arsenal de suas tecnologias, o conquistador tinha que se valer do arsenal indígena, porque, em muitas ocasiões até mesmo o equipamento disponível não se adaptava ao meio selvagem. É, justo nessa situação de caminheiro que junto aos percalços encontrados, a fome se estabelecesse como inimigo atroz e a contribuição da técnica do indígena se tornaria de fundamental importância para o sucesso da empreitada. Ao longo dos caminhos bandeirantes e monçoeiros, a técnica e a habilidade indígena com o arco foi providencial para saciar a fome dos sertanistas. Com armas de manejo simples e uma habilidade extrema, as aves eram feridas pelas flechas durante o vôo, uma técnica pouco conhecida pelos europeus até colonizarem o Brasil.<sup>202</sup> Essas técnicas davam enorme vantagem ao indígena sobre o europeu, porque este assustava o bando no primeiro tiro, gastava muito tempo para recarregar o arcabuz enquanto o índio atirava cinco ou seis flechas:

*as flechas dos índios não tinham muitas vezes menor alcance do que um bom arcabuz ou escopeta. As alterações atmosféricas, as chuvas, a umidade não chegavam a causar-lhe estorvo. Seu disparo não produz ruído, ou fogo, ou fumaça com que se denuncie o atirador(...) do emaranhado dos ramos e folhagens emergia rápida a flecha; tão rápida que não deixava tempo para se distinguir seu ponto de partida. Isso fazia com que o índio pudesse derrubar, de um só bando vários animais, antes que os restantes o pressentissem ou, ao menos, tentassem escapar-lhe*<sup>203</sup>.

A vantagem que as armas de fogo tinha sobre as primitivas flechas era a possibilidade de se carregar grande volume de munição em pouco espaço, mas, ainda assim o europeu sofria com as falhas de fogo muito comuns de suas armas, sobretudo, quando alcançadas pela umidade o que as tornava imprestáveis. Enfim, o que se deduz da leitura dos cronistas dos séculos XVII e XVIII, é que para a caça, as armas silenciosas do nativo eram superiores às do forasteiro, o que gerou, inclusive, ao longo dos séculos certa resistência do índio em utilizá-

<sup>200</sup> CAMELO, João Antônio Cabral. NOTÍCIAS PRÁTICAS das minas do Cuiabá e Goiasés, na Capitania de São Paulo que dá ao Ver. Pe. Diogo Juarez, o Capitão João Antônio Cabral Camelo, sobre as viagens que fez às minas do Cuiabá no ano de 1727. In Taunay, 1975. *op. cit.*, p. 128.

<sup>201</sup> BUARQUE DE HOLANDA, 1994. *op. cit.*, p. 60.

<sup>202</sup> VARNHAGEM, *Caça no Brasil ou manual do caçador*, por um brasileiro devoto de Santo Humberto, Rio de Janeiro, 1860. p. 67 apud BUARQUE DE HOLANDA, 1994. p. 63.

<sup>203</sup> *Ibidem*, p. 62,63.

las mesmo depois de ter acesso a essas armas de fogo através de trocas, por considerar que o estampido delas afugenta a caça. Também um rápido estudo dos vocábulos como tocaia, jirau, juquiá, pari e vários outros utilizados para dar nome às armadilhas e emboscadas utilizadas nos séculos de colonização, ou ainda o hábito adquirido pelos sertanistas de pintarem os corpos com urucum ou jenipapo para atrair os animais, denotam a influência preponderante das técnicas indígenas. Lacerda e Almeida escreveu sobre essa técnicas de caça ao veado:

*encaminham-se os caçadores para as manadas de veados contra o vento, levando na cabeça algum barrete ou pano vermelho, algumas vezes param ou levantam um braço, e outras agacham-se; os veados que não estão acostumados a ver estes fantasmas, chegam-se a eles para os reconhecer, e ficam sendo vítimas de sua curiosidade”<sup>204</sup>.*

Em relação à caça, a introdução acelerada de métodos do Velho Mundo fez com que essas atividades passassem a ser vistas, não raro, como algo garboso, ligado à valentia, à simulação de guerra, e à demonstração de que o homem afirma a sua superioridade porque tem consciência do poder e quase nunca pela astúcia. Esse pressuposto etnocêntrico não foi capaz de conciliar os métodos caboclos, onde o caçador quase se nivela aos animais e plantas para enganar sua presa, aos conceitos de caça ligados à aventura e ao heroísmo. Mas esse preconceito não ofusca a influência dessas práticas nos movimentos de migrações para o interior do Brasil, até porque muitas dessas práticas jamais foram esquecidas e seus resquícios permanecem ainda hoje, em pleno século XXI, nas comunidades rurais interioranas que auxiliam sua economia com a caça e a pesca<sup>205</sup>.

Reiteramos que a prática milenar da caça, que em muitas comunidades tribais foi substituída da lavoura e determinou o nomadismo entre nações indígenas, foi também essencial para a alimentação do sertanista. Do mesmo modo, a atividade pesqueira nos rios continentais de fauna quase inesgotável,<sup>206</sup> foi importante elemento na dieta bandeirante e monçoeira. O sertanista e depois o monçoeiro, longe dos núcleos civilizados, em suas jornadas por caminhos ermos teve sua subsistência e a do nativo que o acompanhava ligada à pescaria. Aliás, o índio assimilou muito bem as técnicas européias que facilitavam o trabalho da pesca. Prova disso é o fim dos espinhos tortos usados desde tempos imemoriais, quando foram substituídos pelos anzóis de metal e as redes de arremesso ou de arrasto trazidas pelos

<sup>204</sup> ALMEIDA, Francisco José de Lacerda e. *Diários de Viagem* de Francisco José de Lacerda e Almeida pelas capitâneas do Pará, Rio Negro, Mato Grosso, Cuiabá e São Paulo nos anos de 1780 a 1790. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional. 1944. p 82,83.

<sup>205</sup> Cf. o capítulo dedicado por Buarque de Holanda à caça e pesca em *Caminhos e Fronteiras*. São Paulo : Companhia das Letras, 1994 p. 60-73.

<sup>206</sup> ALMEIDA, *op. cit.*, p. 70; ver também BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. 1994 *op. cit.*, p. 70-73.

portugueses. Buarque de Holanda chegou a afirmar que os fabricantes de anzóis metálicos de Portugal chegaram até a produzir uma mercadoria de má qualidade, usando um metal de pouca resistência para baratear os custos dos anzóis, vendidos no ávido mercado brasileiro e que, em 1572, os oficiais mecânicos de Lisboa foram admoestados através de uma lei que os ameaçava de pesadas multas se continuassem a produzir anzóis com qualidade inferior aos que produziam para serem distribuídos na Europa<sup>207</sup>.

No elenco de contribuições do indígena na formação de uma cultura monçoeira, não é estranho afirmar que as *iguarias de bugre* foram assimiladas ao longo da conquista, ainda que com resistências por parte do colono, mas sem nenhuma chance de sobreviver nesse meio desconhecido, se não adequasse sua dieta às comidas mais exóticas.

*Não só de cobras e outros bichos que rastejam, mas ainda de sapos, ratos, raízes de guariba ou guareá, grelos de samambaia, sustentava-se o viandante perdido em sertões de escasso mantimento, os ‘sertões famintos’ de que falam alguns roteiros. Ou em ocasiões de penúria (...) é certo que mesmo em horas de fartura não faltava quem incluísse jacarés e lagartos, por exemplo entre os pratos apetecidos. A içá torrada venceu todas as resistências, urbanizando-se mesmo, quase tão completamente como a mandioca, o feijão, o milho e a pimenta da terra<sup>208</sup>.*

O modo de vida dos sertões adotado pelo bandeirante e monçoeiro não lhes permitia muita resistência a alimentação imposta pela culinária do *outro*. O que poderia causar náuseas ao ser degustado pelo cidadão europeu, gradativamente tornou-se o “prato do dia” para o sertanista, porque no meio do mato, sem nenhuma opção de escolha e precisando da energia vital do alimento, a única saída era comer o que lhe era oferecido. Na citação acima vemos que as saúvas denominadas içás ou tanajuras<sup>209</sup> se popularizaram bastante, o próprio autor diz que eram vendidas em tabuleiros junto com biscoitos de polvilho, pés de moleques, cará cozido e outras comidas tradicionais<sup>210</sup>; essa culinária bandeirista e monçoeira foi assimilada no período da colonização, a ponto de superado o impacto inicial, serem tidas como

<sup>207</sup> BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. *Caminhos e Fronteiras*. Companhia das Letras, São Paulo, 2001. p. 72,73. Ver também CORREA FILHO, Virgílio. *Livro dos Regimentos dos oficiais medânicos da mui nobre e Sêpre cidade de Lixboa 1572*, Coimbra, 1926, p. 68.

<sup>208</sup> BUARQUE DE HOLANDA, 1994. *op. cit.*, p. 58.

<sup>209</sup> Zool. Designação comum às fêmeas ou rainhas dos insetos himenópteros, formicídeos, especialmente as do gênero *Atta sexdens*, que perdem as asas após o vôo nupcial, indo formar novos formigueiros. [Sin.: caiapó, içá.] (Dicionário A. B. H)

<sup>210</sup> Na verdade ainda hoje esses insetos são degustados nos rincões da nação, como um prato pitoresco, exótico e delicioso. Nunca vou esquecer que na minha infância, eu ia com a minha mãe, à “boca” dos formigueiros no período do ano em que essas tanajuras estavam saindo deles para capturá-las e depois de fritá-las em óleo, minha mãe junto com suas amigas as saboreava com farinha de mandioca acompanhadas de uma grande xícara de café, como se fosse um verdadeiro manjar. Ainda na minha infância pude ver na feira livre as porções desses insetos serem vendidos nas barracas que chamávamos “bancos de feira”. Serve aqui essa reminiscência para comprovar os resquícios dessa culinária considerada esdrúxula tanto pelo europeu colonizador como pelo homem urbano da atualidade, mas, que persiste desde tempos imemoriais.

verdadeiros manjares, é o caso do bicho-de-taquara<sup>211</sup>. Sobre esse prato discorre *intérprete cordial do Brasil*:

*parece que vencida a repugnância do primeiro momento, os brancos se tornavam os maiores adeptos e propagandistas do manjar indígena. Uns comparavam-no a manteiga fresca. Assados e torrados, já dissera Anchieta que em nada se distinguiam do caldo (ou banha) de porco, mais recentemente Saint-Hilaire chegou a escrever que seu sabor faz pensar no mais delicado dos cremes<sup>212</sup>.*

Mas nem só desses “bichos imundos” para o gosto do colonizador era feita a dieta dos sertanistas nos primeiros séculos. Com uma resistência bem menor eles se adaptaram a alimentação com base em frutas tropicais, tais como o palmito, consumido em larga escala em todas as espécies encontradas na flora interiorana; os pinhões da araucária do qual se fazia uma farinha que em alguns casos, substituía a farinha de mandioca; a jabuticaba, as araças e guarirobas foram avidamente consumidas nos caminhos dos sertões. Buarque de Holanda escreve que

*já ao tempo das bandeiras, e sobretudo durante as monções do Cuiabá, essas e outras mirtáceas, como os araças, as guarirobas, as grumixanas, as pitangas e os cambucis, pertenciam a dieta habitual dos que se entranhavam na selva. Entre outras frutas que deveriam ter papel significativo nessas expedições, são dignos de menção os ananases, os araticuns de várias espécies e o jataí, cuja polpa, esverdeada e farinhenta era considerada uma das delícias do sertão, principalmete se desfeita em mel de pau<sup>213</sup>.*

O mel de pau, assim chamado por ser colhido em colméias que se desenvolviam em troncos de árvores pode ser considerado essencial na dieta de bandeirantes e monçoeiros, fruto de uma das mais providenciais agilidades tanto de índios como de sertanistas que conseguiam distinguir entre os muitos troncos aquele onde estão instaladas as abelhas. O que deixa transparecer os escritos *sergianos* é que não foram poucas as tribos a desenvolver essa habilidade. O indígena seguia as abelhas em seu vôo, que assim denunciavam a direção de suas colméias, levando o coletor até a copa da árvore onde se encontrava o precioso manjar.

Da destruição das colméias por tribos indígenas com o intuito único de recolher o produto desses insetos, o indígena aprendeu a usar de forma mais racional os troncos em seu estado natural já povoados de abelhas, provavelmente antes da chegada dos europeus ao Brasil, mas é certo que o mel abundante em nossas matas foi alimentação essencial para esses viajantes do interior da América portuguesa, sendo muitas vezes, pela falta da caça ou da

<sup>211</sup> A larva da borboleta *Myelobia smerintha*, que se cria no oco dos bambus. Serve de alimento aos quatipurus, e os índios brasileiros também a procuravam para o mesmo fim. Dicionário Aurélio Buarque de Holanda Eletrônico.

<sup>212</sup> BUARQUE DE HOLANDA. 1994. *op. cit.*, p. 58.

<sup>213</sup> *Ibidem*, p. 59.



pesca o seu único alimento por vários dias, “nesses casos o mel torna-se o único remédio para a fome e sua ausência significou muitas vezes a última penúria”.<sup>214</sup> Para isso costumava-se levar em algumas expedições monçoeiras os índios meleiros, munidos de machado e cabaça que se embrenhavam pelos matos em busca única do produto das colméias de abelhas. A necessidade de remédios nessas incursões sertanistas fez com que esse produto fosse ainda aplicado como excelente solução para curar feridas e apostemas. Acreditava-se também que o mel sendo usado para untar o corpo e depois cobrir-se com carvão poder-se-ia atravessar pelo fogo sem correr risco de vida<sup>215</sup>.

Sobre o uso da técnica da criação de abelhas em cabaças durante a época das monções, o depoimento de Luis D’Alincourt<sup>216</sup> dá conta que na casa do administrador da Fazenda Camapuã, o mais importante entreposto de apoio às expedições monçoeiras no caminho fluvial do Cuiabá, havia uma criação de abelhas em cabaça, preparadas exclusivamente para esse fim, o que dá a entender que devido a importância desse local, parada obrigatória dos monçoeiros nesse movimento migratório, sejam os paulistas e cuiabanos do século XVIII difusores dessa técnica.

Para fechar o parêntese sobre o indígena e a conquista do interior da América e do Brasil, cabe ressaltar que sua contribuição foi além das meras técnicas de caça, pesca e artimanhas de sobrevivência. O indígena legou aos sertanistas um modo de vida, uma relação muito estreita com a terra selvagem e uma comunhão profunda com esse ambiente. Dessa convivência advém uma gama de invenções e um discernimento do meio que lhe fez tirar deduções sobre a sombra das árvores, o vôo das aves, as pegadas de um bicho, as condições meteorológicas e tantas outras habilidades que parecem miraculosas ao homem europeu e foram essenciais para o sucesso das expedições bandeirantes e monçoeiras.

Com relação aos escravos, Taunay fez uma crítica contundente contra a estrutura de dominação do antigo sistema colonial, estendido às minas cuiabanas, no início do século XVIII:

*Cruel devia ser o espetáculo oferecido pela vida do arraial consagrado ao Senhor Bom Jesus, centro de inauditas violências praticadas contra os míseros africanos e autóctones descidos dos sertões. Para alimentar o status quo da imposição férrea da disciplina do trabalho, baixou Rodrigo Cezar de Menezes diversos bandos. A primeira destas proclamações referia-se a escravos fugidos e seus acoutadores”<sup>217</sup>.*

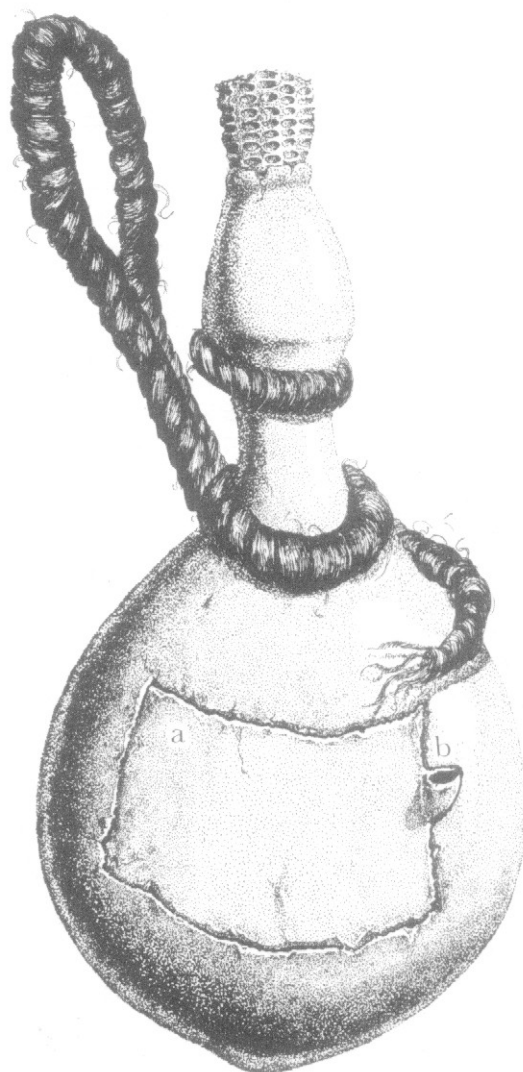
<sup>214</sup> *Ibidem*, p. 50.

<sup>215</sup> *Ibidem*, p. 52.

<sup>216</sup> ALLINCOURT, Luís D’. *Resultado dos trabalhos e indagações estatísticas da província de Mato Grosso*. Annais da Biblioteca Nacional, III. Rio de Janeiro, 1877. p. 265. nota.

<sup>217</sup> TAUNAY, 1975.v. 2, p. 57.

FIGURA 12



Cabaça para criação de Abelhas Jataí.

a) tapume que é retirado na ocasião da coleta do mel.

b) Orifício para a passagem das abelhas.

Fonte: BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. *Caminhos e Fronteiras*. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 51.

Taunay ressaltou também as valiosas obras empreendidas pelos negros escravizados na variação das canoas:

*Cones de alturas notáveis atestavam quanto trabalho e suor ao desgraçado negro cativo custara tudo aquilo... Pobres escravos, desconhecidos mártires! Quantas centenas de milhares senão milhões foram engolidos pelo Sertão, sacrificados a ambição, à ganância, ao desregramento de bárbaros senhores?*<sup>218</sup>

A cada nova descoberta aurífera, recrudescia o afluxo de migrantes para Cuiabá. Mas, amalgamados aos recém chegados, lembra Taunay, havia o êxodo de maus forasteiros para a região das minas. Eram homens oriundos das Minas Gerais, “... *muitos deles devedores remissos, fugindo aos compromissos e trazendo escravos alheios*”. No entanto, muitos migrantes podiam assimilar hábitos, tradições, através da comunicação e interação social, pelo próprio caráter maleável da sociedade em organização. Os recém-chegados, porém, impuseram e propagaram rapidamente suas técnicas, seu modo de vida, seus cultos, enfim, suas estrutura de dominação, tentando equilibrar a agricultura sedentária e vida errante dos faiscadores. Nessa luta impõe-se a interação entre cidade e campo, entre os recursos de um espaço predominantemente selvagem, recortado por rios, e aqueles mais promissores da orla marítima.

Portanto, o espaço das monções foi centro de atração e aculturação de toda ordem. Espaço privilegiado para a circulação dos homens, dos animais e das plantas, dos bens e das técnicas, das religiões e dos símbolos. A esse respeito Cabral Camelo em sua *Notícia Prática* relata que, em 1727, havia apenas um engenho, mas, em 1730, as terras cuiabanas mostraram-se férteis, “*ótimas para a criação de porcos, galinhas e cabras. E também para cavalos... trouxera sua monção umas poucas galinhas*”<sup>219</sup>. Segundo Virgílio Corrêa, no ano de 1751, somente na região de Cuiabá, existiam 24 engenhos de aguardente e 22 engenhos de açúcar e rapadura<sup>220</sup>.

A circulação de homens, animais e plantas por vezes era tão rápida, que é difícil discernir se uma inovação foi elaborada ali ou trazida pelos migrantes. E isso ocorreu desde a alvorada da história de Mato Grosso. Em cada lugar as novas técnicas eram adaptadas para atender as necessidades monçoeiras. Apesar dos constantes perigos, da vida atormentada por constantes sobressaltos e alarma selvagem, lembra Taunay, “*ao longo dos rios do percurso das monções iam se estabelecendo indivíduos animosos que abriam fazendas e plantavam*

<sup>218</sup> *Ibidem*,

<sup>219</sup> CAMELO, in TAUNAY, 1975. *op. cit.*, Tomo 3. p. 133.

<sup>220</sup> CORREA FILHO, Virgílio. História de Mato Grosso. Rio de Janeiro : INL, 1976, p. 694.

*grandes roças, abastecendo de milho e outros cereais os navegantes no Rio Pardo e no Taquari*”.<sup>221</sup> Conforme já me referi, as técnicas eram adaptadas, quase que reinventadas para atender a demanda migratória. Estes são dados episódicos sobre o papel decisivo dos caminhos fluviais na intensificação dos intercâmbios, inclusive de idéias e costumes que neles circulavam, na maioria das vezes de forma taciturna, com muito mais rapidez que a circulação dos produtos comercializados.

Os grandes deslocamentos de povos que ritmaram a história oficial da rota monçoeira, esconde um outro tipo de mobilidade, permanente e de *longa duração*, caracterizada pelos hábitos. Tal mobilidade fez parte do quadro da vida cotidiana de todos esses homens envolvidos com o processo migratório. Essa mobilidade traduz sua capacidade de adaptação ao meio, sua aptidão para acolher as solicitações externas, para adotar e assimilar entre as contribuições que podem ser transformadas em propriedade sua. Por muito tempo essa rota foi animada por essas circulações regulares.

---

<sup>221</sup> TAUNAY, 1975. *op. cit.*, v. 2. p. 64.

## FLORESTAS E CAMPOS

Simon Shama autor da magnífica obra *Paisagem e Memória*, publicada em 1995, ao visitar a escura muralha de floresta da Polônia, passou a meditar sobre o significado da força dos elos entre a *natureza* e a *memória*. Professor de Humanidades na Columbia University, Shama fez, nas páginas iniciais da obra, uma reflexão lapidar sobre uma forma alternativa de olhar a paisagem, de vê-la como produto de uma cultura comum, de uma tradição construída a partir de um rico frasco de mitos, lembranças e obsessões:

*consta que os historiadores devem chegar ao passado sempre através de textos, às vezes através de imagens. Coisas que colhem, sem nenhum risco, na redoma das convenções acadêmicas; devem olhar, mas não tocar. No entanto, um dos meus professores mais queridos, um arruaceiro intelectual e escritor de extraordinária coragem, sempre dizia que era preciso vivenciar um local, usar “o arquivo dos pés”<sup>222</sup>.*

A leitura desse livro, ao evidenciar que “*em cada árvore, cada rio, cada pedra, estão depositados séculos de memória*”, causou um impacto imediato. Saber que, mesmo na paisagem urbana, é possível sobreviver à força primitiva no cotidiano das pessoas, e que esse aspecto pode perfeitamente se transformar em material de pesquisa. O autor chamou a atenção de todos aqueles que se preocupam com a questão da paisagem, seja ela agreste ou urbana (leia-se construída):

*Passamos de uma região para outra, de uma época para outra por intermédio de transições graduais, cuidadosamente planejadas, nas quais vamos percebendo elementos que se mantêm inalterados, enquanto outros surgem ou desaparecem. Na teia dos mitos que assim vai se formando vamos, aos poucos, reconhecendo imagens e associações familiares. Resíduos de um passado agreste vão emergindo, aqui e ali, na paisagem urbana de nossas cidades. Passamos a enxergar velhos cenários com novos olhos e a reconhecer quanta memória acumulada pode estar oculta na paisagem mais trivial<sup>223</sup>.*

Passei a perceber que o autor de *Paisagem e Memória* via através da floresta da Polônia o espaço trilhado pelos reis lituanos e cavaleiros teutônicos, guerrilheiros e judeus. Naquela floresta “*mal assombrada*” sobreviviam as imagens da *Gestapo* dos nazistas e a *NKVD* de Stalin. Para Shama, no espaço da floresta podia ser encontrada, entre folhagens, botões dos pesados casacos de seis gerações de soldados mortos<sup>224</sup>.

Logo que li os capítulos iniciais de *Paisagem e Memória*, sobretudo os temas envolvendo as árvores, a água e as rochas, senti que se tratava de uma obra paradigmática

<sup>222</sup> SHAMA, Simon. *Paisagem e memória* : Companhia das Letras : São Paulo 1996 . p. 33-34.

<sup>223</sup> *Ibidem*, Nota do Editor.

<sup>224</sup> SHAMA, *op. cit.*, 34.

para tratar meu objeto de pesquisa. Os campos, as florestas, os rios da rota monçoeira, bem como a alegria, o desespero e as lutas pertinazes que se travavam durante os movimentos migratórios dispunham de uma orientação bastante pertinente.

Le Goff fez outra instigante abordagem sobre a questão da floresta que ajudou bastante. Numa conversação com Marc Heurgon, publicada na obra *Uma vida para a História*, Jacques Le Goff mostrou o significado da floresta no mundo medieval. O medievalista destacou que a floresta se estendia por espaços imensos, mas seu papel era fundamental, pois dela o homem retirava boa parte da sobrevivência, embora a economia medieval se baseasse na produção agrícola. Mas a importância da floresta não se limitava apenas à coleta. Os aspectos sociais eram altamente significantes:

*Vejo três espécies sociais de mulheres e sobretudo de homens da floresta: primeiro, o mundo daqueles que Marc Bloch chamava os “boisilleurs” – são aqueles que exploram profissionalmente a floresta: os lenhadores, os carvoeiros que fazem carvão de madeira, os apicultores. Em seguida, a floresta é o terreno do jogo de uma parte das camadas superiores da sociedade, expressando um desejo de exploração, de prestígio, de prazer: o terreno da caça. A floresta, desse ponto de vista, foi uma espécie de reserva senhorial e mesmo, desde a alta Idade Média, reserva real, de tal forma que o termo floresta – no inglês, particularmente – designa a floresta real, um espaço régio.<sup>225</sup>*

Para Le Goff, a floresta, durante o período medieval, era o lugar onde viviam pessoas “muito exclusivas”, mas através delas emergiam muitas características da sociedade medieval. A floresta abrigava personagens que afirmavam valores religiosos da solidão, a sociedade dos eremitas. Mas acolhia também os *fora-da-lei*, como o lendário *Robin Hood*, os bandidos, ladrões, os vilões que assaltam os viajantes no seio da floresta. Nesse sentido, conclui Le Goff, a floresta era um “*espaço de fruição, no sentido econômico e psicológico do termo, é ao mesmo tempo um espaço de perigos e de repulsão*”<sup>226</sup>.

---

<sup>225</sup> LE GOFF, Jacques. *Uma vida para a história*: conversações com Marc Heurgon. Tradução de José Aluysio Reis de Andrade. – São Paulo: Fundação Editora da UNESP. *Prismas* 1988. p. 154.

<sup>226</sup> *Ibidem*.

## TIPOS HUMANOS, MORADORES DA MATA

A floresta foi para o famoso historiador francês Jacques Le Goff

*... um objeto de estudo exemplar através dos mais diversos documentos e em particular dos testemunhos literários. Há belos estudos sobre a floresta na literatura medieval: a floresta foi o território por excelência da aventura cavalheiresca. Não é por acaso que ela esteja tão presente nesse imaginário, do qual comecei a pensar — e pensei cada vez mais — que ele constitui uma das vias mais fecundas da reflexão histórica. E, como iria descobri-lo, a floresta é, para outras sociedades, sob outros céus, e ainda hoje, um dos objetos de estudo privilegiados dos etnólogos.*<sup>227</sup>

Assim, ao eleger a floresta para sua iniciação à antropologia histórica Le Goff considerou o significado da presença desse espaço no imaginário medieval e passou a entendê-lo como uma fecunda via para a compreensão do universo social.

A reflexão sobre a dialética relação entre cultura e natureza é recorrente para compreender os aspectos sociais durante a conquista do interior brasileiro. Foi no desbravamento de florestas que nasceu toda idéia de unidade territorial e de ampliação da riqueza metropolitana, através da busca do índio, do ouro e das pedras. A orientação de Le Goff permite resgatar a floresta como espaço geográfico e cultural: “a floresta é o lugar onde vivem pessoas muito exclusivas, mas é por intermédio delas que se apreendem alguns caracteres essenciais da sociedade medieval”<sup>228</sup>. Sob muitos aspectos, o imaginário sobre a floresta discutido por ele, reúne analogia com o mundo vivido por colonizadores e colonos nos primórdios da História do Brasil.

Tento mostrar que a paisagem agreste brasileira do período colonial, assim como na Europa ocidental, tinha a mesma mescla de lugar, de atração, de repulsão e de solidão buscada por “pessoas exclusivas”, como procurou explicar Le Goff. É dentro dessa perspectiva que tento refletir o espaço geográfico do planalto paulista e sua interferência na construção dos fastos monçoeiros.

A história dos movimentos monçoeiros, já discutida na parte anterior deste trabalho, teve sua gradação forjada pelas singularidades regionais, pela política de povoamento metropolitana e pela organização social e econômica interna da colônia. Há muitas críticas às idéias e argumentações que vêem o espaço geográfico como fator determinante do processo

<sup>227</sup> Le Goff, *Uma vida para a história: conversações com Marc Heurgon*. Tradução de José Aluysio Reis de Andrade. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1998, p. 154-5.

<sup>228</sup> *Ibidem*, p. 154.

histórico e que explicam os fatos a partir de princípios ratzelianos<sup>229</sup> ou antropogeográficos. Tais críticas são corroboradas neste trabalho, por isso, ao analisar a formação do universo bandeirante e monçoeiro optamos em usar o conceito de território, seguindo as orientações do geógrafo Milton Santos, como sendo

*... o conjunto de sistemas naturais mais os acréscimos históricos materiais impostos pelo homem. Ele seria formado pelo conjunto indissociável do substrato físico, natural ou artificial, e mais o seu uso, ou, em outras palavras, a base técnica e mais as práticas sociais, isto é, uma combinação de técnica e de política.(...) Através do entendimento desse conteúdo geográfico do cotidiano poderemos, talvez, contribuir para o necessário entendimento (e, talvez, teorização) dessa relação entre espaço e movimentos sociais, enxergando na materialidade, esse componente imprescindível do espaço geográfico, que é, ao mesmo tempo, uma condição para a ação; uma estrutura de controle, um limite à ação; um convite à ação. (SANTOS, 1999)<sup>230</sup>.*

Na obra *Por uma Geografia Nova* Milton Santos,<sup>231</sup> ressaltou a importância objetiva do espaço e do tempo. Na dialética inter-relação entre história, memória e identidade, homens e mulheres desenvolvem distintas formas de organização política e social.

Nesse sentido, o elemento humano não é prisioneiro do seu meio físico, nem este lhe dita o que fazer, aonde ir ou como progredir, ou seja, o espaço é organizado em função dos interesses dos homens. Entretanto, a Serra do Mar não pode ser descartada como uma das causas que, conjugada aos fatores sociais e econômicos – as mudanças dentro do ciclo da cana-de-açúcar, por exemplo – contribuíram para gerar a pobreza local. Essa situação impulsionou os moradores da Vila de Piratininga a se envolver em incursões ao interior do território brasileiro, criando ao longo dos séculos XVI e XVII, um *modus vivendi* paulista que deu origem ao bandeirantismo e o movimento monçoeiro. Contudo, a sociedade desse novo espaço, fruto da instituição colonial no interior do Brasil, compunha-se de distintos modos de vida e seus ocupantes, como índios, mineradores, peões, foragidos, escravos e senhores, não poucas vezes, mostravam-se avessos às leis da Coroa<sup>232</sup>.

“*Pessoas exclusivas*” amalgamadas às feras viviam alheias às ordenações sociais e viam no agreste, institucionalmente vazio, um espaço de liberdade. Eram pessoas que se

<sup>229</sup> Refiro-me, sobretudo, aos desdobramentos da geografia produzidos pelos discípulos de Ratzel que radicalizaram as afirmações desse autor e constituíram o que se denomina *escola determinista* de Geografia, ou doutrina do *determinismo geográfico*. Esses autores simplificaram e empobreceram os conceitos de Ratzel, afirmando que *as condições naturais determinam a História*, ou *o homem é um produto do meio*, em teses como a de Elsworth Huntington que defendia uma inversão do determinismo em que as condições naturais mais hostis seriam as que propiciariam maior desenvolvimento.

<sup>230</sup> SANTOS, Milton. *Folha de São Paulo* 08/09/99. (Caderno Mais! Especial para a Folha).

<sup>231</sup> SANTOS, Milton. *Por uma Geografia Nova*. São Paulo: Hucitec, 1978.

<sup>232</sup> FAORO, Raimundo. *Os Donos do Poder. Formação do patronato político brasileiro*. Alegre: Globo, 1977. 157-158. Abreu, João Capistrano de. *Capítulos de História Colonial: 1500-1800 & Caminhos Antigos e o Povoamento do Brasil* Brasília: Ed. UNB, 1982.



confinavam nas florestas, nos prados e nas *lands*, por distintos motivos ou funções específicas.

O famoso viajante Hercules Florence relatou sobre uma expedição monçoeira que, subindo para Cuiabá, encontrou, numa das ilhas de uma cachoeira, uma negra que vivia naquele lugar, sozinha, por mais de seis meses. Conta Florence que ela e seu marido eram escravos na localidade de Camapuã. Fugidos, desceram o rio Pardo, depois subiram o Paraná e o Tietê até o ponto da cachoeira. Sem pressa, empregaram um ano e meio na viagem, vivendo da caça e da pesca. Nessa ilha, construíram um rancho e aí viveram felizes por quase seis meses. Entretanto,

... o marido num belo dia afogou-se ao passar o rio, e naquele deserto ficou a mulher ainda quasi um ano até a, chegada dessa expedição que a levou para Camapuan e a entregou de novo aos seus senhores. Segundo Florence, ela teve a sorte de nunca se deparar com índios e nunca ter ouvido sequer os urros de onças<sup>233</sup>.

As expedições, em sua longa jornada pelas veredas monçoeiras, deviam contar com provimentos próprios, embarcados desde a saída dos portos, levando em conta que os recursos do sertão eram esporádicos, às vezes, tão aleatórios e irregulares que, muitas vezes, quando recorriam aos alimentos disponíveis na natureza, não raro, nada rendiam a caça e a pesca. Segundo Cabral Camelo, na colossal via de penetração monçoeira, o abastecimento era quase impossível, em 1727, tanto que, entre a barra do Tietê e a do Pardo, havia apenas dois moradores, nas duas margens do Paraná, abaixo do Verde. O da margem direita tinha roças imensas de milho e feijão, cujos produtos vendia pelo preço que impunha aos clientes acidentais e cobiçosos dos seus cereais.

Taunay ressalta, com base nos *Relatos Monçoeiros*, que entre a foz do Pardo e a barra do *Nhanduí-Açu*, havia duas grandes roças com grandes feijoad e bananal. Um pouco abaixo do salto do *Cajuru*, mais dois moradores e na barra do *Nhanduí-Mirim* mais dois outros e um quinto no Pardo até o Salto do *Coroau*<sup>234</sup>.

Na confluência do Coxim e do Taquari existia apenas uma roça e, mais abaixo duas outras, mas abandonadas por causa dos *Caiapó*. Um pouco antes da passagem de Cabral Camelo, Gervásio Leite Rebelo encontrou, abaixo de Ararituaba, um único morador em

<sup>233</sup>FLORENCE, Hervules. *Viagem Fluvial do Tietê ao Amazonas* de 1825 a 1829. Cultrix /USP. 1977, p 29-30.

<sup>234</sup>TAUNAY, 1975. tomo. 3 *op. cit.*, p. 77.

FIGURA 13



12 Negra em Camapuã Desenho de Hercules Florence

Fonte: FLORENCE, Hércules. *Viagem Fluvial do Tietê ao Amazonas : 1825 a 1829* com gravuras do Autor. Tradução de Visconde de Taunay. São Paulo, Cultrix, 1977. p. 75.

todo o curso tietano<sup>235</sup>. Do Tietê até a foz, vivia em *Potunduva*, como à margem do Paraná, à esquerda, um homem conhecido por *Manuel Homem*. Isso significa que o Tietê, conhecido em toda a rota monçoeira como *Rio de Povoador*, só era praticamente habitado de Araraitaguaba para montante.

O que se observa desse “*território do vazio*”, narrado pelos monçoeiros do século XVIII, é aquilo que foi objeto de reflexão histórica de Jacques Lee Goff, ou seja, o contraponto entre a cultura e a natureza, o paralelo entre o que é construído, cultivado e habitado como os arraiais, roçados e o que existe no espaço agreste, como as grutas, os rios, e as matas da colossal via monçoeira, entre Cuiabá e Araraitaguaba. Verifica-se, nesse sentido, a dialética relação entre o universo “*civilizado*” e o universo da natureza, ou seja, o mundo da “*solidão*”<sup>236</sup>.

Passado um quarto de século, precisamente no ano de 1751, Antônio Rolim de Moura, o Conde de Azambuja, que seguia para Cuiabá, com a missão oficial de comandar a Capitania de Mato Grosso, encontrou “*a um dia de viagem a jusante da Cachoeira de Abaremanduaba*”<sup>237</sup> o sítio chamado do *Homem Só*, onde vivia um solitário. Como nos romances de cavalaria, lembrado por Le Goff ao tratar dos tipos sociais presentes no imaginário do cotidiano medieval, o *Homem Só* constituiu-se numa figura permanente e solitária presente nas matas do território do ouro. Apesar de não dispor de espingarda nem um único cão este homem era um exímio caçador. Plantava as roças e fabricava canoas e, às vezes, passava dias, semanas, meses, internado nas matas como um verdadeiro *eremita*. Mais tarde essa “*pessoa exclusiva*” se casaria, continuando ele e a mulher, a mesma existência de segregação<sup>238</sup>. Nesse sentido, os campos e as matas podem ser concebidos como espaços de reflexão, diversão, lugar de solidão, de introspecção, de provações, de refúgio, de aventura, lugar onde “*pessoas exclusivas*” embrenhavam-se neles causando espanto dos viajantes.

Nessa viagem rumo a Cuiabá, o Conde de Azambuja deparou-se com inesperados recursos de suprimento alimentar. Pouco antes do Avanhandava, valeu-se de frutos de um laranjal “*dentro do mato sem cultura alguma*”. Encontrou também em outros lugares com imensos palmitais, como *guavirovas*, *jarivás*, *guacurys* e *palmitos moles*. Estes alimentos nativos estimularam comentários eufóricos do agente da Coroa: “*onde havia abundância*”

<sup>235</sup> TAUNAY, 1975. tomo. 3 *op. cit.*, p. 78.

<sup>236</sup> GOFF, Jacques. *O Deserto-Floresta no Ocidente Medieval*. In: O Maravilhoso e o Cotidiano no Ocidente Medieval. Lisboa: Ed. 70, 1983, p. 37 e 52.

<sup>237</sup> TAUNAY, 1975. tomo 3 *op. cit.*, p. 78.

<sup>238</sup> *Ibidem*.

*desta espécie de hortaliça (sic) raiz branda e gostosa ou espécie de nabo tirado do tronco de uma árvore que se comia guizado de várias maneiras”*.<sup>239</sup>

Com admiração Rolim de Moura viu os vastíssimos arrozais nativos do Rio Cuiabá. Segundo seus relatos, na época “*das cheias quanto mais subiam as águas tanto mais crescia o arroz que sempre estava a cinco ou seis palmos acima do nível do rio*”.

Às margens dos rios monçoeiros, os viajantes encontravam fartura de certos marmelos, jabuticabas, frutas de nomes esquisitos, como o *nhandipapo* (geni-papo?), *pacaçeuva*, *sipotuá* e *itahy*. Esta última foi descrita como uma fruta comprida à maneira de vagem de feijão, de casca dura, que se tornava preciso quebrar para comer. Os viajantes consideraram-nas nutritivas, sobretudo, quando misturadas ao mel de abelhas. Este valioso produto era muito abundante nos vales dos rios.

Taunay ressalta o relato sobre o imenso bananal cuiabano, plantado inicialmente por João e Lourenço Leme. Constatou que “*os famigerados irmãos valerem-se dos seus recursos para o seu acampamento ali estabelecido, com o fito de dominarem a navegação dos rios, acastelando-se a entrada da região aurífera com os seus seiscentos índios escravizados*”.<sup>240</sup>

Sobre os recursos das Monções, conseguidos com a agricultura sertaneja, Taunay, com base nos *Relatos*, apresentou os preços desses víveres em uma tabela para se confrontar os preços cobrados dos monçoeiros em diferentes pontos da jornada.

Tabela 03.

	ROÇAS DE MANUEL HOMEM Oitava»	ROÇAS DE BARTOLOME U P. DOS RIOS Oitavas	CAMAPUÃ Oitavas	ROÇAS DE FILIPE DE CAMPOS NO CUIABÁ Oitavas	CUIABÁ Oitavas
Mão de milho.	8,5	2	-	2	-
Alqueire de farinha.	12	-	-	-	14
Alqueire de feijão.	10	12	20	-	11
Alqueire de milho.	-	12	16 a 18	-	-
Arroba de toucinho.	-	-	32	-	-
Dúzia de abóboras.	-	1	-	-	-
Libra de carne de Porco.	-	-	15	-	-
Idem salgada.	-	-	-	-	-

<sup>239</sup> *Ibidem.*

<sup>240</sup> *Ibidem.*

Frasco de cachaça .	-	-	15	-	-
Galinha .	1	-	3	-	-
Dúzia de ovos.	-	-	-	-	1 a 15

FONTE: TAUNAY, Afonso. *Relatos Monçoeiros*. In: *História das Bandeiras Paulistas*. São Paulo: Melhoramentos, 1975, p. 79.

A tabela revela que a oitava de ouro regulava a mil e quinhentos réis e que era altíssimo o custo de vida setecentista, mas, ao menos, os monçoeiros podiam dispor dos mantimentos. É o caso da descoberta do varadouro de Camapuã pelos irmãos João e Lourenço Leme, que trouxera enormes vantagens à navegação entre Porto Feliz e Mato Grosso, embora impusesse às expedições canoeiras a terrível travessia do rio Coxim. Gervásio Leite Rebelo pintou sob as mais “*negras cores*, a vida material dos homens deste trecho da rota, sobretudo, no ano de 1726: “*Sítio de morte de brancos e negros, consumo de mantimentos e destruição de tudo*”<sup>241</sup>. Contudo, a organização dessa fazenda contribuiu na fixação de uma rota invariável entre as monções, de acordo com as conveniências que dela se seguiram.

Vem a propósito, citar a esse respeito, um documento intitulado *Divertimento admirável* sobre a navegação das minas de Cuiabá e Mato Grosso, extraído, segundo consta, pela curiosidade de um sertanista paulistense e oferecido ao Sr Martinho de Melo por Manoel Cardoso de Abreu, em 1783:

*Deixando os navegantes o Rio Grande, prosseguem à direita pelo Rio Pardo acima, contra as suas correntes, pelo rumo do norte, até os confins das suas vertentes, em cujo curso é comum gastarem dois meses, mais ou menos, pelas inumeráveis cachoeiras que tem em toda a sua extensão, por entre as quais se encaam as cristalinas águas deste rio e na verdade saborosas e saudáveis pela virtude da salsa que criam as suas beiradas.*

*É este rio, da barra que faz no Rio Grande até o primeiro salto de Caiuru, composto de matos, com a mesma fartura dos dois antecedentes, menos na abundância dos frutos, que não tem tantos, remediando a falta deles a abundância de mel de abelha, de que é mais abundante.*

*Do referido salto para cima se compõe o rio de campos deleitosos, nos quais, das mesmas canoas em que se vai navegando, se vão divertindo os olhos em ver os animais que pastam neles, como são veados brancos, cervos, lobos, tamanduás-guassus, e da mesma forma perdizes, codornizes, curicaca, que uma ave cinzenta e do mesmo tamanho da perdiz, quero-quero, que é mais pequena, emas e seriemas, tudo com profusão considerável, convidando esta grandeza aos sujeitos a saírem das canoas e fazerem caçadas neles, ao mesmo tempo que impede a maior freqüentação desta diligência o temor do gentio caiapós, que tendo perto o seu alojamento, não cessa de andar pelos ditos campos a deligenciar as pessoas divertidas na caçada para matar à traição, como tem acontecido, e por isso os que vão a estas caçadas andam com o cuidado para se escaparem da tirania destes bárbaros, que entre os mais gentios são os mais cruéis indômitos e traidores....*<sup>242</sup>

<sup>241</sup> TAUNAY, 1975. tomo 3 *op. cit.*, p. 78.

<sup>242</sup> ABREU, Manoel Cardoso de. *Divertimento Admirável* – para os historiadores observarem as máquinas do mundo reconhecidas nos sertões da navegação das Minas de Cuiabá e Mato Grosso. Extraído pela curiosidade de

Essa extensa citação mostra que o curioso sertanista paulistense narrou, em 1783, o espaço como um “*divertimento admirável*”, um verdadeiro *paraíso*, não fosse a presença dos *gentios indômitos*. Entretanto, é possível pinçar das “*notícias do mundo*” registradas pelo mesmo observador alguns sinais de modificação no “*dilatado sertão*” em que navegou com o objetivo de *apetecer* a curiosidade sobre as minas de Cuiabá e Mato Grosso:

*Deste bananal ... tem os gentios semeado por aqueles sertões, de sorte que nestes campos de arroz em várias partes há bananas com fartura. A vila de Cuiabá é bastante grande e está situada distante um quarto de légua do porto de desembarque. O terreno não é muito bom, mas aprazível, é muito farto de mantimentos, de peixe e carne de vaca; é muito saudável e das minas é uma das mais opulentas, porém hoje está defeituosa por conta de ser combatida do gentio caiapó, que incessantemente está matando gente pelos sítios e negros pelas lavras, e por isso têm atrasado as conveniências, sem embargo das precauções com que andam os moradores e conseqüentemente os mineiro das lavras.*<sup>243</sup>

Os *olhares* de Rolim de Moura e o de outros visitantes captaram significativas alterações, envolvendo a navegação e a sociedade setecentista. Estas *lentas* modificações, como diria Braudel, foram sentidas em todo o território do ouro. Numa *Correspondência Oficial*, datada de 30 de agosto de 1800<sup>244</sup> entre os Governadores de Mato Grosso, evidenciava-se o delineamento de planos para melhorar a navegação e o comércio entre as duas Capitânicas por conta da Real Fazenda:

*Ilmo. Exmo. Sr. as luminosas reflexões que V<sup>a</sup>. Ex<sup>a</sup> foi servido dirigir com sua carta de 21 de novembro, sobre o estabelecimento de fretes na navegação do Pará para Mato Grosso por conta da Real Fazenda, verão derramar muita luz no meu espírito; e eu só lhe ajuntarei algumas, para dar a V<sup>a</sup>. Ex<sup>a</sup> nessa ocasião de instruir-me, e para o fazer ciente de algumas facetas, as quais julgo será muito útil chegarem ao conhecimento de V<sup>a</sup>. Ex<sup>a</sup>.*<sup>245</sup>

Essa *Carta*, datada de 1800 e escrita por Caetano Pinto de Miranda Monte Negro, então Governador da Capitania de Mato Grosso, advertia sobre a forma de promover o desenvolvimento da Capitania e tirá-la de sua decadência. Segundo seus planos a indústria e maior extensão aos trabalhos das suas minas poderiam ser uma das soluções. Outra saída seria atrair o comércio de Mato Grosso para a praça do Pará, o que poderia baratear os preços dos

---

um sertanista incansável paulistense, que os calculou sucessivos nuns poucos anos. Oferecido ao Ilmo. e Exmo. Senhor Martinho de Melo e Castro, do Conselho de Sua Majestade e Secretário da Repartição da Marinha e Domínios Ultramarinos, por Manoel Cardoso de Abreu. Ano de 1783. In: *Roteiros e Notícias de São Paulo*. Introdução e Notas de Ernani da Silva Bueno. São Paulo, Governo do Estado de São Paulo, 1977, p. 70. (Coleção Paulistana, v. 1).

<sup>243</sup> *Ibidem*, p. 71-3.

<sup>244</sup> Correspondência entre os Governadores do Mato Grosso e do Pará, sobre um plano de melhorar a navegação e o promover comércio entre as duas capitânicas no ano de 1800. Rio de Janeiro: *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (IHGB), Lata 134, Pasta 1, páginas 8 a 36

<sup>245</sup> *Ibidem*, p. 8.

gêneros de imediato “*consumo dos mineiros, como escravos, ferro, aço, ferramentas, sal e baetas*”.<sup>246</sup>

Em 1826, a preciosa vista panorâmica de Camapuã já tinha outros contornos ante o olhar minucioso de Hércules Florence. O que viu este viajante foi um espaço de extrema miséria, uma população “*ilhada em tão longínquo sertão*”.

Segundo Teotônio José Juzarte havia, na barra do Rio Pardo uma casa ao pé de grande árvore contendo uma espécie de “caixa postal”, onde se depositavam cartas que os viajantes recolhiam para levar ao seu destino. As notícias sobre a rota eram pouco animadoras.

O Conde de Azambuja conta que “*as notícias das agruras da viagem das monções*” eram tantas que ele próprio chegou a rezear a deserção de todos os soldados de sua guarda. As notícias e relatos que circulavam nas cidades do Rio de Janeiro, Santos, São Paulo e Araritaguaba traduziam as imagens da travessia com verdadeiro horror.

Nesse sentido, cabe ressaltar que de um lado a floresta sempre trouxe a dicotomia que pode afigurar a idéia do perigo, pesadelos sombrios, de atração e de repulsão, ao mesmo tempo em que um ângulo de percepção, o espectador revela seu estado de temor :

*Curiosos são os sentimentos que se apoderam do ser humano quando inteiramente solitário, sem comitiva, no bruto sertão, atravessa o pantanal, cercado por todos os perigos* “*A viagem parece não ter fim. Céu e pântano! Apenas os gritos dos pássaros aquáticos interrompe, de vez em quando, o grande silêncio que aperta o coração; um silêncio de sepultura, apenas cortado pelo murmurar das águas.*”<sup>247</sup>

Portanto, a mesma floresta faz emergir imagens de “*sonhos*” misturados a pesadelos sombrios, de atração e de repulsão, ao mesmo tempo<sup>248</sup>. Mas, em suas peculiaridades as matas podem estimular tão somente olhares fascinados sugerindo espetáculos que podem convencer o homem a se fixar ali para sempre.

---

<sup>246</sup>*Ibidem.*

<sup>247</sup>ULRICH, Oto Willi. *Nos Sertões do Rio Paraguai ( Impressões de viagem da Expedição Ulrich ao "Hinterland" Brasileiro-Boliviano)*. Prefácio do General Elisario Paim Filho. São Paulo: Ed. J. Fagundes, 1936, p.105-6.

<sup>248</sup> CORBIN, Alain – “*As raízes do medo e da repulsa*”. *O Território do Vazio - A Praia e o imaginário Ocidental*. São Paulo: Cia das Letras, 1989, p.16.

## CAPÍTULO 2.

### Os pousos e varadouros



Taunay na obra *História das Bandeiras Paulistas* descreveu com minúcias, muitos aspectos das estradas líquidas monçoeiras que mostram, além do aprendizado com o bandeirante, inovações, técnicas, costumes e comportamentos dessa sociedade movediça, no exíguo espaço das canoas, nas varações por terra, nos pousos e nos arraiais; também na obra *Monções*, Buarque de Holanda descreveu, com base em preciosa documentação, detalhes que dão luz ao cotidiano dos homens e mulheres nessa rota.

Sobre o tempo diário de navegação no percurso Ararituaba-Cuiabá, os relatos mostram que, geralmente, se começava a viajar ainda de madrugada e durante o maior calor do dia, descansava-se algumas horas para poupar a tropa do sol ardente da região<sup>249</sup>. Outras vezes iniciava-se a navegação no início da manhã e nos lugares onde havia neblina se iniciava mais tarde. JUZARTE resume essa questão da seguinte forma: “*Navega-se comumente das oito da manhã até as cinco da tarde pela razão das muitas neblinas que encobrem os perigos desses rios, que às vezes há dias que não se levanta senão ao meio-dia*”<sup>250</sup>.

Navegava-se até o final da tarde, quando as canoas embicavam pelos barrancos e eram presas com cipós em árvores ribeirinhas. Era a hora de fazer o pouso, tudo tinha que ser feito de forma disciplinada a fim de utilizar a luz do sol. Era preciso roçar o mato, preparar o acampamento, arrancar-se, ceiar ou preparar uma refeição mais frugal e cozinhar a comida do dia seguinte; depois se armavam as redes, ainda sob a luz crepuscular e tentavam dormir para prosseguir viagem ao amanhecer<sup>251</sup>.

Em algumas expedições, logo nos primeiros dias de viagem, fazia-se a colheita da folha da congonha que era macerada para preparar uma bebida, chamada mate do campo, ou congonha dos mineiros. Cada sertanista preparava essa infusão e os monçoeiros, sem exceção, desde os patrões até os índios e negros, tomavam essa bebida pela manhã<sup>252</sup>. Taunay identificou a planta como “*Luxemburgia polyandra*”.

O Mapa do Continente das Capitanias de Mato Grosso e de São Paulo, de autor anônimo, datado de 1764, documento que pertence ao Itamarati,<sup>253</sup> aponta 119 pousos de Ararituaba a Cuiabá, com destaque para dez rios do trajeto, mas levando o tempo que se gastava no itinerário dessa jornada fluvial deveriam existir muitos outros lugares onde se passava à noite, contudo, quando o lugar era pouso certo das monções, pelo menos o terreno já estava aplainado e limpo, com uma comodidade mínima, geralmente, muita bem

<sup>249</sup> REBELO, in TAUNAY, 1975. *op. cit.*, Tomo 3 p. 122.

<sup>250</sup> JUZARTE, in TAUNAY, 1975. *op. cit.*, p. 235.

<sup>251</sup> TAUNAY, 1975. *op. cit.*, Tomo 3, p. 70, 235, 236. Ver também FLORENCE, *op. cit.*, p. 65.

<sup>252</sup> NOBREGA, *op. cit.*, p. 76.

<sup>253</sup> *Ibidem*, p. 99.

aproveitada por aqueles que atravessavam o sertão. Era comum nesses pousos se fazer festa, beber e dançar até altas horas da noite; havia ocasiões, onde o lugar do pouso era úmido, lamacento sem qualquer comodidade e era preciso roçar grandes árvores e furar matagais; mas, havia pousos onde o local era tranqüilo e nostálgico, lugar de ouvir o canto dos curiangos e o coaxar dos sapos.<sup>254</sup> Quando as tropas faziam pouso em locais, onde os indígenas resistentes mantinham presença ostensiva, não se podia acender fogueira, para não delatar a posição dos viajantes, por isso, se comia frutas ou o feijão frio que se tinha cozinhado no dia anterior, em compensação havia ocasiões que o pouso se fazia em lugares onde os homens curavam as suas fadigas ateando fogo aos campos próximos ao acampamento para gozar da iluminação produzida pelas grandes labaredas até depois da meia noite<sup>255</sup>.

Na solidão dos caminhos monçoeiros, o encontro de monções era algo desejável e amistoso, às vezes até saudado com salvas de tiros.<sup>256</sup> Nessas reuniões até pequenos incidentes eram motivos de boas risadas, Florence escreveu sobre uma árvore denominada “*pau de novatos*” porque os viajantes pouco experimentados não identificavam que o arbusto tinha umas formigas ruivas de picadas muito dolorosas. Buscavam a sombra dessa árvore ou armavam nelas suas redes, para logo depois saírem aos gritos e sob boas gargalhadas dos mais sabidos. Sem dúvida, os pousos eram lugares especiais para os monçoeiros, um lugar de descanso, de entretenimento, mas um espaço cheio de perigos e cuidados.

Em alguns rios, onde se fazia o pouso, apesar do calor excessivo muitos viajantes preferiam, por cautela, não desfrutar o refrigério de se banhar, por causa das piranhas que podiam fazer estragos irreparáveis e das arraias que, se ferroasse uma pessoa, seu veneno, provocava dores que levavam dias para passar<sup>257</sup>.

Depois de armar as redes de dormir, o mosquiteiro era uma das providências que tornava menos incômoda a viagem monçoeira, porque livrava o viajante do terrível transtorno dos mosquitos noturnos. É necessário grafar que essa “máquina” ou “coberta” como eram chamados os mosquiteiros, nas crônicas coevas, só eram usados por autoridades ou pelos viajantes mais importantes; os homens livres comandados e os escravos, certamente, sofriam muito mais para conciliar o sono. Essa variável ambiental era mais um suplício enfrentado pelos comerciantes, mareantes e funcionários de menor patente e que certamente tornava mais

---

<sup>254</sup> FLORENCE, *op. cit.*, p. 57, 130.

<sup>255</sup> FLORENCE, *op. cit.*, p. 42, 57. 59.

<sup>256</sup> *Ibidem*, p. 84.

<sup>257</sup> ROLIM DE MOURA, in TAUNAY, 1975, *op. cit.*, p. 214.

FIGURA 14



Parada em São Florêncio.

Desenho de Hércules Florence.

Fonte: FLORENCE, Hércules. *Viagem Fluvial do Tietê ao Amazonas : 1825 a 1829 com gravuras do Autor*. Tradução de Visconde de Taunay. São Paulo, Cultrix, 1977. p. 289.

FIGURA 15



Pouso da Represa Grande. Desenho de Hércules Florence.

Fonte: FLORENCE, Hércules. *Viagem Fluvial do Tietê ao Amazonas : 1825 a 1829 com gravuras do Autor*. Tradução de Visconde de Taunay. São Paulo, Cultrix, 1977. p. 44.

pesada a carga de trabalho, sobretudo dos escravos. Sobre o sofrimento dos subalternos TAUNAY afirmou que

*... a recruta das tripulações arrolava sobretudo escravos negros; e a messe de sofrimentos que lhes era destinada desde a largada de Ararituaba de tal ordem que se torna realmente espantoso não se consignarem atos de reação contra a terrível servidão exigente de tamanho sacrifício*<sup>258</sup>.

É certo que não somente na jornada até Cuiabá, mas em toda a sociedade do ouro, os escravos receberam tratamento cruel e desumano. Na viagem enfrentavam, não só o pesado trabalho de rotina, como os efeitos das atrocidades ambientais; nos varadouros se exigia assombroso esforço desses homens na rolagem das canoas em cones de grossas árvores de espessura e enorme peso e mesmo nas canoas Taunay afirmou que “... os infelizes remadores, mais pacientes e sofrendores que nós sentiam ainda maiores torturas, não só por estarem menos cobertos, como pela obrigação do trabalho”<sup>259</sup>.

Mas, os relatos dão conta que, ao chegar aos arraiais auríferos, os maus tratos prosseguiram contra o negro escravizado quanto à falta de vestimentas e alimentos. Daí os protestos, as reações individuais ou coletivas das variadas formas, como furtos, assassinatos, revoltas e constituições de núcleos de fugitivos, comprometendo, de forma incisiva, a estrutura de dominação instalada no território do ouro. Cabe ressaltar que eram comuns as fugas para os domínios castelhanos, para as aldeias indígenas ou para o interior das matas, constituindo quilombos<sup>260</sup>.

Reafirmo que as narrativas da época, desatentas ao sofrimento dos mareantes e ao regime de penosos trabalhos, desprezaram com preconceito a tripulação das monções e via de regra, afirmavam que estas eram constituídas por elementos desafetos ao trabalho e à ordem, vagabundos e criminosos. Ocorria que, muitas vezes, vários homens eram recrutados à força, apresentando, não raro, um conjunto de comportamentos heterogêneos cuja disciplina era conseguida apenas sob ameaças e castigos corporais efetivos<sup>261</sup>.

Nas expedições monçoeiras, os pousos eram os locais onde se preparavam as refeições, espaço onde se desenvolveu a culinária dessa sociedade flutuante. O registro e relatos das expedições ao longo do século XVIII, registraram um cardápio geral composto de carne salgada e seca, toucinho, feijão, farinha de milho, farinha de mandioca, esta em menor escala,

<sup>258</sup> TAUNAY, 1975. *op. cit.*, tomo 3, p. 72.

<sup>259</sup> FLORENCE *op. cit.*, p. 128.

<sup>260</sup> BRAZIL *op. cit.*, 2002.

<sup>261</sup> NÓBREGA, Mello *História do Tietê*. Ilustrações de Wash Rodrigues; introdução de Leonardo Arroyo. Coleção Paulista Vol. VIII. São Paulo. Governo do Estado de São Paulo, 1978. *op. cit.*, p. 90.

capados e galinhas. Para os doentes de maior perigo era servido o caldo da carne de veado, de antas ou quando havia, a carne das galinhas carregadas nas canoas.

Nessas expedições, gastava-se tempo na caça de perdizes, antas, capivaras e na pesca de pacus, dourados e das indesejáveis piranhas; também fazia-se coleta de palmitos, laranjas, cajus, mangabas, marmelo bravo e outros frutos; esses ingredientes faziam parte da complementação esporádica da dieta de monçoeiros anônimos e passageiros ilustres como Rodrigo César de Meneses, Rolim de Moura, Florence e outros, conforme já foi referido<sup>262</sup>.

Uma relação de produtos transportados na comitiva do Capitão General de São Paulo para Cuiabá, em 1726, pode ilustrar os exageros gastronômicos nalgumas dessas expedições. Na bagagem desse governador, estão relacionados 60 quilos de chocolate, sete quilos de manteiga, 60 queijos, 144 quilos de marmelada, seis barris de biscoitos, oito barris de vinho e três de aguardente, cinco barris de azeite de oliveira e oito frascas de aguardente de uva<sup>263</sup>.

Mas, os documentos desta pesquisa, não mostram qualquer analogia dessa bagagem culinária do governador com equipagens de outras expedições que conduzissem mineiros ou comboios comerciais com destino ao Cuiabá; esse excesso e variedade de comida não indicam, também, igualdade na sua distribuição entre os mareantes e passageiros ou ainda mesa farta durante toda a viagem. O secretário-escrivão do governador dessa viagem registrou que nos dias sete a nove de novembro de 1726, passados, portanto, quatro meses da saída de Araraguaba, não havia mantimento para a tropa e por causa da fome, brancos e negros estavam debilitados e fracos.<sup>264</sup> Quando a fome proliferava entre os navegantes, era necessário utilizar toda a técnica adquirida do indígena e o conhecimento acumulado pelos sertanistas para escapar desse martírio. Qualquer alimento, nessa situação, era um prato indispensável. Um exemplo foi oferecido por Teotônio José Juzarte numa viagem que fez ao presídio de Iguatemi, em que a pouca farinha disponível deteriorava-se por causa da umidade; o mísero feijão que restava era podre e já estava nascendo; o toucinho quase nenhum e ração diminuía a cada dia. A fome atormentava tanto os viajantes que não se perdoava macaco, capivara, ou outro qualquer bicho, para se comer. Nessas ocasiões, os monçoeiros não tinham outra alternativa a não ser apelar para as “*iguarias de bugre*”.

---

<sup>262</sup> FLORENCE, *op. cit.*, p. 36, 39, 62, 111; ver também ROLIM DE MOURA in TAUNAY, 1975, Tomo 3 *op. cit.*, p. 201,-203.

<sup>263</sup> Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo. Archivo do Estado de São Paulo, São Paulo, Escola Typográfica Salesiana, 1902. Vol. XIII, p. 144 -146.

<sup>264</sup> REBELO in TAUNAY, 1975. *op. cit.*, tomo 3, p. 122.

Embora a regra, nas viagens monçoeiras, fosse as dificuldades com o abastecimento de víveres, o “pão de cada dia” dessas tropas se resumia, praticamente, ao feijão com toucinho, a farinha de milho e sal, e, esporadicamente, de frutas, plantas comestíveis, mel silvestre e algumas caças ou peixes. Da fécula da mandioca fazia-se, diluindo-a em água adoçada com rapadura, a tradicional jacuba, bebida refrigerante de grande consumo nas viagens de então.<sup>265</sup> A herança do bandeirismo e a presença do indígena, hábil conhecedor desse meio ambiente, ajudaram a minorar a fome de muitos navegantes. Florence se referiu aos pousos onde foram encontrados bananais, mamoeiros e laranjais, outros com caça abundante<sup>266</sup>.

O feijão foi o principal alimento dos monçoeiros. Segundo Buarque de Holanda não seria exagero afirmar que a mobilidade de gente de São Paulo se relacionava em parte com o papel que o feijão teve em sua dieta. O preparo do feijão e de toda a comida que iam comer no dia seguinte cozinhava-se imediatamente ao aportar nos pousos. A bordo, os homens das monções comiam o feijão frio, guardado de véspera<sup>267</sup>. Em *Monções*, ficou explicado que o motivo da preferência do feijão na dieta monçoeira estava no fato de que este produto era colhido nos povoados paulistas, entre abril e junho, período de saída das monções. O preço eram razoáveis, de fácil acondicionamento na canoa e por ser recém-colhido demorava mais tempo sem estragar; sobre a sua degustação acompanhado de farinha de milho se dizia que “... a bordo das canoas se o papel do feijão correspondia em tudo ao das favas e lentilhas que usavam os navegantes em alto-mar, a farinha tinha, em muitos pontos, papel semelhante ao que desempenhara o famoso biscoito das galeras, nas antigas viagens ultramarinhas”<sup>268</sup>.

No que diz respeito à opção dos monçoeiros pela farinha de milho ao invés da farinha de mandioca, Buarque de Holanda afirmou estar relacionada à dificuldade de conduzir ramas de mandioca nas canoas para o plantio nos arraiais sertanejos, e a necessidade de esperar um ano para se obter boas colheitas, enquanto o milho podia ser transportado em grãos para longas distâncias e produzia em poucos meses depois de plantado.

A transformação do milho em farinha era relativamente simples, bastando um monjolo, um tacho grande de ferro em cima de um forno artesanal além de uma peneira de malhas largas. A presença dos monjolos em dezesseis localidades de São Paulo trinta e uma em Minas Gerais e três no Mato Grosso, sempre associados à farinha de milho, comprova a preferência em seu favor pelos habitantes das Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e até o norte

---

<sup>265</sup> NÓBREGA, *op. cit.*, p.77.

<sup>266</sup> FLORENCE, *op. cit.*, p. 55, 58.

<sup>267</sup> NOBREGA, *op. cit.*, p. 76; ver também FLORENCE *op. cit.*, p. 235.

<sup>268</sup> BUARQUE DE HOLANDA, 1976, *op. cit.*, p. 110.

do Rio Grande do Sul, regiões povoadas em larga escala por gente de São Paulo. Viajantes estrangeiros também notaram que a farinha de milho era considerada de mais fácil digestão do que a farinha de mandioca<sup>269</sup>.

Outro ingrediente indispensável na culinária monçoeira foi o toucinho, que praticamente substituiu a carne. A ração diária de comida para passageiros e mareantes, pode ser mostrada em uma portaria de 10 de novembro de 1771, assinada por D. Luís Antônio de Sousa, ordenava ao Sargento-mor Manuel Caetano de Zuniga o seguinte:

*Porq<sup>to</sup> na ocasião prez<sup>te</sup> faço partir p.<sup>a</sup> a V<sup>a</sup> de Ytu 78 pessoas q' devem ser remetidas p.<sup>a</sup> a praça de Guatemy(...) ordeno ao Sar.<sup>to</sup> mor da mesma V<sup>a</sup> assista cada uma das mencionadas pessoas(...) huma quarta de toucinho por dia, com húa quarta de far<sup>a</sup> p.<sup>a</sup> dez dias e com meya quarta de feijão p.<sup>a</sup> outros tantos<sup>270</sup>.*

Sobre essa quantidade de alimentação diária do monçoeiro, Taunay comentou o documento citado e discordou que o toucinho fosse distribuído com tanta abundância. Afirma que esse gênero alimentício deveria ser medido a peso e não por meio de unidades de capacidade, o autor sugere que a portaria tinha um erro de redação nesse item.<sup>271</sup> Buarque de Holanda interpreta o mesmo documento e lê cento e quinze gramas de toucinho por dia, nove litros de farinha por dez dias e quatro litros e meio de feijão para outros tantos<sup>272</sup>.

O toucinho, por precisar de ventilação, era acomodado nas canoas em grandes jacás<sup>273</sup> que levavam até 60 quilos do produto. Ao cozinhar juntos o toucinho e o feijão se dispensava à adição do sal, o que equivalia à vantagem de não ser necessário abrir os grandes caixões onde era levado esse precioso produto para Cuiabá.<sup>274</sup> Todos os outros produtos para a alimentação da frota eram acomodados na canoa monçoeira em sacos ciclíndricos de aniagem<sup>275</sup>, medindo entre um metro e um metro e meio de comprimento e 30 centímetros de boca.

Esse é um retrato dos hábitos alimentares e dificuldades no abastecimento das tropas que se arriscavam aos sertões do Cuiabá, cenas do cotidiano monçoeiro que envolvem o preparo da alimentação e as atividades que, nos pousos, precediam às noites bem ou mal

<sup>269</sup> Guia Postal da República dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro, 1930, apud BUARQUE DE HOLANDA 1976, *op. cit.*, p. 111.

<sup>270</sup> Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo. Archivo do Estado de São Paulo, São Paulo, Escola Typográfica Salesiana, 1902. v. VII, p. 46.

<sup>271</sup> TAUNAY, 1975, *op. cit.*, tomo 3 p. 71.

<sup>272</sup> BUARQUE DE HOLANDA, *op. cit.*, p. 114.

<sup>273</sup> Espécie de cesto feito de taquara ou de cipó, e de forma variável, para conduzir carga, em geral de comestíveis, às costas de animais. Dicionário Aurélio Buarque de Holanda eletrônico.

<sup>274</sup> BUARQUE DE HOLANDA, *op. cit.*, p. 114.

<sup>275</sup> Pano grosseiro sem acabamento, de juta ou de outra fibra vegetal análoga, usado para confecção de fardos também chamado serapilheira. Dicionário Aurélio Buarque de Holanda Eletrônico.



dormidas dos viajantes. Juzarte narrou que nessas paragens havia os mosquitos-pólvora, os borrachudos e os pernilongos, os quais atacavam em nuvens. No sul de Mato Grosso, havia uns pernilongos chamados pernilongos de cervos cujas ferroadas eram ainda mais temidas. Os insetos, certamente agravavam em muito o sofrimento dos monçoeiros. Quando se precisava varar as canoas por terra, os homens se enchiam de carrapatos e bernes, eram picados por mosquitos, por moscas grandes, teimosas,<sup>276</sup> cujas picadas pareciam com lancetas.

Na noite do dia 28 de abril de 1769, Juzarte contou que a comitiva foi atormentada a noite inteira por nuvens de pernilongos e também por formigas que mediam uma polegada. Para fugir do suplício, uns subiram em árvores, outros ficaram dentro da água do rio e como não se podia conciliar o sono, pela madrugada, todos voltaram para as canoas e ficaram acordados até o amanhecer. Juzarte lembrou que tinha tirado as meias de linha para dormir e, de manhã, observou que só restava o canhão de uma, o resto as formigas tinham devorado.<sup>277</sup> Outro viajante registrou que milhares de pernilongos zumbidores eram tão importunos que perseguiram de dia e de noite e mesmo debaixo do mosquiteiro não se escapava deles, porque descobriam qualquer abertura e entravam para fazer companhia ao *pobre cristão viandante*. Numa das noites o viajante chegou no limiar do desespero por causa desses pernilongos<sup>278</sup>. Florence, por sua vez, escreveu que os enxames de mosquitos causavam um sofrimento diário impossível de ser descrito, pois enchiam os pratos de comida, metiam-se dentro das calças e o rosto só era protegido, se o viajante ficasse se abanando sem parar<sup>279</sup>. Noutra ocasião, a expedição de Teotônio José Juzarte teve que atravessar quase meia légua a pé, levando toda a carga por terra, por causa de um cachoeira perigosa e enquanto se caminhava pelo mato caíram das folhas milhares de carrapatos miúdos e picaram homens e mulheres e para cada carrapato ficava um ferida.

Em muitos casos o ataque desses carrapatos miúdos como piolho de galinha, enchia de tal forma o corpo do viandante que o obrigava a ficar completamente nu. Nesse caso, outra pessoa corria-lhe todo o corpo com uma bola de cera da terra ou com caldo de tabaco de fumo ou sarro de pito, para que a pessoa se livrasse dos insetos. No mesmo dia, relatado por Juzarte, enquanto os homens cortavam o mato para abrir picadas, foram atacados por uma nuvem de maribondos que provocou pânico em todos. As mulheres gritavam, as crianças choravam e os homens fugiam. Quando, finalmente, embarcaram nas canoas, muita gente tinha os rostos

---

<sup>276</sup> TAUNAY, 1975, *op. cit.*, tomo 3 p. 236.

<sup>277</sup> JUZARTE, in TAUNAY, 1975, *op. cit.*, p. 249-251.

<sup>278</sup> ORDONHES, in TAUNAY, 1975, *op. cit.*, p. 228.

<sup>279</sup> FLORENCE, *op. cit.*, p. 128.

inchados e as mãos feridas pelas picadas dos insetos. Além disso, existiam ainda minúsculos vermes que, picando a cútis, introduziam um bicho negro gadelhudo à semelhança de uma lagarta de couve que causava muitos incômodos<sup>280</sup>.

Mas os pousos monçoeiros ainda eram ameaçados por outros animais peçonhentos: jararacas, cascavéis, corais e, de vez em quando uma sucuri se metiam nesses acampamentos. Juzarte escreveu sobre a presença das onças e das grandes manadas de porcos do mato, bravíssimos, com o hábito de atacar à noite e faziam escutar de longe o barulho de seus dentes<sup>281</sup>. De fato a fauna feroz e peçonhenta era abundante nas travessias dos varadouros e nos pousos. Piorava ainda mais a qualidade dos pousos nas noites de chuvarada, quando o solo ficava encharcado e os pés atolavam na lama<sup>282</sup>. Esses exemplos representam uma rápida imagem das dificuldades enfrentadas no espaço hostil percorrido pelos monçoeiros do sul<sup>283</sup>.

Além de todas as tribulações no caminho de Cuiabá, os problemas de saúde originados pela exposição das pessoas em diferentes situações meteorológicas, a exaustiva exposição ao sol, ao sereno, às chuvas, ao frio, o ataque de animais peçonhentos ou ferozes, a picada de insetos, o ataque de índios ou até o abatimento físico e mental da jornada, era uma situação freqüente nas expedições que singraram os rios dos sertões cuiabanos e mato-grossenses. Para curar esses males desenvolveu-se nesses caminhos, à luz da farmacopéia da época, todo um conjunto de precauções e remédios que pretendiam minorar a dor e recobrar a saúde daqueles que se embrenhavam por esses caminhos fluviais.

Para as doenças, em geral, recorria-se a purgantes, clisteres, alguns unguentos, cautérios, triagas, ervas e raízes cozidas, *simpatias* e *benzeduras*. Outro procedimento comum entre os monçoeiros era a sangria, uma prática médica popular que consistia em abrir as veias para o paciente sangrar e dessa forma expulsar a doença do corpo, restaurando os humores a um equilíbrio adequado. Essa crença se baseava no princípio de que a doença era causada pela ação de um fenômeno externo ou interno, que provocava o entupimento das veias e o desequilíbrio da imunidade do organismo, por isso os médicos do século XVIII receitavam as sangrias. Os viajantes do Cuiabá, ao que tudo indica, acreditavam, assim como grande parte da população colonial que essa prática expelia o que prejudicava o corpo e dessa forma a saúde se restabeleceria, por isso mesmo quando não tinham as lancetas apropriadas para o

---

<sup>280</sup> TAUNAY, 1975, *op. cit.*, tomo 3 p. 236.

<sup>281</sup> *Ibidem*.

<sup>282</sup> *Ibidem*, p. 110.

<sup>283</sup> JUZARTE, in TAUNAY, 1975, *op. cit.*, p. 236, 254.

corte, usavam simples facas para o tratamento<sup>284</sup>. Na obra *A ciência dos trópicos: a arte médica no Brasil do século XVIII*, Márcia Moisés Ribeiro estuda a influência dessas teorias no Brasil colonial e mostra esses resquícios da mentalidade medieval presente na farmacopéia e na prática médica desse período<sup>285</sup>.

Esses eram alguns dos meios utilizados no alívio ou na cura dos doentes deixados pelas narrativas de viagens, durante o século XVIII. Os mais esclarecidos guiavam-se cegamente pela "*Poliantéia Medicinal*" de Curvo Semedo, e pela "*Farmacopeia Tubalense*", formulários de remédios caseiros, oficialmente adotados pelos físicos tupiniquins e lusitanos<sup>286</sup>. Mello Nóbrega ofereceu uma relação dos remédios e uma espécie de "Kit" de primeiros socorros para o Iguatemi, em 1773:

...tártaro, emético, quintilho, antimônio, seme, maná, resia de batata, quina, pedracordial, olhos de caranguejo, coral vermelho, cristão montano, madrepérola, aijofre, cristal mineral, mercúrio-doce, pós-de-Joanes, antimônio aforético, dente de javali, pedra-lipes, calomelanos, cevada, aveia, sementes frias maiores, raiz de escorcioneira, triaga magna, deacatolicão, electuário anti-escorbútico, poaia, alvaiade, pedra-ume... Tudo isso pelo preço régio, na época, de 92\$680, sem computar o valor de um calhamaço dedicado ao estudo das "enfermidades malignas e pestilentas"<sup>287</sup>.

Para o mal de "*corrução*" ou diarréia o tratamento recomendado e largamente usado era um emplasto de "*pimenta, pólvora e tabaco de fumo*" os cristéis se costumava aplicar, na região anal, como escreveu Juzarte<sup>288</sup>. Eram os terríveis *saca-trapos*, a que também se adicionava pasta de gengibre, aplicados principalmente nos índios e negros, como preventivos contra o maculo<sup>289</sup>, segundo Lara e Ordenhes, "*por viverem na torreira do sol e dormindo no úmido*"<sup>290</sup>. Contra a picada de cobra eram usadas raspas do esporão da anhuma e também se usava a *pedra-bazar*, consideradas excelentes como antídotos ou, ainda, altas doses de aguardente-de-cana com sal.

Ainda, no século XIX, na cidade de São Paulo, as informações de Francisco de Assis Vieira Bueno<sup>291</sup> mostram que se usava para tratamento dos escravos, clisteres de petinçoba com pimenta. Para as hemorróidas, emplastoras de cascas de jabuticaba; para o ar de estupor, dentes de jacaré; para as febres, servia de singular antídoto, o caiapiá do campo ou

<sup>284</sup> BUARQUE DE HOLANDA, 1994, *op. cit.*, p. 86.

<sup>285</sup> RIBEIRO, Márcia Moisés. *A ciência dos trópicos: a arte médica no Brasil do século XVIII*. São Paulo: HUCITEC, 1997.p 69-87.

<sup>286</sup> *Ibidem*, *op. cit.*,p 84.

<sup>287</sup> NÓBREGA, *op. cit.*, p. 84.

<sup>288</sup> JUZARTE, in TAUNAY, 1975, *op. cit.*, p. 240

<sup>289</sup> Doença dos negros novos, quando era intenso o tráfico da escravatura, caracterizada por diarréia com relaxamento do esfíncter anal; também chamada corrução. Dicionário Aurélio Buarque de Holanda eletrônico.

<sup>290</sup> ORDONHES in TAUNAY, 1975, *op. cit.*, p. 229.

<sup>291</sup> NÓBREGA, *op. cit.*, p. 84. ver também TAUNAY, 1975, Tomo 3, *op. cit.*,p. 74.

tingueirinho terrestre. O grande remédio do tempo, porém, estava na triaga magna, triaga veneriana, ou triaga de venéia, panelada repugnante, preventiva e curativa de quase todos os males, na crença dos médicos de então<sup>292</sup>.

Gervásio Leite de Rebelo registrou que, ao iniciar a navegação do rio Paraná, ainda de madrugada foi ordenado para todos da comitiva tomar uma “triaga de venéia” e nos dias seguintes, sempre ao alvorecer, se repetia à dose do indigesto remédio, como preventivo das doenças malignas que acometiam os viajantes naquelas plagas<sup>293</sup>.

Alguns nomes de doenças conhecidas entre os monçoeiros não fazem atualmente muito sentido. Nessa relação se tem: espinhela-caída, ar-de-estupor, perlesía, corrução, carneirada, maculo, priorizes, câmaras de sangue, tabardilho, achaque intrínseco.

Tanto o diagnóstico quanto as causas e tratamentos das doenças era incerto e confuso, para os homens do século XVIII. Quanto mais terrível fosse a enfermidade, mais doloroso deveria ser o tratamento. O caso das febres palustres, por exemplo, conhecidas como “*queixa do sertão*”, matou milhares de monçoeiros; a doença era atribuída à água ou aos maus ventos e na verdade era provocada pela picada dos mosquitos, por isso, o tratamento contra elas, a partir de tisanas e suadouros de nada valia.

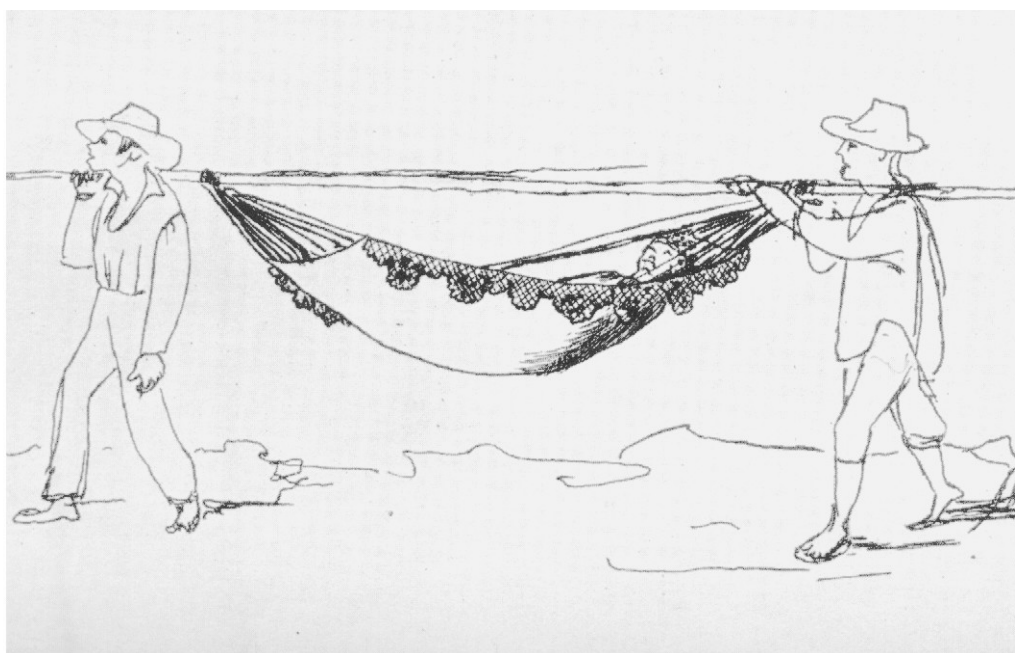
Além das doenças relacionadas à fisiologia e ao *stress* provocado por um navegação que durava vários meses, os monçoeiros eram vítimas de excitação psíquica e depressão. Um exemplo foram os acontecimentos ocorridos durante a expedição comandada pelo médico, cientista e aventureiro alemão Freiherr von Langsdorff. Depois de ter visitado os atuais Estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso, Rondônia, Amazonas e Pará, numa verdadeira odisséia que começou em 1821, o destino dessa expedição teve um destino implacável, envolvendo morte, fome, cansaço, febre, e distúrbios mentais.

---

<sup>292</sup> *Ibidem.* p. 85.

<sup>293</sup> REBELO, in TAUNAY, 1975, tomo 3. *op. cit.*, p. 114.

FIGURA 16



Transporte de um maleitoso em rede. Desenho de Hércules Florence.

Fonte: FLORENCE, Hércules. *Viagem Fluvial do Tietê ao Amazonas* : 1825 a 1829 com gravuras do Autor. Tradução de Visconde de Taunay. São Paulo, Cultrix, 1977. p. 254.

Segundo o sociólogo Ricardo Ditchun, num ensaio intitulado *O legado de Langsdorff*, este foi o preço pago pela equipe da expedição russa à selva brasileira. No referido ensaio, Ditchun explicou que no início de 1828, por falta de apoio das autoridades de Diamantino, em Mato Grosso, depois de uma navegação difícil e perigosa pelo rio Preto, os viajantes permaneceram onze dias numa aldeia Apiaca. Começava, então, o pesadelo da expedição – o fim do sonho de Langsdorff:

*“ Vitimados por febres e alucinações constantes, o acadêmico liderava trinta e quatro pessoas. Desse total, apenas 15 não estavam doentes... Nos momentos de lucidez Langsdorff manifestava sua exaltação pela floresta e lamentava sua condição física... As seqüências das febres fez com que ele perdesse a memória. A responsabilidade de conduzir os integrantes para Belém ficou com Florence que, apesar de também ter sofrido com a febre, ainda mantinha a consciência”<sup>294</sup>.*

Ordonhes, também, ilustrou essa situação quando, depois de ter chegado a Cuiabá escreveu que mesmo tendo muitas ocupações, a lembrança dos amigos, a falta de distrações e as dificuldades de comunicação por causa das distâncias provocava muita solidão:

*as muitas saudades, por efeito de uma prodigiosa distância(...) parecendo-me que jamais sairei desse sertão em que presentemente levo uma vida triste e inquieta, porque não saio de casa, não tenho particular, para fugir das emulações, enredos e mil coisas que nascem da comunicação<sup>295</sup>.*

Em virtude de tantas dificuldades e sofrimentos em meio às hostilidades ambientais, os monçoeiros desenvolveram uma religiosidade pouco ortodoxa, mais apropriada às circunstâncias, aos seus interesses e ao espaço sertanejo: Ordenhes deixou seu testemunho de que os viajantes assistiam à missa, nos domingos e nos dias santos, aos sábados se cantava o terço e rezavam diariamente<sup>296</sup>. Cada manhã, à hora da partida, repetia-se o esconjuro milagroso que deveria limpar as águas e os matos de sezões e miasmas:

*Em nome de Deus-Pai, em nome de Deus-Filho, em nome do Espírito-Santo, ar vivo, ar morto, ar de estupor, ar de perlesia, ar arrenegado, ar excomungado, eu te arrenego em nome da Santíssima Trindade. Que saias desse corpo desta criatura e que vás para o mar sagrado para que viva são e aliviado<sup>297</sup>.*

Os viajantes paulistas imaginavam, que certas orações feitas para este ou aquele santo eram como verdadeiros talismãs, pois havia santos com poderes para proteger contra males específicos ou trazer esta ou aquela bênção. Por exemplo: se implorassem a proteção de São Bento, São Roque e São Sebastião, eles estariam protegidos contra a peste e os bichos venenosos. Conforme Ordonhes, as “... *imagens desses poderosos intercessores seguiram em*

<sup>294</sup> DITCHUN, Ricardo. O legado de langsdorff. In: *D.O. Leitura*. São Paulo, 11(126), nov./1992, p.2-3.

<sup>295</sup> ORDONHES, in TAUNAY, *op. cit.*, p. 218.

<sup>296</sup> *Ibidem*, p. 228.

<sup>297</sup> Documentos Interessantes para a História e os Costumes de São Paulo. Vol. III, São Paulo, Typografia Salesiana, 1913.

1773, arroladas aos papéis da expedição, entre armas de fogo, cascos de vinho, instrumentos de lavoura e roupas de uso, com destino aos banhadais sul-matogrossenses.”<sup>298</sup> Havia nesse imaginário as *fórmulas mágicas* que agiam sobre o portador do amuleto ou sobre o seu inimigo, desarmando-o ou amolecendo-o. Como notou Sérgio Buarque de Holanda, o homem monçoeiro acreditava que “... *as potências celestiais são caprichosas; uma vez assegurado seu socorro em qualquer transe da vida, que obstáculo se poderá erguer às vontades dos homens?*” por isso o sentimento religioso desses viajantes era direcionado para a sobrevivência e para o sucesso material.

Buarque de Holanda chegou a transcrever em *Caminhos e fronteiras* a oração de São Marcos, que segundo as palavras do autor se tornou uma “*celebridade*” entre os paulistas:

*São marcos montou a cavalo e foi bater à porta de Jesus Cristo. Jeus Cristo perguntou o que queria. Senhor eu vim guerrear com os teus inimigos. Se eles puxarem por armas largas, que são as facas, essas se dobrarão da ponta até o cabo; se eles puxarem por armas estreitas, que são as espadas esta virarão bateadeira de algodão; se eles puxarem por armas de fogo, cairão os peixes e correrá água pelo cano, se eles puxarem por armas do mato, que são os porretes, virarão em hóstias. Quem rezar esta oração todas as sextas-feiras terá cem anos de perdão. Amém*<sup>299</sup>.

O autor de *Monções* afirmou que *as fórmulas mágicas* inventadas para enfrentar os percalços do sertão, tinham, para esses homens sertanejos, a mesma função das “*simpatias*”: um patuá amarrado no pescoço ou a oração que se fazia na hora do perigo serviam da mesma maneira que uma infusão, para livrar de alguma moléstia ou malefício. Outra consideração do autor é a tese da construção de uma fé híbrida, desenraizada, formada por orações indígenas, rituais da terra e elementos católicos europeus; ele aponta similitudes entre as preces dos índios do extremo norte da Amazônia e a oração de São Marcos, de Santa Clara, mostra ainda uma gama de interações assíduas de credíces importadas e práticas indígenas. Ao mesmo tempo, o autor defende que, nem a religião, nem qualquer outro fator isolado foram suficientes para abrandar os costumes monçoeiros, pois, as condições materiais e morais tendiam a fazê-los rudes a ponto de um homicida receber tratamento benevolente por parte dos seus camaradas<sup>300</sup>.

Pode-se afirmar com segurança que o monçoeiro tinha disposição e tendência para a religião e as coisas sagradas, nesse sentido, capítulo especial, era a saída de uma monção nos detalhes da cerimônia religiosa. Essa liturgia ficou imortalizada na obra de Florence “*Bênção*

---

ORDONHES, in TAUNAY, *op. cit.*, p. 85.

<sup>299</sup> BUARQUE DE HOLANDA, 1994, *op. cit.*, p. 88.

<sup>300</sup> *op. cit.*, p.86- 89.

*das Canoas*”. Às margens do Tietê, o pároco da freguesia de Nossa Senhora Mãe dos Homens, de estola e sobrepeliz, acompanhado de sacristão, benzia as embarcações da monção prestes a largar, em presença das autoridades locais e personalidades de maior vulto da pequena vila e dos membros da monção. Em suas orações, o padre implorava para os navegantes a mesma proteção divina que foi dispensada a Noé sobre as águas do Dilúvio e ao apóstolo Pedro sobre as do mar: “*Porrige eis, Domine, dexteram tuam, sicut porrexisti Beato Pedro ambulante supra mare...*”<sup>301</sup>

---

<sup>301</sup> Cf . *Botica Preciosa e Thesouro Precioso da Lapa*. Composto e descoberto pelo Missionário Apóstolo Angelo de Sequeira (Lisboa, 1754) p. 253. Apud. BUARQUE DE HOLANDA, 1976. *op. cit.*, 75, 76.



FIGURA 17



Bênção das canoas de uma monção pelo vigário de Porto Feliz – Óleo de Aurélio Zimmermann – Ap. de Hércules Florence – (Galeria do Museu Paulista).  
Fonte: TAUNAY, Afonso d'Escragnolle. *Relatos Monçoeiros*; São Paulo, Itatiaia, 1981. p. 143.

Além dessa liturgia, os membros das monções costumavam se confessar e receber a bênção do vigário, porque ao longo da viagem não era fácil obter os préstimos religiosos. O riquíssimo diário de José Juzarte mostra em pormenores o momento em que cada uma das canoas estava pronta para partir, com toda a tripulação e passageiros embarcados, eram postas em fileira presas ao porto, então se mandava avisar ao pároco para vir benzer a expedição que seguia o seguinte ritual: “... ajoelhavam-se todos e irrompia a ladainha de Nossa Senhora um pouco mais curta do que a de hoje, sem os acréscimos modernos da invocação à Rainha livre da mácula original e à Rainha assunta ao Céu e à Rainha da Paz.” Os homens da mareação levantavam os seus remos, *alvorados com as pás para o ar*, as canoas eram desamarradas e recebiam a impetração das bênçãos. O sacerdote aspergia a canoa, as cargas, os passageiros com água benta<sup>302</sup>. Só então a canoa podia zarpar. Quando a canoa se afastava cerca de cinquenta braças, a outra passava pelo vigário que repetia o ritual; uma a uma as canoas iam descendo o Tietê. Salvas de tiros ecoavam no ar, em clima de festa, talvez para espantar o medo de tantos perigos que se iniciaria a enfrentar nos sertões inóspitos e suas furnas obscuras onde provavelmente imaginavam encontrar os demônios das águas e das matas<sup>303</sup>.

Pode-se vislumbrar nesses rituais religiosos o exorcismo desses monstros e nesse processo, como escreveu Alcântara Machado, se fazia aflorar a alma coletiva de um Brasil voltado para o sertão: a miragem da riqueza fácil e imediata, ao alcance de mãos ávidas, a floresta abundante de indígenas predestinados ao cativo, a mina resplandecente de gemas e metais, no viso luminoso das serranias sobrevividas nas fábulas.

O sertão era uma provocação permanente ao espírito imaginoso e à índole aventureira dos portugueses e dos nascidos da terra. Todavia, não era só o ouro, a glória, os títulos de nobreza e o exercício do poder que seduziam os monçoeiros, mas a possibilidade de enfrentar, de viver o desconhecido. Tudo isso parecia fasciná-los, como sempre encantou homens e mulheres de qualquer época<sup>304</sup>.

*Deante do oceano, como deante do sertão, é o mesmo assombro, é a mesma impressão de infinito e de eternidade, é a mesma vertigem. Sé elles, immensos e desertos, podem saciar a fome de liberdade sem limites que devora o homem, o nomadismo ingênito que o atormenta, o orgulho de bater-se, fraco e pequenino, contra os elementos desatrelados e de vence-los. (...) Homem do mar e homem da floresta tem o mesmo temperamento, são igualmente simples e brutais, ingênuos e intrépidos. O oceano e o sertão perseguem-os por toda a parte. Absorventes, ditam-lhes o destino. E matam-os quase sempre<sup>305</sup>.*

<sup>302</sup> JUZARTE, in. TAUNAY, 1975. Tomo 3 *op. cit.*, p. 233-237.

<sup>303</sup> *Ibidem.*,

<sup>304</sup> MACHADO, Alcântara. *op. cit.*, p. 247-248.

<sup>305</sup> *Ibidem.*,

Nesses sertões, o monçoeiro comerciante do Cuiabá, concluiu Buarque de Holanda, aplicou conscientemente todo o esforço e usou todas as energias em sua dura e tosca realidade, no afã do enriquecimento, do domínio e das grandezas. Contudo, não excluiu a religiosidade, a crença nas forças sobrenaturais, a ajuda sacrossanta, as rezas, os bentinhos, as feitiçarias e todo um arsenal imaginário contido em sua bagagem. Uma religiosidade onde o céu era a simples dependência da terra, disposto sempre a amparar os homens na perseguição de seus apetites mais terrenos<sup>306</sup> e também a superar os seus medos.

*O medo inspirado pelas cachoeiras, pelos índios bravios, pelo minhocão – essa entidade monstruosa que parece resumir em si todas as forças hostis da natureza – poderia ajudar a corrigir um pouco o pobre naturalismo daqueles aventureiros, se o recurso aos poderes sobrenaturais não fosse entendido, neste caso, menos como um meio de salvação das almas, do que de conservação e sustento dos corpos<sup>307</sup>.*

O medo parece ter sido um companheiro presente em todas as horas do monçoeiro. O medo dos rios pestíferos, como o Paraná que, no dizer de Cândido Xavier, até o vapor da água era epidêmico e suas águas eram um contínuo cemitério; o medo das cachoeiras violentas, onde se poderia em segundos perder as cargas, os negros e até a vida; o medo dos paus atravessados nos rios que quebravam a cabeça ou batiam violentamente nos peitos dos passageiros; o medo dos mosquitos peçonhentos, das cobras grandes, das onças, do porrete do Caiapó, das canoas dos Paiaguá; medo dos monstros que povoavam os rios, medo dos fantasmas de outros monçoeiros que permaneciam presentes nos nomes dos saltos e cachoeiras ao longo do caminho.

Estes fatores de medo mostram que o monçoeiro tinha consciência do perigo iminente, precisava estar em contínuo estado de alerta, a qualquer momento precisava defender-se ou atacar para preservar a sua vida. Por outro lado, o temor se repetia tantas vezes e de formas tão variadas que, não poucas vezes, levava a desestruturação emocional. Os relatos chegam a registrar casos de pessoas que entraram em estado de choque, “*provocadas pelo sertão e a sensação do deserto*”<sup>308</sup>. Nesse quadro, a religiosidade servia como instrumento de coesão, de controle das ações insubmissas de segurança ou descanso emocional dos viajantes. Por isso, apesar da missa aos domingos, os amuletos e superstições se faziam presentes nas práticas costumeiras do monçoeiro.

Taunay ressalta a narrativa de Manoel Portes, o Mestre de Monção de Potunduva, a que me referi em capítulo anterior, como vimos, este rude monçoeiro, por vezes, chicoteava

<sup>306</sup> BUARQUE DE HOLANDA, 1975 *op. cit.*, p. 75,76.

<sup>307</sup> *Ibidem*,

<sup>308</sup> TAUNAY, 1975 Tomo 2. *op. cit.*, p.151.

seus remeiros, fazendo tremer todo seu pessoal quando de seu acesso de cólera. Certa vez, vinha conduzindo uma monção para Porto Feliz, quando se desentendeu com um dos remeiros chamado Apolinário e foi tomado de ira violenta e sem qualquer piedade chibatou com toda dureza o homem, que este não esboçou qualquer reação. Logo depois, enquanto Portes conversava com um dos seus homens, foi apunhalado pelas costas pelo dito remeiro e caiu no chão mortalmente ferido. Enquanto o agressor fugia, o Mestre de Monção foi tomado de um acesso de extrema piedade e no auge do seu desespero religioso gritava “*meu Deus! Morro sem confissão! Virgem Mãe de Deus, perdão, perdão! Senhor Santo Antônio pedi por mim! Confissão! Vinde Frei Galvão assistir-me!*”<sup>309</sup> Esse incidente aponta para uma latência religiosa nas atitudes dos rudes monçoeiros e a presença de elementos religiosos no psiquismo desses viajantes, prontos a emergir dessa esfera subliminar da consciência.

Outra prática que revelava a espiritualidade dos sertanistas era a elaboração dos testamentos que sempre reservaram uma parte, para serem rezadas missas em favor da alma do falecido e as esmolas que deveriam ser dadas em seu nome, para obter a clemência divina; também, era comum nos testamentos, a adoção ou o benefício para filhos bastardos, principalmente, obtidos em situação de adultério com índias e escravas negras. Certamente, essa postura revela preocupação, desengano de consciência, medo do castigo eterno.

Todavia, a mais concreta ameaça e causa de maior pavor para os monçoeiros, tanto nos pousos quanto nos rios, sem qualquer dúvida, eram os ataques das nações que resistiam à presença do não-índio e exercitavam seu *ethos* guerreiro contra as expedições.

Rolim de Moura, em 1751, afirmou que os primeiros grupos indígenas encontrados no caminho das monções eram os Caiapó; o ataque desses indígenas era conhecido por usarem o arco e flecha e, principalmente, um porrete enfeitado com cascas de árvores. Usavam essa arma de forma traiçoeira, quando os homens saíam para caçar ou colher frutos; costumavam flechar os monçoeiros e depois lhes quebravam a cabeça com os porretes que abandonavam próximo à vítima, por isso, nos ranchos, era recomendado aos homens só saírem em pequenos grupos e permanecerem sempre juntos.

A segunda nação indígena belicosa encontrada no caminho de Cuiabá, pelos rios das monções, eram os Guaicuru; os índios cavaleiros vagueavam desde as margens do Paraguai até o rio Taquari e usavam lanças compridas, laços de couro muito compridos com que laçavam com muita habilidade o que quisessem; andavam em grandes tropas de 500 e até mil

---

<sup>309</sup> Existe outra versão da história e conta que Manuel Portes morreu de acidente em sua roça, com um facão, mas o desfecho de extravasão religiosa é o mesmo. Cf. TAUNAY, 1975 Tomo 3 *op. cit.*, p. 96.

ou mais índios<sup>310</sup>, eram mais ferozes quando montados em seus cavalos e, em ataques repentinos, sobretudo em campo aberto, podiam destroçar tropas inteiras. Os Guaicuru amedrontavam menos quando os comboios de monçoeiros estavam dentro dos rios, porque os cavalos perdiam agilidade. Segundo Rolim de Moura, nos pousos, o receio diminuía porque o mato atrapalhava a montaria desses indígenas.

Os monçoeiros sabiam que se escapassem das flechas e dos porretes enfeitados do Caiapó e não encontrassem com o “*gentio cavaleiro*” com suas terríveis lanças e laços, poderiam se debater com os Paiaguá, a mais temível das nações indígenas na rota das monções. Eles espiavam o inimigo com todo o cuidado antes de atacar, se escondiam nos ribeirões que desembocavam nos rios por onde passava a monção e atacavam subitamente dentro de canoas muito ligeiras. Quatro índios remavam e quatro outros atacavam usando o arco e flecha, lanças pequenas agudíssimas, feitas de ferro com o fito de arremessar ou de esfaquear de perto a vítima.

Os índios canoeiros costumavam molhar as armas de fogo do inimigo para que elas não funcionassem<sup>311</sup>. Eles ofereciam menor perigo fora das águas, mas dentro dos rios, eram muitíssimos combativos e seus ataques, via de regra, eram fatais. Os recursos bélicos de defesa contra os ataques indígenas era uma das precauções principais dos monçoeiros, inclusive, quando atravessavam as regiões onde os ataques eram mais freqüentes, como na navegação a partir do rio Taquari até o Cuiabá, onde se organizavam em comboios e expedições se uniam a outras, para uma melhor defesa.

Um conhecido episódio de ataque dessa nação indígena contra a expedição do Ouvidor Antônio Álvares Lanhas Peixoto, ocorrido no ano de 1730, evoca imagens desses terríveis confrontos. Contam os cronistas que a tropa composta de dezenove canoas de carga e quatro de pescaria navegava o rio Paraguai, com toda cautela, tendo na vanguarda as canoas armadas, por causa dos ditos ataques, quando, repentinamente, os Paiaguá atacaram com dezenas de canoas<sup>312</sup> saídas de um sangradouro e, dentro de cada uma delas, vinham dez ou doze índios, de grande estatura, todos pintados e emplumados, gritando raivosamente com grandes urros de guerra. O ataque se deflagrou com os disparos de “*nuvens de flechas*” sobre as canoas monçoeiras. Não adiantou a reação belicosa dos navegantes, ou a fuga precipitada de vários negros escravos que abandonavam os remos e as canoas. Os índios canoeiros tinham

---

<sup>310</sup> CAMELO, in TAUNAY, 1975, *op. cit.*, p. 130.

<sup>311</sup> ROLIM DE MOURA, in TAUNAY, 1975, *op. cit.*, p. 209, 210.

<sup>312</sup> A narrativa é de João Antônio Cabral Camelo afirma que os paiaguá atacaram cinquenta canoas, a 3ª Notícia Prática de Domingo Lourenço de Araújo, grafa que o ataque foi efetuado com um contingente de oitenta ou cem canoas in TAUNAY, 1975, *op. cit.*, p 138 e 145.

FIGURA 18



16 Índio Paiaguá.

Fonte: MOURA, Pedro de. *Os Paiaguás*, índios anfíbios do Rio Paraguai. V Reunião Internacional de História da Náutica e da Hidrografia. T. XLI. Separata do Suplemento dos Anais Hidrográficos. SDGM, 1984.

uma habilidade sem igual sobre as águas, suas canoas eram muito ligeiras e aparentemente, sem noção de medo da morte, disparavam com destreza duas ou três flechas, enquanto os monçoeiros davam um só tiro, quando necessário o Paiaguá caía na água, virava a canoa do inimigo e com frieza matava os que se entregavam<sup>313</sup>. Nesse episódio poucos escaparam pela fuga e segundo Domingos Lourenço de Araújo morreram “108 pessoas, 28 brancos, e os mais negros”<sup>314</sup>. Entre os mortos estavam o Ouvidor Lanhas Peixoto, o capitão Manuel Gomes do Amaral, Sebastião Pereira e outros forasteiros e paulistas. Barbosa de Sá escreveu que os Paiaguá executaram todos os que foram tomados prisioneiros e os seus corpos foram achados pelos sobreviventes: “alguns pendurados em forcas outros com as cabeças quebradas a porretadas atravessadas de lanças, alguns [foram] esquartejados, abertos [e] tiradas as entranhas”<sup>315</sup>. Esse ataque mobilizou a Câmara de Cuiabá e foi organizada uma esquadra de guerra contra os Paiaguá, sem qualquer sucesso. Uma ordem real ao governador de São Paulo, de julho de 1731, mostrava que havia o medo de se perder as minas por causa desses ataques e dava instrução quanto ao procedimento a ser adotado contra a hostilidade do gentio Paiaguá. Ordenava claramente mandar “o dito socorro para que senão perca estabelecimento das ditas minas” e dava expressamente a ordem de “castigar aqueles bárbaros”<sup>316</sup>. Era a declaração de guerra contra as nações indígenas que, embora resistissem à ocupação de suas terras, vão gradativamente cedendo ao avanço ocupacional europeu.

O historiador Cláudio Alves de Vasconcelos em seu trabalho *A questão indígena na província de Mato Grosso*, analisou esse processo usando como fontes documentos oficiais e relatórios de viagens e mostrou com cores vivas o processo de dizimação através das expedições punitivas e as conseqüentes atrocidades cometidas contra essas nações nativas<sup>317</sup>.

---

<sup>313</sup> CAMELO, in Taunay, 1975, Tomo 3 *op. cit.*, p. 137, 138. ARAÚJO, Domingo Lourenço de. Notícia 3ª Prática dada pelo Capitão Domingos Lourenço de Araújo ao R.O. Diogo Soares sobre o infeliz sucesso, que tiveram no Rio Paraguai as tropas, que vinham de São Paulo no ano de 1730. in TAUNAY, *op. cit.*, Tomo 3 p. 145, 146.

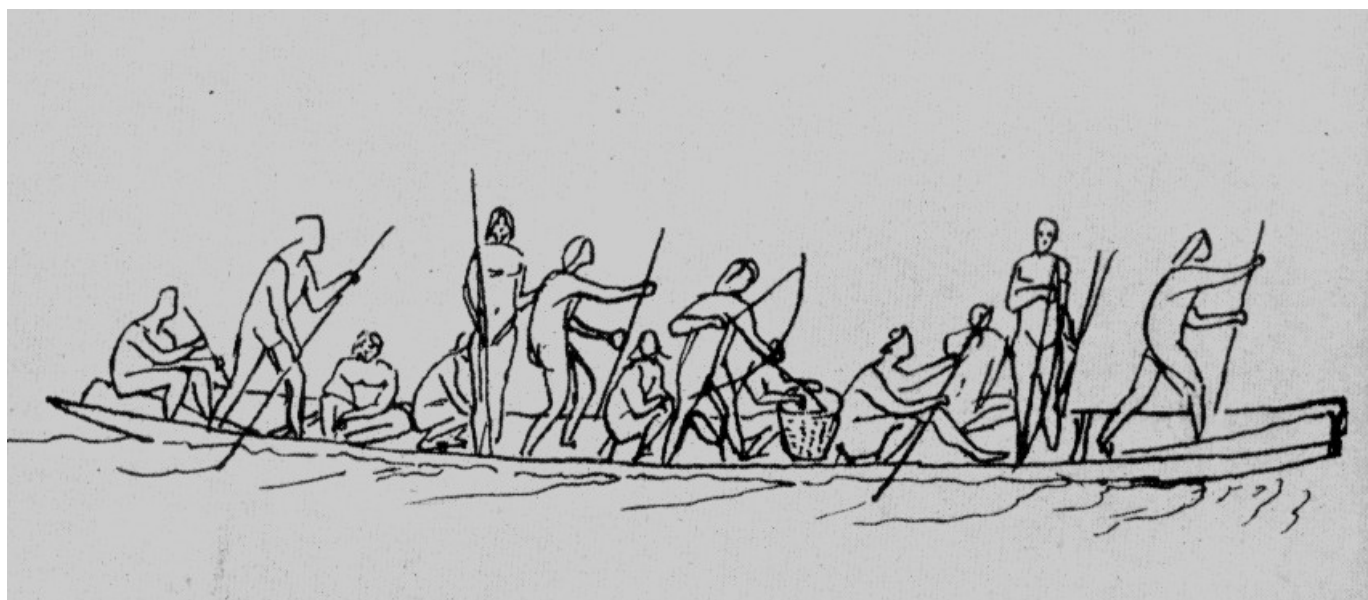
<sup>314</sup> Notícia 3ª Prática de Domingo Lourenço de Araújo. in TAUNAY, 1975, *op. cit.*, p. 145.

<sup>315</sup> BARBOSA DE SÁ, *op. cit.*, p. 29.

<sup>316</sup> APEMT LATA A DOCUMENTO 17 datado de 21/7/1731.

<sup>317</sup> VASCONCELOS, Cláudio Aves de. *A questão indígena na província de Mato Grosso: conflito, trama e continuidade*. Campo Grande, MS : Ed. UFMS, 1999.

FIGURA 19



18 Piroga tripulada por índios Apicás. Desenho de Hércules Florence.  
Fonte: FLORENCE, Hércules. *Viagem Fluvial do Tietê ao Amazonas : 1825 a 1829* com gravuras do Autor. Tradução de Visconde de Taunay. São Paulo, Cultrix, 1977. p. 229.



## Capítulo 3

### Os arraiais monçoeiros

No plano internacional, uma nova ordem configurada no final do século XVII colocava Portugal e Espanha fora do círculo da hegemonia econômica disputada pela França, Holanda e Inglaterra. As atenções do governo português em sua política colonial se voltaram para a descoberta de metais preciosos como forma de remediar questões econômicas. Entre as estratégias para obter sucesso nessa empreitada, procurou-se, de variadas formas, incluir a experiência do paulista nessas prospecções auríferas.

Depois de algumas décadas de peregrinações infrutíferas, no liame do século XVIII, foram encontradas as Minas Gerais, com a conseqüente formação de núcleos populacionais e a criação da Capitania, o que deu condições a muitos cabos-de-tropas de se tornarem funcionários do governo na administração, juntando-se aos que se tinham feito mineradores. O sucesso dessas novas lavras foi acompanhado com dificuldades relacionadas ao abastecimento de víveres, à violência, às revoltas e à carestia; problemas que se somavam a sua maior dificuldade: a falta de mão-de-obra. A cada filão encontrado, aumentava a demanda de escravos que, submetidos a péssimas condições de trabalho, tinham comprometido o tempo de vida útil. Essa situação tornou a obtenção do escravo mais cara e mais difícil. Grande parte dessa demanda foi suprida pelos índios apresados pelos paulistas que ainda no século XVIII, excursionavam ao interior do território brasileiro.

*Essas bandeiras não eram, no entanto, as grandes expedições guerreiras do século anterior. Eram expedições que embrenhavam-se pelo sertão distante em busca de índios para escravizar, mas alertas para qualquer indício de existência de ouro<sup>318</sup>.*

Esse bandeirismo tardio, que visava ao mercado do trabalho escravo e atento à possibilidade de encontrar veios auríferos, incluiu-se no processo histórico de transição para o movimento monçoeiro do século XVIII, ou seja,

*...a história das monções de Cuiabá é, de certa forma, um prolongamento da história das bandeiras paulistas, em sua expansão para o Brasil Central. Desde 1622, numerosos grupos armados procedentes de São Paulo, Parnaíba, Sorocaba e Itu, trilharam constantemente terras hoje mato-grossenses, preando índios ou assolando povoações de castelhanos<sup>319</sup>.*

Conforme já foi abordado, só em 1718 é que bandeira de Moreira Cabral, ao passar pelo Arraial Velho; na baía do Bananal, sobre o rio Cuiabá, na barra do Coxipó-mirim encontrou pequenos grãos de ouro nas ribanceiras do rio e deu início ao Arraial que seria à

<sup>318</sup> Volpato, 1994. *op. cit.*, p.97.

<sup>319</sup> BUARQUE DE HOLANDA, 1976. *op. cit.*, p. 47.

base de operação, no lugar chamado São Gonçalo Velho<sup>320</sup>, deste lugar seguiu rio acima até a forquilha, lugar em que se apresaram índios da nação Coxiponé. A narração de Barbosa de Sá evidencia o interesse primordial para a apreção de índios. A mineração do ouro era ainda um objetivo secundário entre eles, prova disso é que os sertanistas não traziam ferramentas para esse fim, conforme salienta Buarque de Holanda nessa passagem: “*como não tivessem outro instrumento de minerar, além dos pratos de pau, de que se serviam para as refeições, cavavam a terra com as próprias mãos e desse modo não faltou quem colhesse até duzentas oitavas de ouro*”<sup>321</sup>.

Dos índios apreçados foram tomadas numerosas amostras de ouro em seus batoques e enfeites, além das pepitas colhidas da terra. O próprio Moreira Cabral e os homens que o haviam acompanhado, voltaram com libra e meia de ouro, o suficiente para provocar poderosa euforia entre os homens que, chegando de volta ao arraial, conforme registra Barbosa de Sá, fizeram festa,

*cantando vitória contra as fadigas da pobreza e suas largas peregrinações dando uns aos outros os parabéns de suas fortunas a quem reciprocamente oferecia laudências de alegria os que havia ficado na bagagem achava se uns a cem oitavas outros a meia libra a sincoenta oitavas todos participantes conforme a diligencia que cada hum fez com as maons*<sup>322</sup>.

De acordo com as informações do cronista já citado, foi a descoberta dos filões auríferos no Coxipó-mirim que deu origem ao ciclo do ouro no oeste brasileiro, a partir dessa descoberta foram construídas casas e plantadas roças, ao mesmo tempo em que se faiscava o ouro, território adentro. Alguns dias depois a Bandeira dos irmãos Gabriel Antunes, João Antunes e Felipe Antunes chegou ao arraial onde tempos depois, seria levantada a Capela de São Gonçalo e juntaram-se ao seu irmão Antônio Antunes Maciel que já fazia parte da Bandeira de Moreira Cabral<sup>323</sup>, que tomando conhecimento de tão prósperas notícias se juntaram na faiscação. Contudo, o litígio com as nações indígenas era constante, os combates eram ferozes.<sup>324</sup> Numa dessas avançadas, houve tão forte resistência que a bandeira ficou sem munições e armas suficientes para deter os indígenas. Cinco sertanistas ficaram mortos e quatorze foram gravemente feridos, tendo que ser levados de rede para o arraial. Pascoal

---

<sup>320</sup> Sobre a instalação e os movimentos desses arraiais cf. P. J. PATRICIO FERNANDES, S. J. *Relacion Historial de las Misiones de Indios Chiquititos*, Vol I Madrid, 1893 p. 92 a 104; cf também Paulo Prado. *Paulística* (São Paulo, 1925), p. 58 ss.; Sodré, 1945 *op. cit.*, p. 39,43.

<sup>321</sup> BUARQUE DE HOLANDA, *op. cit.*, 1976, p. 48.

<sup>322</sup> BARBOSA DE SÁ. *op. cit.*, p. 11.

<sup>323</sup> BUARQUE DE HOLANDA, 1976 *op. cit.*, p. 48.

<sup>324</sup> BARBOSA DE SÁ. *op. cit.*, p. 11.

Moreira e seus associados com as tropas desfalcadas e famintas já se julgavam sentenciados à morte; só conseguiram sobreviver aos ataques, graças à intervenção de uma outra expedição.<sup>325</sup> Sobre a importância do socorro militar nessa ocasião Taunay apresenta os registros feitos pelo próprio Moreira Cabral:

*O capitão-mor Fernando Dias Falcão me chegou a este arraial do Carandá com 130 homens de guerra de socorro, na era de 1718, estando eu e os mais sem armas, sem pólvora, sem chumbo e sem ferramenta, sem termos nenhuma resistência, e com este socorro ficamos remediados de tudo e restaurou nossas vidas, que estávamos sentenciados pelo gentio à morte*<sup>326</sup>.

Esses conflitos, ocorridos nos anos de 1718 e 1719, terminaram com a dizimação das tribos localizadas próximas do arraial. Cresceu o número de casas construídas e as lavouras para mantimento. Segundo Barbosa de Sá no dia oito de abril de 1719 em reunião com os sertanistas, foram tomadas algumas providências legais: era necessário dar ciência às autoridades da descoberta das minas para assegurar sua posse e por outro lado, garantir também o quinto real, imposto pago à Coroa. Tudo foi documentado, trabalho feito por escrivão nomeado para esse fim, depondo sobre as informações. Esse documento é de certa forma a Certidão de Nascimento do ciclo minerador no Oeste da América portuguesa<sup>327</sup>. (o documento está transcrito na íntegra nos anexos deste trabalho).

Foi decidido pelos mineradores enviar Antônio Antunes Maciel como emissário às autoridades paulistas, levando amostras do ouro, para dar as notícias e trazer as ordens do Estado para as novas minas. Ficou, também, acordado entre os sertanistas de não se retirarem do arraial até que o emissário retornasse:

*Chegado a povoado com as noticias fez tudo patente as justiças da cidade de Sam Paulo e estas ao General da Capitania o conde de Assumar Dom Pedro de Almeida residente na vila do Ribeirão do Carmo das minas gerais e este o noticiou logo ao Marques de Angeja Dom Brás Balthezar da Silveira vice Rey nos estados na cidade de Saó Salvador da Bahia de todos os Santos e hum outro a sua magistade*<sup>328</sup>.

No arraial de São Gonçalo ou Forquilha, no mesmo dia em que se mandou a notícia para povoado, foi estabelecido um Guarda-mor regente, chefe político que teria poder de lei em suas mãos sobre as lavras, até vir a ordem do General da Capitania, para determinar as ações dos componentes das expedições, feito agora mineradores. Foi escolhido para esse cargo Moreira Cabral que passou a ter autoridade de domínio sobre a mina encontrada, teria autoridade para organizar o trabalho dos mineiros, mediar desentendimentos e punir

<sup>325</sup> *Ibidem*,

<sup>326</sup> Citado por Taunay, *op. cit.*, Vol. 2, p. 16.

<sup>327</sup> O documento da obra de BARBOSA DE SÁ está transcrito na íntegra, nos Anexos deste trabalho.

<sup>328</sup> BARBOSA DE SÁ, *op. cit.*, p. 12.

os arruaceiros, teria poder para expulsar do arraial qualquer pessoa que não se submetesse às regras impostas, podendo o culpado perder todo e qualquer direito<sup>329</sup>. Em um meio rústico e selvagem se vê que essa investidura de poder ganharia um ar solene e oficial, o cronista escreveu que, em voz alta o povo elegeu o seu capitão-mor, ou guarda-mor, dando a entender que se tornava oficial o seu comando do arraial e que ele representaria a Lei.

De fato, Moreira Cabral exerceu o poder até Fernando Dias Falcão voltar de São Paulo. Esse sertanista parnaibano organizou, usando recursos próprios e com toda a pressa, uma monção que partiu para o Coxipó ainda, no ano de 1719. Segundo Buarque de Holanda, foi o próprio Fernando Dias Falcão quem levou toda a estrutura técnica e humana possível para explorar as minas, como ferreiros, carpinteiros, alfaiates e uma grande bagagem com ferramentas, armamentos e mantimentos necessários à instalação e exploração das lavras cuiabanas. Só de pólvora levou seis arrobas, que em moeda da época custaram sessenta e quatro mil réis; além disso, emprestou dinheiro para outros sertanistas, entre eles Braz Mendes Pais, José Pompeu e aos irmãos Antônio e Gabriel Antunes<sup>330</sup>. Certamente esse “*empenho*” agradou a Coroa, que lhe condecorou com o cargo de guarda maior dos mineiros. Pascoal Moreira teve que se contentar com o cargo de guarda-mor das lavras descobertas. Nesse sentido, as fontes pesquisadas exaltam os serviços do sertanista para a metrópole e afirmam que

*... Ao espírito de iniciativa, à longa experiência e aos largos heveres de Fernando Dias Falcão, devem-se tanto ou mais do que a Pascoal Moreira, os primeiros resultados felizes de uma empresa destinada a dilatar notavelmente os domínios portugueses na América<sup>331</sup>.*

Repetia-se dessa forma, nos arraiais mineiros oriundos das monções cuiabanas, o poder de mando daqueles que investiam maior capital nas expedições, dos que tinham maior número de índios flecheiros e tinham maiores condições de se estabelecer nos sertões; os demais membros dessas bandeiras eram dezenas de negros, índios e mestiços - que não detinham qualquer poder oficial, sendo apenas força de trabalho e tendo a sua dignidade vilipendiada ao extremo e de uns poucos brancos, que para serem aceitos na comitiva, além de dispor do dinheiro para se manter na viagem, se submetiam de forma incondicional a um comando absoluto de um chefe: Nesse regime, Pascoal Moreira, mesmo sendo um homem

<sup>329</sup> BARBOSA DE SÁ, *op. cit.*, p. 12.

<sup>330</sup> Buarque de Holanda, 1976. *op. cit.*, p. 49.

<sup>331</sup> *Ibidem*,

*pouco pollido*<sup>332</sup>, parecia gentil quando se referia ao superintendente das minas, o guarda maior Fernando Dias Falcão e dizia ser ele um bom católico e verdadeiro líder<sup>333</sup>.

O abandono das minas do Coxipó descobertas em 1718 e a corrida para as lavras descobertas por Miguel Sutil (1722), nesse momento inaugural do ciclo do ouro de Cuiabá foi um fato paradigmático da economia mineradora na região onde se formaria a Capitania do Mato Grosso. Em 1732, o ouro também foi encontrado nos rios Galera e Sararé, afluentes do rio Guaporé e, decorrentes dessas descobertas, se levantaram outros arraiais.

Muitos mineiros, a partir de 1736, se deslocaram do Cuiabá para a região conhecida como Mato Grosso<sup>334</sup>. Segundo Fausto Viera de Campos, em seu *Retrato de Mato Grosso*<sup>335</sup>, a denominação Mato Grosso começou a ser empregada por volta de 1735. Antes disso, os topônimos utilizados para se referir ao espaço hoje mato-grossense eram *Sertões dos Parecizes*, *Campanha dos Parecizes* e mesmo *Mato Grosso dos Parecizes*. Em sua obra, Fausto Viera de Campos fez a citação de um trecho do cronista da época, José Gonçalves da Fonseca, evidenciando que “no ano de 1736 Luís Rodolfo Vilar saiu de Cuiabá para oeste, encontrando matos virgens de arvoredo elevado e que foi apelidado Mato Grosso”<sup>336</sup>. Muito antes dos primeiros achados auríferos já se suspeitava da existência de metais preciosos no seio do misterioso planalto dos Parecis<sup>337</sup>. Entretanto, de acordo com as reflexões de Lenharo, da mesma forma que os arraiais foram se formando com os achados do ouro na região, foram sendo despovoados com a exaustão das minas. “Até o final do século as últimas descobertas não conseguiam suportar o ritmo de substituição dos antigos veios, provocando um declínio rápido da produção mato-grossense”<sup>338</sup>.

Lenharo ressaltou que, em Mato Grosso, novos sítios apareceram desordenadamente e cada vez que se encontravam novos veios. Assim, pequenos e alternados fluxos migratórios eram estimulados<sup>339</sup>.

O movimento migratório que se seguiu, trazia pessoas às minas que perambulavam pelas barrancas dos rios, sempre em busca de uma nova jazida. Ao longo dos anos foram ficando no solo de Mato Grosso as novas marcas nas fronteiras políticas coloniais e criando nova linha de fronteira com os espanhóis, pelos rios Itonama e Baurés e outros tributários da

<sup>332</sup> BARBOSA DE Sá *op. cit.*, p. 17.

<sup>333</sup> Buarque de Holanda, 1976. *op. cit.*, p. 49.

<sup>334</sup> BARBOSA DE SÁ, *op. cit.*, p. 13.

<sup>335</sup> CAMPOS, Fausto Viera de. *Retrato de Mato Grosso*. São Paulo: FFLCH/USP, 1955, p.140.

<sup>336</sup> *Ibidem*.

<sup>337</sup> Ver também Taunay, 1975, v.2. p.81.

<sup>338</sup> LENHARO, Alcir. *op. cit.*, p. 20.

<sup>339</sup> *Ibidem*,

margem esquerda do Guaporé, muito próximo das missões jesuíticas de Moxos e Chiquititos. Arranchementos, roças, arraiais, vilas e minas surgiam e desapareciam subitamente a reboque do ouro, num verdadeiro movimento migratório interno, em meio à miséria, a fome e às esperanças de um enriquecimento efêmero<sup>340</sup>.

As crônicas desse período são persistentes na afirmação de que esses grupos iniciais, que se aventuravam ao sonho do ouro, pelas características dessa empreitada, era gente de dura cerviz, pouco afeita aos princípios morais ou religiosos, tendentes à luxúria e às paixões, sem respeito à lei, nem aos seus mandatários. Mesmo tributando um certo exagero a essas narrativas, é necessário lembrar que os excluídos da sociedade colonial viam nesses *sertões* a liberdade de suas amarras com a justiça e a esperança de enriquecimento rápido. A historiadora Janaína Amado realça bem essa questão:

*Para alguns degredados, para os homiziados, para os muitos perseguidos da justiça real e pela inquisição, para os escravos fugidos, para os índios perseguidos, para os vários miseráveis e leprosos, para, enfim, os expulsos da ordem colonial sertão representava liberdade e esperança<sup>341</sup>.*

Nessas circunstâncias, o povo que passou a viver no Arraial de Bom Jesus do Cuiabá e noutros arraiais auríferos caracterizou, de forma praticamente generalizada, o modo de vida do lugar, por relações de violência. Taunay mostrou que viviam naquelas minas indivíduos pouco tementes a Deus e ao seu monarca, a escarnecer das ordens do seu Capitão General e a impedir as empresas que este determinava. O “*espírito bandeirante*” e a instabilidade da economia mineradora, no século XVIII, instauraram uma forma peculiar de vida e ainda hoje se carrega alguns resquícios do estigma da violência como uma das marcas herdadas da Capitania de Mato Grosso em sua fase mineratória.

Outra característica dos arraiais que se formaram a partir das migrações fluviais impulsionadas pela “*corrida do ouro*” cuiabano em sua gênese, foi à implantação de rígidos mecanismos de controle da exploração aurífera. Servem como exemplo as minas de Miguel Sutil, onde o guarda-mor Moreira Cabral, imediatamente e de forma rigorosa, determinou a cobrança do tributo real por bateia<sup>342</sup>, desde que começou a mineração. Passado o auge do ouro, a necessidade de povoamento da região, em virtude da proximidade com as fronteiras

<sup>340</sup> SILVA, Jovam Vilela da. *A Capitania de Mato Grosso: Política de povoamento e população – Século XVIII*. Tese de doutoramento FFLCH-USP 1994. capítulo I.

<sup>341</sup> AMADO, Janaína. *Região, Sertão, Nação*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, 1995. p. 149.

<sup>342</sup> Forma de cobrar impostos, apoiada pela Corte Real e regulamentada por oficiais das Câmaras de São Paulo, Sorocaba e Itu em que cada escravo ou mineiro que usasse esse instrumento de minerar pagava duas oitavas e meia ao ano de impostos.

espanholas, levou o Estado metropolitano a mudar suas estratégias que acenavam com sedutores incentivos fiscais às famílias ou pessoas que quisessem morar na Capitania de Mato Grosso. Um bando de Rolim de Moura, de Vila Bela em 6 de agosto de 1759 é um exemplo da farta documentação oficial que enseja essas vantagens:

“Mando, e ordenmo em virtude da ordem de S. Mag<sup>e</sup> q’ pessoa nenhuma, q’ vier estabelecer se, ou nesta V<sup>a</sup> ou por seu Districto, possa ser executada pellos seus o credores e por dividas q’ tiver contrahido fora do d<sup>o</sup> Districto, não se entendendo, porem nestes, os q’ vierem fugidos com fazenda alhea e juntamente declaro, q’ os off<sup>es</sup> desta V<sup>a</sup> continuarão a dar se a pessoa q’ p.. capazes de os servir, sem Domnativo; e hum ou outro privilegio durará por tempo de dez annos q’ se começarão a contar da data deste meu Bando<sup>343</sup>.”

Essas nuances das condições de vida social em Cuiabá, mostram o estabelecimento dos primeiros arraiais monçoeiros; o ciclo do ouro em Cuiabá e Mato Grosso está ligado a descoberta e posterior divulgação das notícias dessas lavras por Moreira Cabral, em 1719, no Coxipó-mirim. Os bandeirantes paulistas se tornariam mineiros. A partir desse fato, o movimento monçoeiro começaria a se formar. Pode-se deduzir da correspondência entre autoridades brasileiras nos primeiros séculos da conquista e dos escritos memorialistas deixados por viajantes, que desde os remotos anos iniciais do século XVI, quando Juan Dias de Solis ao procurar um caminho que ligasse os oceanos Atlântico e Pacífico, iniciou em 1515 a conquista das terras da coroa espanhola, na América Meridional, até o período do bandeirismo apresador no século XVII, não houve movimento maior de sertanistas em direção ao interior do país, na região onde se formou o Mato Grosso do que o registrado no movimento monçoeiro nas primeiras décadas do XVIII.

O estudo do intenso movimento dessas correntes migratórias esclarece a questão da ocupação não-índia da região onde se formaria a Capitania de Mato Grosso. As fontes dessa pesquisa apontam, ao que tudo indica, que embora as primeiras penetrações nesse espaço geográfico se verificaram desde o século XVI, feitas pelos espanhóis ao norte do rio Paraguai, na região do Itatim e na fundação de Santiago de Xerez, primeiro núcleo populacional de Mato Grosso<sup>344</sup>, a falta de base econômica, as dificuldades de comunicação, a hostilidade dos indígenas e, por último, as investidas das bandeiras paulistas, afastaram os espanhóis dificultando a consolidação da colonização. A ocupação dessa região somente se firmou no século XVIII.

<sup>343</sup> APEMT Lata ano 1750-1763 Livro de registro de Bando p. 67 e v.

<sup>344</sup> Esselin, Paulo Marcos. *A Gênese de Corumbá* : confluência das frentes espanhola e portuguesa em Mato Grosso (1536-1778) Campo Grande, MS. Ed. UFMS 2000.



Na década de vinte, dos setecentos, a região passou a ser devastada por milhares de pessoas, conquistando, povoando, avassaladoramente.

O povoamento lusitano começou, em 1718, com o arraial da Forquilha de Pascoal Moreira Cabral e, em 1722, com as lavras do Sutil, chamadas posteriormente de tanque do Arnesto<sup>345</sup>. Assim, divulgadas as notícias da descoberta dessas lavras, somente no ano de 1724, surgiram os seguintes núcleos de povoamento: o arraial de N. Senhora da Conceição, aproximadamente a meia légua de Cuiabá; o arraial do Jacey, três a quatro léguas do Coxipó; a lavra do Motuca, nas barrancas do córrego do mesmo nome, acima do Jacey; o arraial de Porto Geral, a meia légua da Vila; e o Porto do borrarho, à montante do rio Cuiabá.

Em 1725, os irmãos Leme fundaram a fazenda de Camapuã entre os rios Pardo e Taquari. Em 1728, foi iniciado o povoado das Minas do Alto Paraguai (atual Diamantino); em 1738, o arraial dos Cocais, atual Livramento; em 1734, as Lavras do Brumado, às margens do ribeirão homônimo – início das minas de Mato Grosso – rios Galera e Sararé, afluentes do Guaporé – em 1736, o arraial de São Francisco Xavier, próximo ao rio Sararé; Entre os anos de 1731 e 1740 (?) os Arraiais de Santa Anna, São Vicente, N. S. do Pilar, Ouro Fino, e Lavrinhas – entre os rios Alegre, Sararé e Galera, afluentes do rio Guaporé; em 1744 o Arraial de Santa Isabel; em 1745, as Minas do rio Arinos, as Minas de Corumbiara, que em 1776 passou ser conhecida como Lavras do Vizeu; em 1747, o Arraial de N. S. do Parto, no alto Paraguai; em 1750, as Minas do Araés ou Amarante, no rio das Mortes e, finalmente o Arraial de Santo Antônio – atual Leverger<sup>346</sup>.

Esse período certamente foi o de maior fluxo de canoas monçoeiras do Tietê ao Cuiabá, onde concorriam mineiros e comerciantes. Esse *rush* pelas águas favoreceu a organização de povoações formadas por sertanistas que não procuravam lavras auríferas, mas se organizavam como entrepostos comerciais, ao longo do caminho, para reabastecer as monções com mantimentos e outras mercadorias. O mais importante deles, repito, foi a fazenda Camapuã, fundada entre o rio Pardo e o rio Coxim no ano de 1725<sup>347</sup>.

---

<sup>345</sup> BARBOSA DE SÁ, Joseph. *op. cit.*, p. 15.

<sup>346</sup> Dados retirados da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Mato Grosso, anos XXV e XXVII, 1943, tomos XLI LII; CORREIA FILHO, Virgílio. *História de Mato Grosso*. p. 55 a 63; BARBOSA DE SÁ, Joseph. *op. cit.*; Documentação do Arquivo Histórico Ultramarino-Lisboa, UFMT, NDIHR – Seção de microfichas e microfilmes, Correspondência dos Governadores; SILVA, Jovam Vilela da. *A Capitania de Mato Grosso: Política de povoamento e população – século XVIII*. São Paulo, FFLCH – USP, 1994. p. 34. (tese de doutoramento).

<sup>347</sup> Sesmarias. Vol. 3. Documentos do Arquivo do Estado de São Paulo. São Paulo: Typografia Piratininga, 1921. p. 179 ss.

Em item específico deste trabalho será tratada a situação da fazenda Camapuã, situada às margens do ribeirão homônimo. Localizada na metade da viagem<sup>348</sup> entre São Paulo e a região das minas do Cuiabá, a fazenda era um excelente ponto estratégico e se transformou no mais importante entreposto de apoio às expedições monçoeiras. Era a parada obrigatória dos comboios que, além de se reabastecer de víveres, a tripulação e os passageiros descansavam para prosseguir viagem.

Próximo a Camapuã, descendo o rio Coxim na confluência com o Taquari, outros sertanistas tentaram se estabelecer. Foi o caso do ituano João de Araújo Cabral que, em 1726, formou uma roça na barra do rio Coxim e durante alguns anos, além de vender mantimentos<sup>349</sup>, servia como ponto para os monçoeiros relaxarem da laboriosa travessia das cachoeiras do rio Coxim.

Outros arraiais surgiram ao longo do caminho. Nas barrancas do rio Taquari, certamente inspirados no sucesso de Camapuã, emergiram mais três arraiais: o Arraial de Domingos Gomes Beliago, o Arraial de João de Araújo Luiz Rodrigues Vilares e o Arraial de Manoel Góes do Prado. Eram núcleos situados

*... abaixo das terras de João de Araújo e também na margem do Taquari, da parte direita do rio, estabeleceu-se pela mesma ocasião, Domingos Gomes Beliago (...) Ao lado desses nomes o de um Luiz Rodrigues Vilares(...) e o de um Manoel Góes do Prado(...) assinalam o começo da ocupação de um vasto território que, povoado e cultivado traria seguros benefícios às frotas<sup>350</sup>.*

Infelizmente, essa ocupação era quase impraticável, como será mostrado na discussão sobre o arraial de Beliago. Mesmo contando com algumas vantagens governamentais e com os lucros altos do comércio monçoeiro, os constantes ataques de tribos indígenas resistentes desmantelavam a incipiente lavoura destinada a abastecer as monções. Nesse sentido, lembra Sergio Buarque de Holanda, “...as restingas ... [voltavam] logo ao seu primitivo estado, e as pastagens ... [eram] rapidamente abandonadas pelos colonos”<sup>351</sup>.

Essa informação contida na obra *Monções*, derruba a fraca argumentação de que os arraiais ribeirinhos permaneceram ao longo do caminho do Cuiabá, durante os séculos XVIII e XIX. Os documentos coloniais consultados nesta pesquisa não mostram o desenvolvimento dos arraiais localizados na rota das monções, a ponto de se transformarem em cidades, embora algumas das cidades no sul de Mato Grosso tenham sido formadas nas proximidades

<sup>348</sup> A viagem fluvial de Ararituaguaba ao Cuiabá durava entre cinco a seis meses, Camapuã estava a aproximadamente três meses do início da viagem.

<sup>349</sup> Por ocasião da passagem de Rodrigo César de Menezes em 1726 esse sítio vendeu mantimentos para o consumo comitiva e tripulação dos comboios do Capitão General, 250 oitavas de ouro

<sup>350</sup> BUARQUE DE HOLANDA, 1976. *op. cit.*, p. 99.

<sup>351</sup> *Ibidem*, p. 99.

dos antigos sítios. Contudo, não encontramos evidências históricas que sustentam as conjecturas memorialistas de continuidade daqueles arraiais monçoeiros.

O autor de *Monções*, reconhecidamente uma das maiores autoridades que se debruçou sobre essa temática, não descartou que a dinamização desses arraiais poderia trazer grande desenvolvimento para a Capitania. Ao contrário, defendeu que a ocupação definitiva dessa rota traria seguros benefícios às frotas que navegavam os vastos territórios, mas, apontou os ataques predatórios e fatais dos Guaicuru como a principal causa do desaparecimento desses arraiais<sup>352</sup>.

Apesar dos percalços ocorridos na ocupação das terras e na estruturação dos arraiais auríferos de Cuiabá ou dos entrepostos comerciais ribeirinhos ao longo do caminho é imprescindível frisar que as relações comerciais iniciadas com a Capitania de São Paulo em função da economia mineradora não foram abaladas com essas situações. O ouro cuiabano incrementou essas atividades do mercado interno, interferiu na produção agrícola, na criação de gado e no comércio paulista e do litoral vicentino<sup>353</sup>.

Com base nos estudos de Ilana Blaj, especificamente sobre *Agricultores e comerciantes em São Paulo nos inícios do século XVIII*<sup>354</sup>, é possível afirmar que Mato Grosso em todo o século XVIII, participou como coadjuvante no comércio metropolitano, através de vários caminhos, seja pela Companhia de Comércio do Grão Pará e Maranhão, ativando o roteiro fluvial Madeira-Guaporé, seja pelas estradas de Goiás e, sobretudo, na primeira metade do XVIII, essas transações comerciais se deram através das expedições monçoeiras, a partir do Tietê. Mesmo que esse mercado funcionasse como mediador de uma troca desigual de comércio, cujas mercadorias eram vendidas a preços exorbitantes, em detrimento ao minerador e prejuízos à região das lavras, a Coroa em muito se beneficiou com essas monções de comércio. Alguns comerciantes paulistas enriqueceram. É lícito afirmar que as atividades comerciais com as minas cuiabanas contribuíram no processo de formação de uma elite econômica e política das Capitanias de Mato Grosso e São Paulo.

*A articulação de São Paulo com as áreas mineratórias propicia a acumulação de verdadeiras fortunas nas mãos dos comerciantes que abasteciam as minas com*

---

<sup>352</sup> *Ibidem*,

<sup>353</sup> FRAGOSO, João Luis Ribeiro. *O antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (Séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2001.

<sup>354</sup> BLAJ, Ilana. *Agricultores e comerciantes em São Paulo nos inícios do século XVIII: o processo de sedimentação da elite paulistana*. Rev. bras. Hist. [online]. 1998, vol.18, no.36 acesso em 21 de fevereiro de 2004.

*gêneros alimentícios, gado e escravos. Grande parte destes comerciantes eram paulistas, filhos da tradicional elite local, que ao receberem sesmarias nas principais rotas que levavam as vilas mineiras, acabavam por integrar a produção de gêneros agrícolas, a criação de gado e muares, atividades que suas famílias já realizavam em São Paulo e Curitiba com o comércio de abastecimento para as minas<sup>355</sup>.*

No movimento monçoeiro, entre os fatos considerados relevantes do ponto de vista econômico, não se deve esquecer que esse intenso movimento migratório fomentado pelo ouro, inseriu a produção mineira de Cuiabá e posteriormente a Capitania de Mato Grosso na dinâmica do mercado interno da Colônia e, em última instância, no mercado metropolitano através de relações comerciais durante todo o século XVIII<sup>356</sup>. Nesse sentido, não foram as distâncias geográficas nem o isolamento econômico os principais elementos geradores da penúria econômica que afetou Mato Grosso nesse século, mas, foram, sobretudo, a assimetria do mercado interno e os mecanismos da exploração colonial, conforme tão bem explicou Lenharo.

*...os comerciantes que atuavam em Mato Grosso se valiam da especulação dos preços dos gêneros importados e adquiriam o ouro em condições anormais de valor, capacitando-se, portanto, para dar conta de seus negócios com as Casas Comerciais do litoral e manter, ao nível da Capitania, uma condição privilegiada. Já o mineiro recebia toda a carga de conseqüências derivadas da desigualdade das trocas comerciais<sup>357</sup>.*

Essa abordagem de questões econômicas, advindas do *ouro* e do movimento monçoeiro, portanto, contesta a historiografia tradicional de Mato Grosso que, a partir da visão oficial, explicou o atraso da Capitania, posteriormente da Província e do Estado com base na tese do isolamento econômico, do distanciamento de Mato Grosso dos centros decisórios do país e da não-participação de Mato Grosso na divisão internacional do trabalho.

Também, parece equivocada a opinião oficial, relatada em documentos como o Relatório do Presidente da Província, assinado pelo Exmo. Sr. General Dr. José Miranda da Silva Reis, em 03 de maio de 1874, à Assembléia Legislativa Provincial de Mato Grosso, onde consta que o atraso econômico e as dificuldades culturais e intelectuais do povo matogrossense foram provocados por sua posição central e pelas dificuldades de comunicação com o litoral<sup>358</sup>. Esta tese da “*quase incomunicabilidade do Mato Grosso*” é explicada até com “episódios folclóricos”. Um desses episódios foi narrado por Lenine Póvoas, ao escrever sobre o atraso da chegada da notícia da Proclamação da República em Cuiabá. Póvoas

---

<sup>355</sup> *Ibidem*.

<sup>356</sup> LENHARO, Alcir, *op. cit.*, p. 7-14.

<sup>357</sup> *Ibidem*, p. 10.

<sup>358</sup> Relatório de José Miranda da Silva Reis. Tipografia da “Situação” de Souza Neves e Companhia, p. 68,69.

explicou que o povo cuiabano só tomou conhecimento desse fato no dia 09 de dezembro, quando a notícia foi trazida pelo navio *Lloyd* brasileiro, quase um mês depois do evento e por não saber do fim da monarquia chegou a festejar o aniversário do Imperador, quando D. Pedro II já estava no exílio<sup>359</sup>. Entre tantos documentos, o Relatório do General Dr. José Miranda da Silva Reis e algumas narrativas pertencentes ao IHGMT mostram a tentativa de provar esse suposto distanciamento. As análises históricas mais recentes e com parâmetros teóricos mais coerentes como a de Alcir Lenharo, não descartam as dificuldades de comunicação entre a região mineradora do Mato Grosso e o litoral onde estava o centro do poder político e econômico colonial, no entanto, descarta, como já foi visto, o discurso do isolamento político e econômico, desmontando com uma abordagem mais racional estes mitos que só servem para imputar *heroísmo* aos grupos que representam o poder local, anulam a pesquisa histórica e o tratamento crítico dos fatos.

---

<sup>359</sup> PÓVOAS, Lenine C. *Perspectivas demográficas e econômicas da Grande Cuiabá separata IHGMT*. Cuiabá, 1983. p. 6, 7.

## A fazenda Camapuã

Camapuã se constituiu em espaço amplamente utilizado pelas expedições monçoeiras durante o processo de conquista do extremo oeste brasileiro, por isso esse espaço é um objeto de pesquisa histórica que ilumina a compreensão da dinâmica de funcionamento dos arraiais ao longo da rota. Entender a história desse estabelecimento fundiário ajuda na compreensão do fenômeno dos movimentos migratórios, nesse espaço geográfico, durante o século XVIII e suas múltiplas nuances. Somente esse fato justificaria a inclusão desse estabelecimento fundiário como objeto de análise. Entretanto, questões relacionadas à historiografia regional e às abordagens memorialistas reforçaram a necessidade de inserir a fazenda Camapuã como tema deste estudo acadêmico.

A fazenda Camapuã surgiu por conta do ouro cuiabano e do trânsito de pessoas e cargas pelos caminhos líquidos da região. Como já foi exaustivamente tratado, o cronista coevo Barbosa de Sá registrou que os achados auríferos de 1719, feitos pelo sorocabano Pascoal Moreira Cabral, em terras mato-grossenses, alucinações populações e provocaram um colossal *rush* pelas águas interiores da Colônia portuguesa<sup>360</sup>. Quanto ao estabelecimento desse caminho, TAUNAY afirmou que a descoberta do ouro cuiabano e o episódio das monções trouxeram como consequência imediata, a mudança na principal rota sertanista que passou a ser feita em uma

*...via anfíbia de milhares de quilômetros de imensos percursos fluviais e uma pequena jornada terrestre: a estrada das monções entre Araraitaguaba e Cuiabá separados por três mil e quinhentos quilômetros da mais áspera navegação com mínimas soluções de continuidade constituídas por alguns quilômetros do varadouro de Camapoã e os do vencimento, pela variação dos saltos e cachoeiras<sup>361</sup>.*

Segundo Barbosa de Sá, o ano de 1725 marcou o início da utilização sistemática dessa rota: “*principiou se neste ano a navegar o rio Pardo asima thé a Sanguessuga e a varar as canoas thé o camapoan e descer pelo rio Coxiim abaixo e de cá para lá fazerse o mesmo*”<sup>362</sup>. O cronista português escreveu, ainda, que o caminho das monções surgiu em substituição ao caminho da vacaria onde as canoas eram deixadas na cachoeira do Cajuru e os monçoeiros

<sup>360</sup> BARBOSA DE SÁ *op. cit.*, p. 12-20.

<sup>361</sup> TAUNAY, 1975 Tomo 2 *op. cit.*, p. 111.

<sup>362</sup> BARBOSA DE SÁ *op. cit.*, p. 18.

rompiam a pé extenso varadouro até o rio Coxim e embarcavam em canoas que ali tinham deixado os que iam para São Paulo e faziam o caminho inverso<sup>363</sup>.

A situação geográfica e as estruturas que foram se organizando, principalmente em Camapuã fizeram da região um ponto de referência na rota monçoeira. A famosa Fazenda formada no *varadouro* descoberto pelos irmãos João e Lourenço Leme, filhos do sertanista Pedro Leme da Silva, cognominado o “*Torto*”, teve as primeiras roças plantadas por volta do ano de 1722<sup>364</sup>. Taunay relatou que a fazenda estava “*situada ao meio da rota do comércio do Cuiabá*”<sup>365</sup> e que no início “*...proporcionava, principalmente, a possibilidade de repouso durante uma viagem trabalhosa e árdua. Por muito tempo constou apenas de um grande pátio fechado, com casas em torno, formando quatro lances e um portão em frente ao rio*”<sup>366</sup>. Nessa época, a fazenda contava com cerca de duzentos moradores<sup>367</sup>, um contingente populacional elevado, se comparados com os outros pousos ao longo do caminho para Cuiabá. Já nesses primórdios as roças de milho e feijão, além do consumo interno, serviam para o abastecimento das frotas de comércio<sup>368</sup>.

Em 1726, o governador da Capitania de São Paulo Rodrigo César de Menezes abasteceu a sua comitiva com o produto das roças feitas pelos Leme, que já haviam sido mortos pelo próprio governador e a fazenda confiscada<sup>369</sup>. Desse fato emergem as imagens do exaustivo trabalho de homens brancos, índios e negros na expedição do referido Capitão-General, envolvendo o movimento de mais de três mil pessoas, conduzindo 308 canoas<sup>370</sup> todos empenhados no desembarque no porto de Sanguessuga e na condução das cargas sobre as costas para o lugar do pouso.

Nos anos de maior esplendor do período monçoeiro, os preços dos mantimentos praticados em Camapuã eram exorbitantes, como já foi referido. Em 1726, Rebelo, em sua *Notícia Prática*, especifica que o alqueire de mantimento era vendido a nove oitavas de ouro, feijão a 16, galinha a 3, havendo mineiro que pagava até 32 oitavas de ouro pela arroba de toucinho e 15 oitavas pelo frasco de aguardente<sup>371</sup>. Um ano depois, o sertanista Cabral Camelo reclamou que os roceiros vendiam suas galinhas, porcos e cabras pelo preço que

---

<sup>363</sup> *Ibidem*, p. 19.

<sup>364</sup> *Ibidem*, p. 50.

<sup>365</sup> BUARQUE DE HOLANDA, 1975. *op. cit.*, p. 92.

<sup>366</sup> *Ibidem*, p. 102.

<sup>367</sup> *Ibidem*,

<sup>368</sup> *Ibidem*, p. 92-95.

<sup>369</sup> SOUZA, Washington Luís Pereira de. *O Governo Rodrigo César de Menezes*. Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, 2002. p. 128.

<sup>370</sup> TAUNAY, 1975 Tomo 2 *op. cit.*, p.58

<sup>371</sup> REBELLO, Gervásio Leite. *op. cit.*, p. 117.

queriam e ele mesmo viu ser vendido um alqueire de feijão por vinte oitavas de ouro e o milho até por dezoito oitavas<sup>372</sup>.

Taunay, utilizando os relatos de D. Manuel Flores, chefe da 3ª Sub-comissão espanhola, demarcadora dos limites luso-espanhóis, instituída pelo Tratado de Madri em 1750, dizia que *reinava na aldeola a abundância em matéria de cereais, legumes, galinhas, porcos, vacas, patos e outros frutos da terra*<sup>373</sup>; Não há notícia de que a farinha de mandioca, de uso tão generalizado no litoral brasileiro, tivesse grande consumo por estas paragens<sup>374</sup>.

Em 1751, o Conde de Azambuja permaneceu 23 dias em Camapuã, e pelo que escreveu em sua *Relação da Viagem*, parecia ter gostado da casa de sobrado em que ficou hospedado com todos os oficiais de sua comitiva junto às suas famílias. Consta em seu relato que ali ele tomou banho pela primeira vez na viagem. Registrou também que havia outros sobrados mais baixos, todos dentro do mesmo pátio fechado. Para Rolim de Moura foi uma surpresa verificar o asseio da capela da fazenda, mas notou a ausência de oficiais religiosos para rezar a missa e confessar os cristãos em caso de perigo<sup>375</sup>. Ainda assim, a vida religiosa na fazenda Camapuã era intensa: mesmo com a escassez de sacerdotes. Nos tempos áureos da fazenda, a cada ano durante as festas de irmandade e nas datas comemorativas da igreja se faziam grandes festas, onde se gastavam mais de cem capados<sup>376</sup>.

Quanto às dimensões territoriais de Camapuã, escreveu o Conde de Azambuja, que a fazenda era grande, já que não tinham outros moradores nas redondezas. Quanto ao gado *vacum*, o Conde narrou que podia haver mais de seiscentas cabeças de gado de corte, soltos pelos pastos sem limites. Lembrou ainda que Camapuã dava grandes lucros oriundos das carregações das canoas, das cargas atravessadas no varadouro e dos mantimentos que eram vendidos aos monçoeiros<sup>377</sup>.

Segundo o ilustre Capitão-General, os sócios da fazenda para forçar os passageiros a ficarem mais tempo hospedados na localidade, preferiam não domesticar muitos bois para puxar os dois únicos carros que traziam as cargas e canoas. Os bois de carga, embora

---

<sup>372</sup> CAMELO, João Cabral. Notícias práticas das minas do Cuiabá e Goias, na Capitania de São Paulo e Cuiabá, que dá ao Ver. Padre Diogo Juarez, o Capitão João Antônio Cabral Camelo, sobre viagem que fez as minas do Cuiabá no ano de 1727. in TAUNAY, 1975 tomo 3 p. 125.

<sup>373</sup> TAUNAY, Afonso. *Paulistas em Mato Grosso* Anais do Museu Paulista, São Paulo v. 10 1941 publicado pelo IHGMT, 2002. p. 64.

<sup>374</sup> BUARQUE DE HOLANDA, 1976. *op. cit.*, p.94.

<sup>375</sup> ROLIM DE MOURA, D. Antônio. *Relação da viagem que fez o conde de Azambuja, D. Antônio Rolim da Cidade de São Paulo para a vila de Cuiabá em 1751* in Taunay 1975, p. 205.

<sup>376</sup> *op. cit.*, 93,94.

<sup>377</sup> ROLIM DE MOURA in TAUNAY, 1975, tomo 3 *op. cit.*, 205.



FIGURA 20



Vista de Camapuã (1826) Desenho de Hércules Florence.  
Fonte: TAUNAY, Afonso d'Escagnolle. *Relatos Monçoeiros*; São Paulo, Itatiaia, 1981. p. 136.

formosos, tinham pouca força, provavelmente eram mal nutridos e só trabalhavam à noite ou com pouco sol, em virtude das altas temperaturas do dia<sup>378</sup>.

Uma expedição monçoeira para atravessar o rio Pardo e chegar ao Camapuã precisava vencer perigosas cachoeiras, itaipavas e correntezas. Nesse caminho eram obrigados descarregar e carregar as canoas cerca de vinte vezes, na ultrapassagem por terra, já que várias cachoeiras eram intransponíveis. Em algumas ocasiões era necessário recorrer a enormes varas com ferrões nas pontas para substituir os remos. Assim, escoravam os barcos nos calçadões de pedra no fundo do rio, nos lugares mais rasos até vencer a força das águas. Ao lado desses perigos naturais, nos pousos às margens do Pardo, os monçoeiros podiam ser assaltados a qualquer instante pelos temidos Caiapó<sup>379</sup>. Por essas razões, chegar a Camapuã deveria parecer aos monçoeiros como se chegassem ao melhor dos oásis, daí a expressão “*Camapoã, oásis civilizado*”, cunhada por Taunay, ao tratar das “*Monções Cuiabanas no século XVIII*”<sup>380</sup>.

Buarque de Holanda reconheceu a importância da fundação desse sítio de cultura às margens do ribeirão Camapuã, por volta de 1728. Na sua avaliação Camapuã era o lugar “...onde os viajantes podiam encontrar mantimento, agasalho e bois de carga para a condução de suas mercadorias, constituiu um fator da maior importância na história do comércio do Cuiabá<sup>381</sup>, antes do estabelecimento da fazenda, lembra o historiador das monções, os “... navegantes que iam por esse caminho costumavam deixar as canoas à altura do Cajuru e levavam suas fazendas às costas até o Coxim, onde esperavam outras embarcações<sup>382</sup>. Alguns abriam roças e lançavam plantações para se beneficiarem com elas no regresso. Geralmente, seguiam viagem a pé para Cuiabá, mas depois da fundação de Camapuã, quando os monçoeiros chegavam ao porto do ribeirão Sanguessuga, já encontravam carros de duas rodas maciças e rudimentares para levar suas cargas, puxados por juntas de seis a oito bois, ou nas costas dos negros escravos<sup>383</sup>. As canoas tiradas da água eram levadas em cima de grandes carros, com quatro rodas até a sede da Fazenda Camapuã. O trajeto do varadouro, geralmente, era feito à noite para se evitar o calor sufocante da região<sup>384</sup>. O trecho, até o local do pouso, era vencido em algumas horas. O varadouro tinha a distância de 6.120

<sup>378</sup> BUARQUE DE HOLANDA, 1976. *op. cit.*, p. 93.

<sup>379</sup> NOTÍCIA 8ª PRÁTICA exposta na cópia de uma carta escrita do Cuiabá aos novos pretendentes daquelas minas. Da coleção do padre Diogo Juarez S.J. Códice da Biblioteca de Évora. in TAUNAY Tomo 3, p.186,187.

<sup>380</sup> Taunay, v.2, 1975, p. 155.

<sup>381</sup> BUARQUE DE HOLANDA, 1976. *Op. cit.* p. 92. VER TAMBÉM Taunay, 1975 *op. cit.* p. 50.

<sup>382</sup> *Ibidem*.

<sup>383</sup> TAUNAY, 1975 Tomo 2 *op. cit.* p. 114.

<sup>384</sup> LEVERGER, 2002, *op. cit.* p. 48.

braças ou 7,5 milhas<sup>385</sup>, ou mais ou menos duas léguas<sup>386</sup>, ou 14 quilômetros<sup>387</sup>. O tempo de varação dependia do tamanho da monção, quanto a permanência no local, Taunay escreveu que as pequenas expedições demoravam em torno de dez a doze dias em Camapuã<sup>388</sup>.

Buarque de Holanda lembrou que o “*transporte entre o porto de Sanguexuga e a sede da fazenda de Camapoã não era das menores fontes de lucros para os sócios da fazenda, que sabiam tirar todas as vantagens possíveis de seu monopólio*”<sup>389</sup>, mas, segundo o autor, essa situação geográfica privilegiada da fazenda Camapuã, encravada no meio da rota do comércio das minas do Cuiabá, dava vantagens que não foram bem aproveitadas pelos camapuanenses coevos. Para ele, as leituras das crônicas dos viajantes desse período, mostram que Camapuã permaneceu alheia à agitação tumultuosa dos centros de mineração e “*contentou-se com um ritmo sonolento e rotineiro de velha fazenda sertaneja, mal interrompida de vez em quando, pelo movimento das frotas*”<sup>390</sup>. O mesmo autor concluiu que a fazenda deveria ter se adequado ao período áureo das minas cuiabanas e se arriscado nesse negócio, ao invés de ter se limitado aos lucros seguros da carregação das canoas e da venda de mantimentos aos passageiros das monções<sup>391</sup>.

Apesar dessas críticas, houve outras causas para a continuidade nas atividades da fazenda Camapuã. Como já foi mencionado, um dos fatores foi a posição geográfica da Fazenda, situada na metade do caminho para o Cuiabá. Outro fator ligou-se à necessidade dos comerciantes paulistas viajarem a maior parte do percurso por via fluvial, evitando o percurso por terra:

... no lugar de Camapuã o divisor não chega a quinze quilômetros de um extremo ao outro e a varação e transporte das cargas efetuava-se em condições relativamente favoráveis (...) em poucas horas de trajeto, por entre capões de mato e campos cerrados, chegava-se a sede da fazenda de Camapoã, junto ao ribeirão do mesmo nome<sup>392</sup>.

O pequeno percurso por terra diminuía o número de ataques indígenas, mesmo assim, esses ataques causavam tanto medo que os carros e passageiros só deslocavam-se em grupos e sob a escolta de homens bem armados<sup>393</sup>.

---

<sup>385</sup> *Ibidem*.

<sup>386</sup> TAUNAY, 1975 *op. cit.* p. 123.

<sup>387</sup> *Ibidem* p. 139.

<sup>388</sup> *Ibidem*, p. 120.

<sup>389</sup> BUARQUE DE HOLANDA, 1976. *op. cit.*, p. 92.

<sup>390</sup> *op. cit.*,

<sup>391</sup> *Ibidem*, p. 93.

<sup>392</sup> BUARQUE DE HOLANDA, 1976, *op. cit.*, p. 91, 92.

<sup>393</sup> *Ibidem*, p. 93.

O apoio logístico dos serviços prestados pelos trabalhadores e carros da fazenda facilitava o transporte de cargas e diminuía até os incidentes com negros, que nessas travessias, certamente sentindo fome ou como uma forma de resistência à escravidão, arrombavam caixas de mantimento<sup>394</sup>.

Buarque de Holanda conjugou esses fatores com a proximidade que o roteiro dava aos canoeiros com os rios da Bacia do Paraguai. Esse conjunto de situações teria definido essa rota como o caminho definitivo das monções, concluiu o autor que

*... as marchas a pé anulavam em grande parte, as vantagens decorrentes da maior facilidade de transporte nas canoas; vantagens que fizeram com que o caminho fluvial do Pardo pudesse sobreviver longamente à abertura da estrada terrestre de Vila Boa de Goiás. O simples fato da viagem pelo Pardo e pelo ribeirão Sanguexuga deixar as canoas à menor distância dos cursos d'água da Bacia do Paraguai, contribuiu sem dúvida para a escolha dessa via de comunicação durante o século XVIII<sup>395</sup>*

Diogo de Toledo Lara e Ordonhes, Juiz de Fora nos anos de 1785 a 1791, na Vila do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, escreveu uma carta a um destinatário incógnito que chamava de “*amigo do coração*” e nesse documento narrou sua viagem pelos rios de São Paulo e Mato Grosso, no ano de 1785 apresentando um representativo depoimento sobre Camapuã:

*esta Fazenda é a única que se acha em tão dilatado sertão: estabelecida por necessidade por causa da variação de canoas, de sorte que sem ela seria impraticável o caminho dos rios: hoje pertence a herdeiros dos primeiros donos. Nela tem algumas trezentas pessoas, cativos, forros e caiapós apanhados pelo fazendeiro novo, um dos interessados<sup>396</sup>.*

Documentos oficiais desse período vislumbram ainda a fazenda Camapuã como um ponto de contato e de comunicação entre as monções oficiais e de comércio. Uma correspondência, cheia de ricos pormenores, escrita por D. Luiz Mascarenhas, em junho de 1746, destinada a Amaro Leyte Moreyra, dava notícias de Antonio Pires de Campos e dos Bororo que trazia consigo, oriundos do rio das Velhas. Segundo consta, Pires de Campos havia saído de Goiás com uma bandeira e lamentava o estado das minas de Cuiabá. O missivista mostra ainda ter conhecimento sobre os mareantes de São Paulo e que sabia fazer a diferença entre mineiros, comissários, e mercadores de povoado. Nessa correspondência,

<sup>394</sup> TAUNAY, 1975 Tomo 2 *op. cit.*, p. 114\_115, 123.

<sup>395</sup> BUARQUE DE HOLANDA, 1976, *op. cit.*, p. 91.

<sup>396</sup> ORDONHES, Diogo de Toledo Lara e. Carta de um passageiro de Monção (1785). In TAUNAY, 1975, Tomo 3, *op. cit.*, p. 225.

Mascarenhas deixa transparecer que Camapuã servia como uma espécie de entreposto de comunicação. Sua escrita dizia o seguinte:

*João Bicudo de Britto me escrevo de camapoam que ficava pronto para entrar ao certão a dar principio á sua expedição. O mesmo me escrevo o Intendente João da Fonseca da Cruz de Camapoam aonde se achava para continuar a sua viagem p<sup>a</sup> o cuyabá<sup>397</sup>.*

Camapuã, conforme já foi tratado anteriormente, foi vislumbrada como um local de entretenimento e distração onde se podia caçar perdizes em grande quantidade, o que para Rolim de Moura constituiu-se numa divertida atividade<sup>398</sup>. Além disso, a carne de animais silvestres servia de agradável degustação, considerada quase tão saborosa quanto o prato servido no Reino<sup>399</sup>. Segundo o depoimento de Luis D'Alincourt, em Camapuã também se podia degustar o mel produzido na própria fazenda através do uso da técnica da criação de abelhas em cabaças<sup>400</sup> feito na casa do administrador da Fazenda. Ao lado dos comestíveis, proviam-se os navegantes, em Camapuã, de aguardente de cana e fumo em rolo, dois gêneros que, nas palavras de um viajante, eram para os trabalhadores o mesmo que o *maná* para os israelitas<sup>401</sup>.

Quando os mareantes de Porto Feliz já eram mais inconstantes nesse sítio e a escassez do ouro deixava de incitar as monções comerciais, cessaram os bons lucros e o ocaso das monções marcou também a descaimento econômico de Camapuã. Leverger registrou, em 1830, que quase todo o negócio que se fazia em Camapuã se pagava com sal, ferramentas ou pólvora, chumbo de caça, baetas e chitas. Florence também observou esse fato, destacando que todos os pagamentos eram feitos em gêneros sem haver necessidade de dispor de dinheiro<sup>402</sup>. Contudo, Leverger apontou que o transporte das canoas, do porto de Sanguessuga até a sede da fazenda custava 21\$000 por canoa e 300 rs por carga<sup>403</sup>. No ano de 1788, a condução de uma canoa custava vinte mil réis, moeda da época, e cada carrada, nove mil e seiscentos réis<sup>404</sup>.

Em 1825, quando o período de crise já reinava na fazenda, Florence ainda descreveu Camapuã como um lugar de abastecimento de víveres, onde se produzia tecido de algodão

<sup>397</sup> NDHIR – M.F. 46 – DOC 398.

<sup>398</sup> ROLIM DE MOURA, *op. cit.*, p. 205.

<sup>399</sup> TAUNAY, 1975 Tomo 2 *op. cit.*, p. 161.

<sup>400</sup> BUARQUE DE HOLANDA. 1994. *op. cit.*, p. 49.

<sup>401</sup> *Ibidem*, p. 94.

<sup>402</sup> FLORENCE, 1977, *op. cit.*, p. 76.

<sup>403</sup> LEVERGER, 2002, *op. cit.*, p. 48.

<sup>404</sup> BUARQUE DE HOLANDA, 1976. *op. cit.*, p. 93.

para uso dos moradores e também para serem trocados por vacas ou cavalos em Miranda; Afirmou, também, o viajante que a fazenda dispunha ainda de cavalos para transportar os passageiros, podendo chegar mais rápido e com mais conforto às estalagens<sup>405</sup>. Nesse ponto aguardavam a travessia das canoas e cargas nas últimas cachoeiras ou varadouros.

O cronista não deixou de reclamar da qualidade dos animais postos aos serviços, segundo ele, eram fracos e magros e que não podiam cavalgar longas distâncias, sendo usados apenas até as cachoeiras não muito longe de Camapuã. Florence contou, aparentemente com um certo ar de ironia, que montado num cavalo, tentou pular um pequeno riacho, entretanto, “*com dois palmos de largura e três de profundidade*” entretanto, o pobre animal “*tombou com as quatro patas para o ar*”, derrubando-o. O cavalo quase morreu afogado porque nem sequer conseguia levantar a cabeça da água, tão magro e estafado estava<sup>406</sup>. Quanto a essas dificuldades não parece ter havido muita mudança, porque, desde 1751, quando o Conde de Azambuja esteve em Camapuã, teve que andar as duas léguas a pé com toda a sua comitiva até chegar na sede da fazenda porque só dispunha de dois cavalos pouco capazes na fazenda<sup>407</sup>.

Florence descreveu Camapuã, em 1825, como um sítio agradável cercado de montanhas, bosques, cerrados, vales e chapadas. Certamente, em outras épocas se preocuparia mais com as carnificinas entre as gentes das monções e os índios canoieiros, cavaleiros e os caiapó que rondavam com total belicosidade, *ameaçando a cada momento Camapoã*<sup>408</sup>. A antiga região, no ano de 1730, chegou a inquietar a Câmara de São Paulo e até D. João V por causa das investidas Belicosas dos índios daquelas paragens.

Já no século XIX, quando Florence visitou a região, escreveu que índios Guaicuru ou Caiapó apenas tentaram roubar umas reses e sendo surpreendidos fugiram<sup>409</sup>. Na verdade, desde o final do XVIII, as nações indígenas já resistiam menos, contudo, vez ou outra, rondavam as vizinhanças de Camapuã, destruindo roças, matando lavradores e roceiros.

Outra interessante descrição feita por Florence refere-se à estrutura física e social da fazenda Camapuã. Nessa época, a propriedade pertencia a uma sociedade de São Paulo, a sede de Camapuã era formada por dois sobrados, separada por um vasto pátio da senzala dos escravos e do outro lado do ribeirão do mesmo nome, morava a gente forra. A estrutura

---

<sup>405</sup> FLORENCE, 1977, *op. cit.*, p. 66, 70-78.

<sup>406</sup> *Ibidem*, 68.

<sup>407</sup> ROLIM DE Moura, in TAUNAY, 1975. *op. cit.*, p. 205.

<sup>408</sup> TAUNAY, 1975. *op. cit.*, tomo 2 p. 165.

<sup>409</sup> FLORENCE, 1977, *op. cit.*, p. 76.

arquitetônica da fazenda não parece ter mudado muito em todo o século das monções<sup>410</sup> e o tempo histórico vivido na fazenda que Buarque de Holanda chama de um *ritmo sonolento e rotineiro* de velha fazenda sertanista, parece traduzir o cotidiano do lugar. Num dos sobrados morava o comandante da fazenda, que administrava o lugar junto com um sargento e dois ou três soldados pedestres<sup>411</sup>. Florence deixou transparecer a hospitalidade oferecida aos membros de sua expedição. Para sua surpresa, o comandante do ponto, um alferes de milícias da guarda nacional o esperava na porta da casa onde ele ficaria alojado. Apesar disso, o nobre desenhista falou mal da aguardente, achou magros os porcos e galinhas, observou a miséria dos habitantes do lugar e taxou-os de indolentes, quase selvagens.

Quando escreveu sobre os 120 alqueires<sup>412</sup> de farinha de milho que foi produzida para atender a comitiva da qual fazia parte, mostrou-se aborrecido com a relativa demora para a fabricação da farinha. Para este empreendimento, os camapuanenses precisavam recorrer à força dos braços nos pilões, sem dispor sequer de um monjolo para socar o milho, considerando que uma antiga peça havia sido destruída por uma enchente e não tiveram a engenhosidade de reconstruí-la<sup>413</sup>.

Na visão romanceada de Paulo Setúbal em sua obra *Irmãos Leme*, Camapuã era “*uma grande ranchada de caboclos esparramada à beira d’água*”<sup>414</sup>.

Leverger registrou as mesmas limitações quando passou, em 1830 e conforme suas descrições, a fazenda localizava-se à margem direita do ribeirão Camapuã-mirim, em 19°, 32’ de latitude meridional e 56°, 22’ de longitude ocidental do meridiano de Paris<sup>415</sup>. Estes dados corroboram a idéia de grandeza territorial da fazenda na época do ouro de Cuiabá. Para ele a paragem foi um estabelecimento considerável com posição muito vantajosa, mas registra que estava descaindo; apesar de registrar que ela possuía 300 ou 400 moradores, constituídos de gente de *cor* e que moravam à margem esquerda do rio, defronte à fazenda. O autor registrou

<sup>410</sup> ROLIM DE MOURA, D. Antônio. *Relação da viagem que fez o conde de Azambuja, D. Antônio Rolim da Cidade de São Paulo para a vila de Cuiabá em 1751* in Taunay 1975, p. 205.

<sup>411</sup> LEVERGER, Augusto. *Derrota de Navegação Interior da Vila de Porto Feliz na Província de São Paulo à cidade de Cuiabá, capital da província de Mato Grosso*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, V. 247, 1960. p. 363-391. Publicado na coleção de obras raras e esgotadas de interesse da historiografia mato-grossense pelo IHGMT. Cuiabá, 2002. p. 49. LEVERGER, 2002, *op. cit.*, p. 49.

<sup>412</sup> Um alqueire corresponde a antiga unidade de medida de capacidade para secos, equivalente a quatro quartas, ou seja, 36,27 litros. Dicionário Aurélio Buarque de Holanda Edição eletrônica.

<sup>413</sup> FLORENCE, 1977, *op. cit.*, p.74,75.

<sup>414</sup> SETÚBAL, Paulo. *Irmãos Leme*. Edição eletrônica s/d. disponível em <http://www.biblio.com.br/templates/paulosetubal/osirmaoslemes.htm>. acessado em 10 de novembro de 2003.

<sup>415</sup> LEVERGER, 2002, *op. cit.*, p. 48,49.

a existência de cerca de 30 casas que ele qualificou como “*choupanas, que anunciam a miséria dos seus donos*”<sup>416</sup>.

Entre esses moradores, cerca de 150 eram escravos negros que trabalhavam nas roças distantes uma ou duas léguas do lugar e se alojavam numa única senzala<sup>417</sup>.

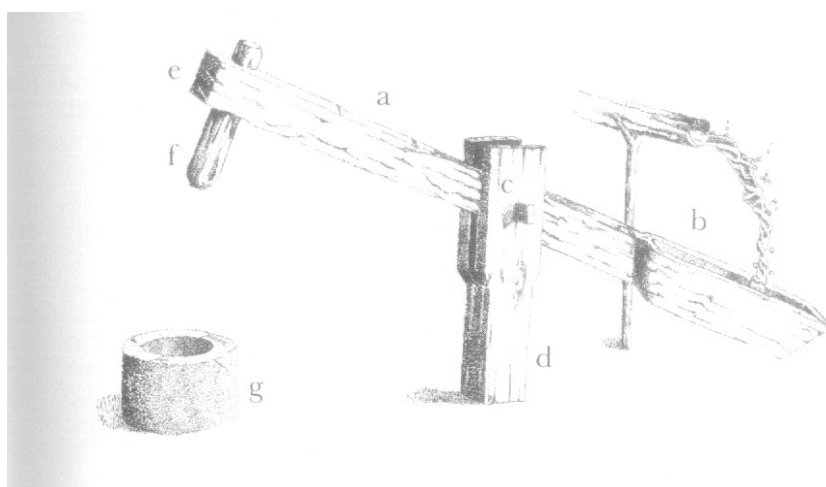
---

<sup>416</sup>*Ibidem*, p. 49.

<sup>417</sup> *Ibidem*.



FIGURA 21

**18 MONJOLO.**

a) haste    b) cocho    c) tranqueta ou cavilha    d) virgem ou  
pasmado    e) munheca    f) mão    g) pilão

Fonte: BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. *Caminhos e Fronteiras*. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 51.

De vida simples, quase todos os moradores desse pouso eram mestiços<sup>418</sup>. Numa Carta do fidalgo Diogo de Toledo Lara e Ordonhes consta um depoimento, rico em detalhes, mostrando que, por volta de 1782, os fazendeiros responsáveis pela Fazenda Camapuã em retaliação aos furtos de gado e de produtos das roças praticados pelos Caiapó, bem como seus ataques mortais contra pessoas da fazenda, armaram uma escolta e investiram contra a aldeia que estava a seis ou sete léguas ou quatro dias de viagem da fazenda. Nessa diligência, conhecida como “guerra justa”, cerca de oitenta indígenas entre mulheres, crianças e jovens foram aprisionadas como cativos. A historiadora Maria do Carmo Brazil fez um reflexo sobre esse fenômeno:

*...com a proibição da escravidão indígena indiscriminada, proprietários de núcleos produtivos usavam a ‘guerra justa’ como justificativa para tomar o índio como cativo legítimo ou simplesmente eliminá-lo. As tribos indígenas, levantavam-se em defesa do seu próprio território, causando a ira e a insegurança aos proprietários regionais. A constante oposição à presença do homem branco em seus domínios, manifestava-se nos violentos ataques indígenas às unidades produtoras regionais. Essa questão foi incessantemente tratada pelos presidentes de Província, em tema específico conhecido por ‘correrias indígenas’”<sup>419</sup>.*

Com relação a esse apresamento, Ordonhes que passou pela fazenda três anos antes desse episódio, observou que o fazendeiro tratava bem os indígenas e estes pareciam estar no melhor lugar do mundo, não querendo sair dali por coisa alguma. Segundo o cronista, as mulheres índias viviam contentes, alegres, com agilidade para tudo, queriam se casar até com os negros e várias delas estavam grávidas. Ordonhes registrou que os garotos indígenas foram batizados e ele mesmo foi o padrinho de todos, mas os adultos só passariam por esse sacramento depois de serem instruídos na doutrina católica, declara ainda que os meninos eram vivos, interessantes e de boa índole<sup>420</sup>.

O que se observa nos escritos do viajante é uma “mundivisão edênica”, que Buarque de Holanda traduziu como *Visão do Paraíso*. Entretanto, evidencia-se, nesse caso narrado por Ordonhes, uma contradição, pois ele mesmo afirmou, com base nos depoimentos dos moradores de Camapuã, que dava conta de sinais de violência no cotidiano da fazenda. Como exemplo citou o caso de uma mulher índia que matou o marido por causa de uma espiga de milho que ele lhe tomou<sup>421</sup>, mas sua narrativa é uma riquíssima fonte para tratar o cotidiano da fazenda Camapuã no final do século XVIII.

<sup>418</sup> BUARQUE DE HOLANDA, 1976. *op. cit.*, p. 93.

<sup>419</sup> BRAZIL, *op. cit.*, p.

<sup>420</sup> ORDONHES, Diogo de Toledo Lara e. Carta de um passageiro de Monção(1785). In TAUNAY, 1975, Tomo 3, p. 225, 226.

<sup>421</sup> *Ibidem*, p. 226.

Findo o período monçoeiro, os negociantes abandonaram a navegação do Pardo e a principal fonte de sobrevivência da Fazenda, deixou de existir. O pouco estímulo para os negócios impedia maiores progressos técnicos e a fazenda Camapuã teve suas atividades sensivelmente diminuídas.

Florence, na terceira década dos oitocentos também escreveu sobre os camapuanenses, sua visão já retratou o empobrecimento da fazenda, informando que eles viviam em extrema miséria e beirando o estado selvagem. Lacerda e Almeida dizia que eles falavam de forma arrastada e desagradável. Ele julgava que essa mudança teria sido provocada pelo contato com os indígenas da região que alterou sensivelmente a linguagem<sup>422</sup>; Sobre o vestuário Florence viu que apenas alguns homens *tidos por dinheirosos* usavam calças e camisas de pano grosso, os demais vestiam apenas ceroula, *quase tanga*. As mulheres usavam uma saia sobre o corpo. A culinária do local se limitava aos pratos de milho, ao feijão e algumas ervas<sup>423</sup>.

Taunay, ao tratar a questão da culinária na região das minas, também destacou o milho como iguaria única, pois do milho se fazia a farinha e dela o pão, a canjica. A canjica fina destinava-se aos brancos e a grossa aos negros. Da farinha do milho surgiam outros produtos culinários, como o cuscuz, o bolo e até biscoitos. Muitas das comidas baseadas no milho podiam ser acompanhadas com carne, peixe, aguardente, vinagre “*e outras muitas equipações que a necessidade inventava*”<sup>424</sup>.

Segundo Florence, os moradores de Camapuã na época da sua viagem, raramente provavam a carne de seus magros porcos ou usavam de ovos e de carne de vaca. Outra observação é a falta quase total do sal em sua dieta, por ser um artigo muito caro, se pagava 1\$800 ou 10 a 12 francos por um prato raso e era adquirido somente quando um comerciante ao passar pela fazenda, quisesse trocar o sal por milho ou outro produto<sup>425</sup>. “*Muitas pessoas tratariam de remediar essa falta, abusando largamente da canjica de milho, que dispensa qualquer tempero*”<sup>426</sup>.

É possível que a deficiência alimentar tenha provocado algumas doenças nos negros de Camapuã. O nobre viajante observou, por exemplo, pessoas com papeira do tamanho da cabeça que pendia até os peitos. Esse problema dificultava a fala e, segundo o viajante, lhes dava uma fisionomia de idiotas. Florence observou que essa doença – provavelmente a que se

<sup>422</sup> BUARQUE DE HOLANDA, 1976. *op. cit.*, p. 93.

<sup>423</sup> FLORENCE, *op. cit.*, p. 74.

<sup>424</sup> TAUNAY, 1975. *op. cit.*, p. 116.

<sup>425</sup> FLORENCE. 1977. *op. cit.*, p. 74.

<sup>426</sup> BUARQUE DE HOLANDA, 1976. *op. cit.*, p. 94

conhece hoje como bócio endêmico<sup>427</sup> – apresentava em Camapuã, maior gravidade e frequência que em São Paulo e Cuiabá<sup>428</sup>.

As fontes utilizadas neste trabalho revelaram variados aspectos da vida material e do cotidiano da Fazenda Camapuã. Ficou comprovada sua importância como entreposto comercial, local ideal para o monçoeiro “*reformatar seu mantimento e retemperar energias para o prosseguimento da jornada*”<sup>429</sup>. O sítio atendeu a demanda de mantimentos dos monçoeiros durante quase todo o século XVIII e início do XIX, além disso, produziu cana-de-açúcar, feijão, milho, arroz e algodão<sup>430</sup>. Seus moradores fabricavam farinha de milho, rapadura, aguardente e criavam galinhas e porcos para atender aos navegantes, havendo, “*além disso, algodão que, fiado e tecido no lugar, era mandado para Cuiabá, onde trocavam por miudezas necessárias*”<sup>431</sup>.

Era comum entre as caravanas das monções que saíam de Ararituaba levar o mantimento para ser consumido até chegar em Camapuã, porque sabiam que lá poderiam abastecer a comitiva de alimentos necessários para a continuação da viagem<sup>432</sup>. Certamente, essa análise historiográfica ajuda a explicar porque a fazenda Camapuã resistiu como nenhum outro arraial, durante todo o período monçoeiro, como um ponto de parada obrigatória para esses navegantes.

Nesse sentido, todas características da Fazenda Camapuã apontam o lugar como um exemplo de pouso e entreposto comercial, ao longo da jornada para o Cuiabá e como única fazenda que prevaleceu durante todo o período das monções<sup>433</sup>. Em toda a literatura arrolada e todas as fontes coloniais utilizadas para esta dissertação não se revelaram outros núcleos com a mesma envergadura estratégica que Camapuã, durante o período monçoeiro. Muito menos destacaram qualquer outro entreposto comercial do XVIII, na região que tenha subsistido tanto tempo como foi a referida fazenda. Mesmo com o interesse governamental de incentivar com doação de sesmarias àqueles que quisessem se estabelecer às margens dos rios monçoeiros, nenhum outro arraial prestou tão relevantes serviços às monções. Pode-se

---

<sup>427</sup> O bócio endêmico é determinado pela deficiência de iodo nos alimentos e na água de regiões afastadas do litoral e portanto, pobres em iodo natural. Esta deficiência prolongada desenvolve uma disfunção na glândula tireóide cuja forma grave é o cretinismo expresso na idiotia e surdo-mudez com o dobro da incidência em mulheres. (As áreas endêmicas do bócio, localizam-se bem distante da área produtora de sal). Escoda, Maria do Socorro Quirino. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais: *A Determinação Social da Fome e a Intervenção do Estado*, Cap. II (mimeo). UFRN, 89. Revisão 8/2000.

<sup>428</sup> FLORENCE, *op. cit.*, p. 66.

<sup>429</sup> BUARQUE DE HOLANDA, 1976, *op. cit.*, p. 92.

<sup>430</sup> *Ibidem*,

<sup>431</sup> *Ibidem*,

<sup>432</sup> *Ibidem*, p. 110. Ver também TAUNAY, 1975. *op. cit.*, Tomo 2 p. 83.

<sup>433</sup> ORDONHES, Diogo de Toledo Lara e. in TAUNAY, 1975, *op. cit.*, tomo 3, p. 225.

afirmar, sem ter dúvidas, que a Fazenda Camapuã, por suas características, acabou dando suporte logístico à conquista das terras castelhanas, ao alargamento das fronteiras e às delimitações do atual território nacional<sup>434</sup>.

---

<sup>434</sup> Penso na logística como Ciência militar que trata do alojamento, equipamento e transporte de tropas, produção, distribuição, manutenção e transporte de material e de outras atividades não combatentes relacionadas. (Dic. Michaelis Eletrônico) e nesse sentido não se pode subestimar a contribuição da Fazenda Camapuã.

## O arraial de Beliago

O pouso existente, na confluência do rio Coxim com o rio Taquari, ficou conhecido como o lugar onde findavam os rios encachoeirados e se iniciava a parte da travessia fluvial, onde os monçoeiros enfrentavam a maior fúria da resistência indígena, principalmente dos Paiaguá. É possível que na mesma época da fundação de Camapuã, os monçoeiros sentissem a necessidade de criar um arraial no pouso próximo à desembocadura do Coxim com o Taquari e que, nesse fator, esteja a gênese de um efêmero povoamento liderado por João de Araújo Cabral<sup>435</sup>. Próximo dele se localizava a roça de Domingos Gomes Beliago, formada à beira do córrego chamado do Casal, e do rio Taquari<sup>436</sup>.

Como se pode notar, foi nesse lugar perigoso e sem segurança que Domingos Gomes Beliago, estabeleceu o seu arraial. Mas, os documentos citados dão uma noção sobre a necessidade e o hábito dos monçoeiros fazerem uma parada nesse local. Florence ressaltou que a travessia dessa cachoeira precisava ser iniciada pela manhã se estendendo até o anoitecer. As narrativas mostram que a localidade era adequada para a criação de um arraial e Beliago, certamente, observou esse detalhe e como afirmou em sua petição, no documento já citado, sendo as terras devolutas, requereu-as para si.

As informações trazidas por Rolim de Moura e Lacerda e Almeida mostraram a *práxis* das canoas de guerra de Cuiabá escoltarem até a barra do rio Coxim, as canoas de comércio por causa dos ataques da nação Paiaguá<sup>437</sup>. Quando possível, escoltavam outra caravana na viagem de volta, levando a crer que essa organização às margens do rio Taquari, podia durar algum tempo, até alguns dias de trabalho, o que reforça o ponto estratégico para a fundação de um arraial.

Florence, provavelmente, permaneceu algum tempo nesse pouso, pois, de acordo com suas anotações, deu tempo para ele ver que, as rochas nas margens do rio Coxim, bem próximas à desembocadura no Taquari, tinham inscrições, algumas datadas 30 anos antes da Expedição de Langsdorf<sup>438</sup>. O minucioso registro das figuras esculpidas nas pedras

---

<sup>435</sup> Sesmarias. Documentos do Arquivo do Estado de São Paulo. São Paulo: Typografia Piratininga, 1921. Vol.3, p.180

<sup>436</sup> Sesmarias. Documentos do Arquivo do Estado de São Paulo. São Paulo: Typografia Piratininga, 1921. Vol.3, p.230-232.

<sup>437</sup> ROLIM DE MOURA, in TAUNAY, 1975, Tomo 3 *op. cit.*, p. 204. ver também p. 141 e Tomo 2, p. 166.

<sup>438</sup> *Ibidem*, p. 81.

demandavam algum tempo para serem efetuados. Assim, essa informação permite supor a permanência mais longa de alguns monçoeiros nesse pouso<sup>439</sup>.

Sobre a formação desses sítios e fazendas, suas relações com o ouro cuiabano e as monções, TAUNAY deu a seguinte explicação:

*Mau grado os constantes perigos da vida atormentada por contínuo sobressalto e alarma, ao longo dos rios do percurso das monções iam-se estabelecendo indivíduos animosos que abriam fazendas e plantavam grandes roças, abastecendo de milho e outros cereais os navegantes do Pardo e do Taquari<sup>440</sup>.*

Os registros sobre o Arraial de Beliago parecem se iniciar com o pedido de legalização dessa faixa de terra, atendido pelo Governador Rodrigo Cezar de Meneses, no dia 31 de dezembro do ano de 1727. Beliago, no entanto, alegou em sua petição, que já havia “*fabricado um sítio*” em terras devolutas na barra do córrego do Casal, à margem direita do rio Taquari, logo abaixo da terras de João de Araújo<sup>441</sup>. Beliago garantiu que já havia trazido de São Paulo, em canoas, com muito trabalho e despesas uma leva de gado vacum para o seu sítio. Afirmava também, já haver mandado vir mais gado de Goiás, por terra, para colocar na dita povoação<sup>442</sup>. Essa argumentação era comum entre membros da elite paulista em freqüentes pedidos de Cartas de Sesmarias, como fez José de Góes e Moraes, filho de Pedro Taques, um dos membros mais ilustres da nobiliarquia paulista. Segundo consta, Moraes, já possuía grandes extensões de terras em São Paulo, quando conseguiu uma sesmaria de uma légua de testada e três de sertão, no *Caminho Novo para Minas Gerais*. Também, em sua petição, ele usou o argumento de que ia criar gado e abastecer os viajantes e negociantes que seguiam para as minas<sup>443</sup>. Em 1713, o mesmo José de Góes e Moraes recebeu outra data para fabricar “*curraes de gados e fazendas nos campos ... devolutos no sertão da Curutyba*”<sup>444</sup>. Com essa mesma linha de discurso, Beliago enfatizou que ele era o primeiro povoador que

---

<sup>439</sup> Recentemente técnicos do COINTA - Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Rio Taquari – confirmaram essa informação, ao encontrarem inscrições gravadas nas pedras, às margens do rio Coxim, próximas da cachoeira do Beliago, a cerca de 200 metros da ponte sobre o rio Taquari, dentro da área urbana do município de Coxim. O registro fotográfico das inscrições confirmam os escritos de TAUNAY porque mostram datas do início do século XIX e iniciais de nomes que eles supõem ser dos chefes de expedições.

<sup>440</sup> TAUNAY, 1975 Tomo 2 *op. cit.*, p. 64.

<sup>441</sup> Sesmarias, vol. 3, p. 230-233.

<sup>442</sup> *Ibidem*,

<sup>443</sup> *Documentos Interessantes para a Historia e Costumes de São Paulo*. São Paulo, Casa Vanorden, vol. 52, 1930. "Carta de sesmaria dada ao capitão-mór José de Góes de Moraes por D. Fernando Martins Mascarenhas de Lancastro", em 18 de junho de 1706.

<sup>444</sup> *Registo Geral da Camara Municipal de S. Paulo*, 18/10/1713, vol. 4, pp. 436-438.

introduziu gado vacum nesses sertões<sup>445</sup>. Por suas iniciativas, não é difícil imaginar que Beliago fosse uma pessoa, ao menos, de cabedais razoáveis.

Para receber o documento que lhe deu posse das terras à margem do Taquari, Domingos Beliago garantiu que o arraial seria de grande utilidade, tanto para a Fazenda Real, como para navegantes das minas do Cuiabá. O documento foi feito por Gervásio Leyte Rebelo e assinado pelo governador Rodrigo Cezar de Meneses nos seguintes termos:

*... por carta de data de Sesmaria ao dito Domingos Gomes Beliago, no rio Tacary, nas margens delle na barra de um corgo, chamado do cazal da parte direita do dito rio abaixo, hua legoa de terra para roça fazendo pião no dito corgo onde o Suppte. está cituado e três legoas decertão pa. Pastos, de gados na mesma paragem nas quaes três legoas se incluirá a legoa de terra pa. Roça, na forma que o Suppte. Pede em sua petição com os rumos e confrontações declaradas partindo com as terras de João de Araújo Cabral as quaes terras lhe concedo pa. q. o Suppte. As haja logre, e pessua como coiza sua própria tanto elle como todos os seus herdeiros<sup>446</sup>.*

Pelo que se pode deduzir de um outro documento<sup>447</sup>, Beliago se tornou um indivíduo ajustado às oportunidades de negócios e de cargos na Capitania. Nos documentos oficiais o seu nome aparece, em junho de 1732, em Cuiabá, ocupando o cargo de Juiz ordinário naquela Vila<sup>448</sup> e em 1735, na mesma Vila, requereu o cargo de Mestre de Campo das Ordenanças das Minas, através de carta assinada por Gonçalo Galvão de Lacerda enviada ao Governador da Capitania de São Paulo. A missiva dizia o seguinte:

*...que Domingos Gomes Belliago requereo no meo Conselho Ultramarino confirmação da Patente do Posto de Mestre de Campo das Ordenanças das Minas do Cuyabá, em que o proveo Rodrigo Cezar de Menezes, governando essa Cappitania, que vagou por abzencia de Balthazar Ribeyro de Moraes, que o exercia, attendendo aos serviços, e merecimentos do Suplicante, e para lhe poder deferir á sua supplica.<sup>449</sup>*

A ocupação desse cargo na distante Cuiabá, não descarta a hipótese de que Beliago teria continuado seus negócios no arraial, pois essa prática era corrente. Em São Paulo, os mais prestigiados postos daquela Capitania eram ocupados por fazendeiros e comerciantes, alguns deles envolvidos nos negócios das minas, como foi o caso da família do poderoso Pedro Taques de Almeida. Este, ocupou o cargo de capitão da fortaleza de Vera Cruz em Itapema, foi provedor e contador da Fazenda Real da Capitania de São Paulo, Juiz da Alfândega, Capitão-Mór, Alcaide-Mór, procurador da Coroa e administrador-geral das aldeias

<sup>445</sup> Sesmarias. Vol. 3 op. cit. 231

<sup>446</sup> Ibidem, p. 232.

<sup>447</sup> APMT, Lata 1735 Doc. n° 35.

<sup>448</sup> APMT, Lata 1, Doc. 50 –A.

<sup>449</sup> Ibidem.



do real padroado<sup>450</sup>. Mas, no caso de Beliago, as fontes colocam dúvidas no sucesso do seu negócio.

Na intenção de mostrar a realidade geohistórica desse espaço, considerado pelos monçoeiros literalmente como um divisor de águas, é necessário entender de que forma os monçoeiros, do século XVIII, chegavam àquele pouso. Ora, ao deixar Camapuã até chegar à barra do Coxim, lugar onde Beliago plantou sua roça, os monçoeiros enfrentavam uma das piores etapas da navegação de Ararituaba até Cuiabá.

O relato de Gervásio Rebelo, em 1726, ilustrou bem essa labuta, na medida que a expedição de Rodrigo César de Meneses, ao navegar o Camapuã-mirim abaixo, deparou-se com um ribeirão de poucas águas e estreito, cheio de curvas e ali encontrou muitos paus atravessados de um lado a outro. Uns paus passando por baixo d'água e outros por cima das canoas, tendo os monçoeiros que se abaixarem rapidamente ou até pularem nas águas perigosas para não receberem pancada fatal. Conforme o secretário do governador, eram poucos os que passavam por baixo dessas rasouras sem algum sinal, por causa da ligeireza com que as canoas corriam por baixo delas<sup>451</sup>; um passageiro de monção escreveu com certo ar de ironia sobre o ribeirão Camapuã, a quem chama de “*não pouco perigoso*” “...*Deus que vos dê boa viagem e sentido nos paus não vos quebrem as cabeças e não vos tirem algum olho*”<sup>452</sup>.

Na expedição de Rolim de Moura, nessa mesma passagem, as canoas de montaria foram adiante com gente e machados para irem cortando os paus e desembaraçando o caminho. Eram tantos paus atravessados no Camapuã que, na conta do ilustre governador foram cortados mais de oitenta. Além disso, quando as canoas roçavam nos ramos dos paus na beira do rio, caía dentro da canoa tanta *porcaria e bicharia, enxames de vespas grandes, maribondos*, mordendo a todos desesperadamente<sup>453</sup>.

Ao deixar o ribeirão Camapuã, as expedições entravam no Coxim. Nesse rio, os monçoeiros enfrentavam 22 cachoeiras, entre elas cinco onde era necessário descarregar as

---

<sup>450</sup> BLAJ, Ilana. *Agricultores e comerciantes em São Paulo nos inícios do século XVIII: o processo de sedimentação da elite paulistana*. Rev. bras. Hist. [online]. 1998, vol.18, nº.36. acessado em 21 de fevereiro de 2004.

<sup>451</sup> REBELO, Gervásio Leite, *Notícia 6ª prática Relação verdadeira da derrota e viagem que fez da cidade de São Paulo para as minas do Cuiabá o Exmo. Sr. Rodrigo César de Meneses governador e capitão general da capitania de São Paulo e suas minas descobertas no tempo de seu governo, e nele mesmo estabelecidas*. In TAUNAY, 1976, op. cit. Tomo 3 p. 117,118.

<sup>452</sup> NOTÍCIA 8ª PRÁTICA in TAUNAY 1975, op cit. Tomo 3 p. 188.

<sup>453</sup> ROLIM DE MOURA, 1975, op. cit. p. 207.

canoas e passar com elas por terra ou puxá-las de sirgas, com enormes sacrifícios<sup>454</sup>. Nesse rio, como também no ribeirão Camapuã não havia condições de navegação com barracas ou toldos para proteger os passageiros e as cargas das chuvas e do sol<sup>455</sup>. De acordo com uma carta escrita de Cuiabá por um passageiro de monção iniciava-se nas águas desse rio conhecido como Quexeim ou Cocheim, ou ainda Cachoeirim, uma fúnebre e horrorosa travessia em um rio “*que se fosse o primeiro nesta viagem ninguém a empreenderia porque rara esta canoa que não perigasse nela pelos inumeráveis precipícios e correntezas violentas que em si tem*”<sup>456</sup>.

Havia ainda nesse rio de águas violentas, cercado de altos paredões de pedra e cortados a prumo, o perigo de paus há muitos anos mergulhados na flor da água. Rolim de Moura descreveu que as curvas do rio eram curtas e quando os proeiros conheciam os paus embaixo d’água já não dava mais para mudar a direção, por isso as canoas de montaria iam à frente, “*estas avisavam dos paus, e da parte por onde se haviam de tomar; e a mesma palavra se ia passando de canoa em canoa, em altos gritos; o que fazia um ruído continuado com algum horror*”<sup>457</sup>.

A atormentada navegação do Camapuã, segundo o missivista anônimo, em crônica contida na 7ª *Notícia Prática*, “*durava quatro ou cinco ou mais dias*”<sup>458</sup>. Mas, comumente, se gastavam de 10 a 12 dias para cumprir esse mesmo percurso<sup>459</sup>, até desembocar no perigosíssimo rio Coxim.

A expedição de Rodrigo César de Meneses, por exemplo, saiu de Camapuã no dia 30 de setembro de 1726 e, entre a navegação desse ribeirão e a descida do encachoeirado Coxim, gastou 11 dias, chegando na barra do Taquari no dia 10 de outubro<sup>460</sup>.

Rolim de Moura fez o mesmo percurso mais rapidamente. A travessia desse trecho foi realizado entre 20 e 28 de novembro de 1751, chegando à tarde na Barra do Taquari.<sup>461</sup> Muitas monções gastavam, aproximadamente, dez dias de viagem navegando o Camapuã e o Coxim até chegar ao rio Taquari. A variação do tempo gasto no percurso pode ser justificada em função do número de canoas da tropa, da experiência da tripulação e das condições das

<sup>454</sup> ROLIM DE MOURA, in TAUNAY. 1975, op. cit. p. 207.

<sup>455</sup> Carta de um passageiro de Monção (1785) in TAUNAY, 1975 op. cit., p. 217. ver também FLORENCE, 1977. op. cit., p. 79.

<sup>456</sup> NOTÍCIA 8ª PRÁTICA in TAUNAY. 1975, op. cit., Tomo 3 p. 188.

<sup>457</sup> ROLIM DE MOURA, in TAUNAY. 1975, op. cit., p. 207.

<sup>458</sup> NOTÍCIA 8ª PRÁTICA in TAUNAY. 1975, op. cit., tomo 3, p. 188.

<sup>459</sup> NOTÍCIA 7ª PRÁTICA in TAUNAY. 1975, op. cit., tomo 3, p. 164.

<sup>460</sup> REBELO, in TAUNAY. 1975, op. cit., p. 117-119.

<sup>461</sup> ROLIM DE MOURA, op. cit., p. 206,207.

águas navegadas com rios mais cheios ou com menos água em seu leito. Entretanto, independentemente do atribulado tempo gasto para alcançar as plácidas águas do piscoso rio Taquari e às terras do Arraial de Belião os mareantes de Porto Feliz ainda precisavam romper uma das arriscadas cachoeiras dos rios monçoeiros, onde era necessário deixar as canoas a meia carga ou descarregá-las em uma roça da parte esquerda do rio e descer as canoas vazias. Esta era a última cachoeira do percurso entre São Paulo e Cuiabá<sup>462</sup>. Diogo de Toledo Lara e Ordonhes quando viajou pelas cachoeiras do Coxim em 1785, não lhes deu nome, mas afirmou que...

*...na barra do Coxim e no mesmo Taquari esta é a última que se passa e por isso passada, ela felizmente, dão-se muitas salvas, tocam-se caixas, tambores, etc. e nessa noite há uma grande ceia à custa dos patrões para os camaradas que se embebedam e passam toda a noite a dançar*<sup>463</sup>.

Sobre as referidas cachoeiras FLORENCE escreveu que no dia três de dezembro de 1826, os trabalhadores da Expedição de Langsdorff trabalharam quase o dia inteiro para vencer essa cachoeira citada por Ordonhes. A cachoeira que depois ficou conhecida como cachoeira de Belião, tinha meio quarto de légua com muita pedra à flor da água e produzia violentas quedas e fortes correntezas que as canoas só suportavam se passassem vazias. O viajante concluiu que *“ao pôr do sol os camaradas para festejarem a transposição da cachoeira Belião, última até Cuiabá, deram descargas de fuzilaria, gritaram a valer e cantaram até alta noite”*<sup>464</sup>. Os tiros de alegria e a festa pela noite adentro faziam sentido, porque do Taquari em diante desapareciam os perigos de corredeiras e não havia mais a necessidade de descarregar as canoas nem ter o exaustivo trabalho de transportar as cargas nas costas.

Os documentos aludem à cachoeira, mas silenciam quanto à roça, ao arraial, ao gado, a população. Em 1726, Gervásio Leite Rebelo, na *Notícia 6ª Prática*, disponibilizou um documento que parece ter sido a mais antiga notícia pormenorizada sobre as navegações monçoeiras<sup>465</sup>. Ao documentar a trajetória da expedição oficial do capitão-general Rodrigo Cezar de Meneses, registrou que na noite do dia 10 de outubro, chegaram à roça de João de Araújo e no dia seguinte passaram por uma cachoeira violentíssima que denominou *o último perigo do Quexeim*<sup>466</sup>.

<sup>462</sup> NOTÍCIA 8ª PRÁTICA in TAUNAY 1975, *op. cit.*, tomo 3, p. 190.

<sup>463</sup> ORDONHES, Diogo de Toledo Lara e. Carta de um passageiro de Monção(1785). in TAUNAY, 1975, *op. cit.*, tomo 3, p. 226, 227.

<sup>464</sup> FLORENCE, 1977, *op. cit.*, p. 84.

<sup>465</sup> TAUNAY, 1975. *op. cit.*, Tomo 2, p.112.

<sup>466</sup> REBELO, Gervásio Leite in TAUNAY, *op. cit.*, p. 119.

O secretário não faz menção de qualquer roça ou povoamento, sequer próximo a essa região. Embora, João de Araújo Cabral tenha recebido a carta de sesmaria em 4 março e Domingos Beliago em 31 de dezembro de 1727, é preciso considerar que os dois afirmaram já terem sido plantadas roças nas terras requeridas<sup>467</sup> e, no entanto, Rebelo registra as roças de João de Araújo Cabral e não faz qualquer alusão às roças de Beliago.

Quando o capitão João Antônio Cabral Camelo se dirigia a Cuiabá em 1727, fez menção de uma roça povoada entre o Taquari-mirim e o Taquari-açu<sup>468</sup> e sua descrição confirma o relato de Gervásio Leite Rebelo<sup>469</sup> de que essa roça era a de João de Araújo; quanto ao local onde, provavelmente, Beliago havia se instalado, Camelo escreve que abaixo dessa última cachoeira do caminho para Cuiabá haviam se formado duas roças naquele mesmo ano (1727), mas elas não duraram muito, por causa dos constantes ataques dos Caiapó. O próprio Camelo retornou de Cuiabá por esse caminho fluvial, em 1730, e se pode entender do seu depoimento que todas as roças no rio Taquari e Coxim estavam desertas:

*Chegamos em quatorze dias à primeira roça do Taquari: achamo-la já despovoada: porque o caiapó lhe matou sete, ou oito pessoas depois de lhe reduzir a cinzas as casas: os que escaparam fugiram para o Cuiabá junto com os que estavam na roça sua vizinha: Daqui gastamos um dia até a barra do Quexeim: no outro passamos o Taquari abaixo da cachoeira em uma canoa, que ali achamos quebrada, e com a metade menos: passado ele vimos também a roça, que ali havia sem gente, queimadas as casas, e alguns mortos pelo gentio<sup>470</sup>.*

Esse fenômeno de abandono das roças às margens dos rios monçoeiros, nesses anos de ataques dos Paiaguá e Caiapó é recorrente; no mesmo documento o secretário de S. Ex.<sup>a</sup> D. Antônio Rolim de Moura registrou que somente no rio Paracicaba, encontrou quatro formosas roças com gente, mas muitas mais despovoadas e somente nas últimas três ou quatro léguas próximas a Itu havia encontrado todas povoadas com gente e roças<sup>471</sup>.

Ao me debruçar sobre singularidades da navegação pelos rios Camapuã e Coxim tentei delinear o cenário das inusitadas situações enfrentadas nas quinhentas léguas trilhadas pelos monçoeiros. Estes viajantes venciam essa distância em, mais ou menos, seis meses de viagem. As monções tinham fatos e problemas distintos, mas eram recidivas em todo o percurso. As cachoeiras, itaipavas, saltos e varadouros eram as mesmas mas a forma de vencê-las não tinham similaridades. Taunay lembrou, no entanto, que em todas as expedições, a vida do

<sup>467</sup> Sesmarias vol. 3. p. 179-182, 230-233.

<sup>468</sup> CAMELO, João Antônio Cabral. Notícias práticas das minas de Cuiabá e dos Goias, na capitania de São Paulo e Cuiabá, que dá ao Ver. Padre Diogo Juarez, o Capitão João Antônio Cabral Camelo, sobre a viagem que fez às minas do Cuiabá no ano de 1727. in TAUNAY, 1975, *op. cit.*, p. 129.

<sup>469</sup> REBELO, Gervásio Leite in TAUNAY, *op. cit.*, p. 119.

<sup>470</sup> CAMELO, Notícias práticas. in TAUNAY, 1975, *op. cit.*, p. 141.

<sup>471</sup> *Ibidem*, p. 143.

FIGURA 22



Batelão feito em migalhas. Desenho de Hércules Florence.

Fonte: FLORENCE, Hércules. *Viagem Fluvial do Tietê ao Amazonas : 1825 a 1829 com gravuras do Autor*. Tradução de Visconde de Taunay. São Paulo, Cultrix, 1977. p. 268.

homem monçoeiro era algo bastante vulnerável: “a navegação do rio das bandeiras praticava-se havia mais de cem anos e não se tinha notícia de que jamais uma tropa a houvesse realizado sem perda de vida e canoas”<sup>472</sup>.

O Mapa do Continente das Capitanias de Mato Grosso e de São Paulo, de autor anônimo, datado de 1764, inclui o porto de Araritaguaba e os pousos dos rios Tietê, Paraná, Pardo, Camapuã, Coxim, Taquari, Paraguai, Xanés, Porrudos e Cuiabá. Este precioso material mostra os principais pousos das monções, a saber: “o primeiro pouso acima da confluência do Capivari com o Tietê, localiza-se o vigésimo quinto em Itapura, o 72º em Camapuã, o 91º na confluência do Taquari e o Paraguai e o centésimo décimo nono no porto de Cuiabá”<sup>473</sup>.

Sabe-se que na rota monçoeira as funções dos pousos eram ainda mais vitais que nas estradas dos tropeiros, contudo, na geografia dos rios, apresentada por Taunay, Beliago não figura entre os principais pousos do elenco mapeado. O rio Taquari só é citado na confluência com o Paraguai, situação inversa a de Camapuã.

A produção historiográfica disponível, nas fontes coloniais consultadas, nos escritos dos cronistas coevos e nos documentos oficiais acessados no Arquivo Público de Mato Grosso e no NDIHR/UFMT, contribuíram para mostrar a efemeridade do sítio de Beliago. Sobre este Arraial pairou um silêncio lacunar, sobretudo, em relação às atividades desenvolvidas e às relações cotidianas ocorridas. Segundo os relatos da época, os monçoeiros desciam e subiam o Coxim e, praticamente, em todos os textos apenas se referiram ao lugar para relatar as penúrias enfrentadas com a cachoeira ou as bebedeiras para festejar a passagem pelo precipício. Ou seja, praticamente, nada se escreveu sobre o suposto aconchego que Beliago havia garantido, em 1727, quando pediu e recebeu a Carta de doação da Sesmaria.

O que ficou patente é que a figura de Domingos Gomes Beliago, reconhecida em argumentos memorialistas coxinenses contemporâneos, como o pioneiro responsável pela colonização, no século XVIII, das terras onde foi criado, em 1898, o município de Coxim. E, os discursos que dão ao arraial de Beliago a alcunha de gênese do povoamento do município de Coxim, são argumentos insustentáveis<sup>474</sup>. Embora a atual cidade de Coxim tenha sido

---

<sup>472</sup> TAUNAY, 1975, Tomo 2, *op. cit.*, p. 113.

<sup>473</sup> *Mapa do Continente da Capitanias de Mato Grosso e de São Paulo, com a configuração mais exata, até agora, de todas as terras, rios e serras, principalmente dos dois caminhos; um pelos rios, outro por terra, de São Paulo para Cuiabá.* 1764. Autor anônimo citado por TAUNAY, 1975, tomo 3, *op.cit.* p. 99.

<sup>474</sup> O primeiro trabalho memorialista que buscou sistematizar a história do município de Coxim em um compêndio e fez alguns comentários sobre o arraial de Beliago foi desenvolvido pelo memorialista SILVEIRA, Ronan Garcia da. *História de Coxim*. Campo Grande, Ed. Rui Barbosa, 1995; Em Coxim, outro trabalho digno de nota foi desenvolvido por Neto, João Ferreira. *Raízes de Coxim* Campo Grande, MS ; Ed. UFMS, 2004. Porém, a discussão desse tema foi reiniciada pelo historiador Henrique de Melo Spengler, nos seminários anuais

erigida em local próximo do antigo Arraial de Beliago, não foi fruto da transformação desse arraial. Portanto, não se pode afirmar com base nas fontes utilizadas nessa pesquisa, que o núcleo inicial continuou povoado por muitos anos, dando origem ao atual município.

O que se pode depreender das considerações feitas nesse trabalho é que as explicações memorialistas sobre a ocupação, o povoamento e a formação histórica do município de Coxim e sua relação intrínseca com a rota das monções não se sustentam nos relatos monçoeiros e pouco se sabe do cotidiano e da vida dos pioneiros ou da evolução do povoamento inicial da região, onde hoje está situado o município de Coxim. Para não argumentar sozinho sobre essa conclusão evoquei Sérgio Buarque de Holanda que, amparado na *Discrição Diária dos progressos da Expedição destinada da Capitania de São Paulo para as fronteiras do Paraguai*<sup>475</sup> de Cândido Xavier de Almeida e Souza escreveu o seguinte:

*a presença daqueles pioneiros, sobre os quais silenciam historiadores e cronistas, seria recordada, no nome dado a uma cachoeira do Taquari: a de Beliago. Tão vaga recordação, que, já em fins do século XVIII, quase não havia quem escrevesse esse nome, sem torná-lo irreconhecível. ‘belial’ é como se chama, por exemplo o Tenente-Coronel Cândido Xavier de Almeida e Souza. E acha necessário notar que em nada pode assemelhar-se essa queda d’água ‘àquele espírito infernal do mesmo nome imcombido da impureza e da sensualidade’<sup>476</sup>.*

O esclarecimento dessas questões é imprescindível para o entendimento dessa fase embrionária da história do município de Coxim, que se emanciparia somente, em 1898, e por isso se constitui anacronismo relacionar sua história de povoamento e emancipação àquele arraial que existiu cerca de 170 anos antes.

---

sobre a “Rota da Monções” organizados por ele a partir de 1998 e nas edições do Concurso Literário municipal Otávio Gonçalves Gomes, (1997-2004). O debate tem evoluído no sentido de ressaltar a relação da história do município de Coxim com os rios Coxim e Taquari e com a rota monçoeira, reafirma a importância desses rios como um “caminho líquido” que contribuiu para a definição das fronteiras do Brasil e procura inserir a história do município nesse processo desde o período em que se formou o arraial de Beliago. A história de Coxim, portanto é revisitada nessas crônicas e produções literárias, como sendo uma peça importante no entendimento do “Quebra-cabeças” da história do Brasil Colonial e da formação das fronteiras brasileiras com os demais países platinos. Nota-se, na verdade, um esforço intelectual para legitimar uma posição de honra para o município na história e historiografia regional do Estado de Mato Grosso do Sul. Para exemplificar o teor dessa tendência, um dos últimos temas do concurso citado acima foi: “Coxim, O Brasil cresceu por aqui” (Biblioteca municipal de Coxim, 2002) e essa argumentação já não soa estranha para muitas crianças e adolescentes que moram no município. Isso significa que os intelectuais coxinenses estão formando idéias e enriquecendo o conjunto de representações que influenciam a construção da identidade do povo coxinense, por isso muitos argumentos precisam ser revistos à luz das fontes históricas.

<sup>475</sup> BUARQUE DE HOLANDA, 1976. *op. cit.*, p. 45.

<sup>476</sup> *Ibidem*, p. 99,100.

## Os últimos mareantes de Porto Feliz

As monções do sul se constituíram na primeira via de comunicação fluvial para o Cuiabá, única nas primeiras décadas do século XVIII, foi vigorosa no auge do período de maiores extrações auríferas do Cuiabá. O caminho líquido dos mareantes paulistas para o Mato Grosso, até nas primeiras décadas do século XIX, resistiu ao enfraquecimento das minas cuiabanas e guaporeanas, à abertura do caminho terrestre de Goiás<sup>477</sup> e às monções do norte, porém, esses mesmos fatores se somaram para a diminuição do fluxo de suas canoas e batelões. Nessa análise observa-se que não há uma causa prevalecente, mas um conjunto de elementos que somados determinaram o fim das monções do sul.

Na verdade, a Capitania de Mato Grosso usufruiu desses três roteiros de intercâmbio comercial: o primeiro deles, as monções do sul, saíam do porto de Araritaguaba até o Cuiabá e se formou a partir da segunda década dos setecentos, com a descoberta do ouro por Moreira Cabral<sup>478</sup>; a segunda rota, denominada monções do norte se estabeleceu no início dos anos quarenta pelo Madeira-Guaporé<sup>479</sup>, timbrada pelas atividades da Companhia de Comércio Grão Pará e se constituiu em um sistema de comunicações fluviais que beneficiou o Mato Grosso ligando a região com o norte da Colônia e o exterior<sup>480</sup>; a terceira rota de comércio dessa Capitania foi à ligação terrestre entre Cuiabá e Goiás, dirigida para os portos da Bahia e do Rio de Janeiro que se constituiu em uma rota alternativa de escoamento do ouro cuiabano e por ela, eram trazidos bois e cavalos; por essa rota chegavam migrantes de Goiás e soldados, padres, juízes e outras autoridades que se deslocavam de Minas Gerais<sup>481</sup>.

É conveniente lembrar que a força propulsora dessas rotas comerciais e o fluxo/refluxo dos movimentos migratórios na região do centro oeste da Colônia no século XVIII, foram às descobertas das jazidas auríferas de Cuiabá e Goiás. Em 1719, a notícia das descobertas de ouro, às margens do Coxipó-mirim, causou alvoroço na região litorânea e provocou as primeiras levadas migratórias de mineiros e posteriormente de paulistas comerciantes. Desses negócios com as minas cuiabanas se sustentaram as monções do sul que através de Cuiabá alcançaram até aldeias às margens do Guaporé. Alguns desses comerciantes eram abastados,

---

<sup>477</sup> Holanda, 1976 *op. cit.*, p. 84.

<sup>478</sup> BARBOSA DE SÁ, 1975, *op. cit.*, p. 12, 13.

<sup>479</sup> LAPA AMARAL, José Roberto *Ação Mercantil numa área de mineração*. Separata da Revista de História, Nº 94. São Paulo SP 1973. p. 575.

<sup>480</sup> *Ibidem*, p. 576.

<sup>481</sup> LENHARO, Alcir. *Crise e Mudança na frente Oeste de Colonização*. Cuiabá, UFMT- Imprensa Universitária – PROEDI, 1982. p. 20.



mas a documentação consultada, nesta pesquisa, mostrou que participavam dessa rede de comércio interno, muitos pequenos comerciantes que se especializavam em alguns produtos. Eles se endividavam comprando as mercadorias a crédito dos grandes comerciantes e comercializavam os produtos na região das minas<sup>482</sup>. Essa rota que saía do porto de Ararituaba para Cuiabá na primeira metade do século XVIII era o único caminho oficial de abastecimento das minas e se constituiu na estrada do maior movimento migratório para o centro oeste brasileiro naquele século.

Outra rota de comunicação fluvial ligou Mato Grosso ao Pará através da relação com suas capitais, Vila Bela e Belém, navegando pelos rios Amazonas, Madeira e Guaporé. Essa rota foi estabelecida a partir de 1742<sup>483</sup> e ficou conhecida como a rota das monções do norte<sup>484</sup>.

Através dessa rota a região das minas foi abastecida principalmente de manufaturas importadas da Europa, Oriente e África com suas frotas de cargas de “tecidos, utilidades domésticas, drogas e perfumaria, escravos, bebidas, gêneros alimentícios, medicamentos, munições, material bélico, etc.”<sup>485</sup> e também do comércio interno entre as duas capitanias. Era um comércio quase totalmente controlado pela Companhia de Comércio do Pará e Maranhão, mas sob a resistência de mercadores-comboieiros. Negociar nessa rota exigia, via de regra, investimentos mais altos que os necessários para as monções do sul e alguns desses comerciantes eram homens de grandes cabedais; a maioria deles tinham vínculos e controle do comércio à longa distância, permaneciam mais tempo em um certo segmento de negócios e tinham um maior capital de giro, por isso davam prazos maiores aos seus credores e tinham largo crédito pessoal<sup>486</sup>. “Depois dos anos 50 as monções do norte absorveram o grosso do comércio, privilegiando o ponto comercial de Vila Bela”<sup>487</sup>. A extinção da Companhia de Comércio em 1769, em um momento de contração das minas fez diminuir o comércio entre o Pará e Mato Grosso<sup>488</sup>.

A terceira via de comunicação e comércio com o Mato Grosso foi o caminho terrestre de Goiás, aberto no ano de 1736 e 1737. Segundo Lenharo, a estrada de Goiás pode ser vista

---

<sup>482</sup> Um importante estudo que aborda essa questão foi desenvolvido por João Luis Ribeiro Fragoso em *Homens e grossa ventura: acumulação hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)* publicado pelo Arquivo Nacional em 1992 faz criteriosa análise sobre essas relações comerciais entre os *comerciantes de grosso trato* e os pequenos comerciantes.

<sup>483</sup> LAPA, AMARAL, 1973, *op. cit.*, p. 575.

<sup>484</sup> LENHARO, 1982, *op. cit.*, p. 17.

<sup>485</sup> LAPA AMARAL, 1973, *op. cit.*, p. 576.

<sup>486</sup> *Ibidem*, 576-580.

<sup>487</sup> LENHARO, 1982, *op. cit.*, p.17.

<sup>488</sup> LAPA, Amaral, 1973, *op. cit.*, p. 579.

como uma “ligação natural de duas regiões que estavam integradas a um mesmo conjunto, o ‘complexo da mineração’” e ocorreu como consequência da pressão das correntes migratórias que fluíam de região para região, à cata dos novos veios de ouro. O autor conclui que é dentro desse fluxo e contra fluxo de populações que se faz a abertura do caminho de Goiás<sup>489</sup>, mas essa estrada só ganhou relevância econômica a partir do gradativo declínio das monções do sul, (Ararituaba- Cuiabá) que segundo BUARQUE DE HOLANDA começou por volta de 1818 e “sobretudo depois da Independência, as viagens fluviais tornaram-se cada vez mais raras até desaparecer completamente por volta de 1838”<sup>490</sup>.

Todavia, interesses oficiais de ordem estratégica, política e econômica, associados aos interesses de iniciativa privada com objetivos claramente comerciais, se conjugaram na exploração de um sistema de comunicação que estabeleceu não somente o abastecimento da população e o escoamento do ouro do centro oeste brasileiro, mas também a ocupação dessa região colonial.

Um ofício da Junta de Administração e Arrecadação da Real Fazenda da Província de Mato Grosso, de 1820, encontrado no Arquivo Nacional, traz a Conta das despesas que fez o Sargento Mor André Gaudieley na condução de 16:000\$000 que recebeu no Real Erário em moedas de cobre que entregou no cofre na Real Fazenda, e de vinte fardos de brim e um pano escarlate também comprados nos reais armazéns da cidade de Santos. É um documento interessantíssimo, porque mostra o perfil de uma expedição pelo caminho de Goiás, sua carga, o preço dessas mercadorias, o que se consumia durante a viagem, uma reclamação sobre a carestia dos produtos e outros detalhes da viagem por terra, nesse ocaso da rota fluvial<sup>491</sup>. (Ver Anexos)

Os navegantes de São Paulo, à época das monções, nunca deixaram de imaginar uma rota menos trabalhosa que a subida do Pardo e menos apertada que a navegação pelos rasos ribeirões Sanguessuga e Camapuã; certamente, jamais houve sertanista que não pensasse na possibilidade da existência de uma rota alternativa às cachoeiras do Coxim, mas, ainda com todos esses incômodos, essa rota prevaleceu, de modo exclusivo sobre todas as outras<sup>492</sup>.

Antigas rotas dos Bandeirantes como a do Pardo-Anhanduí ou a que subia o Ivinhema e navegava depois o Vacaria até chegar a um sítio onde atravessavam um varadouro de oito

---

<sup>489</sup> LENHARO, *op. cit.*, p. 18-19.

<sup>490</sup> BUARQUE DE HOLANDA, 1976 *op. cit.*, p. 69.

<sup>491</sup> Arquivo Nacional, Ministério da Fazenda, Fundo 99, código If<sup>2</sup> 15.

<sup>492</sup> BUARQUE DE HOLANDA, 1976. *op. cit.*, p. 88.

dias para chegar ao Aquidauana<sup>493</sup>, foram totalmente abandonadas. Os riscos dessas e outras rotas parcialmente fluviais eram incompatíveis com o caráter do homem das monções, menos aventureiro e mais prático. O monçoeiro preferia os perigos previsíveis das cachoeiras a se envolver com os riscos imprevisíveis como os ataques do indígena em sendas pouco conhecidas<sup>494</sup>. Os mapas setecentistas assinalavam todas as circunstâncias do curso do rio Pardo, ao mesmo tempo que deixavam de registrar até a existência de outros afluentes da margem ocidental do Paraná<sup>495</sup>, certamente por serem os rios monçoeiros conhecidos dos pilotos e proeiros de Ararituaba, que preferiam deixar o Rio Grande, subindo as águas encachoeiradas do Pardo e depois, o Sanguessuga, até chegar a Camapuã.

Em 1770, o morgado de Mateus fez menção em carta de um caminho freqüentado por comerciantes curitibanos que navegavam o Paranapanema, desciam o Paraná, entravam no Ivinheima e depois viajavam a pé pelas vargens da Vacaria entre Vila Rica e Santiago do Xerés até alcançar o Santo Inácio, um dos braços do rio Paraguai<sup>496</sup>. O morgado de Mateus intentou durante a sua administração na Capitania de São Paulo a reabertura desse caminho, cogitou restaurar o velho núcleo fortificado dos paulistas nos campos do Vacaria, próximo às cabeceiras do Ivinheima ou a dos ribeirão das correntes, afluente do Aquidauana, queria que tal povoado tivesse com o tempo, *funções semelhantes às que tinha a fazenda Camapoã, na navegação do rio Pardo*<sup>497</sup>, mas, a intenção de mudança para esses caminhos foi frustrada no século das monções, porque o varadouro de oito a nove léguas entre as bacias do Paraná e do Paraguai, três vezes mais extenso que o de Camapuã, era inviável para um comércio regular e pacífico e os negociantes evitavam longos trajetos terrestres, que os tornava mais vulneráveis aos ataques dos índios bravios; havia ainda outro inconveniente desse caminho: a proximidade com a fronteira paraguaia, o que poderia facilitar a ocupação da região por esses vizinhos do sul.

*O fato é que, em todo o correr do século XVIII, apenas aventureiros bem armados e acostumados ao sertão ousariam, por isso mesmo, internar-se nessas paragens remotas. Por outro lado, a bordo das canoas de monções, podiam livrar-se muito*

---

<sup>493</sup> *Ibidem*, p. 86.

<sup>494</sup> *Ibidem*, p. 91.

<sup>495</sup> Mapas conhecidos como o de Antônio Ruiz de Montesinhos compostos com observações realizadas em 1791 e 1792, se enquadram nas características dos mapas do século XVIII citados pelo autor de *Monções*, que são detalhistas nos acidentes geográficos da rota monçoeira pelo varadouro de Camapuã, omitindo qualquer outra rota para o Cuiabá., também outra Carta Corográfica da Capitania de São Paulo, publicada por TAUNAY em 1795 mostram o esquecimento dos antigos caminhos fluviais para a Vacaria quando designa de “sertão desconhecido” quase toda a área entre os rios Pardo e o Iguatemi. Cf. BUARQUE DE HOLANDA 1976. *op. cit.*, p. 88, 89.

<sup>496</sup> *Ibidem*, p. 86.

<sup>497</sup> BUARQUE DE HOLANDA, 1976. *op. cit.*, p.87.

*mais facilmente da ameaça, enquanto não se metessem no país dos Paiaguá, canoieiros e os próprios e inimigos irreconciliáveis dos portugueses do Brasil*<sup>498</sup>.

Portanto, para o autor, as vantagens que proporcionava essa variação breve e razoavelmente cômoda, já seriam suficientes para que os sertanistas suportassem a perigosa subida do rio Pardo e a trabalhosa locomoção das canoas nos ribeirões Sanguessuga e Camapuã<sup>499</sup>, como prêmio, recebiam o relativo conforto e a recarga de mantimentos na Fazenda mais conhecida da rota.

Foi somente nos meados do século XIX que essa rota foi abandonada; seu paulatino enfraquecimento se pode associar às mudanças econômicas verificadas no início daquele século na província de Mato Grosso. Para Garcia,

*Esse declínio torna-se mais evidente entre os anos de 1815 e 1825, particularmente no ano de 1820. Viu-se também que todas as sub-regiões passaram por este declínio; primeiro, em Vila Bela (1805); depois em Cuiabá (1820); e por último em Diamantino (1830). Apesar dos anos de crise (1820 e 1825), Cuiabá foi o vale que melhor absorveu os impactos da crise, principalmente a cidade de Cuiabá, que se transformou em capital da província*<sup>500</sup>.

Outrossim, embora o comércio com o Pará no início do século XIX já tivesse entrado em colapso e praticamente desaparecido<sup>501</sup>, se pode verificar nessa Carta de Oeynhausem havia interesses governamentais de Mato Grosso, em reativar a rota com o Pará:

*“Tenho a honra de apresentar a V. Ex.<sup>a</sup> o incluso mapa que mostrará a V. Ex.<sup>a</sup> o estado de atividade em que se acha a comunicação comercial aberta por mim, com tão grande recomendação de S. A. R., entre Cuiabá, e as povoações da Capitania do Pará por meio da navegação via Rio Arinos.*<sup>502</sup>

Outro documento do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, datado de 19 de abril de 1829, em Vila Boa de Goiás, confirma a hipótese que nesse período também a rota de Goiás recebia incentivos oficiais e denota entusiasmo com os negócios pelo caminho de Goiás. Mostra a fonte que, naquele ano, uma expedição com cinco embarcações com gêneros da terra, patrocinada pelo Governo Imperial deu um lucro superior a 100%, mesmo descontando cerca de 3:000\$000 do frete: *comprou-se em Goiás por 8:400\$000 e vendeu-se no Pará por 17:345\$000, ganho de 8:945\$000. Maior ainda foi o lucro na importação, quase quatro vezes*

<sup>498</sup> *Ibidem*, p. 88

<sup>499</sup> *Ibidem*, p. 91.

<sup>500</sup> GARCIA, Romyr Conde. Mato Grosso (1800-1840): Crise e estagnação do projeto colonial. Tese de Doutorado em História Econômica. Universidade de São Paulo, USP, São Paulo, Brasil. 2003, cap.8.

<sup>501</sup> AMARAL LAPA, 1973. *op. cit.*, p. 579.

<sup>502</sup> *Ibidem*.

*maior: comprou-se no Pará por 1:689\$000 e vendeu-se em Goiás por 8:095\$200, ganho de 6:406\$200 réis*<sup>503</sup>.

Nessa época, no que diz respeito à navegação pelo Tietê, Porto Feliz, antiga Ararituaba estava no lado oposto dessa situação. Em 1818, uma queixa do Capitão Mor de Porto Feliz ilustra essa situação e dá um tom nostálgico e de certa forma deprimente ao movimento monçoeiro, reclama a autoridade que não havia pilotos e práticos suficientes para sequer uma viagem, muitos dos que faziam esse serviço essencial às expedições cuiabanas estavam trabalhando no Pará e não queriam voltar de forma alguma<sup>504</sup>. O Capitão Mor Francisco Correa de Moraes Leite, em missiva ao governador da Capitania escreveu que precisava de, aproximadamente, cem homens para compor a tripulação de um comboio monçoeiro, mas sob o seu comando só dispõe de cinqüenta, por isso sugere que autorize vir das Vilas de Itu, São Carlos, Sorocaba e Arassariguama, distritos de Parnaíba pelo menos cinqüenta homens para que a tripulação possa ser completada<sup>505</sup>. A julgar pelo número de Vilas e distritos sugeridos para se conseguir cinqüenta tripulantes para um monção, conclui-se com facilidade que não havia muita gente disposta a seguir rumo a Mato Grosso. Moraes Leite ainda reclama de deserções e de homens serem muito incapazes para o serviço<sup>506</sup>. Essa reclamação não é isolada; em 1820, o Capitão Mor de Porto Feliz Antônio da Silva Leite reclamava dos mesmos problemas e reivindicava ao governador que solicitasse das Vilas vizinhas remadores e carregadores de cargas para viabilizar a saída de outra monção<sup>507</sup>. O mesmo Moraes Leite, quando organizava uma expedição oficial no mês de setembro de 1818, registra que *as expedições por este caminho de rio deviam-se extinguir, à exceção para se conduzirem peças e carretas etc. e o mais ir por terra*<sup>508</sup>. A *via celerada*, pela qual anos a fio se escoaram os bens materiais de São Paulo entrou em franco abandono. Para se ter uma idéia, no ano de 1826 largou de Nossa Senhora da Mãe dos Homens de Araraitaguaba, a última célebre e histórica expedição científica comandada pelo Barão de Langsdorff, sob o auspício russo.

Segundo as reflexões de Manoel de Mello Nóbrega, o ciclo monçoeiro teve um desfecho trágico com a largada de três batelões e quatro canoas:

---

<sup>503</sup> IF<sup>2</sup> 12 (99/SDE), AN/RJ.

<sup>504</sup> Ordenanças de Porto Feliz AESP, Caixa 54, pasta 1, Nº 75.

<sup>505</sup> Ordenanças de Porto Feliz AESP, Caixa 54 pasta 1, Nº 77, Ordem 291.

<sup>506</sup> *Ibidem*.

<sup>507</sup> Ordenanças de Porto Feliz AESP, Caixa 54 pasta 2, Nº 31 Ordem 291.

<sup>508</sup> Ordenanças de Porto Feliz AESP, Caixa 54 pasta 1, Nº (ilegível) Ordem 291.

*Adriano Taunay afogar-se-ia no Guaporé, e o próprio chefe da expedição enloqueceria em viagem. Deixara de seguir, à última hora, o zoólogo Cristiano Hasse, dentro em pouco suicida, por amores não correspondidos.*<sup>509</sup>

O tráfico entre Porto Feliz e Cuiabá perdeu seu caráter comercial. O caminho que desde o início do século XIX, havia sido traçado, definido e utilizado nas expedições a partir do porto de embarque de Araritaguaba para Cuiabá, foi sendo abandonado até cessar de vez em 1836. Além disso, tornara-se cada vez mais escasso e, com ele, a rota reduziu-se às frotas oficiais. A desmobilização da navegação pela antiga via monçoeira pode ser vislumbrada, segundo Nóbrega, pelas febres que dizimavam os mareantes ou pela abertura de novas comunicações através do Rio da Prata, consideradas menos acidentadas e, sobretudo, mais rápidas, a partir da utilização dos navios a vapor nas águas do Paraná e Paraguai.

Os documentos indicam outros elementos explicativos sobre a estagnação da antiga via monçoeira nas primeiras décadas do século XIX. Um deles pode ter sido o enfraquecimento desse comércio pelos rios, pois o tráfego passou a ser feito pelo mar ou pelo rio Paraguai; e outro, ao que tudo indica, o movimento monçoeiro dá os seus últimos estertores e sobrevive, praticamente nas expedições oficiais, conforme informa Nóbrega no seguinte trecho:

*...em 1858...desceu o Tietê um contingente militar aquartelado em Mato Grosso; foi esse batalhão de artilharia a última unidade militar a fazer a viagem das antigas monções... daí em diante, salvo em pequenos trajetos francamente navegáveis, em que foi tentado o estabelecimento de linhas regulares de vapores, o Tietê só foi percorrido por expedições científicas ou turísticas .*

Alguns anos depois da *Viagem à província de São Paulo* realizada por Saint-Hilaire ele próprio registrou que à época de sua passagem por Porto Feliz (1819), a rota já era pouco freqüentada. Em 1822, o naturalista destacava o inteiro abandono dos comerciantes por essa via que ficou reduzida, apenas, ao movimento de embarcações destinadas ao transporte de tropas e munições para aprovisionamento militar de Mato Grosso<sup>510</sup>. Desapontado, o viajante francês revelava que pouco sobrava da grandeza admirável do porto de Araritaguaba, tão observado em sua *Viagem a Província de São Paulo*. Além de três ou quatro pirogas<sup>511</sup> usadas pelos agricultores para a travessia do rio, restava em suas impressões apenas a paisagem pitoresca do cerrado da Vila de Itu. Até a falta de árvores para a fabricação de canoas juntamente com o surto

<sup>509</sup> Nóbrega, Manoel de Mello. *História do Rio Tietê*. 2ª edição. São Paulo: Governo do Estado, 1978, p. 63-4.

<sup>510</sup> Saint-Hilaire, Auguste. *Viagem à província de São Paulo*. Belo Horizonte Itatiaia. São Paulo, 1976. p. 178-180.

<sup>511</sup> Antiga embarcação indígena, esguia e aberta, feita de um tronco de árvore escavado a fogo.

epidêmico de febre tifóide ocorrido à época, como já vimos, pode ter contribuído para o desmantelamento final do trânsito pela via ordinária das monções.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória desta pesquisa se iniciou quando eu ouvia as inebriantes histórias e estórias memorialistas sobre os rios Coxim e Taquari e a sua contribuição para a história do município de Coxim. A saga de Beliago, as monções, o caminho de Goiás e outros recortes da história da cidade são “*costurados*” nesses discursos, algumas vezes com a lógica da ciência-história, outras tantas de forma anacrônica, atemporal e lacunar, mas sempre com um público atento, interessado em conhecer os elementos constituintes da construção de sua identidade.

Mas, o projeto de pesquisa surgiu em conversa informal com a professora Maria do Carmo Brazil, primeira Diretora do Campus da UFMS em Coxim, sobre uma pesquisa que ela desenvolvera estudando o rio Paraguai e sua importância geohistórica. Naqueles dias de euforia, em função da inauguração do Campus da Universidade Federal em Coxim, senti que havia grande possibilidade de desenvolver um trabalho acadêmico pioneiro sobre o espaço geográfico deste município. Decidi eleger a ota das monções do sul como objeto de estudo histórico.

A documentação levantada para este trabalho mostrou que, embora a navegação pelos rios do centro oeste fosse cheia de incômodos e riscos, a estrada fluvial de Araritaguaba a Cuiabá persistiu por mais de um século e foi usada pelos navegantes até nas primeiras décadas do século XIX; os documentos pesquisados confirmaram o exercício heurístico e mostraram que as monções paulistas sobreviveram longamente ao enfraquecimento das minas do Cuiabá, à abertura do caminho terrestre de Goiás<sup>512</sup> e sua rota conviveu durante décadas com as monções do norte, no entanto, esses mesmos fatores são apontados pelas fontes com relativa unanimidade, como causas do fim da rota monçoeira.

Nesse trabalho se vislumbra outras nuances da sociedade monçoeira. Assim, fizemos uma releitura crítica de documentos oficiais e relatos do período estudado e obras da historiografia paulista do início do século XX; percebemos a contribuição relevante do elemento indígena, no cotidiano dessas expedições em sua associação com o paulista; ainda que em relações desiguais e de exploração, foram observadas, também algumas peculiaridades da escravidão do negro africano nessas expedições; o movimento monçoeiro é entendido neste trabalho, como uma continuação das bandeiras paulistas, a explicação desse *rush* pelas águas e a vida material dos arraiais monçoeiros como uma maneira de se explicar à

---

<sup>512</sup> BUARQUE DE HOLANDA, 1976. *Op. cit.*, p. 84.



ocupação e povoamento do interior brasileiro nesse espaço geográfico, à luz do material organizado por Taunay e Buarque de Holanda.

O trabalho entrevê a transição dos caminhos pelo interior do continente, percorridos a pé pelos bandeirantes do século XVII, até a substituição dessas rotas pelos caminhos fluviais que deram origem ao surgimento dos arraiais que povoaram as margens dos rios, um espaço dinâmico, caracterizado, durante muitos anos, pela existência de miseráveis aldeias, entrepostos localizados estrategicamente para proteger as expedições de preadores e os negociantes dos ataques de índios resistentes que habitavam as matas.

Ficou entendido que, a descoberta do ouro por Pascoal Moreira Cabral nas águas do Coxipó-mirim e todo o movimento migratório que se seguiu na região, certamente, tiveram uma amplitude maior que a mera cobiça pelo ouro e pedras preciosas, transcenderam os simples interesses comerciais. Às conclusões a que chegou este trabalho, podem ajudar a sustentar a explicação de que a apropriação do movimento monçoeiro pelas políticas colonizadoras da metrópole, foi um fenômeno coadjuvante no processo de ampliação das terras coloniais para além do meridiano de Tordesilhas. Além disso, as fontes mostram que o movimento monçoeiro, ocorrido no século XVIII, como continuação das expedições paulistas do século XVII, influenciou no processo de ocupação e povoamento do extremo oeste.

Nesse sentido, historiar sobre os povoados fluviais durante o século XVIII, permitiu compreender aspectos da forma como foi montada a estrutura de dominação e a resistência a ela. Além disso, a abordagem contemplou as relações materiais dos homens com as águas, o cotidiano das frotas ou corporações migratórias entre os rios Tietê e Cuiabá, as trilhas fluviais navegadas por canoas indígenas e a conseqüente formação de uma sociedade instável e moldada pelo meio. O processo de ocupação e povoamento desse espaço é visto como parte do processo de consolidação das fronteiras definitivas do Brasil.

As fontes pesquisadas discordam dos debates historiográficos que apontam o pioneirismo de Domingos Gomes Beliago como iniciador do núcleo habitacional que deu origem ao município de Coxim, criado em 1898.

À esteira do estudo das relações do colono com o Caiapó, o Paiaguá ou o Guaicuru – nações que resistiram ao processo de povoamento monçoeiro e de outras nações como os Bororo que se integraram melhor à cultura adventícia estão também as reflexões sobre a interação étnica entre negros e índios, a participação destes como tripulantes das expedições, como elementos essenciais na formação e no desenvolvimento dos núcleos de povoação, como a fazenda Camapuã dos irmãos Leme.

Enfim, esta pesquisa elegeu as peculiaridades da rota do sul, as monções cuiabanas que navegavam os rios, partindo de Ararituaguaba até o Cuiabá, a vida material dessas expedições reiúnas e particulares, oficiais ou de comerciantes, sendo o objeto de pesquisa a sociedade que se desenvolveu nesses caminhos flutuantes. O diálogo com as fontes coloniais, envolvendo cronistas e documentos oficiais, permitiu conhecer essa sociedade movediça que se formou ao longo do século XVIII, na rota do ouro. Assim, homens que tinham o sonho de encontrar o *Eldorado* ou a mera sobrevivência, construíram parte da história de Mato Grosso e engendraram elementos para a história sul mato-grossense.

Todavia, o filão desse tema não se exauriu. Novas incursões precisam ser preparadas para contemplar esse espaço historiográfico singular da(s) rota(s) monçoeira(s). (In)felizmente, em função do tempo cronológico das instituições, foi preciso fazer uma pausa e deixar os caminhos abertos para novos trilhadores que, também, desejem singrar esses rios históricos. Sou obrigado, neste momento a aportar a minha canoa monçoeira, mas logo vamos retomar a caminhada por veredas não contempladas suficientemente pela historiografia.

## Fontes e Bibliografia

### FONTES:

#### 1. IMPRESSOS DO ACERVO DO MUSEU PAULISTA

TAUNAY, Afonso E. *História da cidade de São Paulo*. São Paulo, Melhoramentos, s/d.

\_\_\_\_\_. *História da Vila de São Paulo no século XVIII*. In Anais do Museu Paulista, Tomo 5, 1931.

\_\_\_\_\_. *Paulistas em Mato Grosso*. Anais do Museu Paulista, São Paulo v. 10 1941

\_\_\_\_\_. *História das Bandeiras Paulistas*. Tomo 10. Edição Museu Paulista. Imprensa oficial do Estado de São Paulo, São Paulo, 1949.

#### 2. DOCUMENTOS DO ARQUIVO PÚBLICO DE MATO GROSSO - APMT

Annais da Camara de Cuiabá. Livro de registro do Senado da Câmara, p. 40 v e 41.

Annais da Camara de Cuiabá. Livro de registro do Senado da Câmara, 1756, p.33.

Annais da Camara de Cuiabá. Ordem Real a Antônio da Silva Caldeiras Pimentel, de 16 de abril de 1729.

Annais da Camara de Cuiabá. Livro de registro do Senado da Câmara, ano de 1756.

Bando q' mandou lançar o Illmº e Exmº Sr. Dr. Antonio Rolim de Moura pª que toda a pessoa, q' se vier extabelecer nesta Vª e seu Districto, não possa ser executada por seus credores por tempo de dez anos. Vª Bella da Santíssima Trindade 6 de agosto de 1759. APMT. Ano 1750-1763.

Carta-parecer sobre conservação ou demolição dos engenhos de aguardente de cana. Petição para proibir com penas graves para que viesse a construir novos engenhos a exemplo Antonio Silva Caldeira na criação das Minnas dos Goyazes. Alegação de prejuízos causados pelos engenhos. APMT, 1737, Doc. nº 36. (Fundo: governadoria)

Carta-Petição de Mel. Bernardo de Mello de Castro ao Illmº e Exmº Sr. D. Antonio Rollim de Moura para recolher nas povoações todos os índios que aparecessem nas minas para ocupação e prestação de serviços aos comerciantes da comunidade. Pará 8 de mayo de 1759. APMT, 1759, doc. nº 07.

Carta de Mel. F. Vargas Gonçalo e Mel. Galvão de Lacerda ao Conde de Sarzedas, Governador e Capitão General da Capitania de S. Paulo fazendo saber que Domingos Gomes Belliigo requereu no Conselho Ultramarino a confirmação da Patente do Posto de Mestre de Campo das Ordenanças das Minas do Cuiabá. APMT, 1735, Doc. nº 35. (Fundo: Governadoria)

Carta-Petição – Francisco de Mendonça Furtado ao Sr. D. Antonio Rolim de Moura: para aldear os índios nas próprias terras, enquanto for possível, sem prejuízo das Povoações, que nas margens dos Rios se fazem indispensáveis, para o Socorro dos Navegantes que frequêntam o comercio entre o Pará e essa Capitania. Nossa Senhora da Ajuda 25 de junho de 1760. APMT doc. nº 42. (Governadoria)

Considerações sobre a terrível viagem das monções. Petição especial para ordenar que as monções gerais só partam nos tempos declarados ou apenas em caso de urgência. Villa Real do Sr. Bom Jesus do Cuyabá 18 de julho de 1737. APMT, 1737.

Consulta sobre fazer, ou não comercio com o gentio Cavalleyro para se meterem cavallos nestas minnas. Alegação de que o comercio como gentio era arriscado. Informação sobre junta armada contra o gentio Payaguá por ter investido a ultima tropa, que em abril do anno passado. Petição para abrir o caminho dos Goyazes. APMT,1737, Doc. nº 36. (Fundo: Governadoria)

Correspondência entre João Manoel de Mello e D. Antonio Rolim de Moura. Informação sobre os mineiros e as formas de extração de ouro. Cuiabá: APMT, 1762, doc. 69 (Governadoria)

Correspondência Mel Bernado de Mello de Castro a Ao Illmº e Exmº D. Antonio Rolim de Moura. Informação sobre as despesas excessivas dos Comboeiros e intenção de abandonar a rota ordinária e passar a servir dos Rios Alegre, e Agoapey. APMT, 1759, doc nº 07. (Fundo: Defesa)

Livro de registro de Bando, Lata ano 1750-1763.

Ofício de Manoel da Ponte Pedrosa secretaria do governo ao D. Antonio Rolim de Moura Governador e Capitão general da Capitania de Mato Grosso. Cuiabá: APMT,, p. 67 e v, Of. N° 140.

## 2.1- DOCUMENTOS AVULSOS

Ordem real ao governador de São Paulo em julho de 1731 determinava a guerra contra a nação indígena paiaguá, dava instrução quanto ao procedimento a ser adotado contra a hostilidade desses indígenas. datado de 21/7/1731. Lata A Documento n°. 17.

ANNAIS DA CAMARA DE CUIABÁ.. *Carta-Instrução*, datada de 16 de abril de 1729, destinada ao Capitão General Antônio da Silva Pimentel para dar continuidade à cobrança das cargas de secos e molhados e de escravos na casa de registros dos quintos.Lata A, Documento n°. 10.

Correspondência enviada por Gonçalo Mel. Galvão de Lacerda ao Conde de ( Sarzedas) Governador e Capitão General da Cappitania de S. Paulo notificando o requerimento de Domingos Gomes Belliagio ao Conselho Ultramarino pedindo a confirmação da Patente do Posto de Mestre de Campo das Ordenanças das Minas do Cuyabá, Lata 1735 Documento n° 35.

Correspondência enviada por Rolim de Moura, em 12/12/1758 ao Secretário de Estado Francisco Mendonça Furtado, menciona que está tratando a questão dos homens de negocio que vêm a Cuiabá e o pagamento do trabalho dos índios. LATA 1750-1758 Documento n°. 107.

Correspondência enviada por João Manoel de Mello, de Villa Boa a D. Antonio Rolim de Moura em 21 de junho de 1762. Trata do trabalho nas minas, das despesas e esforços dos mineiros e relação com os negros escravos. Lata 1762 - Documento n°. 69.

## 3. DOCUMENTAÇÃO DO ACERVO DO NÚCLEO DE INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA REGIONAL - NDIHR/UFMT

**Secção de microfichas e microfilmes M.F. 34 – Documento 279.** Carta do Ouvidor João Gonçalves Pereira sobre o requerimento dos comerciantes das minas do Cuiabá relativo aos direitos das entradas e da situação em que se encontram as Minas. Incluso documentos assinados pelos comerciantes.

**Secção de microfichas e microfilmes M.F. 46 – Documento 398.** Carta de D. Luis de Mascarenhas a S.M. expõe o estado em que se encontram as minas do Cuiabá e remete uma carta de Amaro Leite Moreira que organizou uma bandeira que demanda o reino de Araés.

**Secção de microfichas e microfilmes M.F. 216 – Documento 2483** Relatório do Governador da Capitania de Mato Grosso Luiz Pinto de Souza Coutinho em maio de 1770, faz reclamação sobre o êxodo das minas e a mobilidade pendular de mineiros e comerciantes. (NDRIHR/UFMT. M.F. 216 documento 2483).

Correspondência - Alexandrino de Abreu: informação sobre nomeação de Manoel da Ponte Pedreira ao posto de tenente de Dragões para o distrito de Mato Grosso e despesas com soldos. Lisboa, 19 de janeiro de 1746. (NDHIR – M.F. 57 – doc 553 cx: 265)

Informe de D. Luiz Mascarenhas que João Bicudo de Britto escreve de Camapoã para avisar estava pronto para percorrer o sertão a dar início á sua expedição. O Intendente João da Fonseca da Cruz também de Camapoã deu notícia podia continuar a sua viagem para o Cuiabá, 1746, NDHIR, M.F. 46 – DOC 398, p.1.

Informe D. Luiz Mascarenhas de que Antonio Pires de Campos havia chegado com os seus índios Bororôs ao Rio das Velhas. Informações sobre as andanças dos Caiapó no distrito e as providencias tomadas, posteriormente, por Antonio Pires de Campos. NDHIR, 1746, M.F. 46 – DOC 398, p.2.

Informe de D. Luiz Mascarenhas sobre as cartas que chegavam do Cuyabá lamentando o lastimável estado daquelas minas por causa do fluxo migratório provocado pelo ouro. Villa e Praça de Santos 4 de junho de 1746. NDHIR, M.F. 46 – DOC 398, p.1.

Petição e recurso dos comerciantes das Minas de Cuiabá. Petição para conservar-los na posse do registro das entradas cada carga de negócio e pelo peso de três a arrobas. Petição para que

os mineiros e comboeiros, que concorreram às minas com escravatura, e ferramentas de minerar tenham que pagar as cargas que conduzirem. Conselho Ultramarino, 1742. NDHIR – UFMT. M.F. 34 – 279 – Ultramar cx: 2 – 129

#### **4. ESCRITOS SOBRE SOCIEDADE E NAVEGAÇÃO FLUVIAL: INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE MATO GROSSO - IHGMT**

ABREU, Manoel Cardoso de Abreu. *Divertimento Admirável para os historiadores observarem as maquinas do mundo reconhecidas nos sertões da navegação das minas do Cuiabá e Mato Grosso*. Cuiabá IHGMT Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, 2002 (Publicações avulsas).

ALMEIDA Serra, Ricardo Franco de – “*Memória ou Informação dada ao Governo sobre a Capitania de Mato Grosso em 31 de janeiro de 1800*”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, São Paulo, 1840, vol. 2

FONSECA, João Severiano da. *Viagem ao redor do Brasil -1875-1878*. Rio de Janeiro: Pinheiro, 1880 , 2 volumes.

LEVERGER, Augusto. *Derrota de Navegação Interior da Vila de Porto Feliz na Província de São Paulo à cidade de Cuiabá, capital da província de Mato Grosso*. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, V. 247, 1960. p. 363-391. Publicado na coleção de obras raras e esgotadas de interesse da historiografia mato-grossense pelo IHGMT. Cuiabá, 2002.

PÓVOAS, Lenine C. *Perspectivas demográficas e econômicas da Grande Cuiabá separata* IHGMT. Cuiabá, 1983.

ROLIM DE MOURA, D. Antônio - *Correspondências*. Cuiabá: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso - Imprensa Universitária/NDIHR, 1982. (Coleção Documentos Ibéricos).

SOUZA, Washington Luís Pereira de. *O Governo Rodrigo César de Menezes*. Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, 2002.

TAUNAY, Afonso E. *Paulistas em Mato Grosso*. Cuiabá: IHGMT, 2002. p. 64.

## **5. MATERIAIS IMPRESSOS: INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO -IHGB**

IHGB, Lata 134, pasta 1. páginas 8 a 36. Correspondência entre os Governadores de Mato Grosso e do Pará, sobre um plano de melhorar a navegação e promover o comércio entre as duas capitanias. 30 de agosto de 1800.

ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas* Rio de Janeiro. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/ Conselho Nacional de Geografia, 1963.

BOSSI, Bartolomé. “*Viagem Pitoresca pelos rios Paraná, Paraguay, São Lourenço e Arinos e notícia descritiva da Província de Mato Grosso*”. Rio de Janeiro: *Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, s/d. Lata nº 338. (Documento nº 23).

COELHO, Felipe José Nogueira. “*Memórias Cronológica da Capitania de Mato Grosso, principalmente da Provedoria da Fazenda Real e Intendência*”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, 1972, v.13.

Correspondência entre Governadores do Mato Grosso e Pará sobre um plano para melhorar a navegação e promover o comércio entre as duas capitanias no ano de 1800. Rio de Janeiro: *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Lata 134, Pasta 1, p. 8-36.

FONSECA, José Gonçalves da. “Notícia da situação de Mato Grosso e Cuiabá: estado de uma e outras Minas e novos Descobrimientos de Ouro e Diamantes, por Fonseca”, *RIHGB*, VOL. XXIX.

LEVERGER, João Augusto Manoel . *Apontamentos Cronológicos da Província de Mato Grosso*. Rio de Janeiro: *Revista do Instituto Histórico Brasileiro*, 1949, vol. 205.



\_\_\_\_\_ – “*Roteiro da Navegação do Rio Paraguai desde a foz do São Lourenço até o Paraná*” In: *Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico, e etnográfico do Brasil*. Tomo XXV. Rio de Janeiro, 1862.

\_\_\_\_\_ LEVERGER, João Augusto Manoel. (Barão de Melgaço). *Apontamentos para o Dicionário Chorográfico da Província de Mato Grosso*. Rio de Janeiro: *Revista do Instituto Histórico Brasileiro*, 1882. (Trabalho apresentado em sessão do *Instituto Histórico* pelo tenente-general H.de Beaurepaire Rohan, a quem foi remetido pelo coronel Cesário Corrêa do Couto, genro do autor).

OLIVEIRA, Machado d'. Os Cayapós. Suas origens; descobrimento; acometimentos pelos Mamelucos; represália; meios empregados com violência, e com arma em punho para subtrahil-os às mattas; esses meios substituídos pelos de brandura; seus benéficos resultados; aldeamento; conclusão. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Tomo XXIV, Lata 7/9/1860.

ROLIM DE MOURA, Antônio. *Relação da Viagem* que fez o Conde de Azambuja, D. Antônio Rolim, da Cidade de São Paulo para a Vila de Cuiabá em 1751 (carta endereçada ao Conde de Val de Reis e ao Instituto Histórico Brasileiro, remetida de Lisboa por F.A. de Varnhagem, Visconde de Porto Seguro).

SOUZA, Washington Luís Pereira de. *O Governo Rodrigo César de Menezes*. Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, 2002.

## 6. IMPRESSOS E DOCUMENTOS AVULSOS: ARQUIVO NACIONAL DO RIO DE JANEIRO -AN/RJ.

ALLINCOURT, Luís D'. *Resultado dos trabalhos e indagações estatísticas da província de Mato Grosso*. Anais da Biblioteca Nacional, III. Rio de Janeiro, 1877.

ALMEIDA, Francisco José de Lacerda. *Diários de Viagem de Francisco José de Lacerda e Almeida pelas capitânicas do Pará, Rio Negro, Mato Grosso, Cuiabá e São Paulo nos anos de 1780 a 1790*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional. 1944.

CASTELNAU. Francis de la Porte. *Expedição às regiões centrais da América do Sul*. São Paulo: Nacional, 1949.

FRAGOSO, João Luis Ribeiro. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Arquivo nacional, 1992

NOGUEIRA, Batista Caetano de Almeida – “*Vocabulário das palavras guaranis usadas pelo tradutor da ‘Conquista Espiritual’*”. *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*. 1879-1880. Direção Dr. Benjamin Franklin Ramiz Galvão. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional. Vol. VII.

Ofício da Junta de Administração e Arrecadação da Real Fazenda da Província de Mato Grosso/Conta das despesas que fez o Sargento Mor André Gaudieley, 1820. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional/Ministério da Fazenda. Fundo 99, códice If<sup>2</sup> 15.

## 7. DOCUMENTOS INTERESSANTES DO ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - AESP

*Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*. São Paulo, Casa Vanorden, vol. 52, 1930.

*Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*. Archivo do Estado de São Paulo, São Paulo, Escola Typográfica Salesiana, 1902. Vol. III, VII, XIII.

Ordenanças de Porto Feliz AESP, Caixa 54, pasta 1, N° 75, 77, (ilegível Ordem 291).

Ordenanças de Porto Feliz AESP, Caixa 54 pasta 2, N° 31 Ordem 291.

*Registo Geral da Camara Municipal de S. Paulo*, 18/10/1713, vol. 4.

Sesmarias. Vol. 3. Documentos do Arquivo do Estado de São Paulo. São Paulo: Typografia Piratininga, 1921.

SODRÉ, Nelson Werneck. Oeste. Ensaio sobre a grande propriedade pastoril: com 8 mapas. São Paulo. Fac-símile da Editora José Olympio, 1941. Arquivo do Estado, 1990.

## **8. PUBLICAÇÕES DO INSTITUTO DE ESTUDOS BRASILEIROS – IEB.**

DIAS, Maria Odila da Silva. Estilo e Método na Obra de Sérgio Buarque de Holanda. *Sérgio Buarque de Holanda: vida e Obra*. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura: Arquivo do Estado: Universidade de São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros. 1988.

NOGUEIRA, Arlinda Rocha et. al. (orgs). *Sérgio Buarque de Holanda: vida e obra*. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura/Arquivo Publico do Estado de São Paulo; Universidade de São Paulo/Instituto de Estudos Brasileiros, 1988.

PETRONE, Maria Thereza Schorer. *Um documento sobre os ranchos das estradas paulistas nos fins do século XVIII*. Revista do IEB. Nº 6.

SEQUEIRA, José Manuel de. “*Memórias*”, 1802. In: Holanda, Sérgio Buarque de. - *Monções*. Rio de Janeiro : C.E.B, 1945. (Coleção Estudos Brasileiros).

SUELY Robles Reis de Queiroz, *Sérgio Buarque de Holanda: vida e Obra*. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura: Arquivo do Estado: Universidade de São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros. 1988

## 9. ESCRITOS DIVERSOS SOBRE SÃO PAULO E MATO GROSSO

ALINCOURT, Luis d'. *Memória sobre a viagem ao porto de Santos à cidade de Cuiabá*. São Paulo: Martins, 1953.

ARAÚJO, Domingo Lourenço de. *Notícia Prática* de Domingo Lourenço de Araújo, in TAUNAY, Afonso de E. *História das Bandeiras Paulistas*. São Paulo: Edições Melhoramentos/Instituto Nacional do Livro/ Ministério da Educação e Cultura, 1975. (Coleção Memória Brasileira, Tomo III).

AZARA, Félix -Carta datada de Assunção de 19 de janeiro de 1793. In: *Correspondência oficial e inédita sobre 'la demarcación de limites entre el Paraguay y el Brazil'*. Publicada por Pedro de Angelis in *Colección de Obras y Documentos, Buenos Aires, Imprenta del Estado, 1836*.

SÁ, Joseph Barbosa de. *Relações da Povoação do Cuyabá e Mato-Grosso e seus princípios the os presentes tempos*. Cuiabá, Edições UFMT, 1975.

BARBOSA, Renato. "A Terra e o Homem". *Revista Brasileira dos Municípios*. Rio de Janeiro: IBGE, 1951.

CAMPOS, Antônio Pires de – "Breve notícia que dá o capitão Antônio Pires de Campos do gentio bárbaro que há na derrota da viagem das minas do Cuiabá e seu recôncavo". *Revista Trimestral do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil*, nº 25, 1862.

CAMPOS, Fausto Vieira. *Retrato de Mato Grosso*. São Paulo:FFLCH/USP, 1955. (Biblioteca do Departamento de Geografia)

CLETO, Marcelino Pereira. Dissertação a respeito da Capitania de São Paulo, sua decadência e modo de reconhel-a . Escrita em 25 de outubro de 1782. In: *Roteiros e Notícias de São Paulo Colonial*. Introdução de Ernani da Silva Bruno. São Paulo: Governo do Estado, 1977. ( Coleção Paulística, v. 1)

CORREA FILHO, Virgílio. "Devassamento do Distrito Guaporeano". In: *As Raias de Mato Grosso -Fronteira Ocidental*. Cuiabá: secção de obras do Estado de São Paulo, jan/1925,

\_\_\_\_\_. *Livro dos Regimentos dos oficiais medânicos da mui nobre e Sêpre cidade de Lixboa 1572*, Coimbra, 1926

\_\_\_\_\_. *Considerações acerca do Paraguai, via fluvial de navegação para Cuiabá, no centro da América do Sul (Memória n.º 5, 2.ª secção)*. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro/Instituto Panamericano de Geografia e História*. Assembléia Inaugural (1932-1933), v.II. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1934.

\_\_\_\_\_ *Formação Histórica: lutas pertinazes*. In: *Fazendas de Gado no Pantanal*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura/Serviço de Informação Agrícola, 1955. (Documentário da Vida Rural, n.º 10).

\_\_\_\_\_. *História de Mato Grosso Varzea Grande, MT*, Fundação Júlio Campos, 1994. (Coleção Memórias Históricas v. 4)

FLORENCE, Hércules *Viagem Fluvial do Tietê ao Amazonas de 1825 a 1829*. São Paulo: Melhoramentos, 1941.

HOLANDA, Sergio Buarque de Holanda. *Monções*. Rio de Janeiro: Casa do Estante do Brasil, 1945. (Coleção Estudos Brasileiros).

\_\_\_\_\_ *Nota da 2.ª edição. Monções*. 2.ª edição - Edição Ilustrada. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1976. (Biblioteca Alfa-Omega de Ciências Sociais. Série 1.ª, vol. 8)..

\_\_\_\_\_.. *Caminhos e Fronteiras*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

\_\_\_\_\_. “Movimentos da população em São Paulo no século XVIII”. In *Revista do I.E.B.* n.º 1, São Paulo, 1966.

\_\_\_\_\_. *Metais e pedras preciosas*. In *História Geral da Civilização Brasileira – A época Colonial em São Paulo*, Difel, 1968. Tomo I.

\_\_\_\_\_. *Visão do Paraíso*. São Paulo: Livraria José Olympo, 1959.

CAMELO, João Cabral. *Notícias práticas das minas do Cuiabá e Goiasés, na Capitania de São Paulo e Cuiabá, que dá ao Ver*. Padre Diogo Juarez, o Capitão João Antônio Cabral Camelo, sobre viagem que fez as minas do Cuiabá no ano de 1727. in TAUNAY, Afonso de E. *História das Bandeiras Paulistas*. São Paulo: Edições Melhoramentos/Instituto Nacional do Livro/ Ministério da Educação e Cultura, 1975. (Coleção Memória Brasileira, Tomo III).

Carta de um passageiro de Monção (1785). in TAUNAY, Afonso de E. *História das Bandeiras Paulistas*. São Paulo: Edições Melhoramentos/Instituto Nacional do Livro/Ministério da Educação e Cultura, 1975. (Coleção Memória Brasileira, Tomo III).

CASTELNAU, Francis de la Porte. *Expedição às regiões centrais da América do Sul*. São Paulo: Nacional, 1949. Tomo I.

FERRER, Diogo. “anua do Pe. Diogo Ferrer para o provincial sobre a geografia e etnografia dos indígenas do Itatim – 2.VIII.1623, II Jesuítas e Bandeirantes no Itatim. (Manuscritos da coleção De Angelis).

FLORENCE, Hércules. *Viagem Fluvial do Tietê ao Amazonas : 1825 a 1829 com gravuras do Autor*. Tradução de Visconde de Taunay. São Paulo, Cultrix, 1977.

FONSECA, Pe. Manoel da S.J. Vida Venerável do Padre Belchior de Pontes, da Companhia de Jesus, da Província do Brasil (1752) in TAUNAY, Afonso de E. *História das Bandeiras Paulistas*. São Paulo: Edições Melhoramentos/Instituto Nacional do Livro/ Ministério da Educação e Cultura, 1975. (Coleção Memória Brasileira, Tomo II).

JUZARTE, Teotônio José. *Diário da Navegação do rio Tietê, Rio Grande Paraná, e rio Guatemi em que se dá Relação de todas as coisas mais notáveis destes rios, seu curso, sua distância, e de todos os mais Rios, seu curso, sua distância, e de todos os mais Rios que se encontram, Ilhas, perigos, e de tudo o acontecido neste Diário, pelo tempo de dois anos e dois meses. Que principia em 10 de Março de 1769*. in TAUNAY, Afonso de E. *Relatos Monçoeiros*. ; São Paulo, Itatiaia, 1981. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1981. (Coleção Reconquista do Brasil, v. 33).

LACERDA e ALMEIDA, Francisco José de - “*Diário de Vila Bela até a Cidade de São Paulo pela Ordinária Derrota dos Rios – 1788-1790*”. In: *Diários de Viagem de Francisco José de Lacerda e Almeida*. Prefácio de Sérgio Buarque de Holanda. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional/ Instituto Nacional do Livro, 1944.

LEME, Pedro Taques de Almeida Paes – *Notícias das Minas de São Paulo e dos Sertões da mesma Capitania*. Introdução e notas de Afonso de E, Taunay. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980

MENDONÇA, Estevão de- *Datas mato-grossenses*. Niterói: Tipografia. Salesiana, 1919.

MENDONÇA, Marcos Carneiro - *Rios Guaporé e Paraguai: primeiras fronteiras definitivas do Brasil*. Rio de Janeiro: Xerox do Brasil, 1985.

MONTOYA, Pe. Antônio Ruiz de. *Conquista espiritual* feita pelos religiosos da Companhia de Jesus nas Províncias do Paraguai, Paraná, Uruguai e Tape. Tradução Arnaldo Bruxel. Porto Alegre, Martins Livreiro. 1985.

MOUTINHO, Joaquim Ferreira. *Notícia sobre a Província de Mato Grosso: seguido de um roteiro de viagem e de sua capital a São Paulo*. São Paulo: Henrique Shroeder, 1869;

NÓBREGA, Mello *História do Tietê*. Ilustrações de Wash Rodrigues; introdução de Leonardo Arroyo. Vol. VIII. São Paulo. Governo do Estado de São Paulo, 1978. (Coleção Paulística).

NOTÍCIA 7ª PRÁTICA É roteiro verdadeiro das minas do Cuiabá, e de todas as suas marchas, cachoeiras, itaipavas, varadouros, e descarregadouros das canoas, que navegam para as ditas minas, com os dias das navegação, e travessia, que se costumam fazer por e terra. Da coleção do padre Diogo Juarez S.J. Códice da Biblioteca de Évora. In TAUNAY

NOTÍCIA 8ª PRÁTICA exposta na cópia de uma carta escrita do Cuiabá aos novos pretendentes daquelas minas. Da coleção do padre Diogo Juarez S.J. Códice da Biblioteca de Évora.

ORDONHES, Diogo de Toledo Lara e. Carta de um passageiro de Monção (1785). in TAUNAY, Afonso de E. *História das Bandeiras Paulistas*. São Paulo: Edições Melhoramentos/Instituto Nacional do Livro/ Ministério da Educação e Cultura, 1975. (Coleção Memória Brasileira, Tomo III).

PATRICIO FERNANDES, S. J. *Relacion Historial de las Misiones de Indios Chiquititos*, Vol I Madrid, 1893.

PRADO, Paulo. *Paulística. História de São Paulo*. Rio de Janeiro. Ariel Editora Ltda, 1934.

REBELO, Gervásio Leite, Notícia 6ª prática Relação verdadeira da derrota e viagem que fez da cidade de São Paulo para as minas do Cuiabá o Exmo. Sr. Rodrigo César de Meneses governador e capitão general da capitania de São Paulo e suas minas descobertas no tempo de seu governo, e nele mesmo estabelecidas. in TAUNAY, Afonso de E. *História das Bandeiras Paulistas*. São Paulo: Edições Melhoramentos/Instituto Nacional do Livro/ Ministério da Educação e Cultura, 1975. (Coleção Memória Brasileira, Tomo III).

REIS, José Miranda da Silva. Relatório de José Miranda da Silva. Tipografia da “Situação” de Souza Neves e Companhia. s/d.

RICARDO, Cassiano. *O Negro no Bandeirismo Paulista*. In: *Revista do Arquivo Municipal. São Paulo*: Arquivo Municipal de São Paulo, v. 47, 1938.

RODRIGUES, José Honório. *História e Historiadores do Brasil*. São Paulo: Composto e Impresso nas oficinas da Editora Obelisco para a Editora Fulgor Ltda, s/d.

SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem à província de São Paulo*. Belo Horizonte Itatiaia. 1976.

SETÚBAL, Paulo. *Irmãos Leme*. Edição eletrônica s/d. disponível em <http://www.biblio.com.br/templates/paulosetubal/osirmaoslemes.htm>. (Acessado em 10 de novembro de 2003).

SIQUEIRA, Joaquim da Costa. *Crônicas de Cuiabá*. São Paulo: Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1872, vol. 13.

SILVA, Moacir M. F – “*Geografias das Fronteiras no Brasil*”. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro: CNG, out./dez. 1942.

SMITH, Herbert Huntington. *Do Rio de Janeiro a Cuiabá*. Cayeiras/ São Paulo/Rio de Janeiro: Companhia Melhoramentos, 1922.

TAUNAY, Afonso de E. *História das Bandeiras Paulistas*. São Paulo: Edições Melhoramentos/Instituto Nacional do Livro/ Ministério da Educação e Cultura, 1975. (Coleção Memória Brasileira, Tomo I, II, III).

\_\_\_\_\_. *Índios! Ouro! Pedras!* São Paulo: Melhoramentos, 1926.



\_\_\_\_\_. *História das Bandeiras Paulistas*. Tomo 10. Edição Museu Paulista. Imprensa oficial do Estado de São Paulo, São Paulo, 1949.

\_\_\_\_\_. *Noticias dos primeiros descobridores das primeiras minas de ouro pertencentes a Estas Minas Gerais – Pessoas mais assinaladas nestas empresas e dos mais memoráveis casos acontecidos dès dos seus princípios*. In: *Relatos Sertanistas*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo:USP, 1981.

\_\_\_\_\_. *Relatos Monçoeiros*. ; São Paulo, Itatiaia, 1981. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1981. (Coleção Reconquista do Brasil, v. 33)

\_\_\_\_\_. *Relatos Sertanistas*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1981. (Coleção Reconquista do Brasil, v. 34)

Ulrich, Oto Willi. *Nos Sertões do Rio Paraguai* (Impressões de viagem da Expedição Ulrich ao "Hinterland" Brasileiro-Boliviano). Prefácio do General Elisario Paim Filho. São Paulo: Ed. J. Fagundes, 1936.

## BIBLIOGRAFIA

ABREU, J. Capistrano de - *Capítulos de história colonial, 1500-1800 & Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil*. 5ª ed.- revista, prefaciada e anotada pôr José Honório Rodrigues. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1963.

ABUD, Kátia Maria. *Autoridade e riqueza. Contribuição para o estudo da sociedade paulistana na segunda metade do século XVIII*. Dissertação de Mestrado. São Paulo, FFLCH – USP, 1978.

AMADO, Janaína. *Região, Sertão, Nação*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, 1995.

AYMARD, Maurice...et al. - *Ler Braudel*; trad. Beatris Sidou.- Campinas, S.P : Papyrus, 1989.

BLAJ. Ilana. *A trama das tensões: o processo de mercantilização de São Paulo Colonial (1681-1721)* São Paulo, FFLCH – USP, 1995 (Tese de doutoramento).

\_\_\_\_\_. *Agricultores e comerciantes em São Paulo nos inícios do século XVIII: o processo de sedimentação da elite paulistana*. *Rev. bras. Hist.* [online]. 1998, vol.18, nº.36. acessado em 21 de fevereiro de 2004.

BRAUDEL, Fernand. *O mediterrâneo e o mundo mediterrâneo na época de Filipe II*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

BRAZIL, Maria do Carmo e DANIEL, Omar. *Notas Sobre a Rota das Monções em Sergio Buarque De Holanda*. Dourados: CPDO/UFMS, 2004. (Artigo inédito aceito para publicação Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro –IHGB).

BRAZIL, Maria do Carmo. *Fronteira Negra: Dominação, violência e resistência escrava em Mato Grosso – 1718-1888*. Passo Fundo: Editora da UPF, 2002.

BRAZIL, Maria do Carmo. *Rio Paraguai: O “mar interno brasileiro” - uma contribuição para o estudo dos caminhos fluviais*. São Paulo: FFLCH/USP, 1999, p. 64. (Tese de Doutoramento).

CALÓGERAS, Pandaía. *Formação Histórica do Brasil*. 8ª ed. São Paulo: Editora Nacional, 1980. (Coleção Brasileira, v. 42).

CÂNDIDO, Antônio. *Os parceiros do Rio Bonito*. Estudo sobre o caipira e a transformação dos seus meios de vida. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1987. (7ª edição).

CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História* : Ensaio de Teoria e Metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p.159.

CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano: artes de fazer*. 2ª edição. Petrópolis: Vozes, 1996

CHARTIER, Roger - *A História Cultural-Entre práticas e representações*. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro : Bertrand Brasil S/A, 1985.

CORBIN, Alain – “As raízes do medo e da repulsa”. *O Território do Vazio - A Praia e o imaginário Ocidental*. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

Dicionário Aurélio Buarque de Holanda Eletrônico.

Dicionário Michaelis Eletrônico

DITCHUN, Ricardo. O legado de Langsdorff. In: *D.O. Leitura*. São Paulo, 11(126), nov./1992, p.2-3.

ELLIS Junior, Alfredo. *O Bandeirismo na Economia do Século XVIII*. in: *Curso de Bandeirologia*, promovido pelo Departamento Estadual de Informações de São Paulo, então dirigido por Honório de Sylos, 1946

\_\_\_\_\_. *O bandeirismo paulista e o recuo do meridiano*. São Paulo: Editora Nacional, 1934.

\_\_\_\_\_. *Os primeiros troncos paulistas*. São Paulo: Editora Nacional. Brasília, Instituto nacional do Livro, 1976.

ESSELIN, Paulo Marcos. *A Gênese de Corumbá* : confluência das frentes espanhola e portuguesa em Mato Grosso (1536-1778) Campo Grande, MS. Ed. UFMS 2000.

FRAGOSO, João Luis Ribeiro. *O antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (Séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2001.

\_\_\_\_\_. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Arquivo nacional, 1992.

FAORO, Raimundo. *Os Donos do Poder. Formação do patronato político brasileiro*. Alegre: Globo, 1977.

FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. *Bandeiras e bandeirantes de São Paulo*. São Paulo, 1964.

FRENTESS, James e Wickham, Chris - *Memória Social*. Lisboa: Teorema, 1994. FUNARI, Pedro Paulo. *Desaparecimento e emergência dos grupos subordinados na arqueologia brasileira*. *Revista Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, ano 8, n. 18, p. 131/153, dez./2002.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo. Companhia Editora Nacional.

GARCIA, Romyr Conde. *Mato Grosso (1800-1840): Crise e estagnação do projeto colonial*. São Paulo: Universidade de São Paulo/USP, 2003. (Tese de Doutorado em História Econômica).

HALBWACHS, Maurice - *A memória coletiva*. Tradução de Laurent León Schaffter. São Paulo: Vértice, 1990.

LAPA AMARAL, José Roberto. *Ação Mercantil numa área de mineração*. São Paulo SP 1973. (Separata da Revista de História, Nº 94).

LE GOFF, Jacques. *História: novos objetos*. Tradução Terezinha Marinho. Rio de Janeiro. Francisco Alves, 1976.

\_\_\_\_\_. *O Deserto-Floresta no Ocidente Medieval*. In: *O Maravilhoso e o Cotidiano no Ocidente Medieval*. Lisboa: Ed. 70, 1983, p. 37 e 52.

\_\_\_\_\_. *História e Memória*. 2ª edição. Trad. Suzana Ferreira Borges. Campinas: UNICAMP, 1992.

\_\_\_\_\_. *Uma vida para a história: conversações com Marc Heurgon*. Tradução de José Aluysio Reis de Andrade. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1998.

LENHARO, Alcir. *Crise e Mudança na Frente Oeste de Colonização*. Cuiabá. UFMT, Imprensa da Universidade, PROEDI, 1982.

MACHADO, Alcântara. *Vida e morte do Bandeirante*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia. São Paulo. Edusp, 1980.

MAGNOLI, Demétrio. *O Corpo da Pátria – Imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista; Moderna, 1997.

MARCÍLIO, Maria Luiza *Crescimento Demográfico e evolução agrária paulista – 1770-1836*. São Paulo: FFLCH/USP 1974. (Tese de Doutorado - mimeo)

MOOG, Vianna – *Bandeirantes e Pioneiros*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

MONTEIRO, John Manuel. Distribuição da riqueza e as origens da pobreza rural em São Paulo. Século XVIII. In *Revista Estudos Econômicos*. São Paulo. 1989. V. 19.

\_\_\_\_\_. *Negros da Terra: Índios e Bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo, Companhia das Letras, 1994.

NETO, João Ferreira. *Raízes de Coxim*. Campo Grande, MS ; Ed. UFMS, 2004.

NÓBREGA, Humberto de Mello - *História do rio Tietê*. ilustrações de J. Wasth Rodrigues; introdução de Leonardo Arroyo, 2ª. edição. São Paulo: Governo do Estado, 1978.

NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1996, 4ª Edição.

\_\_\_\_\_. *Condições de privacidade na Colônia*. (coord.). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo. Companhia das Letras, 1997, v. 1.

PRADO JUNIOR, Caio - *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

RABELLO, Elizabeth Darwiche. *As Elites na sociedade paulista da segunda metade do século XVIII* São Paulo: Safady, 1980.

REINALDO, Nei Iared. *Comércio e Navegação no Rio Paraguai: 1870-1940*. Cuiabá. EDUFMT, 2004.

REIS, João Carlos. *As Identidades do Brasil – de Varnhagen a FHC*. 6ª edição. Rio de Janeiro: FGV, 2003

RIBEIRO, Márcia Moisés. *A ciência dos trópicos: a arte médica no Brasil do século XVIII*. São Paulo: HUCITEC, 1997.

RICARDO, Cassiano. *Marcha para o Oeste*. Livraria José Olympio Editora, 1940. (Coleção Documentos Brasileiros. Vol. I).

RODRIGUES, José Honório. *História e Historiadores do Brasil*. São Paulo: Composto e Impresso nas oficinas da Editora Obelisco para a Editora Fulgor Ltda, s/d.

SANTOS, Milton. *Por uma Geografia Nova*. São Paulo: Hucitec, 1978.

\_\_\_\_\_. *Guerra de lugares* Folha de São Paulo 08/09/99. (Caderno Mais! Especial para a Folha).

SILVA, Jovam Vilela da. *A Capitania de Mato Grosso: Política de povoamento e população – Século XVIII*. Tese de doutoramento FFLCH-USP 1994.

SILVEIRA, Ronan Garcia da. *História de Coxim*. Campo Grande, Ed. Rui Barbosa, 1995

SHAMA, Simon. *Paisagem e memória*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

Lévi-Strauss, Claude – “*Pantanal*”. In: *Tristes Trópicos*. Tradução: Rosa Freire d’Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

ULRICH, Oto Willi. *Nos Sertões do Rio Paraguai ( Impressões de viagem da Expedição Ulrich ao "Hinterland" Brasileiro-Boliviano)*. Prefácio do General Elisario Paim Filho. São Paulo: Ed. J. Fagundes, 1936

VASCONCELOS, Cláudio Aves de. *A questão indígena na província de Mato Grosso: conflito, trama e continuidade*. Campo Grande, MS : Ed. UFMS, 1999.

VIEIRA, Hermes. *Bandeiras e escravagismo no Brasil*. São Paulo: Secretaria da Cultura, Esporte e Turismo/Imprensa Oficial do Estado/Governo Abreu Sodré, 1968,

VOLPATO, Luisa Rios Ricci. *Entradas e Bandeiras*. São Paulo. Global, 1994.

\_\_\_\_\_. *A conquista da terra no universo da pobreza: formação da fronteira oeste do Brasil*, São Paulo Hucitec; Brasília, DF: INL, 1987.

ZEMELLA, Mafalda P. *O Abastecimento da Capitania das Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: Hucitec/Edusp 1990.

# ANEXOS

## ANEXO 1

## Documento elaborado a pedido de Pascoal Moreira Cabral notificando as autoridades da descoberta das minas no Coxipó-mirim

Aos oito dias do mez de Abril da era de mil setecentos e dezanove annos neste arrayal do Cuyabá fez junta o capitão mor Pascoal Moreira Cabral com os seus companheiros e elle requereu a elleseste termo de certidão para noticia do descobrimento novo que achamos no ribeirão do coxipó invocação. de Nossa Senhora da Penha de França despois de foy o nosso inviado o capitão Antonio Antunes com as amostras que levou de ouro ao Senhor General com a petição do dito capitão. Mor fez a primeira entrada adonde assistio hum dia e achou pinta de vintem e de dous e de quatro vinténs ameya pataca e a mesma pinta fes na segunda entrada em que assistio sete dias elle e todos os seus companheiros as suas custas com grandes percas e riscos em serviso de sua Real magistadi e como de feito tem perdido oito homens brancos fora os negros e para que a todo tempo vá isto a noticia de sua Real Magistade e seus governos para não perderem seus direitos e por assim ser verdade nos assignamos todos neste termo o qual eu pasey bem e fielmente a fé, de meu officio como escrivão deste arrayal Pascoal Moreira Cabral, Simão Rodrigues Moreira, Manoel dos Santos Coimbra, Manoel Gracia Velho, Balthazar Ribeiro Navarro, Manoel Pedrozo Lousano Ioaó de Anhayra de Lemos, Francisco de Sequeira, Asenço Fernandes, Diogo Domingues, Manoel Ferreira, Antonio Ribeiro, Alberto Velho, Moreira, Ioaó Moreira, Manoel Ferreira de Mendonça, Antonio Gracia Velho, Pedro de Godoid Iozé Fernandes, Antônio Moreira, Ignácio Pedrozo, Rodrigues Moreira, Iozé Pais da Silva.<sup>513</sup>

---

<sup>513</sup> BARBOSA DE SÁ, op. cit. p. 11, 12.



## ANEXO 2

## Segue o Rol de q' asima se fas menção

Nomes dos pilotos q' me trouxerão p.<sup>a</sup> as Minas do Cuyabâ anno de 1726.

Miguel Pedrozo digo Miguel Cardozo.	r. <sup>s</sup>	115\$000
João Pedrozo. . . . .	«	100\$000
Joseph Alz'. . . . .	«	100\$000
D. <sup>os</sup> Frz' Corau . . . . .	«	100\$000
M. <sup>el</sup> Dias Maynardo . . . . .	«	100\$000
Salamão Sotil . . . . .	«	100\$000
João Nunes. . . . .	«	48\$000
Belchior dos Reys. . . . .	«	48\$000
A. Joanico. . . . .	«	48\$000
		<hr/>
	«	759\$000

## Canoas 23

Por nove Canoas a 60\$ rs. cada húa.	r. <sup>s</sup>	540\$000
Por 14 ditas a 50\$ rs. cada húa . .	«	700\$000
		<hr/>
	«	1,240\$000

Mantim.<sup>tos</sup> com q' sahi do povoado.

Por 65 alq. <sup>res</sup> de feijão a 1,600 rs. o alq. <sup>re</sup> r. <sup>s</sup>	104\$000
Por 160 alq. <sup>res</sup> de milho a 1,280 rs. o alq. <sup>re</sup> . . . . . «	204\$000
Por 110 alq. <sup>res</sup> de farinha a 1,600 rs. o alq. <sup>re</sup> . . . . . «	176\$000
Por 20 alq. <sup>res</sup> de Sal a 1,120 rs. . . . . «	22\$400
Por 20 barris em q' veio o d. <sup>o</sup> Sal a 1,160 rs. . . . . «	23\$200
Por 18 arobas de Assucar a 1,920 rs. . . . . «	34\$560
Por 9 barris em q' veio o d. <sup>o</sup> Assucar a 1,600 rs. . . . . «	14\$400
Por 7 arobas de Manteiga a 384 rs. . . . . «	26\$880
Por 5 barris de azeite com 70 medi- das a 960 rs. . . . . «	67\$200
Por 4 alq. <sup>res</sup> de Grãos a 1,200 . . . . . «	4\$800
Por 2 Barris em q' vierão os d. <sup>os</sup> Grãos . . . . . «	3\$200
Por 8 frasq. <sup>ras</sup> de agoardente a 14\$400 rs. . . . . «	115\$200
Por 2 barris de paças com 4 a. <sup>s</sup> a 5,120 rs. . . . . «	20\$480
Por 8 barris de vinho com 160 medidas a 480 rs. . . . . «	76\$800
Por adubos . . . . . «	22\$000
Por 12 Capados a 14\$400 rs. . . . . «	172\$800
Por 4 arobas de Sera a 15\$360 rs. . . . . «	61\$440
Por vestuario para outo indios. . . . . «	75\$000
Por dinhr. <sup>o</sup> p. <sup>a</sup> os d. <sup>os</sup> Indios . . . . . «	48\$000
Por cinco armas p. <sup>a</sup> os d. <sup>os</sup> Indios. . . . . «	35\$000
Por Linhagem p. <sup>a</sup> o meu toldo, e da familia . . . . . «	140\$000
	1,447\$360

— 145 —

	Transporte	r. <sup>a</sup> 1,447\$360
Por condução das cargas do porto de		
S. <sup>tas</sup> Athe Aritaguava. . . . .	«	255\$000
Por 4 arobas de chocolate a 15\$360 rs.	«	61\$440
Por cinco duzias de Queijos a 640 rs.	«	38\$400
Por 72 medidas de vinagre a 240 rs.	«	17\$280
Por 5 arobas de fumo p. <sup>a</sup> os negros a		
4,800 rs. . . . .	«	24\$000
Por 4 arobas de peixe seco a 4,000 rs.	«	16\$000
Por 150 varas de Encerado p. <sup>a</sup> cobrir		
as canoas, a 540 rs. . . . .	«	81\$000
Por 7 arobas de Aletria a 120 rs. a Livra	«	26\$880
Por 4 arobas de cuscús a 120 rs. a L. <sup>a</sup>	«	15\$360
Por 6 Barris de Biscouto a 7,500 rs. . .	«	45\$000
Por 8 Barris de farinha do Rn. <sup>o</sup> com		
23 alq. <sup>ros</sup> a 3,500 rs. . . . .	«	80\$500
Por 8 arobas de chumbo a 160 rs. a L. <sup>a</sup>	«	40\$960
Por 8 arobas de doce a 4,700 rs. . . .	«	37\$600
Por 3 barris de Agoardente da terra a		
4,800 rs. . . . .	«	14\$400
Por 144 Caixetas a 160 rs. . . . .	«	23\$040
Por dous Barris de payos . . . . .	«	22\$000
Por hum forno de Cobre . . . . .	«	19\$200
		<hr/>
	Soma dinheiro	2,265\$420
Mantimentos q' se tomaram nas roças de Cami-		
nho . . . . .		—8 <sup>as</sup>
Na Roça de Camapoam a D. <sup>os</sup> Roiz. . . .	.	850—8. <sup>as</sup>
Na Roça de Taquary a João de Ar. <sup>o</sup> . .	.	250—8. <sup>as</sup>
No Reg. <sup>o</sup> a Ant. <sup>o</sup> Mor. <sup>a</sup> . . . . .	.	175—8. <sup>as</sup>
No Rio de Cuyabá a Estanislaeo Cor. <sup>a</sup> . .	.	200—8. <sup>as</sup>
		<hr/>
	Somão	1,475—8. <sup>as</sup>

— 146 —

Importão os 5:273\$220 rs. da despeza  
 acima reduzido a outavas a rezão  
 de 1,500 rs. cada outava tres mil  
 quinhentas e quinze, e meia . . . 3,515e<sup>1</sup>/<sub>2</sub>8.<sup>as</sup>  
 Que juntas as mil e quatro centas, e se-  
 tenta e cinco, q' se despendeu de  
 Camapoam athe estas Minas . . . 1,475—8.<sup>as</sup>

Importão as duas adições quatro mil novecentas  
 e noventa e outavas, e meia de ouro, q' tudo importa  
 a despeza da d.<sup>a</sup> Viagem do povoado athe estas Mi-  
 nas, como consta das adições declaradas nesta Conta  
 q' vay por my assignada. Villa Real do S.<sup>r</sup> Bom  
 Jesus do Cuyahã 24 de Março de 1728.—*Rodrigo Ce-  
 zar de Menezes.*

## ANEXO 3

Conta das despesas que fez o Sargento Mor André Gaudieley na condução de 16:000\$000 que recebeu no Real Erário em moedas de cobre que entregou no cofre na Real Fazenda e de vinte fardos de brim e um pano escarlata que também em pregou nos reais armazéns desta cidade

Encouramento(?) na Vila de Santo de 21 fardos que vieram do Rio de Janeiro com capa branca	\$730	15\$330
passagem de 71 cargas de Santos para Cubatão		\$700
condução das ditas de Cubatão para Jundiaí	\$800	56\$800
16 bestas muares	26\$240	419\$840
22 bestas muares	25\$600	563\$200
2 bestas muares	23\$000	46\$000
102 varas de panos de algodão em 36 bornais, 4 capas para as bestas, esteiras de cangalhas, 4 camas, 4 ceroulas, para cada um dos quatro camaradas da tropa	\$160	16\$320
9 couros de boi, arreios causas	1\$600	14\$400
21 aparos de capim para remonte das cargas	\$240	5\$040
13 ½ varas de linho para vestuário do arreeiro	\$280	3\$780
5 taras para serviço do arreeiro e quatro camaradas	\$060	\$300
2 paus de barbantes para aparelhar as cargas	\$200	\$400
33 varas de linhagem para uma tolda a \$160	5\$280	
cordões para a mesma	\$160	7\$040
Festio	1\$600	
pastos para as bestas no cercado da ponte de Jundiaí nas três noites		1\$500
dito cercado da Vila de São Carlos em uma noite		\$400
20 pares de ferraduras	\$320	6\$400
8 pares de ferraduras em Goiás	\$600	4\$800
600 cravos de ferrar		2\$400
15 ¾ alqueire de farinha para os camaradas durante viagem		13\$966
6 1/6 de feijão		5\$680
20@ e 4 libras de toucinho		25\$380
3 alqueires de sal para o tempo da viagem		7\$200
167 ¾ alqueires de milho para a tropa em toda a viagem		96\$975
	total	1:313\$851

N3. Os mantimentos andavam caros neste ano, tanto em São Paulo como em Goiás, e outro qualquer ano em que haja carestia e importava muito menos

Transporte		1:313\$851
ao arreeiro Francisco Xavier Duarte de arrear 36 bestas		54\$000

ao camarada Joaquim Pedroso		46\$000
ao camarada José Thomaz		54\$000
ao camarada Calisto José		50\$000
ao camarada José da Carta		50\$000
	total	1:564\$851

Desta despesa se deduz o que reaproveitou em benefício na Real fazenda em conta das seguintes declarações das 40 besta compradas morreram duas e ficaram 38 das quais tomando-se 12 para o real serviço e sendo vendidas 26 aos particulares, umas e outras venderam a

30\$000                      1:140\$000

a tolda de linhagem que chegou em muito bom estado se recolheu no competente armazém fica para o serviço e pela comum estimação vale nessa cidade

8\$4000

total                      1:148\$400

Gastos com a viagem

total                      1:564\$851

Reaproveitamento

total                      1:148\$400

Líquido das despesas

416\$451

total

Dequitação

as 50 cargas de dinheiro

293\$275 25/av

as 21 ditas de brim e pano escarlata

123\$175 25/av

416\$451 25/av

Conhece-se por esta conta que a despesa da condução dos 16:000\$000 de réis a ser pouco mas de  $\frac{3}{4}$  por cento.

**Cuiabá 10 de novembro de 1820**

Ofício da Junta de Administração e Arrecadação do Real Fazenda da Província de Mato Grosso, 1820; Arquivo Nacional, Ministério da Fazenda, Fundo 99, código If<sup>2</sup> 15.

## ANEXO 4

## Notas Sobre a Rota das Monções em Sergio Buarque De Holanda\*

Maria do Carmo Brazil\*\*

Omar Daniel\*\*\*

**I. Sergio Buarque de Holanda: formação, trajetória e a gestação de *Monções***

Sérgio Buarque de Holanda começou a escrever ainda quando estudante do ciclo secundário no Ginásio São Bento, onde foi aluno de Afonso d'Escragnolle Taunay. Nasceu na cidade de São Paulo, em 1902, e faleceu às vésperas de completar 80 anos, no dia 24 de abril de 1982<sup>514</sup>.

Seu talento literário foi revelado muito cedo, com a publicação de “*Originalidade Literária*” no Jornal *Correio Paulistano*, em 1920, artigo que, por intermédio de Taunay, inaugurou o início de sua trajetória como escritor. Formou-se em Direito pela Faculdade de Direito no Rio de Janeiro, em 1925, mas não exerceu a profissão. Enveredou-se rapidamente pelo mundo literário dirigindo o jornal *O Progresso*, em Cachoeiro de Itapemirim, e assinando reportagens e entrevistas para a *United Press* e *Jornal do Brasil*<sup>515</sup>.

O pendor literário de Sergio Buarque de Holanda logo foi reconhecido por Assis Chateaubriand, o fundador da Rádio Tupi (1935) e da primeira televisão no Brasil, a TV Tupi de São Paulo e do Rio de Janeiro, que o convidou para trabalhar na Europa. Assim, nos anos de 1929 e 1930, Holanda visitou a Alemanha, a Rússia e a Polônia e atuou como colaborador da *Revista Duco*, designado pela Embaixada do Brasil em Berlim e como correspondente do *Diário de São Paulo*, da *Agência Internacional de Notícias* e de *O Jornal*<sup>516</sup>. Este último foi o primeiro jornal editado por Assis Chateaubriand, em 1924, considerado por muitos analistas como a *semente de um grande império de comunicação* no Brasil.

No final de 1930, com o advento do nazismo, Sergio Buarque de Holanda retornou ao Brasil e passou a dedicar-se à escrita da História, área do conhecimento que concebia com *elo*

<sup>514</sup> NOGUEIRA, Arlinda Rocha et. al. (orgs). *Sergio Buarque de Holanda: o homem*. In: *Sergio Buarque de Holanda: vida e obra*. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura/Arquivo Público do Estado de São Paulo; Universidade de São Paulo/Instituto de Estudos Brasileiros, 1988, p. 17-26.

<sup>515</sup> BARBOSA, Francisco de Assis. *Verdes anos de Sergio Buarque de Holanda: ensaio sobre sua formação intelectual até Raízes do Brasil*. In: NOGUEIRA, Arlinda Rocha et. al. (orgs). *Sergio Buarque de Holanda: vida e obra*. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura/Arquivo Público do Estado de São Paulo; Universidade de São Paulo/Instituto de Estudos Brasileiros, 1988, p 27-54.

<sup>516</sup> Ibid.

*primordial das ciências humanas*. Iniciou-se a partir daí a elaboração de ***Raízes do Brasil***, cujos dois primeiros capítulos vieram prontos da Europa<sup>517</sup>.

Inaugurando a Coleção *Documentos Brasileiros* da Livraria José Olympo ***Raízes do Brasil*** foi publicada em outubro de 1936 e considerada por José Honório Rodrigues como uma das obras definitivas da historiografia brasileira<sup>518</sup>.

Em 1944, os ensaios e apreciações críticas de Holanda para o ***Diário de Notícias*** e ***Diário Carioca***, foram aglutinados no livro intitulado ***Cobra de Vidro***, evidenciando o amadurecimento intelectual de um dos escritores mais aclamado pela crítica autorizada do país<sup>519</sup>. Em matéria intitulada ***Um Mestre da Crítica***, publicada em 28 de janeiro de 1979 no jornal ***Folha de São Paulo***, o analista Nogueira Moutinho ressaltou o significado de ***Cobra de Vidro*** para a historiografia e para compreensão da cultura brasileira: “*O crítico literário meramente literário deixa de sê-lo para transformar-se num verdadeiro crítico da cultura: Poesia e Ficção, Sociologia e História são para ele não compartimentos estanques e reclusos, mas vasos comunicantes de um substrato cultural no fundo inseccionável*”<sup>520</sup>. Mas foi entre os anos de 1945 e 1959 que veio a lume as mais significativas produções historiográficas do Brasil produzidas pelo historiador, das quais destacam-se ***Monções*** (1945), ***Caminhos e Fronteiras*** (1957) e ***Visão do Paraíso*** (1959).

Considerado por Gilberto Freire como um *analista de aguda penetração*, Sergio Buarque erigiu uma obra magistral que, nas palavras do autor de ***Casa Grande e Senzala***, “...traçou com nitidez rara a origens de algumas instituições e de alguns dos complexos da cultura mas característica de nossa gente”<sup>521</sup>.

***Monções*** foi elaborada com base numa exaustiva pesquisa realizada em documentos inéditos reunidos no acervo de instituições como: Arquivo da Diretoria de Engenharia do Ministério da Guerra, Arquivo Histórico Ultramarino, Arquivo das Cúrias das cidades de São Paulo e Sorocaba, Arquivo Público do Estado de São Paulo, Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e o Instituto Nacional do Livro. Dentre os

<sup>517</sup> Ibid

<sup>518</sup> RODRIGUES, José Honório. *História e Historiadores do Brasil*. São Paulo: Composto e Impresso nas oficinas da Editora Obelisco para a Editora Fulgor Ltda, s/d., p. 27.

<sup>519</sup> HOLANDA, Sergio Buarque de Holanda. *Sobre o autor* (Nota da Editora escrita em dezembro de 1975). *Monções*. 2ª edição - Edição Ilustrada. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1976, p.IX e X. ( Biblioteca Alfa-Omega de Ciências Sociais. Série 1ª, vol. 8).

<sup>520</sup> MOUTINHO, Nogueira. *O crítico literário Buarque de Holanda*. Citado por BARBOSA, Francisco de Assis. Op. Cit., p. 22.

<sup>521</sup> Freire, Gilberto. Citado na nota do editor de Casa do Estudante do Brasil em *Monções* (1945). Cf. Holanda, Sergio Buarque de. *Monções*. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1945. ( Coleção Estudos Brasileiros, n° 3, serie A).



textos mais utilizados por Sergio Buarque de Holanda para compor *Monções* podemos destacar os Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, os Anais do Museu Paulista, os Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo, Documentos eclesiástico referentes a Itu e Porto Feliz, além das Revistas do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso e do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo<sup>522</sup>.

Em tiragem reduzida, *Monções* foi publicada no ano de 1945 como terceiro volume da Coleção Estudos Brasileiros da Casa do Estudante do Brasil (CEB), com o objetivo de “coligir nova documentação sobre navegações fluviais setecentistas e oitocentistas e seus reflexos na vida brasileira” (Holanda, 1976)<sup>523</sup>. Além disso, *Monções* nasceu não como simples quadro cronológico dos fatos que marcaram a ampliação do território brasileiro, mas sim como um esforço interpretativo da vida material dos homens durante a epopéia de conquista de um sertão remoto, desconhecido e de *clima estranho*<sup>524</sup>. Seu propósito maior foi examinar aspectos de uma sociedade que chamou de *civilização de raiz adventícia*, cuja circunstância do meio impôs a ela criatividade, assimilação e incorporação de novos valores.

Em *Monções* Sergio Buarque de Holanda presta contas de parte das peripécias vividas por essa *movediça* e singular sociedade formada durante as incursões fluviais nos séculos XVIII e XIX. Em demanda do sertão mato-grossense as expedições desciam e subiam os rios de São Paulo e Mato Grosso ligando as duas capitânicas. Por essas verdadeiras *estradas móveis* os paulistas transitavam com o objetivo de buscar o ouro e de transportar provisões para aqueles que se dedicavam à tarefa de minerar. Enfim, o sertão, a caça ao índio, a descoberta do segundo *Eldorado brasileiro*, a ampliação do território, a navegação fluvial e as raízes do atual contorno geográfico do país encontram-se descritas nas páginas de *Monções*, obra clássica, definitiva e consagrada de nossa história<sup>525</sup>.

## II- Rotas Sertanistas: atualização da prancha apresentada em *Monções* - 1945

Neste artigo, um dos objetivos é a atualização geográfica da prancha, transformando-o num mapa, com coordenadas e escala, buscando facilitar o acesso e tornando mais precisas as informações sobre os territórios por onde passaram monçoeiros e bandeirantes seiscentistas.

<sup>522</sup> HOLANDA, Sergio Buarque de Holanda. *Sobre o autor* (Nota da Editora escrita em dezembro de 1975). *Monções*. 2ª edição (1976). Op. Cit.

<sup>523</sup> Ibid.

<sup>524</sup> HOLANDA, Sergio Buarque de Holanda. Prefácio da 1ª edição de *Monções* (1945). Op. Cit.

<sup>525</sup> Cf. Holanda, Sergio Buarque de Holanda. *Monções* (1945, 1976).

A prancha das rotas das monções que também contempla as rotas das bandeiras seiscentistas elaborado por Sérgio Buarque de Holanda em 1945, embora ilustrativo sobre a penetração para o interior do Brasil, apresenta-se sem o devido referenciamento geográfico que obviamente não era tão fácil, à época.

Não há pretensão de nossa parte em corrigir informações descritas em textos de autores já consagrados da História do Brasil. Porém, simples olhares sobre um mapa georreferenciado suscita dúvidas a respeito de algumas descrições. Tal georreferenciamento do mapa que acompanha este texto foi feito com base nos mapas dos Estados de São Paulo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Paraná, utilizando-se o software Spring versão 4.0 do Instituto de Pesquisas Espaciais. Sobre ele foram traçadas as rotas.

O traçado da rota das monções nos moldes citados por Holanda (1945) foi definitivamente confirmado em 1725 pelos irmãos Leme que, segundo Virgílio Correa Filho se instalaram no varadouro de Camapuã com o fito de apoiar os viajantes que por ali passavam<sup>526</sup>. Anteriormente, segundo este autor, outros desvios eram utilizados. A partir de 1725, no entanto, o traçado monçoeiro nos parece o mais bem definido, comparativamente com os dos seiscentistas.

Holanda aponta vários eram os inconvenientes para o uso de outros caminhos nas marchas para o oeste, especialmente os que passavam pelos campos de Vacaria: a) os castelhanos freqüentavam estas paragens e em caso de guerra poderiam paralisar o trânsito; b) a oposição dos Guaicurus a qualquer intrusão nos seus domínios; c) o uso dessa passagem daria oportunidade de descaminhos do ouro, em prejuízo do Erário Público, já que a Casa de Registro havia sido instalada acima da barra do Rio Pardo. A principal, senão única vantagem da rota da Vacaria era a presença do gado utilizado como meio de transporte durante a jornada na região. Esta vantagem desapareceu após a plantação das primeiras roças na região de Camapuã, vindo esta rota a ser sedimentada por mais de um século.

O mapa atualizado mostra as rotas seiscentistas e as monçoeiras. Atendo-nos primeiramente à rota monçoeira, podemos fazer uma observação mais precisa das distâncias citadas nos documentos de referência.

O georreferenciamento nos permitiu melhor aproximação das distâncias rompidas pelos viajantes. Há que se considerar, no entanto que, apesar de termos procurado acompanhar da

---

<sup>526</sup>CORREA FILHO, Virgílio. *Formação Histórica: lutas pertinazes*. In: *Fazendas de Gado no Pantanal*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura/Serviço de Informação Agrícola, 1955, P. 55, nota 15. (Documentário da Vida Rural, n° 10)

melhor maneira possível as curvas dos cursos d'água, isso foi feito à medida que a escala permitiu (1:7000000). Na Tabela 1 podem ser observadas as distâncias tomadas por nós para cada trecho de rio, enquanto na Tabela 2 tem-se as distâncias citadas em Afonso Taunay<sup>527</sup>.

Neste aspecto o mapa nos permitiu fazer também algumas atualizações sobre os dados oferecidos por Taunay<sup>528</sup>. Senão vejamos: a) a distância de Porto Feliz a Cuiabá, incluindo a aproximação para o varadouro de Camapuã é de 2232 km e não de 3518,6 km (utilizando 14 km para o varadouro); b) Taunay somou 3664 km de São Paulo a Cuiabá, mas se utilizarmos as distâncias parciais (Tabela 2) citadas por ele próprio, o valor seria de 3673,6 km<sup>529</sup>.

Embora se tenha que considerar as dificuldades de época para a realização de cálculos dessa natureza, há números que saltam aos olhos na indicação de equívocos. É o caso da distância singrada no Rio Tietê, citada na Tabela 2, de 1003,2 km. O valor aproximado que melhor se coaduna com o trecho é de 620 km. Uma simples comparação com a distância de Campo Grande a São Paulo nos informa que o valor da Tabela 1 é mais sensato. Estas duas capitais distam entre si por via rodoviária 992 km. Como poderia de Porto Feliz à foz do Rio Tietê apresentar valor maior do que este?

Sérgio Buarque de Holanda pode ter também cometido equívocos de cálculos, dando mostras da imprecisão das distâncias citadas pelos autores dessa época, pelo menos em dois pontos Monções<sup>530</sup>: 1) quando cita a distância de varação de Camapuã como sendo de 2,5 léguas, cuja conversão para quilômetros (16,5 km) não se equipara aos 13,706 km apresentados por Virgílio Corrêa Filho; 2) quando considera que 14 léguas resultam em 81,5 km, sendo o correto 92,4 km.

Tabela 1 – Trechos dos rios navegados pelos monçoeiros, segundo a rota traçada por Holanda (1945), porém estimada por georreferenciamento

Trechos	Distâncias (km)
R. Tietê(Porto Feliz/Foz do R. Tietê)	620
R. Paraná(Foz do R. Tietê/Foz do R. Pardo)	155
R. Pardo(Foz do R. Pardo/Camapuã)	365
R. Coxim e Taquari(Nascente do R. Coxim/Foz do R. Taquari)	483
R. Paraguai(Foz do R. Taquari/Foz do R. Cuiabá)	208
R. Cuiabá(Foz do R. Cuiabá/Cidade de Cuiabá)	387

<sup>527</sup> TAUNAY, Afonso d' Escagnolle. *História das Bandeiras Paulistas*. São Paulo: Edições Melhoramentos/Instituto Nacional do Livro/ Ministério da Educação e Cultura, 1975. (Coleção Memória Brasileira, Tomo II, p. 139.

<sup>528</sup> Ibid.

<sup>529</sup> Ibid.

<sup>530</sup> HOLANDA, Sergio Buarque. *Monções*, 1945. Op. Cit., p. 96 e 128 (respectivamente).

Distância de Porto Feliz a Cuiabá por via hídrica	2218
Distância hipotética à esquerda no varadouro de Camapuã	34
Distância total de Porto Feliz a Cuiabá	2232

Tabela 2 – Trechos dos rios navegados pelos monçoeiros, segundo a rota traçada por Holanda (1945), com cálculos feitos por Lacerda e Almeida citado por Taunay (1975).

Trechos	Distâncias	
	Léguas	Km
R. Tietê	152	1003,2
R. Paraná	29	191,4
R. Pardo	75	495
R. Camapuã	17	112,2
R. Coxim	40	264
R. Taquari	90	594
R. Paraguai	39	257,4
R. dos Porrudos	25	165
R. Cuiabá	64	422,4
Distância de Porto Feliz a Cuiabá por via hídrica	531	3504,6
Distância de São Paulo a Cuiabá, incluindo o percursos terrestres dos varadouros de Camapuã (14 km) e São Paulo a Porto Feliz (155 km)	-	3673,6*

\* Taunay apresenta um valor de 3664 km.

Outros pontos de conflito observados entre a prancha de Sergio Buarque de Holanda e o mapa atualizado relacionam-se a posições geográficas e nomes de alguns cursos d'água, senão vejamos: 1) o autor chamou o atual Rio Correntes de Rio Piquiri, enquanto este é na verdade o afluente daquele; 2) denomina Rio Jauru ao Rio Corixa Grande, sendo o primeiro localizado mais ao norte como se vê no mapa atualizado; 3) a disposição geográfica na prancha, dos Rios Tibagi e Iapó em território paranaense, é incompatível com a existência da Serra de Paranapiacaba. A nascente do Rio Iapó encontra-se na face norte da serra. Portanto, comparando-se a prancha e o mapa nota-se claramente que no primeiro caso o traçado do curso d'água aproxima-se erroneamente do litoral paulista; 4) num prolongamento hídrico feito na prancha, acima do Rio Paranaíba, o autor induz à interpretação de que a divisa entre Goiás e Minas Gerais é feita por um rio, continuamente. Na realidade, um pequeno trecho é de divisa seca, ligando a nascente de um afluente do Paranaíba ao Rio São Marcos que nasce além do Distrito Federal.

Antes da sedimentação da rota das monções aqui tratada, os bandeirantes utilizaram-se de outras veredas sertanejas, como já dissemos. Em ambos, prancha e mapa, os caminhos são marcados com linhas tracejadas. Não encontramos ainda, em nossas pesquisas, nem mesmo em *Monções*, referências precisas às antigas passagens traçadas por Holanda (1945), o que nos leva a tratar a questão sobre estas rotas em momento mais oportuno, de maior

amadurecimento da pesquisa. Entretanto, resolvemos deixar algumas impressões iniciais a respeito das rotas seiscentistas.

Há referências em outros autores sobre caminhos utilizados pelos bandeirantes que não constam da prancha de Sergio Buarque de Holanda. Exemplo disso é a existência de um documento pertencente à Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, conforme citado em *História das Bandeiras Paulistas*, em papel de autor anônimo anterior a 1727, onde há referências a vários roteiros, tendo o Tietê e o Paraná como primeiro trecho: 1) os sertanistas subiam o Pardo até onde era possível navegar e seguiam por terra a Cuiabá; 2) outros, partiam do Pardo e seguiam para as cabeceiras de rios como o Itiquira, Pajuí e Piquiri, navegando-os até Cuiabá; 3) alguns abandonavam o trajeto do Pardo e iam ao Sul, subindo o Ivinhema para, em seguida, caminharem até a cabeceira do Mboteteú (atual Rio Miranda), atingindo o Rio Paraguai; 4) também havia quem preferisse subir o Rio Verde até onde podiam navegar, seguindo por terra até um porto do Piquiri; 5) haviam sertanistas que preferiram subir o Paranaíba, provavelmente seguindo a pé após certo trecho. Outras rotas também foram citadas<sup>531</sup>.

Nada disso, entretanto, foi traçado na prancha de Holanda (1945), o que é de se estranhar, haja vista a existência do documento referido anteriormente pertencente ao acervo da Biblioteca Nacional. Levantamos duas hipóteses que podem explicar porque Sergio Buarque de Holanda não inseriu esses traçados em sua prancha: ou ele não tinha conhecimento dessa fonte que foi revelada a Taunay por Capistrano de Abreu, ou dispunha desse documento, porém preferiu limitar-se à rota ordinária das monções. O mestre Capistrano morreu em 1927, o que significa que no mínimo, neste ano, o documento que relata outras rotas seiscentistas já se encontrava catalogado na Biblioteca Nacional.

O objetivo destes últimos parágrafos, dessas impressões iniciais sobre as rotas dos sertanistas seiscentistas, é aguçar o sentido do pesquisador, demonstrando que há ainda inúmeras lacunas relativas ao passado colonial mato-grossense e muito a ser feito no sentido de esclarecer as trilhas mais antigas percorridas por esses viajantes sertanejos.

Acreditamos que melhores esclarecimentos a respeito dessas antigas rotas trarão contribuições importantes para o conhecimento histórico, em especial para Mato Grosso do Sul e mais em particular para as regiões dos vales do Rio Ivinhema e dos campos de Vacaria.

---

<sup>531</sup> <sup>531</sup> TAUNAY, Afonso d' Escagnolle. Op. Cit. , 21.

\* Este artigo encontra-se no prelo da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) a sair no próximo número.

\*\* Maria do Carmo Brazil é Doutora em Ciências: História Social pela FFLCH/USP, Professora Titular em História do Brasil e faz parte do Programa de Mestrado em História do Campus de Dourados da UFMS. [mcbrasil@ceud.ufms.br](mailto:mcbrasil@ceud.ufms.br)

\*\*\* Omar Daniel é Doutor em Ciência Florestal pela UFV, Professor Titular em Silvicultura e atua na área de Geoprocessamento, fazendo parte do Programa de Pós-Graduação em Agronomia (Mestrado e Doutorado) do Campus de Dourados da UFMS. [omard@ceud.ufms.br](mailto:omard@ceud.ufms.br)

## Bibliografia

CORREA FILHO, Virgílio. *Formação Histórica: lutas pertinazes*. In: **Fazendas de Gado no Pantanal**. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura/Serviço de Informação Agrícola, 1955. (Documentário da Vida Rural, n° 10).

HOLANDA, Sergio Buarque de Holanda. **Monções**. Rio de Janeiro: Casa do Estante do Brasil, 1945. ( Coleção Estudos Brasileiros).

\_\_\_\_\_. *Nota da 2ª edição. Monções*. 2ª edição - Edição Ilustrada. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1976. ( Biblioteca Alfa-Omega de Ciências Sociais. Série 1ª, vol. 8).

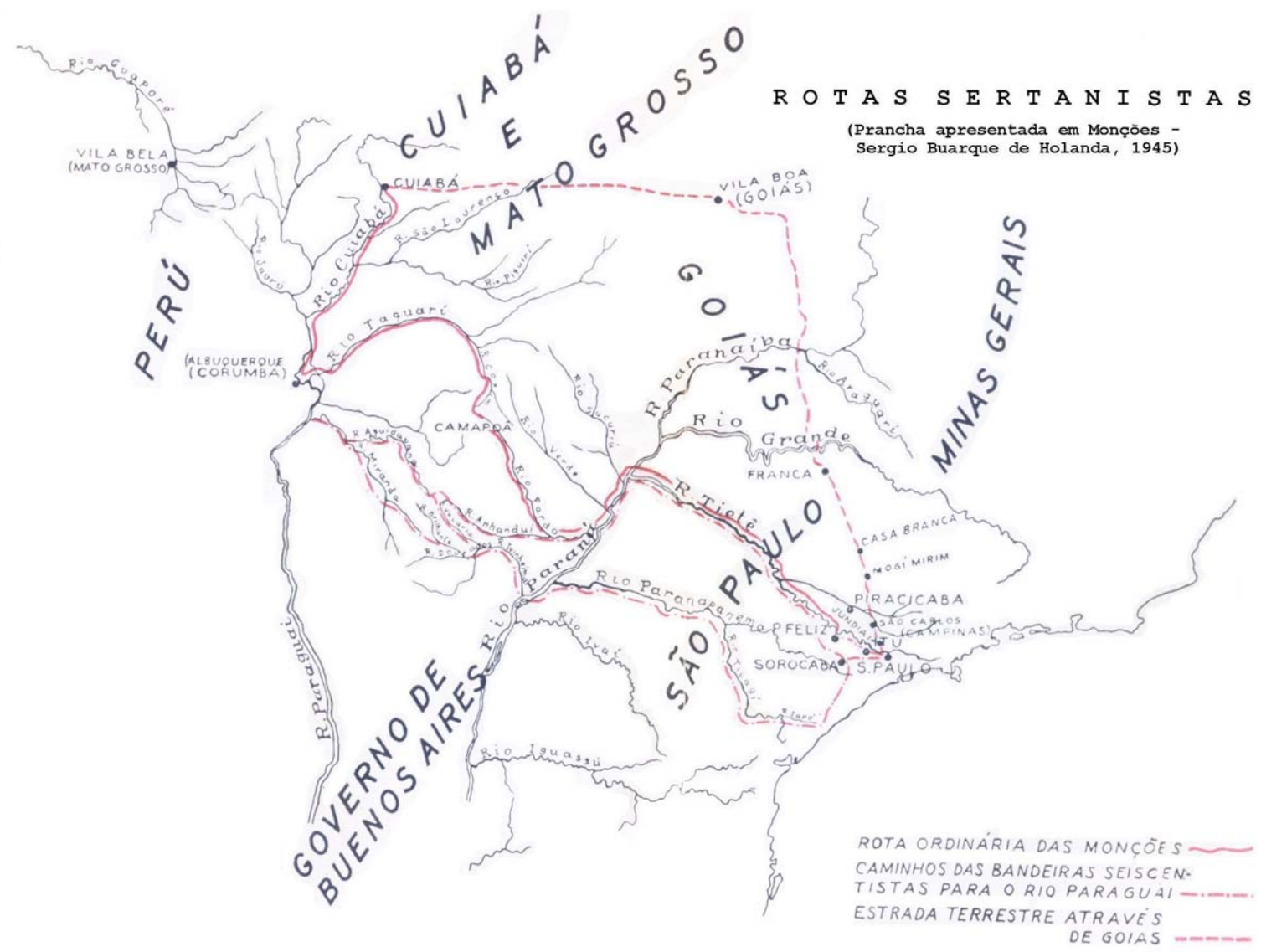
NOGUEIRA, Arlinda Rocha et. al. (orgs). **Sergio Buarque de Holanda: vida e obra**. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura/Arquivo Público do Estado de São Paulo; Universidade de São Paulo/Instituto de Estudos Brasileiros, 1988.

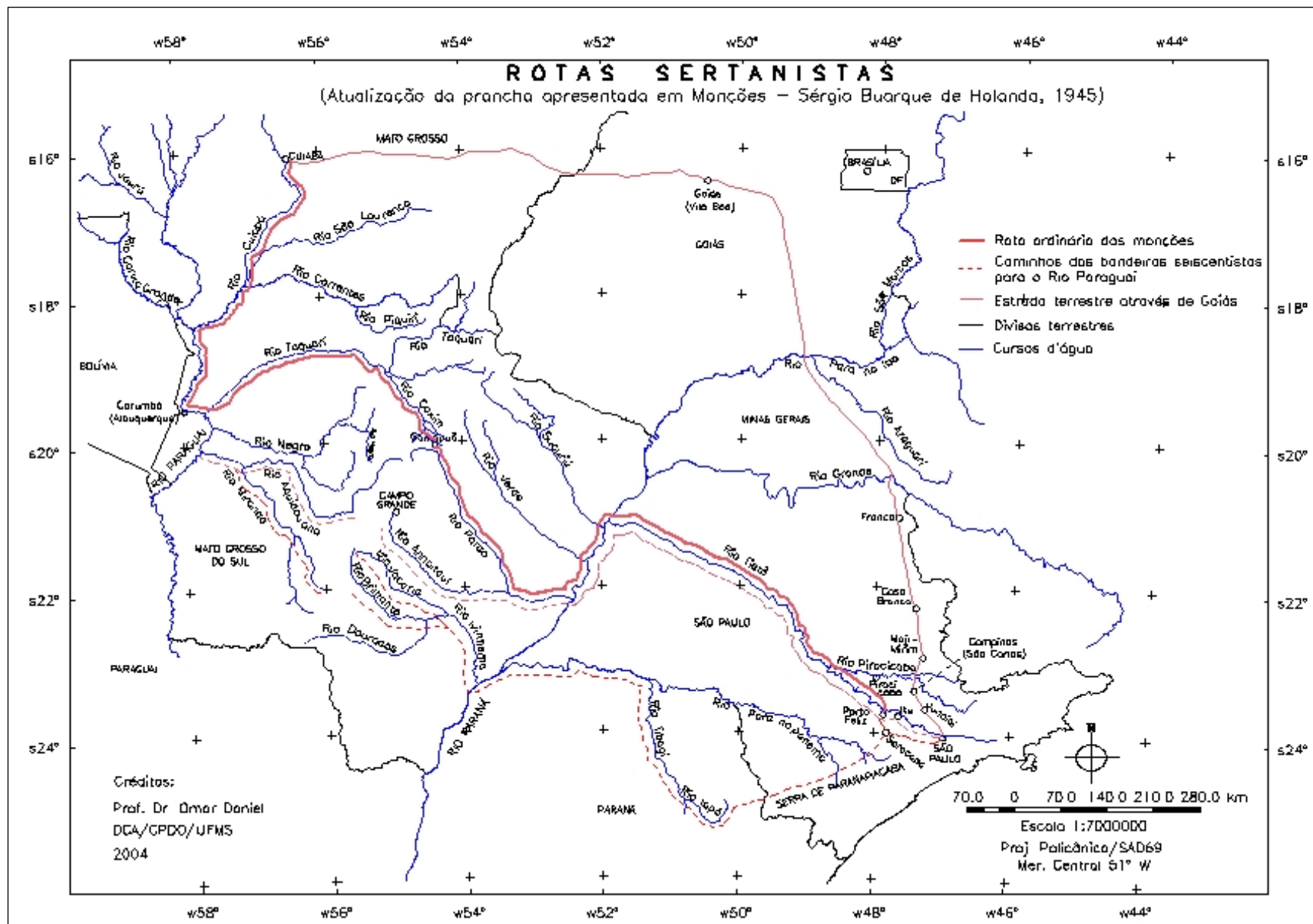
RODRIGUES, José Honório. **História e Historiadores do Brasil**. São Paulo: Composto e Impresso nas oficinas da Editora Obelisco para a Editora Fulgor Ltda, s/d.

TAUNAY, Afonso d' Escagnolle. **Relatos Sertanistas**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1981.(Coleção Reconquista do Brasil. Vol. 34

\_\_\_\_\_. **Relatos Monçoeiros**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1981.(Coleção Reconquista do Brasil. Vol. 33).

\_\_\_\_\_. **História das Bandeiras Paulistas**. São Paulo: Edições Melhoramentos/Instituto Nacional do Livro/ Ministério da Educação e Cultura, 1975. (Coleção Memória Brasileira, Tomo I, II, III).







Autorizo a reprodução deste trabalho.

Dourados 13 de Dezembro de 2004.

MARCOS LOURENÇO DE AMORIM